



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1485

Quarta-feira - 14 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Joaçaba.....	418
Anchieta.....	34	Lages.....	442
Antônio Carlos.....	44	Lauro Muller.....	444
Arroio Trinta.....	45	Leoberto Leal.....	446
Atalanta.....	51	Luzerna.....	447
Bela Vista do Toldo.....	52	Macieira.....	450
Biguaçu.....	56	Mafrá.....	479
Bom Retiro.....	62	Maracajá.....	481
Braço do Trombudo.....	64	Marema.....	496
Brunópolis.....	124	Massaranduba.....	496
Brusque.....	124	Meleiro.....	498
Caçador.....	125	Modelo.....	498
Camboriú.....	127	Navegantes.....	499
Campo Alegre.....	132	Nova Trento.....	504
Campos Novos.....	138	Novo Horizonte.....	505
Canoinhas.....	138	Palhoça.....	505
Capinzal.....	195	Papanduva.....	515
Catanduvas.....	204	Passo de Torres.....	516
Celso Ramos.....	204	Passos Maia.....	516
Chapadão do Lageado.....	205	Paulo Lopes.....	517
Cocal do Sul.....	207	Penha.....	518
Concórdia.....	210	Peritiba.....	519
Cordilheira Alta.....	214	Pinheiro Preto.....	520
Coronel Freitas.....	214	Pomerode.....	523
Coronel Martins.....	215	Ponte Serrada.....	524
Corupá.....	222	Porto União.....	525
Curitibanos.....	243	Rio do Sul.....	531
Dionísio Cerqueira.....	244	Salto Veloso.....	558
Doutor Pedrinho.....	245	Santa Rosa do Sul.....	560
Eraldo Velho.....	247	São Bento do Sul.....	562
Faxinal dos Guedes.....	249	São Domingos.....	568
Forquilha.....	252	São João do Sul.....	569
Fraiburgo.....	264	São José.....	571
Garopaba.....	267	São José do Cedro.....	578
Garuva.....	268	São Lourenço do Oeste.....	583
Gaspar.....	269	São Pedro de Alcântara.....	586
Governador Celso Ramos.....	273	Schroeder.....	592
Grão Pará.....	273	Serra Alta.....	599
Guarujá do Sul.....	379	Siderópolis.....	600
Ibiam.....	379	Timbé do Sul.....	601
Ilhota.....	381	Timbó.....	602
Imbituba.....	381	Três Barras.....	618
Ipumirim.....	400	Treze Tílias.....	621
Irineópolis.....	402	Turvo.....	622
Itá.....	403	Vargeão.....	623
Itaiópolis.....	404	Videira.....	623
Itapiranga.....	404	Vitor Meireles.....	625
Itapoá.....	412	Xavantina.....	627
Ituporanga.....	417	Xaxim.....	628

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1485

Quarta-feira - 14 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

ARIS	630
CIGA	630
CINCO	631

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Resumo da Execução Orçamentária 2º Bimestre 2014 - Pref

Betha Sistemas

Exercício de 2014

2º bimestre

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 02/2014	Bimestre Mar/Abr/2014	Total até Abr/2014
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.880.775,00	211.751,61	452.943,40	664.695,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	199.500,00	33.891,25	33.776,30	67.667,55
RECEITA PATRIMONIAL	28.300,00	29.278,12	32.118,40	61.396,52
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.500,00	7.323,01	8.717,71	16.040,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.982.409,05	2.857.983,58	2.716.931,73	5.574.915,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.582,50	29.074,53	25.447,53	54.522,06
ALIENAÇÃO DE BENS	53.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	513.000,00	12.907,38	12.974,49	25.881,87
TOTAL DA RECEITA :	18.720.066,55	3.182.209,48	3.282.909,56	6.465.119,04

DESPESAS

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

GABINETE DO PREFEITO E VICE	687.092,00	96.823,19	76.767,10	173.590,29
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.594.235,99	454.376,60	493.988,66	948.365,26
DEPARTAMENT DE AGRICULTURA	388.000,00	60.528,74	195.820,76	256.349,50
DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.030.190,57	902.041,03	1.050.622,91	1.952.663,94
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	192.330,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.386.885,00	206.099,56	188.861,04	394.960,60
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLES	90.378,55	7,40	4.906,80	4.914,20
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	188.330,01	0,00	13,75	13,75
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BASICO	68.000,00	7,40	0,00	7,40
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MUNICIPI	40.000,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA CIVIL	152.400,00	20.183,80	19.460,85	39.644,65
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.868.550,00	268.334,20	208.121,86	476.456,06
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	619.575,00	107.126,35	123.341,03	230.467,38
DEPARTAMENTO DE CULTURA	205.620,00	15.940,64	12.557,22	28.497,86
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	53.355,00	6.447,20	6.613,74	13.060,94
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	250.820,00	45.317,06	41.507,24	86.824,30
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	12.000,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE TURISMO	432.610,00	52.387,48	51.800,10	104.187,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	15.310.372,12	2.235.620,65	2.474.383,06	4.710.003,71
TOTAL DA DESPESA :	15.310.372,12	2.235.620,65	2.474.383,06	4.710.003,71

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.622.377,75	17,21	7.202.302,22	34,22
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.622.377,75	17,21	7.202.302,22	34,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.260.038,96	—	—	429.820,97	—
Superávit Financeiro	—	1.260.038,96	—	—	429.820,97	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.357.676,55	2.437.038,96	23.794.715,51	3.097.397,69	6.621.261,56	3.061.965,66	5.654.033,51	23,76
DESPESAS CORRENTES	18.847.477,54	1.036.020,81	19.883.498,35	2.831.906,89	6.306.507,05	2.980.652,03	5.540.926,17	27,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.877.866,52	186.847,96	11.064.714,48	1.637.190,86	3.301.447,14	1.636.495,87	3.300.752,15	29,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	46.510,00	6.844,97	53.354,97	10.156,47	16.339,32	10.156,47	16.339,32	30,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.923.101,02	842.327,88	8.765.428,90	1.184.559,56	2.988.720,59	1.333.999,69	2.223.834,70	25,37
DESPESAS DE CAPITAL	2.452.199,01	1.401.018,15	3.853.217,16	265.490,80	314.754,51	81.313,63	113.107,34	2,94
INVESTIMENTOS	2.136.188,01	1.400.250,15	3.536.438,16	203.180,17	222.410,77	19.003,00	20.763,60	0,59
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	316.031,00	768,00	316.799,00	62.310,63	92.343,74	62.310,63	92.343,74	29,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	23.000,00	131.480,00	17.696,43	35.700,02	17.696,43	35.700,02	27,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.480,00	23.000,00	131.480,00	17.696,43	35.700,02	17.696,43	35.700,02	27,15

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	23.000,00	131.480,00	17.696,43	35.700,02	17.696,43	35.700,02	27,15
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	21.466.156,55	2.460.038,96	23.926.195,51	3.115.094,12	6.656.961,58	3.079.662,09	5.689.733,53	23,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.466.156,55	2.460.038,96	23.926.195,51	3.115.094,12	6.656.961,58	3.079.662,09	5.689.733,53	23,78
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.512.568,69	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.466.156,55	2.460.038,96	23.926.195,51	3.115.094,12	6.656.961,58	3.079.662,09	7.202.302,22	23,78

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R. TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	-------------------------------------	--

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função Subfunção 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea -e-)				RS 1,00				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	21.357.676,55	23.794.715,51	3.097.397,69	6.621.261,56	3.061.965,66	5.654.033,51	99,37	23,76
Ação Legislativa	784.915,00	784.915,00	76.489,92	151.153,24	76.489,92	151.153,24	2,66	19,26
Administração	1.884.522,00	1.915.422,00	338.192,95	681.421,55	290.218,40	560.123,90	9,84	29,24
Administração Geral	1.884.522,00	1.915.422,00	338.192,95	681.421,55	290.218,40	560.123,90	9,84	29,24
Segurança Pública	165.780,00	211.478,11	20.879,28	43.722,68	20.886,61	40.907,22	0,72	19,34
Policimento	14.080,00	28.547,04	1.598,29	4.415,42	1.598,29	4.415,42	0,08	15,47
Defesa Civil	151.700,00	182.931,07	19.280,99	39.307,26	19.288,32	36.491,80	0,64	19,95
Assistência Social	913.245,55	1.022.157,46	117.207,55	228.463,72	110.403,43	178.647,78	3,14	17,48
Assistência ao Portador de Deficiência	3.260,00	3.442,40	182,40	729,60	182,40	729,60	0,01	21,19
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.378,55	151.179,89	4.906,80	4.914,20	2.770,80	2.778,20	0,05	1,84
Assistência Comunitária	819.607,00	867.535,17	112.118,35	222.819,92	107.450,23	175.139,98	3,08	20,19
Saúde	4.785.342,43	5.534.945,72	491.288,35	1.654.490,58	636.615,99	1.235.901,26	21,72	22,33
Atenção Básica	3.970.449,43	4.254.970,14	438.176,49	1.115.159,04	507.009,69	984.415,28	17,30	23,14
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.800,00	417.000,00	-10,00	416.880,00	69.470,00	138.960,00	2,44	33,32
Suporte Profilático e Terapêutico	501.990,00	686.848,04	50.352,29	103.219,67	54.832,29	103.219,67	1,81	15,03
Vigilância Sanitária	73.508,00	79.399,18	1.195,16	3.903,46	1.395,16	3.603,46	0,06	4,54
Vigilância Epidemiológica	48.595,00	96.728,36	1.574,41	15.328,41	3.908,85	5.702,85	0,10	5,90
Educação	5.983.990,57	6.134.239,31	1.044.725,65	1.940.943,35	1.030.817,28	1.895.265,97	33,31	30,90
Alimentação e Nutrição	169.600,00	169.600,00	34.251,31	44.862,96	33.526,71	44.138,36	0,78	26,02
Ensino Fundamental	4.734.218,57	4.854.747,31	785.524,02	1.474.280,56	777.348,72	1.448.100,60	25,45	29,83
Ensino Médio	67.750,00	67.750,00	19.156,46	19.411,13	7.156,46	7.411,13	0,13	10,94
Ensino Superior	147.600,00	147.600,00	27.433,10	36.166,10	27.433,10	36.166,10	0,64	24,50
Educação Infantil	853.822,00	883.542,00	178.360,76	366.222,60	185.352,29	359.449,78	6,32	40,68
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	203.500,00	203.500,00	12.557,22	28.497,86	13.010,42	20.386,81	0,36	10,02
Diffusão Cultural	203.500,00	203.500,00	12.557,22	28.497,86	13.010,42	20.386,81	0,36	10,02
Urbanismo	1.850.230,00	2.661.247,04	205.819,30	470.712,77	225.955,81	381.970,73	6,71	14,35
Infra-Estrutura Urbana	342.000,00	642.000,00	5.682,50	15.589,30	5.682,50	15.257,80	0,27	2,38
Serviços Urbanos	1.508.230,00	2.019.247,04	200.136,80	455.123,47	220.273,31	366.712,93	6,45	18,16

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

R\$ 1,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	21.357.676,55	23.794.715,51	3.097.397,69	6.621.261,56	3.061.965,66	5.654.033,51	99,37	23,76
Habituação Rural	186.000,01	186.000,01	13,75	13,75	13,75	13,75	0,00	0,01
Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	176.000,01	176.000,01	13,75	13,75	13,75	13,75	0,00	0,01
Saneamento Básico Urbano	68.000,00	72.116,90	0,00	7,40	0,00	7,40	0,00	0,01
Gestão Ambiental	68.000,00	72.116,90	0,00	7,40	0,00	7,40	0,00	0,01
Preservação e Conservação Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	1.001.440,00	1.530.370,00	318.396,66	485.370,89	183.098,79	281.819,43	4,95	18,42
Extensão Rural	64.600,00	64.600,00	7.728,10	15.226,18	7.728,10	15.226,18	0,27	23,57
Promoção da Produção Agropecuária	916.840,00	1.445.770,00	310.117,12	466.846,71	174.561,61	263.828,61	4,64	18,25
Indústria	20.000,00	20.000,00	551,44	3.298,00	809,08	2.764,64	0,05	13,82
Promoção Industrial	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	52.355,00	52.355,00	6.613,74	13.060,94	6.651,00	12.811,77	0,23	24,47
Comunicações	52.355,00	52.355,00	6.613,74	13.060,94	6.651,00	12.811,77	0,23	24,47
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	182,78	182,78	182,78	182,78	0,00	1,83
Transporte	10.000,00	10.000,00	182,78	182,78	182,78	182,78	0,00	1,83
Transporte Rodoviário	1.375.740,00	1.375.740,00	187.134,00	391.338,99	187.825,98	383.230,97	6,74	27,86
Desporto e Lazer	1.375.740,00	1.375.740,00	187.134,00	391.338,99	187.825,98	383.230,97	6,74	27,86
Desporto Comunitário	425.720,00	425.720,00	50.979,84	102.643,49	53.378,80	93.872,93	1,65	22,05
Encargos Especiais	425.720,00	425.720,00	50.979,84	102.643,49	53.378,80	93.872,93	1,65	22,05
Previdência Básica	1.374.895,99	1.382.508,96	226.916,70	429.237,57	226.416,70	417.737,57	7,34	30,22
Serviço da Dívida Interna	770.694,99	770.694,99	117.390,42	234.780,84	117.390,42	234.780,84	4,13	30,46
Outros Encargos Especiais	362.541,00	370.153,97	72.467,10	108.683,06	72.467,10	108.683,06	1,91	29,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	241.660,00	241.660,00	37.059,18	85.773,67	36.559,18	74.273,67	1,31	30,73
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	108.480,00	131.480,00	17.696,43	35.700,02	17.696,43	35.700,02	0,63	27,15
Administração Geral	11.910,00	34.910,00	5.463,33	11.113,65	5.463,33	11.113,65	0,20	31,84
	11.910,00	34.910,00	5.463,33	11.113,65	5.463,33	11.113,65	0,20	31,84

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	131.480,00	17.696,43	35.700,02	17.696,43	35.700,02	95.779,98
	700,00	700,00	179,86	337,39	179,86	337,39	362,61
Segurança Pública	700,00	700,00	179,86	337,39	179,86	337,39	362,61
Defesa Civil	1.820,00	1.820,00	468,00	926,12	468,00	926,12	893,88
Assistência Social	1.820,00	1.820,00	468,00	926,12	468,00	926,12	893,88
Assistência Comunitária	11.660,00	11.660,00	1.671,28	3.662,71	1.671,28	3.662,71	7.997,29
Saúde	11.660,00	11.660,00	1.671,28	3.662,71	1.671,28	3.662,71	7.997,29
Atenção Básica	46.200,00	46.200,00	5.897,26	11.720,59	5.897,26	11.720,59	34.479,41
Educação	43.550,00	43.550,00	5.450,82	10.382,64	5.450,82	10.382,64	33.167,36
Ensino Fundamental	2.650,00	2.650,00	446,44	1.337,95	446,44	1.337,95	1.312,05
Educação Infantil	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120,00
Cultura	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120,00
Difusão Cultural	4.240,00	4.240,00	704,27	1.327,87	704,27	1.327,87	2.912,13
Urbanismo	4.240,00	4.240,00	704,27	1.327,87	704,27	1.327,87	2.912,13
Serviços Urbanos	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Habitação	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Habitação Urbana	6.135,00	6.135,00	765,13	1.445,99	765,13	1.445,99	4.689,01
Agricultura	1.335,00	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,00
Vigilância Sanitária	4.800,00	4.800,00	765,13	1.445,99	765,13	1.445,99	3.354,01
Extensão Rural	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Indústria	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,00
Promoção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Turismo	11.145,00	11.145,00	1.727,04	3.621,61	1.727,04	3.621,61	7.523,39
Transporte	11.145,00	11.145,00	1.727,04	3.621,61	1.727,04	3.621,61	7.523,39
Transporte Rodoviário							

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Desporto e Lazer	108.480,00	131.480,00	17.696,43	35.700,02	17.696,43	35.700,02	0,63	27,15	95.779,98
Desporto Comunitário	6.890,00	6.890,00	820,26	1.544,09	820,26	1.544,09	0,03	22,41	5.345,91
	6.890,00	6.890,00	820,26	1.544,09	820,26	1.544,09	0,03	22,41	5.345,91
TOTAL (III) = (I + II)	21.466.156,55	23.926.195,51	3.115.094,12	6.656.961,58	3.079.662,09	5.689.733,53	100,00	23,78	18.236.461,98

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA	JOSELI A.S.M.R.TRENTO	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Prefeito Municipal	Contadora	Coordenadora Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Mar/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		1.689.066,00	1.699.100,82	1.676.222,37	1.716.126,67	1.695.467,21	1.953.252,32	1.979.648,42	2.693.016,05	2.069.696,07	2.055.298,52	2.006.862,64	2.017.396,33	23.512.155,02
RECEITA TRIBUTÁRIA		79.820,15	86.190,23	60.264,37	53.163,18	96.889,21	65.365,75	98.519,94	495.331,60	98.529,90	138.548,69	357.167,64	101.908,34	1.731.169,00
IPTU:		10.948,21	2.016,63	2.282,88	595,51	834,71	516,40	3.181,34	1.341,06	7.430,19	40.067,64	138.475,51	11.430,31	219.122,59
IRRF		22.158,65	21.113,30	22.942,70	23.698,46	22.246,47	21.978,18	46.399,48	48.399,48	23.419,21	23.170,69	14.352,40	23.295,06	290.685,19
I.S.S.		30.609,46	35.719,38	23.646,00	15.811,22	52.640,29	26.353,18	40.612,12	429.736,84	46.385,82	30.889,06	165.588,38	50.298,47	948.289,22
LT.B.I.		4.920,00	17.656,00	8.718,01	6.700,00	12.300,00	9.050,00	28.368,00	6.050,00	9.657,00	10.778,00	3.880,00	2.600,00	120.677,01
Outras Receitas Tributárias		11.183,83	9.683,92	2.674,78	6.357,99	8.867,74	7.467,99	8.804,22	11.637,68	11.637,68	33.643,10	34.871,35	14.284,50	152.824,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		24.457,37	20.672,74	23.218,97	22.389,13	24.414,35	23.966,00	24.990,05	26.150,07	26.557,57	25.401,98	25.847,45	25.774,79	293.840,47
RECEITA PATRIMONIAL		2.657,57	8.830,69	7.902,75	58.839,84	2.743,93	16.216,78	7.861,13	14.752,65	39.181,03	16.862,97	16.862,97	30.153,79	257.085,36
RECEITA AGROPECUÁRIA		3.988,77	3.653,11	2.216,49	3.553,70	3.194,39	5.801,74	7.106,38	4.371,72	3.845,01	3.475,00	1.899,33	6.818,38	49.837,02
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.747.922,40	1.568.385,08	1.468.891,37	1.570.676,16	1.716.654,16	1.824.861,16	1.830.936,64	2.078.485,55	1.891.138,07	1.835.374,70	1.607.409,12	1.840.320,62	20.981.465,03
Cota-Parte do FPM:		548.566,47	457.664,94	325.915,62	426.128,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	541.665,35	5.942.779,18
Cota-Parte do IC.M.S.		711.336,49	666.297,22	661.406,18	693.467,05	736.798,69	716.344,19	797.097,49	794.430,22	717.054,80	717.054,80	723.686,34	708.286,15	8.683.450,05
Cota-Parte do IP.V.A.		57.651,43	45.325,57	57.857,13	52.844,84	52.637,32	68.976,88	24.659,59	16.213,84	25.407,99	32.073,95	59.615,88	65.349,47	558.513,89
Cota-Parte do ITR:		4.377,56	702,47	5.038,32	691,41	50.552,70	198.997,43	51.621,99	31.131,20	29.703,21	1.689,99	302,39	482,41	375.281,08
Outras Transferências Correntes		183.935,39	187.112,50	214.738,10	176.106,31	302.520,41	253.712,00	224.446,93	218.823,55	191.612,66	211.518,49	283.264,43	272.934,40	3.247.528,50
Transferências da LC 61/1989		10.350,09	10.779,90	10.618,47	11.361,83	10.335,05	11.048,24	11.889,09	13.454,63	11.863,44	10.043,87	9.814,17	10.682,33	132.251,11
Transferências da LC 87/1996		3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.134,95	3.134,95	0,00	3.134,95	35.453,25
Transferências do FUNDEB		218.448,92	197.246,43	191.071,30	206.218,90	207.875,65	201.997,03	227.379,62	226.206,21	250.105,34	244.591,58	225.776,56	227.465,53	2.624.408,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.219,74	11.356,97	12.738,42	8.304,66	14.571,17	17.040,89	10.235,28	37.394,88	24.869,87	11.307,12	27.676,13	12.421,01	198.128,14
DEDUÇÕES (II)		276.571,75	243.442,54	223.043,01	244.682,82	251.015,75	278.617,19	284.244,45	282.711,11	283.580,92	288.716,91	243.019,79	252.305,61	3.160.931,85
Contribuição do Associado		8.464,33	6.631,76	10.244,44	7.128,89	9.784,67	6.508,61	8.439,36	9.855,69	9.158,85	8.909,45	8.997,56	8.846,38	104.972,99
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		267.107,42	236.810,78	212.798,57	237.533,93	241.231,08	270.107,58	275.805,09	272.855,42	284.422,07	279.807,46	234.022,23	243.457,23	3.055.958,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.593.494,25	1.455.658,28	1.353.189,36	1.471.463,85	1.407.451,46	1.674.635,13	1.695.404,97	2.410.304,94	1.786.115,15	1.764.571,61	1.793.842,85	1.765.091,32	20.351.223,17

FONTE:
AGUA DOCE - 13/05/2014
NOVELLI SGANZERIA - JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Prefeito Municipal - Contadora
CARMEN LÚCIA PINHETTI - Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos E Aplicação de Recursos - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	74.200,00	0,00	74.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.200,00	0,00	74.200,00
TOTAL	74.200,00	0,00	74.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00
Investimentos	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00
TOTAL	51.200,00	0,00	0,00	51.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo das Parcerias Público Privadas - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

 CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
 Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito E Despesas de Capital - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.853.217,16	113.107,34	0,00	3.740.109,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.853.217,16	113.107,34	0,00	3.740.109,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.853.217,16	-113.107,34		-3.740.109,82

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações E Serviços Públicos de Saúde - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R\$ 1,00	
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.541.467,50	1.124.077,62		622.866,58	55,41
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	704.585,00	287.175,12		198.660,14	69,18
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	80.865,00	80.865,00		26.915,00	33,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	524.970,00	524.970,00		293.161,73	55,84
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.055,00	212.055,00		84.237,36	39,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.580,00	1.580,00		364,79	23,09
Dívida Ativa dos Impostos	9.502,50	9.502,50		15.133,58	159,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.930,00	7.930,00		4.393,98	55,41
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.784.051,55	14.784.051,55		5.209.450,12	35,24
Coleta-Parte FPM	5.342.201,55	5.342.201,55		2.036.863,65	38,13
Coleta-Parte ITR	254.100,00	254.100,00		32.158,00	12,66
Coleta-Parte IPVA	579.250,00	579.250,00		182.347,29	31,48
Coleta-Parte ICMS	8.415.000,00	8.415.000,00		2.906.272,52	34,54
Coleta-Parte IP-Esporteação	153.000,00	153.000,00		42.403,81	27,71
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.500,00	40.500,00		9.404,85	23,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.500,00	40.500,00		9.404,85	23,22
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.325.519,05	15.908.129,17		5.832.316,70	36,66
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)		Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DESPESAS LIQUIDADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.167.002,43	4.780.272,57		1.658.153,29	34,69
Pessoal e Encargos Sociais	2.413.607,00	2.554.049,60		692.616,96	27,12
Outras Despesas Correntes	1.753.395,43	2.226.222,97		965.536,33	43,37
DESPESAS DE CAPITAL	627.000,00	763.333,15		0,00	0,00
Investimentos	627.000,00	763.333,15		0,00	0,00

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	627.000,00	763.333,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	627.000,00	763.333,15	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.794.002,43	5.543.605,72	1.658.153,29	29,91	1.239.563,97	22,36
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	(h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIFORMES,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.211.464,00	2.671.009,98	357.641,53	21,57	344.650,30	27,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.550.617,00	1.724.055,78	224.154,13	13,52	221.184,66	17,84
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	660.847,00	946.954,20	133.487,40	8,05	123.465,64	9,96
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.211.464,00	2.671.009,98	357.641,53	21,57	344.650,30	27,80
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.582.538,43	2.872.595,74	1.300.511,76	8,34	894.913,67	-5,44
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,34
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6						20.066,16

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013				0,00	1.137,49	5.046,00	-5.046,00	0,00
TOTAL				0,00	1.137,49	5.046,00	-5.046,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				1.137,49	0,00		1.137,49	
TOTAL (VIII)				1.137,49	0,00		1.137,49	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
				LIMITE NÃO CUMPRIDO				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
				-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.982.109,43	4.266.630,14	1.118.821,75	67,47	988.077,99	79,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.800,00	417.000,00	416.880,00	25,14	138.960,00	11,21
Suporte Profilático e Terapêutico	501.990,00	686.848,04	103.219,67	6,22	103.219,67	8,33
Vigilância Sanitária	73.508,00	79.399,18	3.903,46	0,24	3.603,46	0,29
Vigilância Epidemiológica	48.595,00	96.728,36	15.328,41	0,92	5.702,85	0,46
TOTAL	4.797.002,43	5.546.605,72	1.658.153,29	100,00	1.239.563,97	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante a execução, essa valor poderá variar a movimentação registrada no art. 22 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

^ Juliane U. Exercício esse valor. Servirá para o município anterior previsto no art. 23 da L. 14.11.2014.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(n+1) - (15 \times IIIb)/100$

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELIA S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA PNICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo das Receitas E Despesas MDE - 2º Bimestre 2014

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.541.467,50	1.124.077,62	418.290,50	621.610,29	55,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	721.530,00	304.140,12	157.076,54	211.807,53	69,64
1.1.1- IPTU	704.565,00	287.175,12	151.162,11	198.660,14	69,18
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	276,27	276,27	52,13
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.505,00	8.505,00	4.980,28	10.509,09	123,56
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.930,00	7.930,00	1.914,17	3.618,32	45,63
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(1.256,29)	(1.256,29)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	80.865,00	80.865,00	6.480,00	26.915,00	33,28
1.2.1- ITBI	80.865,00	80.865,00	6.480,00	26.915,00	33,28
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	527.017,50	527.017,50	217.086,50	298.650,40	56,67
1.3.1- ISS	524.970,00	524.970,00	215.886,85	293.161,73	55,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	73,23	88,52	8,43
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	997,50	997,50	890,57	4.624,49	463,61
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	235,85	775,66	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.055,00	212.055,00	37.647,46	84.237,36	39,72
1.4.1- IRRF	212.055,00	212.055,00	37.647,46	84.237,36	39,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.784.051,55	14.784.051,55	2.388.073,48	5.209.450,12	35,24
2.1- Cota-Parte FPM	5.342.201,55	5.342.201,55	806.839,39	2.036.863,65	38,13
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.342.201,55	5.342.201,55	806.839,39	2.036.863,65	38,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.415.000,00	8.415.000,00	1.431.952,49	2.906.272,52	34,54
2.3- ICMS-Desoneração od. C. nº87/1996	40.500,00	40.500,00	3.134,95	9.404,85	23,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	153.000,00	153.000,00	20.496,50	42.403,81	27,71
2.5- Cota-Parte ITR	254.100,00	254.100,00	784,80	32.158,00	12,66
2.6- Cota-Parte IPVA	579.250,00	579.250,00	124.865,35	182.347,29	31,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.325.519,05	15.908.129,17	2.806.363,98	5.831.060,41	36,65
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	404.300,00	404.300,00	131.818,28	153.334,26	37,93
5.1- Transferências do Salário-Educação	235.200,00	235.200,00	86.026,66	107.284,20	45,61
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	67.600,00	67.600,00	25.453,20	25.453,20	37,65
5.4- Transferências Diretas - PNATE	101.500,00	101.500,00	20.338,42	20.338,42	20,04
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	258,44	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	-0,00	0,00	14.359,84	338.039.697.450,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	404.300,00	404.300,00	131.818,28	167.694,10	41,48
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.958.370,00	2.958.370,00	477.479,46	1.041.708,99	35,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.1.1)	1.070.000,00	1.070.000,00	161.367,83	407.372,61	38,07
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.2)	1.683.000,00	1.683.000,00	286.390,32	581.254,15	34,54
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.3)	8.100,00	8.100,00	626,99	1.880,97	23,22
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.4)	30.600,00	30.600,00	4.099,31	8.480,78	27,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB α(20% de (1.5 + 2.5))	50.820,00	50.820,00	150,37	6.379,60	12,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.6)	115.850,00	115.850,00	24.844,64	36.340,88	31,37
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	454.717,98	950.186,90	35,56
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	453.264,09	947.964,01	35,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	1.453,89	2.222,89	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 α(0))	-286.370,00	-286.370,00	-24.215,37	-93.744,98	32,74
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.672.000,00	2.718.405,36	414.226,50	822.028,23	30,24
13.1- Com Educação Infantil	444.020,00	444.020,00	103.506,23	206.481,21	46,50
13.2- Com Ensino Fundamental	2.227.980,00	2.274.385,36	310.720,27	615.547,02	27,06
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.672.000,00	2.718.405,36	414.226,50	822.028,23	30,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
16.1 - FUNDEB 60%					-
16.2 - FUNDEB 40%					-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)			822.028,23		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %			86,51		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %			0,00		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %			13,49		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 α RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.405,36
21 α DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					46.405,36
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.081.379,76	3.977.032,29	701.591,00	1.457.765,10	36,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	885.522,00	915.242,00	192.878,32	367.867,32	40,19
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.386.068,57	4.441.340,93	709.029,33	1.325.026,54	29,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.227.980,00	2.274.385,36	310.720,27	615.547,02	27,06
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.158.088,57	2.166.955,57	398.309,06	709.479,52	32,74
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.271.590,57	5.356.582,93	901.907,65	1.692.893,86	31,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-93.744,98
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.222,89
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-91.522,09
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) α 37))					1.784.415,95
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,6

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.200,00	261.456,38	73.770,21	133.456,70	51,04
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	195.050,00	195.050,00	11.910,59	11.910,59	6,11
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	430.250,00	456.506,38	85.680,80	145.367,29	31,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.701.840,57	5.813.089,31	987.588,45	1.838.261,15	31,62

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	46.758,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	947.964,01	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	825.741,17	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	825.388,05	0,00
49.2 Restos a Pagar	353,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.222,89	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	171.204,21	0,00

AGUA DOCE, 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA	JOSELI A.S.M.R.TRENTO	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Prefeito Municipal	Contadora	Coordenadora Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.405,36, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Receitas E Despesas Previdenciárias do Rpps - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	------------------------------------	--

Demonstrativo do Resultado Nominal - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	661.886,98	602.397,58	540.086,95
DEDUÇÕES (II)	5.080.740,83	5.868.083,04	6.377.507,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.092.090,87	6.121.366,25	6.607.324,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.350,04	253.283,21	229.817,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.418.853,85	-5.265.685,46	-5.837.420,31
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.418.853,85	-5.265.685,46	-5.837.420,31

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	-571.734,85	-1.418.566,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo do Resultado Primário - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.791.525,77	3.547.386,50	7.060.211,47	6.093.259,16
Receita Tributária	1.498.075,12	459.002,70	696.081,29	635.493,82
I.P.T.U.	287.175,12	149.905,82	197.403,85	175.945,75
I.S.S.	524.970,00	215.886,85	293.161,73	166.733,95
I.T.B.I.	80.865,00	6.480,00	26.915,00	81.449,24
I.R.R.F.	212.055,00	37.647,46	84.237,36	89.808,19
Outras Receitas Tributárias	393.010,00	49.082,57	94.363,35	121.556,69
Receita de Contribuição	421.232,39	69.318,67	139.281,81	136.411,92
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	421.232,39	69.318,67	139.281,81	136.411,92
Receita Patrimonial Líquida	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	115.140,90	47.016,76	101.208,88	55.015,45
(-) Aplicações Financeiras	113.640,90	47.016,76	101.208,88	55.015,45
Transferências Correntes	17.745.210,05	2.970.250,28	6.132.533,52	5.256.257,30
F.P.M.	4.272.201,55	757.080,81	1.741.100,29	1.451.689,92
I.C.M.S.	6.732.000,00	1.145.562,17	2.325.018,37	2.140.935,13
Convênios	592.700,00	95.181,45	123.712,60	111.247,29
Outras Transferências Correntes	6.148.308,50	972.425,85	1.942.702,26	1.552.384,96
Demais Receitas Correntes	125.508,21	48.814,85	92.314,85	65.096,12
Dívida Ativa	10.502,50	7.113,06	22.168,17	6.885,04
Diversas Receitas Correntes	115.005,71	41.701,79	70.146,68	58.211,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.143.600,00	27.974,49	40.881,87	212.660,77
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	74.200,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.069.400,00	27.974,49	40.881,87	212.660,77
Convênios	1.069.400,00	27.974,49	40.881,87	212.660,77
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.069.400,00	27.974,49	40.881,87	212.660,77
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.860.925,77	3.575.360,99	7.101.093,34	6.305.919,93

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.014.978,35	2.998.348,46	5.576.626,19	5.164.328,86
Pessoal e Encargos Sociais	11.196.194,48	1.654.192,30	3.336.452,17	3.198.710,26
Juros e Encargos da Dívida (IX)	53.354,97	10.156,47	16.339,32	32.099,33
Outras Despesas Correntes	8.765.428,90	1.333.999,69	2.223.834,70	1.933.519,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.961.623,38	2.988.191,99	5.560.286,87	5.132.229,53
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.853.217,16	81.313,63	113.107,34	517.376,24
Investimentos	3.536.418,16	19.003,00	20.763,60	407.475,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	316.799,00	62.310,63	92.343,74	109.901,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.536.418,16	19.003,00	20.763,60	407.475,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.556.041,54	3.007.194,99	5.581.050,47	5.539.704,53
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.695.115,77	568.166,00	1.520.042,87	766.215,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	429.820,97	0,00
Superávit Financeiro	-	-	429.820,97	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Demonstrativo dos Restos A Pagar por Poder E Órgão - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Saldo	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	-	11.350,04	-	-	11.350,04	217.788,64	216.191,67	12.730,79	556.782,34
	0,00	11.350,04	0,00	0,00	11.350,04	215.788,64	215.446,18	11.476,28	556.782,34
	0,00	369,56	0,00	0,00	369,56	5.288,48	5.288,48	29,31	0,00
	0,00	1.804,02	0,00	0,00	1.804,02	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.177,00	4.177,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910,72	910,72	245,99	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.471,27	7.471,27	5.128,73	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.487,34	3.487,34	0,00	0,00
	0,00	2.459,00	0,00	0,00	2.459,00	11.632,19	11.289,73	3.981,30	357,50
	0,00	244,69	0,00	0,00	244,69	3.032,05	3.032,05	0,00	23.550,00
	0,00	4.013,88	0,00	0,00	4.013,88	65.100,27	65.100,27	187,36	299.419,79
	0,00	413,47	0,00	0,00	413,47	8.788,07	8.788,07	1.214,52	39.267,05
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.464,84
	0,00	37,09	0,00	0,00	37,09	36.026,30	36.026,30	45,08	113.120,00
	0,00	1.741,99	0,00	0,00	1.741,99	65.065,82	65.065,82	643,99	40.593,83
	0,00	97,49	0,00	0,00	97,49	369,13	369,13	0,00	0,00
	0,00	168,85	0,00	0,00	168,85	4.440,00	4.440,00	0,00	39.009,33
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	745,49	1.254,51	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	745,49	1.254,51	0,00	
0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	
IMPORTAÇÃO DOS DADOS ANTERIORES									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	11.350,04	0,00	0,00	11.350,04	217.788,64	216.191,67	12.730,79	556.782,34

FONTE:

AGUA DOCE 13/05/2014

NOVELLI SGANZERIA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R. TRENTO Contadora	CARMEN LUCIA PNICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	-------------------------------------	---

Demonstrativo Simplificado do RREO - 2º Bimestre 2014

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		-	21.466.156,55	
Previsão Atualizada		-	21.048.766,67	
Receitas Realizadas		3.622.377,75	7.202.302,22	
Déficit Orçamentário		-	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	429.820,97	
DESPESAS				
Dotação Inicial		-	21.466.156,55	
Créditos Adicionais		-	2.460.038,96	
Dotação Atualizada		-	23.926.195,51	
Despesas Empenhadas		3.115.094,12	6.656.961,58	
Despesas Liquidadas		3.079.662,09	5.689.733,53	
Superavit Orçamentário		-	1.512.568,69	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.115.094,12	6.656.961,58	
Despesas Liquidadas		3.079.662,09	5.689.733,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			20.351.223,17	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.418.566,46	0,00
Resultado Primário		0,00	1.520.042,87	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.350,04	0,00	11.350,04	0,00
EXECUTIVO	11.350,04	0,00	11.350,04	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	785.704,80	11.133,82	216.191,67	558.379,31
EXECUTIVO	783.704,80	11.133,82	215.446,18	557.124,80
LEGISLATIVO	2.000,00	0,00	745,49	1.254,51
TOTAL:	797.054,84	11.133,82	227.541,71	558.379,31
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.784.415,95	25%	30,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		822.028,23	60%	86,51
Liquidadas		1.692.893,86		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			113.107,34	3.740.109,82
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	74.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	51.200,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		894.913,67	15,00	15,34
Liquidadas		894.913,67		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 13/05/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Anchieta

PREFEITURA

Portarias de 163 A 199

PORTARIA nº. 163/2014
De, 01 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o pedido de demissão da servidora efetiva ocupante do cargo de Engenheira Civil,

Considerando o vencimento do Concurso Público nº 001/2011,

Considerando a necessidade urgente de novo Profissional,

Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área de Projetos, Habite-se, Análise dos Projetos de construção dos contribuintes e ,

Considerando a realização de um novo Concurso Público para o ano de 2014,

RESOLVE:
Nomear Engenheira Civil ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Greice Miguelão, para exercer o cargo de Engenheira Civil - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VII, no período de 01/04/2014 31/12/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 164/2014
De, 01 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedido férias regulamentares ao servidor Público Municipal Giovani Bordignon, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 01 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 165/2014
De, 01 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedido férias regulamentares ao servidor Público Municipal João Aldo Kaminski, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 01 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 166/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedido férias regulamentares aos servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, sendo: Alcione José Lago, Ana Paula Sikorski, Andreia Milani de Souza, Guilherme Tiago Flach, Itamar Berté, Ivanete Maria Gubert, Katiane Wanzing de Lima, Luciana Aparecida Snigur Di Doménico, Marcia Back, Marcia Flach, Margarete Wilbrantz, Marisane

dos Santos, Robson Swirke, Sahra Regina da Silva, Sandra Maria de Souza Weiand, Silvane de Gois e Solange de Abreu Canalle, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 167/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedido férias regulamentares aos servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, sendo: Ademir Camargo, Adilson Scholtze, Eliane dos Santos Ortolan, Lucimara Davi, Marcia Fabiana Fossato e Noeli Guerini Santin, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 01/04/2014 à 30/04/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA N. 168/2014
De, 01 de Abril de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;

Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;

Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:
Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Camila

Signori, ocupante do cargo de Gerente de Gestão Escolar, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade da servidora e a mesma não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 169/2014
De, 03 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2013;

Considerando o gozo de Licença Prêmio da servidora Titular;

RESOLVE:
Nomear Auxiliar de Serviços Gerais em substituição a titular que se encontra em gozo de Licença Prêmio,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Sabrina Canalle de Lima, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VII, no período de 03/04/2014 à 03/05/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 03 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA N. 170/2014
De, 03 de Abril de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;

Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;

Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:
Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Lucélia Aparecida Foschiera Brancher, ocupante do cargo de Diretora Adjunta, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade da servidora e a mesma não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 03 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.
PORTARIA nº. 171/2014
De, 09 de Abril de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Rosenilda Assis de Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 09 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 172/2014
De, 10 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 03 (três) meses para ao servidor Público Municipal Elcio Cavagnoli, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na secretaria Municipal da Infraestrutura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 10/04/2014 à 08/07/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 10 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA N. 173/2014
De, 14 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,
Conceder Licença Tratamento Saúde à Auxiliar de Serviços Gerais e designa substituta,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Ercilda Maria Signori, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 14/04/2014 à 28/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 14 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 174/2014
De, 15 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2013;

Considerando o Atestado Médico da servidora Titular;

RESOLVE:

Nomear Auxiliar de Serviços Gerais em substituição a titular que se encontra em Atestado Médico,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Eloá Aparecida Roth Perin, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso V, no período de 15/04/2013 à 28/04/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 15 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA nº. 175/2014
De, 18 de Abril de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Manuela Lazaretti Pereira, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria

Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 176/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 02 (dois) meses,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 02 (dois) meses para a servidora Pública Municipal Lourdes Bortolotto Baggio, ocupante do cargo efetivo de Aprendiz (Auxiliar de Serviços Gerais), com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na secretaria Municipal da Infraestrutura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 24/04/2014 à 22/06/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 177/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2013;

Considerando o gozo de Licença Prêmio da servidora Titular;

RESOLVE:

Nomear Auxiliar de Serviços Gerais em substituição a titular que se

encontra em gozo de Licença Prêmio,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Elizabete Ana Steffens, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso VII, no período de 24/04/2014 à 22/06/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 178/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares ao servidor Público Municipal Othar Rostirolla, ocupante do cargo de Almoxarife, lotado na secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2012/2013, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 02/05/2014 à 31/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 179/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês, e converter o mesmo período em Pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio período de direito 2007/2012, pelo período de 01 (um) mês e converter o mês o mesmo em pecúnia, para a servidora Pública Municipal Erni Contin, ocupante do cargo efetivo de Zeladora, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na secretaria Municipal da Educação, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida e paga na folha de pagamento referente o mês de Abril de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 180/2014
De, 24 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês, e converter o mesmo período em Pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio período de direito 2008/2013, pelo período de 01 (um) mês e converter o mês o mesmo em pecúnia, para o servidor Público Municipal Sidney Godinho, ocupante do cargo efetivo de Motorista, com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na secretaria Municipal da Educação, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida e paga na folha de pagamento referente o mês de Abril de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 24 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA nº. 181/2014
De, 25 de Abril de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o senhor Frederic Hartwig Back Koelln, ocupante do cargo em Comissão de Gerente de Tributação e Fiscalização, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 25 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA nº. 182/2014
De, 30 de Abril de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o senhor José Ricardo Furquim, ocupante do cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 30 de Abril de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 183/2014
De, 30 de Abril de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de

conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses,

Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 03 (três) meses, para a Servidora Pública Municipal Efetiva, senhora Ivete Snigura Fabonato de acordo com os períodos de direito, matrícula 759 - 2003/2008 - Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas, matrícula 1330 - 2008/2013 - Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na secretaria Municipal da Educação, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 30/04/2014 à 28/07/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 30 de Abril de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.
PORTARIA nº. 184/2014
De, 02 de Maio de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Cleita Pandolfo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA N. 185/2014
De, 02 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o vencimento do Concurso Público nº. 001/2011;

Considerando a exoneração a pedido do Profissional Psicólogo, admitido pelo Concurso Público nº. 001/2011;

Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área da Saúde;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

Considerando a realização de novo Concurso Público;

RESOLVE:

Nomear Psicóloga ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Shirley Paloschi, para exercer o cargo de Psicóloga ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 02/05/2014 a 31/12/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 02 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA N. 186/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o vencimento do Concurso Público nº. 001/2011;

Considerando a exoneração a pedido da Profissional de Fisioterapia, admitida pelo Concurso Público nº. 001/2011;

Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área da Saúde;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

Considerando a realização de novo Concurso Público;

RESOLVE:

Nomear Psicóloga ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Diany Lunardi, para exercer o cargo de Fisioterapeuta ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 05/05/2014 a 31/12/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA N. 187/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com a Lei nº. 2.040/2014 e Lei Complementar nº. 038/2012,

Considerando a criação do Programa NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2014;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Nomear Enfermeira ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Mariana Comassetto de Aguirre, para exercer o cargo de Enfermeira ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, para atender junto ao Programa NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso III... Implantação de programa decorrentes de convênios ou acordos bilaterais com outros, no período de 05/05/2014 a 05/05/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA N. 188/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com a Lei nº. 2.040/2014 e Lei Complementar nº. 038/2012,

Considerando a criação do Programa NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2014;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

RESOLVE:
Nomear Enfermeira ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Telma Aline Corti, para exercer o cargo de Psicóloga ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, para atender junto ao Programa NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso III ... Implantação de programa decorrentes de convênios ou acordos bilaterais com outros, no período de 05/05/2014 a 05/05/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA N. 189/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com a Lei nº. 2.040/2014 e Lei Complementar nº. 038/2012,

Considerando a criação do Programa NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2014;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

RESOLVE:
Nomear Enfermeira ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Débora Cristina Prevedello, para exercer o cargo de Nutricionista ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, para atender junto ao Programa NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso III ... Implantação de programa decorrentes de convênios ou acordos bilaterais com outros, no período de 05/05/2014 a 05/05/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA N. 190/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e Lei Complementar nº. 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2014;

Considerando o funcionamento da nova Unidade Básica de Saúde, localizada na Linha João Café Filho;

Considerando a necessidade da contratação de Auxiliar de Serviços Gerais para realizar as atividades de higiene e limpeza da Unidade;

RESOLVE:
Nomear Auxiliar de Serviços Gerais ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Vanessa Cristina Teles Guerini, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VII, no período de 05/05/2014 a 05/05/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA nº. 191/2014
De, 05 de Maio de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Sabrina Canalle, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA N. 192/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,
Conceder Licença Tratamento Saúde à Professora de 5ª. a 8ª. Série - Disciplina de Inglês e designa substituta,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Lenir Marilene Lucas, ocupante do cargo de Professora de 5ª. a 8ª. Série - Disciplina de Inglês, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 05/05/2014 à 19/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 193/2014
De, 05 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Atestado Médico da Professora Titular Lenir Marilene Lucas;

Considerando a continuidade dos trabalhos na Disciplina de Inglês;

RESOLVE:
Nomear Professora de 5ª a 8ª. Séries - Disciplina de Inglês em substituição,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Liane Salete Scopel, para exercer o cargo de Professora de 5ª a 8ª. Séries - Disciplina de Inglês - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 05/05/2014 à 19/05/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 05 de Maio de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 194/2014
De, 05 de Maio de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 - Estrutura Administrativa,

RESOLVE:
Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Tais Cristina Izoton, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Fiscalização e Tributação, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA N. 195/2014
De, 08 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando a grande demanda de serviços, devido a aquisição de mais veículos pesados;

Considerando o princípio da ecomicidade, havendo a economia dos serviços terceirizados;
Considerando a realização do Concurso Público para o exercício de 2014 e;

Considerando também o gozo de Licença Prêmio do servidor efetivo;

RESOLVE:
Nomear Mecânico ACT,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Fabio Junior Mezzaroba, para exercer o cargo de Mecânico ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso VII, no período de 08/05/2014 a 08/11/2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 08 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 196/2014
De, 08 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para as servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, sendo: Fatima Maria Ambrozi Cervinski e Luciane Paula Gavineski Scopel, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 02/05/2014 à 31/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 08 de Maio de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA nº. 197/2014
De, 08 de Maio de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Transferir Veículos da Secretaria Municipal da Saúde - FMS para a secretaria da Administração e Gestão e, Secretaria da Fazenda,

Art. 1º - Fica transferido da Secretaria Municipal da Saúde - FMS, para a Secretaria Municipal da Administração e Gestão o veículo CORSA - placa MGO 2819 - quilometragem 389959 e, para a Secretaria Municipal da Fazenda o veículo PÁLIO - MFW 6528 - quilometragem 183215.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 08 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA nº. 198/2014
De, 13 de Maio de 2014.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar Portaria nº 112/2014,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 112/2014 de 05/03/2014, a a qual objetivava a alteração de carga horária da servidora pública municipal senhora Luciane Paula Gavinescki Scopel, ocupante do cargo efetivo de Monitora Social, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social - FMAS e com exercício no Programa Serviços de Fortalecimento de Vínculos, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 13 de Maio de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº. 199/2014
De, 08 de Maio de 2014.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias e converter 10 (dez) dias em pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora Pública Municipal Roseli Canci Sagaz, ocupante do cargo de Bioquímica, designada para o cargo em comissão de Secretária Municipal da Saúde - FMS, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2010/2011, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, no período de 005/05/2014 à 21/05/2014, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 08 de Maio de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 260/2014**

PORTARIA Nº 260/2014.

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, Insalubridade, ao servidor ALFREDO PITZ, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de maio de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de maio de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de maio de 2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 0003/2014 - Pavimentação Asfáltica

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2014

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços Nº 0003/2014.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a execução de obras sob o regime de empreitada global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, compreendendo: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DA RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO COM 4.421,29M², RUA TREVISÓ COM 1.447,10M², RUA GALDINO NESI COM 1.957,05 M², RUA OTÁVIO DE CARVALHO COM 917,25 M², RUA ANGELO ROVARIS COM 1.053,44 M², RUA MADALENA MASSAROLI NORDIO COM 696,22 M² E RUA ROSALINO ZAPELINI COM 403,83 M², SENDO UMA ÁREA TOTAL A PAVIMENTAR DE 10.896,18M², INCLUSIVE CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NAS LATERAIS DAS RUAS ACIMA CITADAS, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE TRABALHO Nº 6051, PROCESSO SEF Nº 7984/2014, CONVÊNIO Nº 2014TR001119, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS ANEXADOS A ESTE EDITAL (GRAVADOS EM CD).

Regimento: Será regida pela Lei Complementar 123/2006, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 03/06/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 03/06/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 13 de maio de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Processo Seletivo Nº 0001/2014

EDITAL Nº 001, DE 14 DE MAIO DE 2014.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - CADASTRO DE RESERVA, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, NAS MAIS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Lei Municipal nº 1043/2004, que trata de Contratação em caráter

Temporário, resolve baixar normas para realização do Processo Seletivo - Cadastro de Reserva, para contratação de pessoal em caráter temporário, para atendimento de substituições que venham ocorrer durante o exercício financeiro de 2014, na Secretaria da Saúde, na conformidade deste Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. Ficam abertas as inscrições para a possível contratação temporária de:

Cargo/Função	Vagas	Escolaridade	Vencimentos	Carga horária semanal	Taxa Inscrição
FARMACÊUTICO	01	Portador de certificado de conclusão do Ensino Superior com Registro no órgão competente	R\$ 1.757,86	20:00 horas	R\$ 80,00
FISIOTERAPEUTA	01	Portador de certificado de conclusão do Ensino Superior com Registro no órgão competente	R\$ 1.757,86	20:00 horas	R\$ 80,00
ASSISTENTE SOCIAL	01	Portador de certificado de conclusão do Ensino Superior com Registro no órgão competente	R\$ 3.515,73	40:00 horas	R\$ 80,00
AUXILIAR OPERACIONAL I - (Varrição de Ruas)	01	Primeiro Grau Incompleto	R\$ 886,30	40:00 horas	R\$ 10,00

1.2. As contratações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

I - para atender necessidades temporárias na área da saúde e Infraestrutura;

II - para atender termos de convênio, acordo com ajustes celebrados com outros entes públicos, para execução de obras ou prestação de serviços;

III - para substituição de servidor efetivo em caso de afastamento por doença ou férias regulamentares e cuja atividade ou serviço é de excepcional interesse público;

IV - para execução de programas de trabalho instituídos por decreto do Prefeito Municipal, para atender necessidades conjunturais que demandam a atuação imediata da Prefeitura e para os quais não justifica a realização de concurso público para estabilizar servidor;

VII - para ocupar cargo vago, não preenchido em concurso público realizado há menos de 02 (dois) anos, até a realização de novo concurso para preenchimento da vaga.

1.3. As inscrições serão realizadas no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, situado na Rua XV de Novembro, 26 - centro, Município de Arroio Trinta.

1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.4. O período de inscrição será de 14 de maio de 2014 a 02 de junho de 2014, no horário compreendido das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 05 de junho de 2014, no site: <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

1.6. Em razão de haver apenas 1 (uma) vaga por cargo, não haverá a reserva de vagas à portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

- I. cópia da carteira de identidade;
- II. cópia do CPF;
- III. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido.
- IV. Comprovante Pagamento da Taxa de Inscrição.

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 3.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

3. DAS PROVAS:

3.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente Edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 (vinte e cinco) questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 02 (duas) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta (SC);

b) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

3.2. As provas escritas serão realizadas no seguinte local e horário:

I - data: 07 de junho de 2014.

II - local: Escola Municipal Professora Jacy Falchetti - sito a Rua do Comércio - centro - Próximo a Igreja Matriz - Município de Arroio Trinta/SC

III - Horário: início 09h e término 11h00min.

3.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de inscrição.

3.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

3.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

3.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

3.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

3.8. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelará pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

3.9. O gabarito da prova será publicado e divulgado logo após o término da Prova objetiva, no site: <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

4. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. Serão considerados aprovados e classificados, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação.

4.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I - Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos, quando houver.

III - Maior idade.

4.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no site <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>, no dia 16 de junho de 2014.

4.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação

das provas, importará a sua eliminação na seleção.

4.5. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Arroio Trinta - SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

4.7. A prova terá caráter eliminatório.

4.8. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser superior a 0 (zero)

5. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

5.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do sítio <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br>.

5.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, situada na Rua XV de Novembro, 26 - centro, Município de Arroio Trinta.

5.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

5.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

5.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 10, deste edital.

5.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

5.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

5.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

6. DAS VAGAS:

6.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

6.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

6.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo máximo de 3 (três) dias, comprovar o atendimento das seguintes condições:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;

b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;

c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));

d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;

e) ter disponibilidade de carga horária de 08 (oito) horas diárias/40 (quarenta) horas semanais;

6.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de crimes eleitorais (www.tre-sc.gov.br));

b) Comprovante que votou na última eleição (certidão quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));

c) Ter idade mínima de dezoito anos;

d) Carteira de identidade;

e) CPF;

f) Título de Eleitor;

g) Carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

h) Carteira de trabalho;

i) Nº PIS/PASEP;

j) Certidão de casamento ou nascimento;

k) Certidão de nascimento dos filhos;

l) Comprovante de escolaridade;

m) Carteira de registro do órgão da profissão, para o cargo de Médico;

n) Uma foto 3x4;

o) Comprovante de residência;

p) Declaração de bens

q) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;

r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor se outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);

t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.

7. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

7.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

7.3. Poderá haver a prorrogação do contrato, objeto deste edital, pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o não preenchimento da vaga mediante realização de concurso público.

7.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

8. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

8.1. Os serviços serão prestados de 2ªs às 6ªs feiras, das 07h30min

às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com o horário estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo, ou conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Saúde.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e aplicação da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 3 e 4 deste Edital.

9.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

9.3. O Chefe do Executivo nomeará o Presidente e o Secretário da Comissão.

10. DO CRONOGRAMA

CROMOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	14/05/2014
Recebimento das inscrições	14/05/2014 a 02/06/2014
Resultado da homologação das inscrições	03/06/2014
Prazo recursos da homologação das inscrições	04/06/2014
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	05/06/2014
Prova Objetiva	07/06/2014
Prazo de recursos das questões da prova objetiva	09/06/2014
Divulgação do gabarito	10/06/2014
Prazo de recursos do gabarito	11/06/2014
Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva	12/06/2014
Prazo de recurso das notas da prova objetiva	13/06/2014
Divulgação do resultado final e classificação	16/06/2014

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

11.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

11.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrentes, bem como estará sujeito à responsabilização.

11.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital.

11.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita, obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da secretaria, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido.

11.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio),

preenchida no local da inscrição.

11.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas, recebendo nesta oportunidade protocolo, o qual deverá ser apresentado por ocasião da realização das provas.

11.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal.

11.9. O Processo Seletivo terá validade de no máximo 2 (dois) anos, a contar da data da homologação da classificação final

11.10. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Arroio Trinta - SC, 09 de maio de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

ANEXO I - CONTEÚDO DAS PROVAS

CARGOS: FARMACÊUTICO - FISIOTERAPEUTA - ASSISTENTE SOCIAL

Português 05 questões	Interpretação de texto. CAMPO DA SINTAXE: Oração, termos da oração, orações coordenadas e subordinadas, concordância e regência. CAMPO DA CRASE E PONTUAÇÃO: Crase, pontuação, verbos, nova ortografia. Separação de Sílabas. Fonemas. Homônimos e Parônimos, Uso dos porquês.
Informática 05 questões	Noções básicas de informática
Conhecimentos Gerais 05 questões	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo, de acordo com o guia da FECAM e lei orgânica do município.
Conhecimentos Específicos FARMACÊUTICO 10 questões	Constituição Federal Artigos 196 a 199 ADCT art. 77. Siglas dos Programas de Saúde do Governo Federal. Atenção Básica. Vigilâncias. Blocos de Financiamento dos Programas d3e Saúde. Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde. Conhecimento Básico da Profissão de FARMACÊUTICO.
Conhecimentos Específicos FISIOTERAPEUTA 10 questões	Constituição Federal Artigos 196 a 199 ADCT art. 77. Siglas dos Programas de Saúde do Governo Federal. Atenção Básica. Vigilâncias. Blocos de Financiamento dos Programas d3e Saúde. Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde. Conhecimento Básico da Profissão de FISIOTERAPEUTA.
Conhecimentos Específicos ASSISTENTE SOCIAL 10 questões	Constituição Federal Artigos 196 a 199 ADCT art. 77. Siglas dos Programas de Saúde do Governo Federal. Atenção Básica. Vigilâncias. Blocos de Financiamento dos Programas d3e Saúde. Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde. Conhecimento Básico da Profissão de ASSISTENTE SOCIAL.

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I

Português 10 questões	Interpretação de texto. E Gramática Básica.
Matemática 05 questões	As quatro Operações e Problemas.
Conhecimentos Gerais 10 questões	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo, de acordo com o guia da FECAM e lei orgânica do município.

ANEXO II**FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO**

Para
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu _____ RG nº _____
_____, CPF nº _____
, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Arroio Trinta (SC), Edital nº 001/2014, inscrição nº _____ para o cargo de _____ venho requerer _____, pelos motivos abaixo: _____

Arroio Trinta (SC) _____

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA/SC

FICHA DE INSCRIÇÃO - Edital nº 001/2014

Protocolo: Nº da inscrição: _____

Assinale a opção para o cargo que pretende:

- () FARMACEUTICO
() FISIOTERAPEUTA
() ASSISTENTE SOCIAL
() AUXILIAR OPERACIONAL I

Identificação:

Nome do candidato(a): _____

Data de nascimento: ____/____/____

Local de nascimento: _____ UF: _____

Estado civil: _____

Nº de dependentes: _____

Nº RG: _____ C.P.F.: _____

Endereço:

Rua/Av: _____ Nº _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Telefones para contatos: _____

E-mail: _____

Formação: _____

Escolaridade: _____

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

- () cópia da carteira de identidade
() cópia do CPF
() cópia do título de eleitor
() cópia carteira de reservista(....)

() cópia do comprovante que votou na última eleição

() cópia do comprovante de escolaridade

() outros documentos: _____

Arroio Trinta, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

ANEXO III**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO: FARMACÊUTICO

ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO: Curso Superior de Farmacêutico/Registro no Conselho Regional

ATRIBUIÇÕES:

- Assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados na farmácia da Unidade Central de Saúde, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica;
- Fazer com que sejam prestados ao público esclarecimentos quanto ao modo de utilização dos medicamentos, nomeadamente de medicamentos que tenham efeitos colaterais indesejáveis ou alterem as funções nervosas superiores;
- Articular a integração com serviços (unidades de saúde da família, unidades básicas de saúde, urgência e emergência, centro de referência, entre outros), com profissionais de saúde, centros de estudos e informação sobre medicamentos existentes, entre outros;
- Participar de comissões técnicas;
- Adotar normas e procedimentos operacionais para todas as atividades Desenvolvidas;
- Programar por critérios epidemiológicos os medicamentos necessários ao fluxo de abastecimento;
- Assegurar a disponibilidade da informação sobre medicamentos, apoiando os profissionais de saúde, com a finalidade de racionalizar o uso e promover melhoria da qualidade da farmacoterapia;
- Articular-se com a rede de farmácias notificadoras da ANVISA;
- Elaborar instrumentos de controle e avaliação de cobertura e atendimento de demanda;
- Garantir condições adequadas para armazenamento de medicamentos;
- Controlar e analisar a movimentação físico-financeira dos estoques de medicamentos;
- Estabelecer mecanismos de controle e avaliação das atividades desenvolvidas;
- Manter cadastro atualizado de usuários de medicamentos e de prescritores, com ênfase nos programas de saúde existentes;
- Participar dos programas de capacitação em serviço dos profissionais de saúde;
- Realizar estudos de farmacoeconomia e estudos farmacoepidemiológicos;
- Prestar orientação individual e coletiva quanto ao uso correto de medicamentos;
- Realizar a dispensação de medicamentos.
- Realizar o seguimento da farmacoterapia, com ênfase na adesão ao tratamento, no monitoramento de reações adversas para implementação da farmacovigilância;
- Sinalizar à equipe de saúde a necessidade de busca ativa de pacientes
- Guardar sigilo profissional.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO: Curso Superior de Fisioterapia/Registro no Conselho Regional

ATRIBUIÇÕES:

- Executar atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a assistência fisioterápica, em níveis de prevenção, tratamento e recuperação de sequelas, e executar atividades próprias de fisioterapeuta em unidades de saúde do Município.

- Deverá prestar assistência fisioterápica, em níveis de prevenção, tratamento e recuperação de sequelas, em ambulatorios, hospitais ou órgãos afins,
- Deverá ainda executar atividades específicas de fisioterapia, no tratamento em entorses, fraturas em vias de recuperação, paralisias, perturbações, circulatórias e enfermidades nervosas, por meios físicos, geralmente de acordo com as prescrições medicas, planejar e orientar as atividades fisioterápicas de cada paciente, em função do seu quadro clínico.
- Supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a realização correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos simples, fazer avaliações fisioterápicas, com vistas a determinação da capacidade funcional.
- Participar de atividades de caráter profissional, educativa ou recreativa, organizadas sob controle medico e que tenham por objetivo a readaptação física ou mental dos incapacitados.
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias a execução das atividades próprias do cargo, executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.
- Efetuar levantamento e diagnóstico, junto às equipes de saúde de ações de saúde pública, e estabelecer objetivos e metas para os serviços da saúde;
- Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de fisioterapia.
- Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à fisioterapia, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local, nas atividades relacionadas com fisioterapia;
- Executar métodos e técnicas fisioterápicas, com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do indivíduo; (Decreto Lei nº 938/69 de 13/10/1969 (retificado em 16/10/69));
- Guardar sigilo profissional.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS

ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO: Curso Superior de Serviço Social / Registro no Conselho Regional de Serviço Social.

ATRIBUIÇÕES:

- Recepção e acolhimento no CRAS de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e daqueles relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social;
- Vigilância social: produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida.
- Conhecimento das famílias referenciadas e as beneficiárias do BPC - Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família;
- Acompanhamento familiar: em grupos de convivência no CRAS, serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes; dos beneficiários do Bolsa Família, em especial das famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades; das famílias com beneficiários do BPC;
- Proteção pró-ativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como, por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do PBF), ou risco;
- Encaminhamento para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro Único e do BPC, na avaliação social e do INSS; das famílias e indivíduos para a aquisição dos documentos civis fundamentais para o exercício da cidadania; encaminhamento (com acompanhamento) da população referenciada no território do CRAS para serviços de Proteção Básica e de Proteção Social Especial, quando for o caso;
- Produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e indivíduos sobre os programas, projetos e serviços socioassistenciais do SUAS, sobre o Bolsa Família e o BPC, sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos de âmbito local, municipal, do Distrito Federal, regional, da área metropolitana e ou da micro-região do estado;

- Apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do Programa Bolsa Família, BPC e demais benefícios.
- Guardar sigilo profissional.

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL I

ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO: Primeiro Grau Incompleto

ATRIBUIÇÕES

- 1 Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia;
2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros;
3. Carregar e descarregar viaturas em geral;
4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, orçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos;
5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos;
6. Auxiliar a implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função;
7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos;
8. Auxiliar no preparo da argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferragens peculiares ao trabalho;
9. Executar Serviços de limpeza de terrenos;
10. Auxiliar na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares;
11. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários;
12. Auxiliar nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais;
13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
15. Executar outras atividades correlatas.

Atalanta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 07/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão

Presencial 7/2014 - Registro de preço, para o seguinte objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 28 de maio de 2014 às 15:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário normal de expediente, ou pelo fone (47)3535-0101, e e-mail: compras@atalanta.sc.gov.br.

Atalanta, 12 de maio de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão

Presencial 6/2014 - Registro de preço, para o seguinte objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DE MAO DE OBRA E CONserto DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 28 de maio de 2014 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, no horário normal de expediente, ou pelo fone (47)3535-0101, e e-mail: compras@atalanta.sc.gov.br.

Atalanta, 12 de maio de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Pregão 04/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

O Fundo Municipal de Saúde do Município e Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial 4/2014, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO MINIONIBUS ZERO KM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES.. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 29 de maio de 2014 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na

integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 13 de maio de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Decisão Processo Administrativo - 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

FONE: (47) 3629 0166

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras@pmbvt.sc.gov.br

DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2014 (CONCORRÊNCIA)

O Município de Bela Vista do Toldo, através do Processo Administrativo nº 003.2014, deu abertura ao Processo Licitatório, modalidade Concorrência nº 001.2014, objetivando a contratação de empresa de transporte de passageiros, para a prestação de serviços relativos ao transporte de alunos da rede municipal de ensino num período de 200 dias letivos no ano de 2014.

Após todo o trâmite regular, a CPL procedeu a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta de preços (24.02.2014), tendo nesta oportunidade participado apenas 01 (uma) empresa, ou seja, Bitur Transportadora Turística Ltda.

Antes dos autos virem ao Gabinete deste subscritor para homologação, esta municipalidade recebeu telefonema oriundo o egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, onde orientação os membros da CPL de que não homologassem o resultado do certame, eis que aportou naquela Casa, Representação que dizia haver cláusulas restritivas no edital e via de consequência impediam a isonomia dos participantes.

Pois bem, primeiramente importante transcrever a redação do art. 49 da Lei nº 8.666/93, que estabelece que "a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

Sobre o assunto ensina o clássico comentador da Lei de Licitações, Marçal Justen Filho, o art. 49 da Lei do Estatuto das Licitações não autoriza a revogação das licitações por interesse público sob qualquer pretexto. A Administração está adstrita às hipóteses de fatos supervenientes devidamente comprovados capazes de autorizar a decisão extrema. Nas palavras do renomado autor:

"Nesse sentido, a Lei determina que a revogação dependerá da ocorrência de 'fato superveniente devidamente comprovado'. Isso indica a inviabilidade de renovação do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente. EM TERMOS PRÁTICOS, SIGNIFICA UMA RESTRIÇÃO À LIBERDADE DA ADMINISTRAÇÃO, CRIANDO UMA ESPÉCIE DE PRECLUSÃO ADMINISTRATIVA. UMA VEZ EXERCITADA DETERMINADA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA, A ADMINISTRAÇÃO NÃO PODERIA REVER O ATO, SENÃO QUANDO SURGISSEM FATOS NOVOS. Na vigência da lei anterior, questionava-se a necessidade da superveniência de fatos novos para autorizar a revogação. Com a consagração expressa da posição adversa, fica afastada a tese de que 'o fato de a inconveniência ou da inoportunidade decorrer de critério adotado pela própria Administração não constitui qualquer obstáculo à edição de providências em sentido contrário.'" (Justen Filho, Marçal, Comentários

à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª edição, São Paulo: Dialética, 2008, pág. 616)

Ivan Barbosa Rigolin e Marco Tulio Bottino seguem por esta mesma senda, acrescentando que as razões de interesse público que justificam a revogação de licitação por motivo de fato superveniente devidamente devem restar devidamente comprovadas:

"Se o único fundamento constitucional, legal e moral à revogação de uma licitação é, devido a algum acontecimento posterior à abertura do certame, a conveniência e oportunidade no seu cancelamento- porque graças àquele acontecimento a aquisição (ou a venda) do seu objeto deixou de ser conveniente e oportuna à entidade como era considerada antes -, ENTÃO PRECISA RESTAR CABALMENTE DEMONSTRADA NOS AUTOS ESTA MUDANÇA DO INTERESSE PÚBLICO, QUE A ENTIDADE REPRESENTA, SEMPRE QUE PRETENDA REVOGAR UM CERTAME." (Rigolin, Ivan Barbosa, Manual prático das licitações, 7ª edição, São Paulo: Saraiva, 2008, pág. 449)

Por fim, cumpre trazer à baila a tese (embora insular) de José Cretella Júnior no sentido de que a revogação só pode atingir única e tão somente o edital das licitações:

"Além do edital, o julgamento também pode ser anulado mas nunca revogado. A revogação, por isso, incide apenas sobre o edital. Não tem influência alguma sobre o julgamento. Não há julgamentos inconvenientes nem inoportunos. Há apenas julgamentos eivados de legalidade ou não." (Cretella Júnior, José, Das licitações públicas: (comentários à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993), Rio de Janeiro: Forense, 2006, 18ª edição, pág. 306)

No caso dos autos, tem-se a ocorrência de fato superveniente (manifestação via telefonema do e. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina), onde anuncia que o edital possui cláusulas restritivas, impedindo assim a isonomia dos participantes.

Em assim sendo, com força no art. 49, da Lei nº 8.666/93 combinado com a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal REVOGO o Edital de Concorrência nº 001/2014 e todos os atos derivados do mesmo, devendo ser publicado com a máxima urgência junto ao Diário Oficial Municipal (DOM), no mural desta Prefeitura Municipal, assim como comunicado a licitante que participou do certame.

Bela Vista do Toldo, SC, 06 de março de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 024/2011, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO E A EMPRESA ENGEPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 839, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 2.318.341, inscrito no CPF sob o nº 754.056.019-34, residente e domiciliado na Rua Estanislau Schumann, 1.100, no município de Bela Vista do Toldo, SC, nos termos do art. 78, inciso V, c/c o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93 aliado ao relatório que fica fazendo parte integrante teste, rescinde unilateralmente o contrato nº 024/2011, a contar da presente data (17/03/2014), contrato este firmado entre o Município de Bela Vista do Toldo e a empresa

Engepav Pavimentação e Construções Ltda. - ME, o qual tinha por objeto a execução de obras e serviços de engenharia para a pavimentação asfáltica na Rua Francisco Karvat Sobrinho - Trecho A, (Contrato nº 024/2011) pelo preço de R\$ 100.855,45 (cem mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Bela Vista do Toldo, SC, 17 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Gilberto Damaso da Silveira

CPF 754.056.019-34

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Testemunhas:

Elaís Gomes dos Santos Luana Priscila B. Oliveira

CPF: 062.193.929-30 CPF: 093.505.619-05

Extratos E Aditivos de Contratos - Pub 02B/2014

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato Nº 015/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda, CNPJ 00.805.922/0007-61, Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, 3.617, Bairro Santa Rosa, Porto União, SC.

Objeto do contrato: Fornecimento parcelado de pneus.

Data da assinatura: 17.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 016/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Sulca Empreendimentos Ltda, CNPJ 13.117.267/0001-05, Rua Guilherme Prust, 45, Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Prestação de serviços de horas/máquinas com operador e manutenção para as seguintes máquinas: pá carregadeira e retroescavadeira.

Data da assinatura: 24.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 017/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Rios & Rios Serviços Administrativos Ltda, CNPJ 13.728.294/0001-14, Rua Leopoldo Froes, 217, casa 3, Prado Velho, Curitiba, PR.

Objeto do contrato: Contratação de empresa para realização de Teste Seletivo Simplificado, objetivando o preenchimento de vagas em caráter temporário/excepcional junto a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, totalizando 15 (quinze) cargos.

Data da assinatura: 25.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 018/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda, CNPJ 01.104.642/0001-01, Rodovia BR 470, km 140, nº 5.350, salas 02 e 04, Bairro Itoupava, Rio do Sul, SC.

Objeto do contrato: Fornecimento parcelado de pneus.

Data da assinatura: 04.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 019/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Pneuforte Comércio e Recapagens Ltda, CNPJ 00.805.922/0007-61, Avenida Expedicionário Edmundo Arrabar, 3.617, Bairro Santa Rosa, Porto União, SC.

Objeto do contrato: Fornecimento parcelado de pneus.

Data da assinatura: 04.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 020/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Modelo Pneus Ltda, CNPJ 94.510.682/0001-26, Rua Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56, Bento Gonçalves, RS.

Objeto do contrato: Fornecimento parcelado de pneus.

Data da assinatura: 04.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 022/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Quantum Engenharia Elétrica Ltda, CNPJ 82.094.640/0001-72, Rua Dom Pedro II, 63, Bairro Capoeiras, Florianópolis, SC.

Objeto do contrato: Execução de entrada de serviço com fornecimento materiais de iluminação da quadra de areia da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, SC, para atividades de recreação, localizada na Rua Professor Alfredo Ludka, neste Município.

Data da assinatura: 08.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 023/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: KT Ferragens Ltda, CNPJ 18.242.273/0001-08, Rua Paul Harris, 159, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Fornecimento de equipamentos e materiais para borracharia para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Data da assinatura: 08.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 024/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: NK Ferragens Ltda, CNPJ 03.219.654/0001-07, Rua Paul Harris, 346, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto do contrato: Fornecimento de equipamentos e materiais para borracharia para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Data da assinatura: 08.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 025/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Auto Posto Barracão Ltda, CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Fornecimento parcelado de combustíveis.
Data da assinatura: 14.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 026/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Comaso Construção Comércio e Indústria Ltda - EPP, CNPJ 02.674.801/0001-68, Estrada Geral São Tomaz, Rondinha, Papanduva, SC.
Objeto do contrato:Fornecimento parcelado de pedra brita tipo bica corrida.
Data da assinatura: 17.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 027/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Cerâmica Ouro Da Terra Ltda - EPP, CNPJ 09.314.237/0001-11, Rua José Pereira do Vale, 1.412, Major Vieira, SC.
Objeto do contrato:Locação de três caminhões basculante tipo camba, com motorista e manutenção, com base em quilometro rodado por dia.
Data da assinatura: 17.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 028/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Janice Haas De Souza Castilho, CPF 937.972.909-00, Colônia Ouro Verde, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede de ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL do Município de Bela Vista do Toldo.
Data da assinatura: 28.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 029/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Terezinha Alves do Prado, CPF 457.743.669-87, Arroio Fundo, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede de ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL do Município de Bela Vista do Toldo.
Data da assinatura: 28.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 030/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Edson Tischler, CPF 038.191.569-76, Colônia Ouro Verde, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede de ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL do Município de Bela Vista do Toldo.
Data da assinatura: 28.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 031/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Marize Aparecida Castilho da Silveira, CPF 023.314.879-52, Arroio Fundo, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede de ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL do Município de Bela Vista do Toldo.
Data da assinatura: 28.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 032/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Haroldo Emiliano, CPF 730.027.209-68, Colônia Ouro Verde, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede de ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL do Município de Bela Vista do Toldo.
Data da assinatura: 28.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 033/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: RosiAndrechovskiMontegute, CPF 936.938.509-68, Rio dos Poços, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.
Objeto do contrato:Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede de ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL do Município de Bela Vista do Toldo.
Data da assinatura: 28.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 034/2014 - PREF.
Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.
Contratada: Altair Fabro& Cia. Ltda - ME, CNPJ 02.730.048/0001-80, Avenida Presidente Vargas, 454, Complemento Sala 02, Centro, Nova Prata, RS.
Objeto do contrato:Fornecimento de equipamentos agrícolas em conformidade com o convênio n. 2014TR000326,celebrado com estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

Data da assinatura: 28.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 035/2014 - PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Construtora Suprema Ltda - EPP, CNPJ 09.293.151/0001-50, Rua Irassu C. Bussmann, 300, Itaiópolis, SC. Objeto do contrato: Prestação de serviços horas/máquinas com operador e manutenção para escavadeira hidráulica movida sob esteiras.

Data da assinatura: 29.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 004/2014 -PREF - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 008/2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LJ-AUD Escritório Contábil S/C Ltda- ME, CNPJ 04.190.275/0001-96, Rua Paraná, 89, Centro, Xânxere, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2014.

Data da assinatura: 28.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 005/2014 - PREF - Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 027/2013.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Muller Informática Ltda - ME, CNPJ 07.569.095/0001-08, Rua São José, 1.663, Bairro Alto das Palmeiras, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2014.

Data da assinatura: 28.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 020/2014 - FMS

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda, CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, 627, Centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de combustíveis.

Data da assinatura: 14.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 021/2014 - FMS

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: De Marco Ltda, CNPJ 84.584.556/0010-53, Rua Padre Anchieta, 276, Cidade Nova, Porto União, SC.

Objeto do contrato: Aquisição de um veículo automotor zero quilômetro.

Data da assinatura: 28.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 005/2014 - FMS, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2014.

Contratante: Fundo Municipal De Saúde-FMS. CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovide dos Santos Pacheco, 240, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Contestado Prestadora de Serviços Médicos Ltda, CNPJ 04.104.480.0001/91, Rua Getúlio Vargas, 1345, sala 01, Canoinhas, SC.

Objeto do aditivo: Prorrogação de vigência até 30 de Junho de 2014.

Data da assinatura: 28.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 001/2014 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social -FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Dirceu Amorin Castanho, CPF 806.295.719-53, Rua Braço do Sul, Vila Itoupava, s/nº, Blumenau, SC.

Objeto do contrato: Locação de um imóvel residencial em alvenaria com área de 45,00 m² (quarenta e cinco metros quadrados), edificado sobre o imóvel com área de 12.100,00 m² (doze mil e cem metros quadrados), em comum com o imóvel rural com área de 24.200,00 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), localizado no município de Bela Vista do Toldo, SC.

Data da assinatura: 01.03.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 002/2014 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social -FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Fernando Simão Maron Eireli - ME, CNPJ 17.496.421/0001-58, Rua Pedro Maron, 69, Centro, Major Vieira, SC.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para construção de casa residencial medindo 60,00 m² (sessenta metros quadrados), na localidade de Rio Bonito, no interior do município de Bela Vista do Toldo, com o fornecimento do material e mão de obra necessária.

Data da assinatura: 01.04.2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 003/2014 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social -FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Inês Ricardo de Jesus Schimborski, CPF 986.629.539-72, Tira Fogo, s/nº, interior do município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do contrato: Contratação de Profissional Autônomo designado a ministrar aulas de Corte e Costura vinculadas à educação não-formal e de duração variada, que serão destinadas a atender os participantes da Oficina de Corte e Costura, abrangendo as comunidades de Serra da Lagoa, Rio Bonito, Imbuia, Lagoa do Sul, Ribeirão Raso e Colônia Ouro Verde (São Pedro).

Data da assinatura: 01.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 004/2014 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social -FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Marcia Greschechen Pereira, CPF 022.732.739-08, Rua Francisco Karvat Sobrinho, s/nº, no município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do contrato: Contratação de Profissional Autônomo designado a ministrar aulas de Corte e Costura vinculadas à educação não-formal e de duração variada, que serão destinadas a atender os participantes da Oficina de Corte e Costura, abrangendo as comunidades de Serra do Lucindo, Rio da Areia de Cima, Grupo da Melhor Idade e Gestantes do centro do Município de Bela Vista do Toldo.

Data da assinatura: 01.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Contrato Nº 005/2014 - FMAS

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social -FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda, CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, no Município de Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do contrato: Aquisição parcelada de combustível.

Data da assinatura: 28.04.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Termo Aditivo Nº 001/2014 - FMAS, Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal De Assistência Social -FMAS. CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, centro, município de Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: João Alves Lourenço, CPF 434.576.309-68, Rua Estanislau Schumann, 976, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Alteração do disposto na Cláusula Quinta do Contrato nº 001/2013 - FMAS, passando a mesma a vigorar com a seguinte redação: O preço certo e ajustado pelo aluguel do imóvel é de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) que será pago em 12 (doze) parcelas fixas e mensais na importância de R\$ 900,00 (novecentos reais) cada parcela, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês vencido, diretamente a este ou ao Procurador por ele nomeado.

Data da assinatura: 06.01.2014
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 1324/2014

PORTARIA nº 1324 de 12 de maio de 2014

Torna sem efeito a portaria nº 258/2013, que nomeava a servidora Elisa Maria Hoffmann Loeff, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliário, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 258 de 18 de janeiro de 2013, que nomeava a servidora Elisa Maria Hoffmann Loeff, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliário, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 01/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 12 de maio de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1325/2014

PORTARIA nº 1325 de 12 de maio de 2014

Torna sem efeito a portaria nº 261/2013, que nomeava a servidora Zenilde Maria Ferreira, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 261 de 18 de janeiro de 2013, que nomeava a servidora Zenilde Maria Ferreira, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 01/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 12 de maio de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1326/2014

PORTARIA nº 1326 de 12 de maio de 2014

Nomeia a servidora Valéria Cristina da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrita na matrícula funcional nº 9825, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Valéria Cristina da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrita na matrícula funcional nº 9825, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração da Dívida Ativa, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 600,00 (seiscentos reais), observada a aplicação do art. 217, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 12 de maio de 2014.

Jose Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1327/2014

PORTARIA nº 1327 de 12 de maio de 2014

Nomeia o servidor Manoel Custódio, detentor do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrito na matrícula funcional nº 7235, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliários, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Manoel Custódio, detentor do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, inscrito na matrícula funcional nº 7235, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliários, nos termos do artigo 64 da Lei Complementar nº 33/2010, e do art. 217, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 600,00 (seiscentos reais), observada a aplicação do art. 217, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2014.

Biguaçu, 12 de maio de 2014.

Jose Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Contrato Nº 02/2014 - Concessão Precária de Uso

CONTRATO DE CONCESSÃO PRECÁRIA DE USO

CONTRATO N. 02/2014

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Concessão que fazem o Município de Biguaçu, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF, sob o número 82892308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, 90 - Centro - aqui representada pelo Prefeito Municipal de Biguaçu, José Castelo Deschamps, doravante denominada de CONCEDENTE, e, de outro lado a Associação das Fazendeiras Amigas Guerreiras e Otimistas, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o número 08433030/0001-01, com sede na Estrada Geral Fazenda de Dentro

- Bairro Fazenda de Dentro (AFAGO) - Biguaçu, neste ato representado pela senhora Carmeli Schmitz Nau, CONCESSIONÁRIO, firmam o presente contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como objeto a concessão de imóvel público para fins de instalação da sede da Associação das Fazendeiras Amigas Guerreiras e Otimistas.

Parágrafo único. Será concedido a AFAGO o espaço público da Unidade Escolar E.R. Ronald de Carvalho, localizada na Estrada Geral da Fazenda de Dentro, Três Riachos, Biguaçu/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficará suspensa a cobrança de alugueis ao CONCESSIONÁRIO, todavia, o mesmo deverá cumprir obrigações de manutenção e limpeza do imóvel, bem como proporcionar lazer, entretenimento e atividades voltadas às crianças, adolescentes e idosos da comunidade, além de disponibilizar cursos de pintura, costura entre outros para os integrantes da comunidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os equipamentos e o custeio relacionado com a manutenção e limpeza do imóvel, bem com os eventos realizados, serão de responsabilidade exclusiva do CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA - É de inteira responsabilidade do CONCESSIONÁRIO todas as despesas para o funcionamento e manutenção do estabelecimento, bem como a realização dos referidos eventos, incluindo o pagamento de indenizações decorrentes de qualquer tipo de incidente que vier a ocorrer nas dependências do imóvel, objeto da concessão.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas relativas à energia elétrica e abastecimento de água, bem como eventuais alvarás, taxas e impostos, serão de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA - O presente instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste termo contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de desistência do CONCESSIONÁRIO, dentro do prazo estabelecido, ficará o CONCEDENTE livre de quaisquer indenizações, e pagamentos de qualquer espécie relativos a concessão.

CLÁUSULA OITAVA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito ao CONCESSIONÁRIO a indenização de qualquer espécie quando:

- a) O CONCESSIONÁRIO que não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- b) O CONCESSIONÁRIO que transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE;
- c) No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços CONCESSIONÁRIO ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
- d) Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
- e) O CONCESSIONÁRIO deverá desocupar o local quando do interesse público, a ser definido pela administração municipal.

Destarte, por estarem justas e contratadas, assinam este contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, na presença das duas (02) testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes, para que surta os efeitos legais e de Direito.

Biguaçu, 08 de Maio de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal de Biguaçu
CONCEDENTE

Carmeli Scmitz Nau
CPF - 892.560.268-72
Associação das Fazendeiras Amigas Guerreiras e Otimistas -
AFAGO
CONCESSIONÁRIA

Marivalde Inêz Kons Alexandre Martins de Souza
CPF - 493.371.149-68 CPF - 000.080.379-06
TESTEMUNHA TESTEMUNHA

Decreto Nº 051/2014

DECRETO Nº 051/2014 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.
José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 46.770,00 (quarenta e seis mil setecentos e setenta reais) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2013 apurado em fontes de recursos:

17. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	26.770,00
3.3.90.00/0.6.36.000000	Outras Despesas Correntes	26.770,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1701.18.541.0008.2079	Estrutura e Manutenção dos Serviços de Reciclagem de Lixo	20.000,00
3.3.90.00/0.6.36.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de abril de 2014.
Jose Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Lei Nº 3477/2014

LEI Nº 3477/2014 DE 13 DE MAIO DE 2014.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC O DIA 13 DE MAIO NO CALENDÁRIO OFICIAL COMO O "DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO RACISMO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Biguaçu, o dia treze de maio o "Dia Municipal de combate ao Racismo".

Art. 2º - A Prefeitura, e outras entidades competentes promoverão seminários, palestras, debates, sessões públicas, bem como, a elaboração de cartilhas de orientação aos pais, alunos, professores e comunidade geral, procurando, assim, diminuir a incidência de racismo.

Art. 3º - A divulgação e a realização das atividades do dia 13 de Maio "Dia Municipal de combate contra o Racismo", ficarão a cargo das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Superintendência de Comunicação Social, dirigentes das unidades

de ensino e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a luta contra o racismo e a busca pela igualdade.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3477/2014, de 13/05/2014
Sancionada em 13/05/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Portaria Nº 1333/2014

PORTARIA nº 1333 de 13 de maio de 2014

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Patrícia Teixeira Pereira, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Patrícia Teixeira Pereira, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 9490.

Art. 2º O período de concessão da licença sem vencimento é de 02/05/2014 a 02/05/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/05/2014.

Biguaçu, 06 de maio de 2014.
João Luiz Luz
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1332/2014

PORTARIA nº 1332 de 13 de maio de 2014

Nomeia Mauro de Miranda, para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Integração Regional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Mauro de Miranda, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Integração Regional, a contar de 29/04/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2014.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1331/2014

PORTARIA nº 1331/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ALINE PIACESKI ARCEÑO, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 06/05/2014 a 01/11/2014.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1329/2014

PORTARIA nº 1329/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, DANIELA CRISTINA PRIM, ocupante do cargo de provimento temporário de PAGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 06/05/2014 a 02/09/2014.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 03/09/2014 a 02/10/2014.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1328/2014

PORTARIA nº 1328/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, SILVIA CRISTINA PEREIRA SOUZA, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 29/04/2014 a 26/08/2014.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 27/08/2014 a 25/09/2014.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1323/2014

PORTARIA nº 1323 de 12 de maio de 2014

Susta a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Maicon Faustino da Mota, ocupante do cargo efetivo de Motorista II I, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Sustar a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Maicon Faustino da Mota, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Motorista II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8003 a contar de 14/05/2014.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 667/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 14/05/2014.

Biguaçu, 12 de maio de 2014.
João Luiz Luz
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1334/2014

PORTARIA nº 1334 de 13 de maio de 2014

Mantém o Secretário da Assistência Social como gestor do Fundo Municipal da Assistência Social e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência e dá outras providências.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que a partir do exercício financeiro de 2014, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual para 2014, o Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência deixaram de ser tratados como Unidade Gestora para serem tratados como Unidade Orçamentária da Unidade Gestora Prefeitura;

Considerando, a necessidade de manter a celeridade nas decisões relacionadas à execução orçamentária dos recursos vinculados a esses Fundos;

Considerando, que na condição de Unidades Gestoras até o exercício de 2013 o Gestor desses Fundos era o Secretário da Assistência Social que em conjunto com o Servidor Alex José de Andrade assinavam as ordens de pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços,

RESOLVE:

Art. 1º MANTER o Secretário da Assistência Social como Gestor dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social e no Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 2º As ordens de pagamento desses fundos deverão ser assinadas conjuntamente pelo Secretário de Assistência Social e pelo servidor Alex José Andrade.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/01/2014.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 200, de 31 de janeiro de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Biguaçu, 31 de janeiro de 2014.

Jose Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1340/2014

PORTARIA Nº 1340/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARIANE CIDRAL, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE ADMINISTRATIVO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3992/2014 em anexo no período de 23/04/2014 a 25/04/2014.

Biguaçu, 16 de maio de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1339/2014

PORTARIA Nº 1339/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), ALTAMIRO MIGUEL DE BARROS, ocupante do Cargo Efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 3629/2014 no período de 29/04/2014 a 25/10/2014.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1338/2014

PORTARIA Nº 1338/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDNEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4327/2014 em anexo no período de 05/05/2014 a 25/05/2014.

Biguaçu, 16 de maio de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1337/2014

PORTARIA Nº 1337/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de JARDINEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4076/2014 em anexo no período de 29/04/2014 a 17/05/2014.

Biguaçu, 16 de maio de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1336/2014

PORTARIA Nº 1336/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4035/2014 em anexo no período de 29/04/2014 a 06/05/2014.

Biguaçu, 16 de maio de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1335/2014

PORTARIA nº 1335 de 13 de maio de 2014

Concede ao servidor Sineia da Silva, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Professor I, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Sineia da Silva, brasileira, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Professor I, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei

Complementar nº 47/2011.

Art. 2º A Gratificação concedida será custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal, observada a aplicação do art. 140 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 01/02/2014.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.

Jose Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Decreto Nº 052/2014

DECRETO Nº 052/2014 DE 13 DE MAIO DE 2014.

REGULAMENTA O §5º DO ART. 13 DA LEI MUNICIPAL N.º 3252/2012, QUE DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES QUALIFICADAS COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu:

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o §5º do art. 13 da Lei municipal 3.252/2012, sobre fiscalização e o Acompanhamento dos contratos de gestão celebrados, que serão regidos pelas disposições constantes deste decreto.

DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Art. 2º - A estrutura básica de fiscalização e acompanhamento é composta:

I - Pelo Secretário da pasta correspondente a área do serviço prestado, na qualidade de autoridade supervisora, assessorado pela equipe da respectiva secretaria; e

II - Pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

Art. 3º - A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento será presidida pelo Secretário da pasta e integrada por:

I - dois membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Municipal da área ou dos Conselhos Gestores dos equipamentos incluídos nos Contratos de Gestão, quando existirem, ou pelo Prefeito;

II - um membro indicado pela Câmara Municipal, com notória capacidade e adequada qualificação; e

III - três membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação.

DA COMPETÊNCIA

Art. 4º - Ao Secretário Supervisor compete:

I - Acompanhar mensalmente os serviços prestados pela Organização Social contratada;

II - Constatar/manifestar-se sobre o atingimento das metas projetadas;

III - Solicitar a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, manifestação sobre as razões apresentadas pela Organização Social,

quando não forem atingidas as metas projetadas;

IV - Comunicar ao Prefeito, Ministério Público no caso de malversação dos bens e recursos pelo contratado;

V - certificar as Notas Fiscais ou outro instrumento de cobrança do repasse emitido pela Organização Social contratada, que será acompanhado de Relatório Mensal;

VI - Elaborar Parecer Trimestral, ouvida a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

VII - Elaborar Parecer Anual (Consolidado);

VIII - Decidir sobre a aceitação ou não das justificativas apresentadas pela Organização Social no caso de não atingimento da metas, após relatório da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento e ouvida a procuradoria do município.

IX - Solicitar informações a Organização Social;

X - Determinar a abertura de processo para apuração das infrações contratuais;

XI - Recomendar ao Prefeito a aplicação de intervenção, extinção ou qualquer outra sanção ao contratado;

XII - Agir no tanto que for necessário a boa execução do contrato e no melhor interesse da prestação do serviço público.

Art. 5º - A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento compete:

I - Auxiliar o Secretário Supervisor;

II - Emitir Parecer Anual Conclusivo sobre;

o padrão de qualidade;

aprimoramento da gestão, constatando a existência de planejamento e a execução de programas de aprimoramento e controle da qualidade dos serviços e da orçamentação; e

prestação de contas.

III - Quando solicitado pelo Secretário Supervisor emitir parecer pelo não atingimento de metas ou por outra causa, ouvida as razões a Organização Social;

DOS INSTRUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 6º - A Organização Social apresentará os seguintes relatórios:

I - Relatório Mensal;

II - Relatório Trimestral;

III - Relatório Consolidado Anual;

IV - Relatório por solicitação.

Art. 7º - O Relatório Mensal conterá:

I - Comparativo das metas e os resultados alcançados;

II - Demonstrativo financeiro constando Receitas e Despesas;

III - Memorial das principais ocorrências e as comunicações oficiais ao Secretário Supervisor;

IV - Certidões Negativas de Débito tributária (Federal, Estadual, Municipal);

V - Cópia da guia de recolhimento do FGTS e INSS.

Art. 8º - O Relatório Trimestral conterá a consolidação das informações constantes no relatório mensal, apresentando também a consolidação dos trimestres anteriores.

Art. 9º - O Relatório Anual conterá as informações dos relatórios mensais, sua consolidação trimestral e consolidação anual.

Art. 10 - O Relatório Extraordinário conterá as informações solicitadas.

Art. 11 - O Secretário emitirá parecer sobre os relatórios apresentados, manifestando-se sobre:

I - Atingimento das metas;

II - Qualidade na prestação do serviço;

III - Economicidade;

IV - Principais ocorrências.

Art. 12 - A Comissão de Fiscalização e Avaliação emitirá:

I - Parecer Anual, sobre a qualidade da execução dos serviços e o aprimoramento da gestão;

II - Parecer extraordinário, a qualquer tempo, quando por fundado motivo se fizer necessário;
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 O Secretário Supervisor poderá adotar as medidas que julgar necessário a garantir a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços, requisitando serviços, materiais e estrutura administrativa de outras secretarias.

Art. 14 - O Secretário Supervisor, por meio de portaria, poderá editar formulários padrão para apresentação dos relatórios, assim como para emissão de pareceres, dispondo sobre as informações que deverão constar nos citados relatórios e pareceres.

Art. 15 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de maio de 2014.

Jose Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Bom Retiro

PREFEITURA

Extrato Contrato Nº 97/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 97/2014 Pregão Presencial 16/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Cooperativa dos Produtores Rurais de Urubici - COOPERURUBICI.

Objeto: Aquisição de um Trator Agrícola 85CV Novo.

Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Bom Retiro, 14 de maio de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

412.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Joelma Menegaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 412/14 de 12.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2014 a funcionária Joelma Menegaz, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

413.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Angelita Ap. S. Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 413/14 de 12.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 09 de maio de 2014 a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, Ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I - Nível 09, do

quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

414.05.14 - P. Férias Dionício V. Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 414/14 de 12.05.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Dionício Vidal dos Santos, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 12 de maio com término no dia 10 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

415.05.14 - P. Lic. Luto Daniela M. Goulart

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 415/14 de 13.05.14

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 49/2014 de 13 de maio de 2014 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu pai Antonio Carlos Meurer, a contar do dia 04 de maio de 2014 com término no dia 11 de maio de 2014 a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 050/2014

DECRETO Nº 050/2014

Homologa a Resolução nº 013/2014 de 28.04.2014 do Conselho Municipal de Educação.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a Resolução nº 013/2014 de 28/04/2014 do Conselho Municipal de Educação, que fixa normas para os estabelecimentos de Ensino Fundamental vinculado ao Sistema Municipal de Ensino de Educação de Braço do Trombudo - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 051/2014

DECRETO Nº 051/2014 12.05.2014

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0577/2007 de 19.12.08 e Lei 0583/2008 de 10.04.2008, etc...

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a Lei Municipal nº 0577/2007 de 19.12.08 e Lei 0583/2008 de 10.04.2008, terá a seguinte composição:

§1º - Os representantes do poder Público:

I - Representantes do Setor de Assistência Social

Titular: Marina Solange Georg Erbs

Suplente: Adelar Silveira

II - Representantes do Setor da Administração;

Titular: Marilei Medeiros Domingues de Souza

Suplente: Denise Schussler Werter

III - Representantes do Setor de Planejamento

Titular: Fábio Dalmarco

Suplente: Adeny Doerner

§2º - Representantes da Sociedade Civil:

I - Representantes do CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) de Braço do Trombudo

Titular: Alcênio Candido de Souza

Suplente: Clério Jacob Fritzen

II - um representante da Associação do GIAPS (Grupo de Idosos Amigos para Sempre);

Titular: Tercília Reguse

Suplente: Luita Baade

III - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Braço do Trombudo.

Titular: Evaldo Boll

Suplente: Egon Voigt

§3 - Representantes Movimentos Populares.

I - Um representante Clube de Oase/Mães;

Titular: Magrid D. Luchtenberg

Suplente: Margrid Nagel

II - Um representante Associação Comunitária Serril

Titular: Irene Floriani Bertelli

Suplente: João Carlos Rodrigues

Art. 2º - Fica Revogado o Decreto 022/2014 de 04.03.2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Lei 0794/2014

LEI Nº 0794/2014.

Cria e revoga dispositivos na Lei 121/94, de 25 de agosto de 1994, que estabelece os princípios da política dos Direitos da Criança e Adolescente, cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente no Município de Braço do Trombudo e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do Conselho Tutelar

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º O Conselho Tutelar do Município de Braço do Trombudo é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado

pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único: No Município de Braço do Trombudo haverá 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Seção II

Do funcionamento

Art. 2º O Conselho Tutelar deve funcionar, de segunda à sexta-feira, das 7h30min (sete horas e trinta minutos) até às 17h (dezesete horas), cumprindo carga horária de 20 (vinte) horas em sala e 20 (vinte) horas em regime de sobreaviso, sendo que o colegiado estabelecerá os dias e horários de cada conselheiro.

Parágrafo Único: Fora do dia e horário de expediente, bem como nos feriados, os conselheiros distribuirão entre si o atendimento em regime de sobreaviso em escala previamente elaborada, para o atendimento das emergências e ocorrências.

Art. 3º O Conselho Tutelar lavrará ata diária de suas deliberações, fazendo constar as ausências dos conselheiros, justificadas ou não.

Art. 4º Administração Pública Municipal disponibilizará o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário à eficiente atuação do Conselho Tutelar, também disponibilizando as instalações físicas para o eficiente exercício das atividades do Conselho.

Seção III

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 5º São atribuições do Conselho Tutelar, conforme o Estatuto da Criança e o Adolescente:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou

adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

§ 1º Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

§ 1º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Seção IV

Remuneração e Garantias

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro Tutelar está vinculado, para fins de contraprestação do serviço prestado, à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sendo a remuneração no valor de R\$ 1.175,69 (um mil cento e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), reajustáveis no mesmo momento e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida aos servidores públicos municipais.

§ 1º O exercício da atividade de Conselheiro Tutelar não gera vínculo estatutário com o Poder Executivo Municipal, não lhe sendo aplicado o regime jurídico concernente ao servidor público municipal.

§ 2º O Conselheiro Tutelar será segurado do Regime Geral de Previdência - RGPS, ficando a Prefeitura Municipal obrigada a proceder o recolhimento devido ao INSS.

Art. 7º É assegurado ao conselheiro tutelar o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Seção V

Processo de Escolha do Conselheiro

Art. 8º O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar fica estabelecido nesta Lei Municipal e será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com a fiscalização do Ministério Público, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3º Durante o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, sob pena de cancelamento de sua candidatura, o que será decidido mediante voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público.

Subseção I

Da candidatura e Processo de Inscrição

Art. 9º Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, o interessado deverá inscrever-se conforme Edital, sendo necessário o deferimento de sua candidatura pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Art. 10. No ato da inscrição, o interessado deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - não registrar antecedentes criminais;

IV - reconhecida idoneidade moral;

V - residir no município;

VI - possuir Certificado de Conclusão de Ensino Médio;

VII - conhecimentos básicos em informática;

VIII - Aprovação em prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente;

IX - domicílio eleitoral no município; e

X - comprovar residência no município.

Parágrafo único. O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, exceto nos casos em que houver compatibilidade de horários, devidamente comprovada no ato da inscrição.

Art. 11. A inscrição de que trata os artigos 9º e 10 desta lei será realizada perante o CMDCA e seu prazo de início e término será fixado no Edital a ser publicado no diário oficial do município, onde constarão os requisitos, atribuições remuneração, garantias e demais características concernentes à função de Conselheiro.

Art. 12. O Edital deverá ser publicado até 30 (trinta dias) antes da data de votação especificada no § 1º do artigo 8º desta lei, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 139, § 1º.

Parágrafo único. O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo

interessado, em requerimento assinado e protocolizado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente instruído com todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 13. O candidato que for membro do CMDCA e que desejar se candidatar à função de Conselheiro Tutelar, deverá comunicar seu afastamento no ato do pedido de inscrição de sua candidatura.

Art. 14. Encerradas as inscrições, o CMDCA decidirá pelo deferimento ou indeferimento da inscrição, de modo fundamentado, até 20 (vinte) dias antes da data legal para realização da votação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município o rol das inscrições deferidas e indeferidas, no mesmo prazo fixado neste artigo.

Parágrafo único. Na ocasião da publicação do rol das inscrições deferidas, também será publicado o número referente a cada candidato, para efeito de votação, número este a ser definido pelo CMDCA. Na mesma publicação deverá constar a data da eleição, conforme artigo 8º, § 1º desta lei, bem como o local em que estarão as urnas e o horário para votação.

Subseção II

Da Escolha dos Conselheiros

Art. 15. O Poder Executivo Municipal, mediante requerimento do CMDCA, providenciará urnas eletrônicas ou cédulas oficiais mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em caso de cédulas, estas deverão ser rubricadas pelos membros titulares do CMDCA ou pelos suplentes que os estejam substituindo, na forma desta lei.

§ 1º Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar, sendo essas listas elaboradas e fixadas pelos membros do CMDCA.

§ 2º Cada candidato poderá credenciar 01 (um) fiscal para cada mesa receptora e apuradora.

Art. 16. Os conselheiros tutelares serão definidos mediante voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município de Braço do Trombudo, em processo de escolha coordenado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 17. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Subseção III

Da Proclamação, Nomeação e Posse

Art. 18. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a apuração dos votos, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

§ 1º Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado, providenciando a divulgação dos nomes dos candidatos, com número de sufrágios recebidos.

§ 2º Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos que obtiveram votos, pelas respectivas ordens de votação, como suplentes.

§ 3º Em caso de empate considerar-se-á em primeiro lugar o candidato de maior idade, o maior nível de escolaridade, permanecendo o empate, maior número de dependentes e sorteio.

Art. 19. A nomeação dos candidatos eleitos ocorrerá mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 21. Ocorrendo vacância da função, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos, obedecidos os demais critérios descritos no artigo 18 desta lei.

Seção VI

Dos Impedimentos

Art. 22. São impedidos de servir no mesmo Conselho tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

§ 1º Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

§ 2º Para concorrer a cargo eletivo, deverá o Conselheiro Tutelar afastar-se de sua função de conselheiro de acordo com a Legislação Eleitoral vigente.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, caso o conselheiro tutelar seja eleito para o cargo eletivo ao qual concorreu, tornar-se-á impedido para o exercício da função de Conselheiro a partir da data de diplomação do cargo eletivo, devendo ser destituído da função de conselheiro, convocando-se o suplente.

§ 4º Perderá o mandato o conselheiro tutelar que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal, hipótese em que, o CMDCA declara vago o posto de conselheiro tutelar, dando posse imediata ao suplente.

Art. 23. Ficam revogados os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 da Lei 121/94, de 25 de agosto de 1994.

Art. 24. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 12 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 37/2014

EXTRATO DE CONTRATO 37/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Alto Vale Net Ltda Me

CNPJ 09.319.668/0001-70, Sito a Localidade Ribeirão Xaxim, nº 57

Cidade de Agrolândia - SC

Objeto: Serviço de Acesso a Internet Via Rádio

Valor: R\$ 99,90 (noventa e nove reais noventa centavos).

Vigência até 12.06.2015

Data da assinatura: 09.05.2014

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 10 2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 1/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Agenda de telefone (capa PVC. Formato: 13,5x20, 5 cm. 83 páginas em offset 90 Gm 1 cor folha de Dados Pessoais e Telefones Uteis.) (3289)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	7,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TILIBRA	0	7,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	adress	0	7,0000	3
2	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estojo, em cores variadas. (3290)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	0,2384	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO E LEO	0	0,2400	2
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	0,2400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	0,2500	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	0,2500	5
3	Balão colorido nº 4, (pct 2/50 und) (3291)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	folia	0	6,4366	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	IBB	0	6,3868	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RIBERBALL	0	6,4200	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HAPPY DAY	0	6,7600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SÃO ROQUE	0	6,7600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 2/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
4	Barbante peso lq, 800gr, n°8 titulação 4/8 CRU. (3292)	RL	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	clea	0	9,6739	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	EURO ROMA	0	10,1000	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KOREA	0	10,1600	3		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ROMA	0	10,1600	4		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	KOREA	0	11,3170	5		
5	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 38mmx50mm, com no mínimo 100 folhas cada bloco, pacote contendo 4 blocos em cores variadas. (3293)	BL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	8,2000	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	8,4600	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	8,6000	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	8,6300	4		
6	Bola de isopor tamanho pequena (3294)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	soisopor	0	0,2758	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROCORTI	0	0,2800	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	STYROCORT	0	0,2900	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 3/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
7	Bola de isopor tamanho media. (3295)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	soisopor	0	1,4264	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROCORTI	0	1,4300	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	STYROCORT	0	1,5000	3		
8	Bola de isopor tamanho grande. (3296)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	soisopor	0	2,7578	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROCORTI	0	2,7600	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	STYROCORT	0	2,9000	3		
9	Borracha branca escolar nº 20. Caixa com 20 unidades. (3297)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	REDBOR	0	9,8544	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	9,8100	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ZAPP	0	9,8621	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	REDBOR	0	10,1200	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	zapp	0	10,3300	5		
10	Caderno brochurão capa dura, com 96 folhas. Capa colorida. 200x275mm. (3298)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JANDAIA	0	3,9600	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	3,9600	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 4/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megafife	0	3,9600
11	Caderno brochura 1/4 capa dura 48fls. Capa colorida (3299)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	NORMA CADE	0	0,6500
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megafife	0	4,9500
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	4,9500
12	Caderno universitário 10 materias 200fls capa dura. Capa colorida. 200mm x 275mm. (3300)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PANAMERICA	0	6,5700
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	6,9200
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megafife	0	6,9200
13	Caixa de arquivo morto. (3301)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	bragagnolo	0	1,8377
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DIAL	0	1,8235
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	1,9000
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BRAGAGNOLI	0	1,9300
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	7 BELO	0	1,9300
14	Calculadora peq. (3302)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	kadio	0	1,8907

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 5/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Canela corretivo. 7ml (3303)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CLASSE	0	1,8920	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	YINS	0	1,9900	3
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MJ	0	1,9900	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	GRAMP LINE	0	2,8950	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8795	2
16	Canela esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 1,0mm. (3304)		KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,8800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,9700	4
		UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BIC	0	0,7918	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	COMPACTOR	0	0,7851	2
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CIS	0	0,7900	3
17	Canela esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 0,7mm. (3305)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	BIC	0	0,8100	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	0,8300	5
		UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COMPACTOR	0	0,8872	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 6/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	0,8800	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	COMPACTOR	0	0,8809	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	BIC	0	0,9100	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactador	0	0,9300	5		
18	Canela esférica de ponta fina na cor preta, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3306)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	4,2600	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactador	0	4,4800	5		
19	Canela esférica de ponta fina na cor vermelha, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3307)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	4,2600	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 7/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

20	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0.7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3308)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
21	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1.0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3309)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PAPER MATE	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
22	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor preta, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1.0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3310)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PAPER MATE	0	4,2600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 8/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
23	Canela esferográfica, de ponta fina na cor vermelha, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1,0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3311)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compador	0	4,4800	5			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PAPER MATE	0	4,2600	2			
24	Canela marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópias, traço 4 mm. Caixa com 12 unidades. (3312)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compador	0	4,4800	5			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	19,8041	1			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	19,8773	2			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	20,3400	3			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	20,7600	4			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FABER CASTI	0	20,7600	5			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 9/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
25	Canela p/retroprojektor 2.00mm azul (3313)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,8200	4				
26	Canela p/retroprojektor 2.00mm preto. (3314)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,8200	4				
27	Canela p/retroprojektor 2.00mm vermelho. (3315)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,8200	4				
28	Canela p/retroprojektor 2.00mm verde (3316)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 10/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Canela p/retroprojeto 1,00mm ponta fina vermelho (3317)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	2,8200	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2295	1
30	Canela p/retroprojeto 1,00mm ponta fina verde (3318)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,2122	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	3,3100	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2295	1
31	Canela p/retroprojeto 1,00mm ponta fina preta (3319)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,2122	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	3,3100	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2295	1
31	Canela p/retroprojeto 1,00mm ponta fina preta (3319)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 11/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
32	CD virgem, regravavel 700mb, 80min, c/capa. (3320)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,2122	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	3,3100	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MULTILASER	0	3,1364	1				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	3,2159	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	elgin	0	3,3000	3				
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	3,3000	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	4,5849	1				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	4,7069	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	elgin	0	4,8300	3				
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	4,8300	4				
33	DVD+RW virgem 4,7gb C/Capa. (3321)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	4,5849	1				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	4,7069	2				
34	DVD+R virgem 4,7gb C/Capa. (3322)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ELGIN	0	2,0577	1				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	2,1147	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	elgin	0	2,1700	3				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 12/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
35	Carbono fline manual formato A4 21x29,7cm c/100 fls azul. (3323)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAXPRINT	0	2,1700	4		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	49,3700	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	50,9300	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	51,9500	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	maripel	0	51,9700	4		
36	Cartão ponto kraft 86x180mm (3324)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	credeal	0	0,0857	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,0700	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	S.D	0	0,0868	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	0,0900	4		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TAMOIO	0	0,0900	5		
37	Cartolina branca. (3325)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ALO FORM	0	0,4500	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,4500	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ALLCART	0	0,4600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 13/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Clips nº0 (cx c/ 500gr). (3326)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	panamericana	0	0,4700	4
		CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
39	Clips nº4/0 (cx c/ 500gr). (3327)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
		CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
40	Clips nº2/0 (cx c/ 500gr). (3328)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
		CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 14/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Clips nº8/0 (cx c/ 500gr). (3329)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
		CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
42	Cola branca lavável, não tóxica 90gramas, à base de PVA e água. (3330)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW MAGIC	0	1,3700	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	1,3800	2
43	Cola bastão (8gr). (3331)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	1,4000	3
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,2900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,3200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 15/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
44	Cola para EVA. 90 gr. (3332)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	1,3200	3		
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	APLICOLA	0	3,0600	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,0500	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,0500	3		
45	Cola para Isopor. 90 gr. (3333)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	2,4700	1		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,5200	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	2,5200	3		
		CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MASTERPRIN	0	20,4220	1		
46	Corretivo a base de água (CX C/12unid.) c/18ml. (3334)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW MAGIC	0	20,5020	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	20,5486	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	21,6000	4		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	2,4746	1		
47	Estilite grande. (3335)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,4720	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 16/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

48	EVA Plush cores variadas 58x40x0, 2 mm. (3336)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,4800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	4,3913	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	4,4037	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	4,4193	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	4,5600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	4,6600	5
49	EVA amarelo 58x40x0,2MM (3337)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
50	EVA verde bandeira 58x40x0, 2 mm (3338)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
51	EVA azul 58x40x0,2MM (3339)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1		
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1		
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2		
52	EVA bege 58x40x0,2MM (3340)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1		
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1		
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 18/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
53	EVA branco 58x40x0,2MM (3341)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300
54	EVA laranja 58x40x0,2MM. (3342)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300
55	EVA preto58x40x0,2MM (3343)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 19/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

56	EVA verde 58x40x0,2MM (3344)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
57	EVA vermelho 58x40x0,2MM (3345)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
58	Envelope kraft 250x353. cx c/250envelopes. (3347)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tilibra	0	53,9492	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	53,5748	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 20/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
59	Envelope kraft 240x340. cx c/250envelopes. (3348)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RIPOM	0	53,8300	3				
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	56,6600	4				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	56,6600	5				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tilbra	0	49,2741	1				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	48,9342	2				
60	Estojo de canelinha hidrocolor peq. c/12 unidades. (3349)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RIPOM	0	49,1600	3				
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	51,7500	4				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	51,7500	5				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	5,0353	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	5,0178	2				
61	Extrator de grampios tipo espátula. Aço inox. (3350)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	5,0200	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	5,1700	4				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CARBRINK	0	1,2610	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 21/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Ficha pautada 6x9 pct c/ 100 unid. (3351)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	1,2592	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CARBRINK	0	1,2600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	panamericana	0	7,5887	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	0,9700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	7,5350	3
63	Fita adesiva de papel marrom, altura: 48 mm comprimento: 50 m diâmetro: 12 mm, cor Interna: pardo cor externa: (3352)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	11,4463	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	7,9700	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	7,5700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	EUROCEL	0	11,4871	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	11,5110	3
64	Fita adesiva polipropileno transparente 48x50. (3353)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	12,1000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	3,3144	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	3,2821	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 22/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
65	Fita adesiva dupla face 12x30mm. (3354)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	3,3222	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	3,5000	4		
		RL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	4,6780	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	EPA	0	4,6975	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	4,7090	3		
66	Fita correíva 4 mm,10m com lampa. (3355)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	4,9500	4		
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	GRAMP LINE	0	7,7835	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	7,8163	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	GRAMP LINE	0	7,8294	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	8,2300	4		
67	Fita Durex grande. (3356)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	1,2342	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	T. TAPE	0	1,2301	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	1,2367	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 23/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
68	Folhas de papel A4 colorida cor amarela pct c/100. (3357)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	1,3000	4		
		PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CHAMEX	0	3,3400	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	3,3600	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	3,4100	3		
69	Giz de cera pequeno (cx c/12cores). (3358)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	chamequinho	0	3,4100	4		
		CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	KOALA	0	1,0500	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	1,0700	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELTA	0	1,0700	3		
70	Grampeador grande de mesa 26/6 em estrutura metálica. (3359)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	24,8259	1		
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	24,8200	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	24,8499	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	26,0000	4		
71	Grampeador pistola. Contendo trava de segurança Utiliza grampo 106/6-8. (3360)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	45,8514	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 24/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.			
72	Grampo para grampeador 106/6-8, cx c/2.500und. (3361)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	45,8958	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BACCHI	0	48,0000	3			
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STANLEY	0	48,2600	4			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BACCHI	0	8,7415	1			
73	Grampo para grampeador 26x6 cxc/5000) (3362)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gasfer	0	8,7390	2			
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BACCHI	0	8,7700	3			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MEGA LIFE	0	3,6976	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,7209	2			
74	Grampo triho 80 mm (pct c/50 unid) plástico. (3363)	PCT	KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,7300	3			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BACCHI	0	8,6562	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	8,6443	2			
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,6700	3			
75	Grafites para Lapiseira Preto 0.5mm. Tubo c/ 12 grafites. (3364)	TB	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	3,0050	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 25/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
76	Grafites para Lápiseira Preto 0,7mm. Tubo c/ 12 grafites. (3365)	TB	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VISION	0	2,9900	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	3,0161	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CONCEPT	0	3,0900	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	3,1500	5		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	2,9763	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VISION	0	2,9600	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	2,9873	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CONCEPT	0	3,0600	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	3,1200	5		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ECOLE	0	13,8801	1		
77	Lápis borracha cx c/ 12 unidades. (3366)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO E LEO	0	13,9314	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LABRA	0	14,2600	3		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	bic	0	14,5500	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 26/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

78	Lápis de escrever, madeira 100% reflorestada, madeira macia que garante excelente apontabilidade, formato hexagonal, exclusivas esferas antidelizantes, maior conforto e firmeza no traço, graduação nº 2 = B. (3367)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	0,4102	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LABRA	0	14,5500	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	0,4100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO LEO	0	0,4117	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	0,4300	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FABER-CASTI	0	0,4300	5
79	Lápis de cor (cx c/12 cores) grande. (3368)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	2,9300	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	2,9900	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO E LEO	0	2,9900	3
80	Lápis de cor aquarelavel grande cx c/24unid. (3369)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRIS	0	27,5400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	labra	0	28,1000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FABER	0	28,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 27/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
81	Lapisleira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0,5). (3370)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	3,0240	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,0100	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	3,0352	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRIS	0	3,1100	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	3,1700	5		
82	Lapisleira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0,7). (3371)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	2,8142	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,8246	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRIS	0	2,8900	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	2,9500	5		
83	Lastex natural rolo c/ 10 mts. (3372)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MAMUTH	0	0,6900	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REAL	0	0,7300	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gasfer	0	0,7300	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 28/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

84	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 50 folhas, numerado tipograficamente. (3373)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MEGALIFE	0	5,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TAMOIO	0	6,0900	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	6,1000	3
85	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 200 folhas, numerado tipograficamente. (3374)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MEGALIFE	0	14,2700	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TAMOIO	0	14,7000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	14,7300	3
86	Papel de seda cores variadas (3375)	UND	KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,1400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,1500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,1500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,1500	4
87	Papel crepom amarelo (3376)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 29/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Papel crepom vermelho. (3377)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	3
89	Papel crepom branco. (3378)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	4
90	Papel crepom azul. (3379)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 30/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Papel crepom verde. (3380)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5800	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0.5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0.5700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0.5800	3
92	Papel camurça cores variadas. (3381)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5800	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0.5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0.5200	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0.5200	3
93	Papel cartão, tamanho A4, na cor areia. (3382)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5300	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0.5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5700	2
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0.5600	1
94	Papel cartão, tamanho A4, na cor bege. (3383)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 31/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	Papel cartão, tamanho A4, na cor vermelha. (3384)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0.5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5700	2
96	Papel cartão, tamanho A4, na cor amarela. (3385)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0.5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5700	2
97	Papel cartão, tamanho A4, na cor branca. (3386)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0.5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.5700	2
98	Papel contact transparente (45cmx25m). Rolo. C/25 mts (3387)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	INFORMS	0	64.7045	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VULCAN	0	64.9100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	POLITAC	0	66.9600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	68.3300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	VMP	0	68.3300	5
99	Papel contact colorido (motivos infantis) (45cmx25m). Rolo c/10mts. (3388)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	66.9204	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VULCAN	0	67.1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 32/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Papel contad colorido (motivos florais) (45cmx25m), Roloc/10 mts. (3389)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	69,2600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	70,6700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	VMP	0	70,6700	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	59,8183	1
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VULCAN	0	60,0100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	61,9100	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	VMP	0	63,0000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	63,1700	5
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	2
101	Papel duplex vermelho. (3390)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
			KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
102	Papel duplex verde. (3391)	UND	KLEBER WACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 33/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
103	Papel duplex azul. (3392)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
104	Papel duplex preto. (3393)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
105	Papel duplex amarelo. (3394)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 34/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
106	Pasta A-Z Material: Cartão 1,77mm coberto c/ Papel Monolúcido Formato p/Utilização: Memorando (28,5 X 34,5 cm) Lombada (cm): 8,0.Divisão Interna: Não Dados Complementares: Mecanismo Niquelado/Compressor Plástico. (3395)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VNP	0	0,6700	3			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	repe	0	0,6800	4			
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	5,5900	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	5,7000	2			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	5,7000	3			
107	Pasta catalogo c/50 envelopes plásticos. (3396)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DAC	0	7,6400	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	deo	0	7,8000	2			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DAC	0	7,8000	3			
108	Pasta c/abas e elástico, (papel 23x33cm). (3397)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ICL	0	1,6900	1			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	1,7200	2			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PK	0	1,7200	3			
109	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x35mm, na cor grafite. (3398)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ALAPLAST	0	2,5100	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 35/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	Pasta plástica poliamida cábas elásticas 335x250x55mm, na cor grafite. (3399)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	alapiast	0	2,5600	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ALAPLAST	0	2,5600	3
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ALAPLAST	0	3,0900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	alapiast	0	3,1500	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ALAPLAST	0	3,1500	3
111	Pasta sanfona da A4 c/12 divisórias/cristal (3400)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	13,1600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	13,4300	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	13,4300	3
		CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	61,7600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	63,0200	2
112	Pasta suspensa na cor parda. Cx c/50. (3401)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	63,0200	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CREDEAL	0	0,1000	1
		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	MEGALIFE	0	0,1100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	63,0200	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	63,0200	3
113	Papel almaço pautado. (3402)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	63,0200	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	63,0200	3
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CREDEAL	0	0,1000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	MEGALIFE	0	0,1100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	63,0200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 36/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

114	Papel cartão (azul claro) (3403)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	0,1100	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	panamericana	0	0,1100	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VNP	0	0,6800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VNP	0	0,7100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,7200	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,7200	4
115	Papel Cartão (azul escuro) (3404)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VNP	0	0,6800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VNP	0	0,7100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,7200	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,7200	4
116	Papel Cartão (cores variadas) (3405)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VNP	0	0,6800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VNP	0	0,7100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,7200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 37/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

117	Papel celofane (cores variadas) mt. (3406)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0.7200	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CROMUS	0	0.9300	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILLAR	0	0.9800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	0.9800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0.9800	4
118	Papel duplex rosa (3407)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0.6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0.6700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0.6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.6800	4
119	Papel duplex lilás. (3408)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0.6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0.6700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0.6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0.6800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 38/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
120	Papel micro-ondulado 50x80 (cores variadas). (3409)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	1,5500	1				
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	1,5500	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	1,5500	3				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	1,5500	4				
121	Papel ofício A4 - 210x297 (75g/m²) resma. (3410)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SOLCOPY	0	11,7300	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	print papiro	0	11,9700	2				
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SOLCOPY	0	11,9700	3				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ECOQUALITY	0	11,9700	4				
122	Papel pardo 1,20 de largura (rolo c/50 kg). (3411)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	EMBALATREN	0	179,0000	1				
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAMPA PAPEI	0	179,5500	2				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRENTO	0	185,2200	3				
123	Percevejo cx c/100 unid. (3412)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PRAYON	0	1,8014	1				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	1,8084	2				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 39/56

Número do Registro de Preços: 10/2013			Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
124	Pen drive 4 Gb. (3413)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	1,8100	3			
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	23,2339	1			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	KINGSTON	0	22,6089	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	lexar	0	23,2600	3			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KINGSTON	0	23,2600	4			
125	Pen drive 8 Gb. (3414)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	31,5646	1			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	KINGSTON	0	32,1592	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	lexar	0	33,2600	3			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KINGSTON	0	33,2600	4			
		UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	18,0137	1			
126	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, escala para ajuste de formato de papel, trava de segurança, tamanho aproximado 15 cm comprimento e 12 cm de largura, 20 Folhas. (3415)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	18,0100	2			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	18,0312	3			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	18,9000	4			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 40/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 30-60 folhas. (3416)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	55,5423	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	55,5400	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	55,5962	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	58,0000	4
128	Perfurador de papel grande de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 65 - 100 folhas. c/régua possionavel de papel. (3417)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	130,0674	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CAVIA	0	130,0600	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	130,1935	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DESART	0	136,5000	4
129	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor preta. (3418)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8460	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4
130	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor azul. (3419)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8485	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 41/56

Número do Registro de Preços: 10/2013			Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
131	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor vermelha. (3420)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8485	1			
132	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor verde. (3421)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8485	1			
133	Pincel lixado chato número 10. (3422)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	2,1316	1			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	2,1200	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 42/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
134	Pincel lixado chato número 2. (3423)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	2,1900	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	2,2300	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,4816	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,4700	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,5200	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	1,5500	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,5103	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,5000	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,5500	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	1,5800	4		
135	Pincel lixado chato número 4. (3424)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,7206	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,7100	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,7600	3		
136	Pincel lixado chato número 6. (3425)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,7206	1		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,7100	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,7600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 43/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

137	Pincel para contorno número 0. (3426)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	1,8000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	5,1618	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	5,2900	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	COMPACTOR	0	5,3200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	5,4000	4
138	Pistola cola quente pequena. (3427)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FOX LUX	0	14,2683	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	ABB	0	14,5061	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CLASSE	0	14,7050	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	14,8200	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	RENDICOLA	0	15,5000	5
139	Porta canetas, borracha, cliques, etc. (3428)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	11,3613	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRINIL	0	11,3535	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	11,3600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 44/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
140	Prancheta acrílica ofício, Prancheta cristal, em plástico poliestireno injetado, Presilha em aço galvanizado, formato:380x240mm. (3429)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	WALEU	0	11,7200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	radex	0	11,9600	5
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NOVACRIL	0	11,8900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	acrimet	0	12,1300	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DELFIPEC	0	12,1300	3
141	Quadro metálicobranco liso, 1,20x80cm. (3430)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BELART	0	144,3906	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BELA ARTE	0	144,5820	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STALO	0	144,6900	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	corfearte	0	152,3000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LOLITA	0	152,3000	5
142	Pasta a/z 28x35x8cmcor Vermelha. (3431)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 45/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	Pasta a/z 28x35x8cmcor Verde. (3432)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
144	Pasta a/z 28x35x8cmcor amarela. (3433)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
145	Pasta a/z 28x35x8cmcor preta. (3434)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
146	Pasta a/z 28x35x8cmcor azul. (3435)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
147	Régua com 30 cm em alumínio. (3436)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
		UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	3,6537	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 46/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.			
148	Régua plástica transparente 30 cm (3437)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MASTERPRIN	0	3,6400	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CIS	0	3,6672	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	3,7500	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,8300	5			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALEU	0	0,6487	1			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	0,6500	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	0,6511	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	WALEU	0	0,6700	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	waleu	0	0,6800	5			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	0,4390	1			
149	Silicone p/pistola de cola quente pequena. (3438)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	0,4463	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	RENDCOLLA	0	0,4500	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	0,4520	4			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 47/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
150	Tesoura profissional com lamina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas 275mm de comprimento, 105mm largura e 16m altura. (3439)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	0,4600	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LYKE	0	9,7181	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	9,7142	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,7500	3
151	Tesoura pequena, sem ponta, 13 cm, revestimento emborrachado, ergonômica adaptada para as mãos das crianças, cores sortidas. (3440)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DESART	0	1,3842	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	1,3918	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,4000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO LEO	0	45,9452	1
152	Tesoura de picotar, grande. (3441)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	45,8819	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WESTERN	0	46,0400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ACRILEX	0	2,5300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ACRILEX	0	2,5800	2
153	Tinta alto relevo cores variadas, 35 ml. (3442)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ACRILEX	0	2,5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 48/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014				Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
154	Tinta guache 250 ml cor verde. (3443)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2740	1				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3				
155	Tinta guache 250 ml cor amarela. (3444)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3				
156	Tinta guache 250 ml cor vermelha. (3445)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3				
157	Tinta guache 250 ml cor preta. (3446)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1				
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2				
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3				
158	Tinta guache 250 ml cor branca. (3447)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 49/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
159	Tinta guache 250 ml cor rosa. (3448)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
160	Tinta guache 250 ml cor azul. (3449)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
161	Tinta spray amarelo 350 ml. (3450)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2100	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÁ AEROSSOL	0	12,2500	2
162	Tinta spray azul 350 ml (3451)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÁ AEROSSOL	0	12,2500	2
163	Tinta spray dourado 350 ml. (3452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 50/56

Número do Registro de Preços: 10/2013			Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
164	Tinta spray prata 350 ml. (3453)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
165	Tinta spray preto 350 ml. (3454)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
166	Tinta spray verde 350 ml. (3455)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
167	Tinta spray vermelha 350 ml. (3456)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
168	Tinta spray marrom 350 ml. (3457)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
169	TNT amarelo (50mx1,40m), rolo. (3458)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSOL	0	12,2500	2			
		RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3500	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 51/56

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 14/08/2013 Válido até: 14/08/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
170	TNT azul (50mx1,40m), rolo. (3459)	RL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	subrasil	0	67,2000	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2		
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	subrasil	0	67,2000	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2		
171	TNT branco (50mx1,40m), rolo. (3460)	RL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	subrasil	0	67,2000	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 52/56

Número do Registro de Preços: 10/2013			Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
172	TNT preto (50mx1,40m), rolo. (3461)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63.3333	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63.5000	2			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63.8400	3			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67.2000	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67.2000	5			
173	TNT verde (50mx1,40m), rolo. (3462)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63.3333	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63.5000	2			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63.8400	3			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67.2000	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67.2000	5			
174	TNT vermelho (50mx1,40m), rolo. (3463)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63.3333	1			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63.5000	2			
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63.8400	3			
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67.2000	4			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67.2000	5			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

175	Caixa de correspondência de mesa modelo duplo vertical (acrílico). (3464)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	27,2632	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	subrasil	0	67,2000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRINIL	0	27,3215	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	27,3400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DELFTEC	0	28,2000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	acrimet	0	28,7800	5
176	Caixa de Correspondência de mesa modelo triplo (acrílico) (3586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	45,5970	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRINIL	0	45,5960	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	45,6300	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DELFTEC	0	47,0700	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	acrimet	0	48,0300	5
177	Envelope branco 12x16 (3346)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tilibra	0	0,0476	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	0,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 54/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	0,0500	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SCRITY	0	0,0500	4

Página: 55/56

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	0,0772	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Página: 56/56

Número do Registro de Preços: 10/2013		Data do Registro: 14/08/2013		Válido até: 14/08/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013
PROCESSO Nº 15/2013

- (6587) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6709) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
- (6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6717) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME

Braço do Trombudo, 14 de Agosto de 2013.

Brunópolis**PREFEITURA****Aviso de Licitação 30/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 30/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 26/2014

Objeto: Aquisição de uma plantadeira. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 28/05/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

Brusque**PREFEITURA****Processo Licitatório 021/2014 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 021/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para instalação com fornecimento de material de soleiras em granito e vidros temperados na ETA Central e Captação do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de maio de 2014, às 08:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Extrato do Contrato 076/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 076/2014

ESPÉCIE: Aquisição de nobreak. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 016/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.00.412.203.2291.4490529900.200 00; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 14/05/2014; VALOR: 18.900,00. CONTRATADA: Global Power Imp. Exp. Ind. Com. E Serv. Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 14 de maio de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 14-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS PANORÂMICOS ODONTOLÓGICOS COM LAUDO, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 22/05/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 22/05/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.975

DECRETO nº 5.975, de 15 de abril de 2014.

Normatiza no âmbito Municipal a prescrição de medicamentos e solicitação de exames estabelecidos em Programação de Saúde Pública e em rotina de serviços, por enfermeiras lotadas na Secretaria de Saúde de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 11, inciso II, alínea "c", da Lei do exercício Profissional nº 7.498/86, sancionada em 25 de junho de 1986, que "dispõe sobre a regulamentação do exercício no art. 8º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 94.406/87, de 08 de junho de 1987, que regulamenta a Lei nº 7.498/86", dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a consulta de enfermagem, a prescrição e a transcrição de medicamentos, a solicitação de exames de rotina e complementares por enfermeiros integrantes de equipes de saúde, em nível ambulatorial, nos casos de pacientes com patologias específicas dos programas de Saúde Pública, executados pela Secretaria Municipal de Saúde de Caçador.

Art. 2º - A prescrição e transcrição refere-se a medicamentos previamente estabelecidos em Programas de Saúde Pública e em rotinas aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, para as patologias já diagnosticadas pelo médico da unidade, podendo o enfermeiro fazer as prescrições subsequentes.

Art. 3º - O direito conferido ao enfermeiro não constituirá óbice para que o médico possa fazer as prescrições subsequentes.

Art. 4º - O enfermeiro poderá solicitar exames complementares de rotina e de seguimento do paciente, desde que enquadrados nos Programas de Saúde Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, nos termos dos Protocolos estabelecidos pela Secretaria

de Saúde.

Art. 5º - A prescrição e transcrição de medicamentos e a solicitação de exames de rotina complementares pelo enfermeiro, deverão ser feitas em receituário/formulário padronizado da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, identificando com carimbo e número da inscrição do Conselho Regional de Enfermagem - COREN-SC, nome do profissional e respectiva assinatura.

Art. 6º - São programas de saúde adotados pela Secretaria Municipal de Saúde:

I - Programa Nacional de Controle da Tuberculose;

II - Programa de combate a hanseníase;

III - Programa de diabetes;

IV - Programa de hipertensão arterial;

V - Programa de assistência integral à saúde da mulher;

VI - Programa de assistência integral à saúde da criança e adolescente;

VII - Programa de assistência às doenças sexualmente transmissíveis - DST/HIV/AIDS;

VIII - programa de assistência integral à saúde do homem;

IX - Programa assistência integral à saúde do idoso, e;

X - Programa de combate ao Tabagismo.

Art. 7º - Considera-se também, dado a sua importância e resolutividade para a saúde pública, a Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), como programa de saúde pública adotado pela Secretaria Municipal de Saúde de Caçador.

Art. 8º -As rotinas de enfermagem e solicitação de exames das Enfermeiras do Sistema Municipal de Caçador, constam do Anexo I, que faz parte integrante do presente Decreto.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.846, de 24 de setembro de 2007, e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.841

PORTARIA Nº 23.841, de 02 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 215, de 25/04/2011, que altera anexos da Lei Complementar nº 203, e dá outras providências

RESOLVE

EXONERAR, o Servidor Público Municipal LEONARDO ANTUNES, do cargo em comissão de Assessor de Planejamento, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 01 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº. 16/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 16/2014

A Comissão Permanente de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 04, de 31/01/2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 23/05/2014, às 14:00 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 19/2014- Pregão Presencial nº 15/2014. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou pelo e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br.

Objeto da Licitação:

Aquisição de produtos de áudio, vídeo e informática para a Câmara Municipal no exercício de 2014, conforme descritivos de qualidade e quantidades constantes no ANEXO I do edital.

Caçador, 14 de maio de 2014.

Carlos Evandro Luz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Portaria Nº 017, de 12 de Maio de 2014.

PORTARIA nº 017, de 12 de maio de 2014.

Retifica a Portaria nº 15, de 10 de abril de 2014.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 124 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - A portaria nº 15, de 10 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 06/11/2008 a 05/11/2013, a serem gozadas no período de 14/05/2014 a 12/06/2014, à servidora JULIANA MACIEL KOHL, ocupante do cargo de advogada, do quadro efetivo da Câmara Municipal, com pagamento dos valores calculados no dia 14/05/2014.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 2/3 da licença referente ao mesmo período aquisitivo em pecúnia, conforme despacho da Presidência, a serem pagos juntamente com a licença a ser gozada.

Art. 3º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM".

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 12 de maio de 2014.

Carlos Evandro Luz,
PRESIDENTE

Wilson Luiz Binotto,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA.

Portaria Nº 018, de 12 de Maio de 2014.

PORTARIA nº 018, de 12 de maio de 2014.

Concede licença-maternidade pelo período de 120 dias à servidora Alessandra Gioppo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 98, III e 114 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme requerimento atestado por médico, licença-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias à servidora ALESSANDRA GIOppo, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Gabinete da Presidência, tendo como termo inicial o dia 12 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 12 de maio de 2014.

Carlos Evandro Luz,
PRESIDENTE

Wilson Luiz Binotto,
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2ª SECRETÁRIA

Camboriú

PREFEITURA

Edital de Chamamento Concurso Publico

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 001/2014

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 4º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 09:00 as 12:00h e das 13:30h as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor e comprovante da ultima votação (canhoto)
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Fotografia

Atestado médico admissional saúde física (solicitar guia de encaminhamento RH)

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra)

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento

no ato da entrega de dotos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho

(entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (www.tre-sc.jus.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (www.tj.sc.gov.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (www.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 14 dias do mês de Maio de 2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

MARCIO DA ROSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Marcio da Rosa
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

- 01º CLASSIFICADA - AMANDA BARILLI
02º CLASSIFICADA - CRISTIANE MARIA DOS SANTOS ALVAREZ
03º CLASSIFICADA - RAFAELA SILVA CAMPOS

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

- 01º CLASSIFICADA - MANOELA CAPISTRANO SALVADOR

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

- 01º CLASSIFICADO - EDUARDO AGOSTINI PERELLES

CARGO: MOTORISTA

- 01º CLASSIFICADO - RENATO AGUIAR ESCOLAR
02º CLASSIFICADO - RENATO DA SILVA

CARGO: PSICÓLOGO

- 01º CLASSIFICADO - VIVIANE RESI ODEBRECHT

CARGO: BIÓLOGO
01º CLASSIFICADO - LUCIELE CRISTINA ROSA

CARGO: FISCAL AMBIENTAL
01º CLASSIFICADO - PAULO FERNANDO SIMAOZINHO

PR 12/2014 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2014-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA EM HORA MÁQUINA, PARA SERVIÇO DE LIMPEZA DE VALAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS E REDES PLUVIAIS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, EQUIPAMENTOS NÃO DEVEM SER INFERIORES AO ANO DE 2013, COM VISTORIA DE ATÉ 24 HORAS NA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Maio de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resumo Contrato Badesc 057/2014

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Contrato nº 057/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 003/2014

Contratado: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Data: 14/05/2014

Prazo: 07 (sete) meses

Valor: R\$ 836.398,52 (Oitocentos e trinta e seis mil trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA RODOLFO DA SILVA SIMAS - BAIRRO TABOLEIRO - CAMBORIÚ/SC, CONFORME PROJETO EM ANEXO - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BADESC

MARCIO DA ROSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Ata de Registro de Preços PR 38/2014 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 038/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 027/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, AÇUCAR E ÁGUA) PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/05/2015

1ª Publicação.

PR 7 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2014-FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA E ESTAMPA PARA ATENDER NECESSIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL DE POPULAÇÃO BENEFICIÁRIAS DOS PROGRAMAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO E EXERCÍCIO DE CIDADANIA, ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Maio de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 47/14 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2014-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (TÁBUA DE PINUS) PARA REFORMA EM 12 RESIDÊNCIAS COM PROCESSOS JÁ DEVIDAMENTE CADASTRADOS E APROVADOS PELA CHOAB - PROGRAMA COHAB CIDADÃ. ORÇAMENTO CONFORME TABELA SINAPI-SC, REFERENTE AO MÊS DE MARÇO DE 2014, RECURSO CONVÊNIO 2012 TR004081 CELEBRADO ENTRE FUNDHAB E FMHIS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº.

8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Maio de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Decreto N.º 1.854/2014

DECRETO N.º 1.854/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.795,00 (duzentos e cinquenta mil e setecentos e noventa e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.004 - Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0024 - Transferências de Convênios - Outros

Código Reduzido: 79
VALOR: R\$ 250.795,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ao convênio n.º 780473/2012 com o Ministério das Cidades, conforme preceitua o artigo 19 da Lei n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 29 de abril de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Ata de Registro de Preços PR 13/14 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 013/2014 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2014 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/05/2015
1ª Publicação.

PR 8/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2014-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA ATENDER OS PROGRAMAS SOCIAIS EXECUTADOS E COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Maio de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Maio de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Edital de Notificação por Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1194/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1194/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMQ0568	54946197E	5169/1	19/01/2014	R\$ 1.915,38	165
AMQ0568	54946198E	5010/0	19/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMQ0568	54946199E	6599/2	19/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXF1202	54946174E	5045/0	28/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXF1202	54946175E	6912/0	28/12/2013	R\$ 53,20	232
MAV0648	54624429E	5061/0	01/01/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCS8554	54947069E	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCZ9739	54945879E	5010/0	02/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCZ9739	54945880E	5061/0	02/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDA8618	54945878E	6599/2	02/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDY7430	54947916E	6599/2	20/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDY7430	54947917E	6912/0	20/02/2014	R\$ 53,20	232
MEA4633	55653932D	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEO6047	54946386E	6610/2	13/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEO9465	54947180E	6599/2	07/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEO9465	54947181E	6556/1	07/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEO9465	54947183E	6912/0	07/02/2014	R\$ 53,20	232
MFM3208	54946259E	6599/2	28/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFM3208	54946260E	6912/0	28/12/2013	R\$ 53,20	232
MFM3208	54946261E	5010/0	28/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFM3208	54946262E	5061/0	28/12/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHD2051	54624146E	7340/0	24/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHD8163	54946071E	7340/0	16/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKZ1974	54947920E	6912/0	25/02/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 12 DE MAIO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.353 de 14 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.353 DE 14 DE MAIO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 04 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 13 DE MAIO DE 2014
DISPÕE SOBRE EMISSÃO DE CERTIFICADOS E REGISTRO/2014, ENTIDADES JUNTO AO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas em especial a Resolução nº 01 de 28 de janeiro de 2014; RESOLVE:

Art.1º Expedir os Certificados e Registros para as Entidades as quais apresentaram a documentação necessária e obtiveram aprovação dos membros deste Conselho nesta data.

Art.2º. As Entidades a que se refere o Art. anterior desta Resolução são:

Os Projetos Sociais aprovados a seguir:

I - APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes;

II - APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais;

III - FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre.

Art.3º. Os Certificados não dispensarão as Entidades na apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênios e outras formas de acordos, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos treze dias do mês de maio de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 001/P02

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em Reunião Extraordinária nº 16/2014, do dia 21 de março de 2014, aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidades, e eu Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16 da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada APP-Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, sob o Registro nº CMDCA nº 001/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vigentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênio e outras formas de acordo, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 002/P02

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em

Reunião Extraordinária nº 16/2014, do dia 21 de março de 2014, aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidades, e eu Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16 da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, sob o Registro nº CMDCA nº 002/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vigentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênio e outras formas de acordo, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Catarina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 003/P02

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em Reunião Extraordinária nº 16/2014, do dia 21 de março de 2014, aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidades, e eu Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16 da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, sob o Registro nº CMDCA nº 003/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vigentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênio e outras formas de acordo, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

Portaria Nº 10.950 de 13 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.950 DE 13 DE MAIO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Operacional IV, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, referente aos períodos aquisitivos: 05 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 10 (dez) dias.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de maio de 2014 à 19 de maio de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resolução Nº 04 de 13 de Maio de 2014

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 13 DE MAIO DE 2014

DISPÕE SOBRE EMISSÃO DE CERTIFICADOS E REGISTRO/2014, ENTIDADES JUNTO AO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas em especial a Resolução nº 01 de 28 de janeiro de 2014; RESOLVE:

Art.1º Expedir os Certificados e Registros para as Entidades as quais apresentaram a documentação necessária e obtiveram aprovação dos membros deste Conselho nesta data.

Art.2º. As Entidades a que se refere o Art. anterior desta Resolução são:

Os Projetos Sociais aprovados a seguir:

I - APP - Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes;
II - APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais;

III - FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre.

Art.3º. Os Certificados não dispensarão as Entidades na apresentação dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a formalização de Convênios e outras formas de acordos, a serem celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos treze dias do
mês de maio de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Cata-
rina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 001/P02

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Ado-
lescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto
nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA - Estatuto da
Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal
nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em
Reunião Extraordinária nº 16/2014, do dia 21 de março de 2014,
aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidades, e eu
Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16
da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada
APP-Associação de Pais e Professores da EMEB - Escola Municipal
de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, sob o Re-
gistro nº CMDCA nº 001/P02 e autorizado o seu funcionamento
pelo período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio
Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no
máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA -
Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vi-
gentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação
dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a
formalização de Convênio e outras formas de acordo, a serem
celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Cata-
rina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 002/P02

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Ado-
lescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto
nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA - Estatuto da
Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal
nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em
Reunião Extraordinária nº 16/2014, do dia 21 de março de 2014,
aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidades, e eu
Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16
da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada
APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais, sob o Regis-
tro nº CMDCA nº 002/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo
período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio
Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no
máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA -
Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vi-
gentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação
dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a
formalização de Convênio e outras formas de acordo, a serem
celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e

do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 - Centro - Campo Alegre - Santa Cata-
rina - 89294-000.

Fone: 47 3632-1568/9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

CERTIFICADO DE REGISTRO DO CMDCA Nº 003/P02

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Ado-
lescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto
nos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069 do ECA - Estatuto da
Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, e Lei Municipal
nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, na sessão plenária em
Reunião Extraordinária nº 16/2014, do dia 21 de março de 2014,
aprovou a concessão de Certificado e Registro de Entidades, e eu
Presidente assino a seguinte deliberação, com fulcro no artigo 16
da Resolução nº 01/2014 deste Conselho:

Fica concedido o Certificado de Registro à Entidade denominada
FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, sob o Regis-
tro nº CMDCA nº 003/P02 e autorizado o seu funcionamento pelo
período de 02 (zero dois) anos.

A Entidade Registrada com inscrição em seu Programa de Apoio
Socio-Educativo-Familiar, estará sujeita à avaliação periódica, no
máximo bianualmente, na forma do § 3º, do artigo 90 do ECA -
Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas legais vi-
gentes.

O presente Certificado não dispensa a Entidade da apresentação
dos documentos exigidos pela Legislação vigente, necessários a
formalização de Convênio e outras formas de acordo, a serem
celebrados com órgãos Municipais, Estaduais e Federais.

Campo Alegre/SC, 13 de maio de 2014.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente - Município Campo Alegre/SC.

Lei Nº 4.131 de 14 de Maio de 2014

LEI Nº 3.131 DE 14 DE MAIO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito
Suplementar no valor de R\$ 53.493,19 (cincoenta mil, quatrocen-
tos e noventa e três reais, dezenove centavos), a fim de suple-
mentar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.02 - Serviço de Transporte e Frota.

26.782.0047.2.112 - Manutenção da Frota

300000.00.896 - Despesas Correntes

330000.00.896 - Outras Despesas Correntes

339000.00.896 - Aplicações Diretas

339030.00.896 - Material de Consumo R\$ 53.493,19

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-
rerá por conta de anulação da seguinte Dotação do Orçamento
vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

11.02 - Coordenadoria de Turismo

20.606.0083.1.010 - Festa Estadual da Ovelha

300000.00.896 - Despesas Correntes

330000.00.896 - Outras Despesas Correntes

335000.00.896 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins
Lucrativos

335041.00.896 - Contribuições R\$ 53.493,19

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e
3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.354 de 14 de Maio de 2014

DECRETO Nº 8.354 DE 14 DE MAIO DE 2014
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e especial a
Lei Municipal nº 4.131 de 14 de maio de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 53.493,19 (cinco-
enta mil, quatrocentos e noventa e três reais, dezenove centavos),
a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.02 - Serviço de Transporte e Frota.

26.782.0047.2.112 - Manutenção da Frota

300000.00.896 - Despesas Correntes

330000.00.896 - Outras Despesas Correntes

339000.00.896 - Aplicações Diretas

339030.00.896 - Material de Consumo R\$ 53.493,19

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto,
correrá por conta de anulação da seguinte Dotação do Orçamento
vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

11.02 - Coordenadoria de Turismo

20.606.0083.1.010 - Festa Estadual da Ovelha

300000.00.896 - Despesas Correntes

330000.00.896 - Outras Despesas Correntes

335000.00.896 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins
Lucrativos

335041.00.896 - Contribuições R\$ 53.493,19

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de maio de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e
3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.132 de 14 de Maio de 2014

LEI Nº 4.132 DE 14 DE MAIO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 105.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0054.2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 30.000,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.028 - Realização de Diagnósticos dos Pacientes

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

R\$ 5.000,00

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$20.000,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 105.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.355 de 14 de Maio de 2014

DECRETO Nº 8.355 DE 14 DE MAIO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.132 de 14 de maio de 2014; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 105.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde

10.301.0054.2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal

300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes

339000.00.124 - Aplicações Diretas

339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

400000.00.124 - Despesas de Capital

440000.00.124 - Investimentos

449000.00.124 - Aplicações Diretas

449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.000,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.028 - Realização de Diagnósticos dos Pacientes

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 5.000,00

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$20.000,00

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica

10.303.0056.2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 105.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

Licitação Deserta

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

A Comissão Permanente de Licitação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos-SC torna público, para conhecimento dos interessados, conforme consta em Ata, que no referido PREGÃO PRESENCIAL não houve comparecimento de licitantes, sendo a sessão encerrada como deserta.

Campos Novos, SC, 13 de maio de 2014
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Ext Pp062014 Republicação

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
REPUBLICAÇÃO
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 13/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-objeto: Registro de preços refere-se à aquisição de ferramentas, equipamentos e materiais diversos a serem utilizados pelos servidores da coordenadoria técnica do SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 29/05/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Homologação do Processo Licitatório N. PMC 56/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/14
HOMOLOGAÇÃO: 13/05/14

CONTRATADO: DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BANDEJAS COM REFORÇO E HASTES PARA ESTANTE DE AÇO MODELO PADRÃO (1,98M X 0,93CM X 30CM), DESTINADAS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais)

DATA: 13/05/14
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

Publicação do Edital do Pregão Eletrônico N. PMC 53/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 77/2014
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 53/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/05/2014, às 10h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, 05 (CINCO) PASSEIROS, VERSÃO SUV, PARA SER UTILIZADO COMO VIATURA DO POLICIAMENTO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 28/05/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Resultado do Julgamento das Propostas do Pregão Presencial N. PMC 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/56

Processo / Ano: 61/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 784,75				
Licitação.....: 40/2014 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 7967 - COPO DESCARTÁVEL DE 50 ML, PACOTES COM 100 COPOS CADA - Unidade: PCT								
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	1,1300	1,13	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	1,1400	1,14	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	COPOZAN	1,000	0,0000	1,1800	1,18	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	1,2000	1,20	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOBRAS	1,000	0,0000	1,2400	1,24	Perdeu	5
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Kero Copo	1,000	0,0000	1,2500	1,25	Inabilitado	6
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CRISTAL	1,000	0,0000	1,3600	1,36	Perdeu	7
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Minaplast	1,000	0,0000	1,3900	1,39	Perdeu	8
Item.....: 2 - 25316 - COPO DESCARTÁVEL DE 100 ML, PACOTES COM 100 COPOS - Unidade: PCT								
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	2,3700	2,37	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	2,3800	2,38	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOVRAS	1,000	0,0000	2,4400	2,44	Perdeu	3
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	COPOZAN	1,000	0,0000	2,4400	2,44	Perdeu	4
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Rosso	1,000	0,0000	2,4500	2,45	Inabilitado	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	COPO BRAS	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	6,4000	6,40	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 25317 - COPO DESCARTÁVEL DE 180 ML, PACOTES COM 100 COPOS - Unidade: PCT								
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ROSSO	1,000	0,0000	2,0700	2,07	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	TOTALPLAST	1,000	0,0000	2,0800	2,08	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CRISTAL	1,000	0,0000	2,2000	2,20	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOBRAS	1,000	0,0000	2,2100	2,21	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 3 - 25317 - COPO DESCARTÁVEL DE 180 ML, PACOTES COM 100 COPOS - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	2,4700	2,47	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Rosso	1,000	0,0000	2,2100	2,21	Inabilitado	0

Item.....: 4 - 11273 - COPOS PLÁSTICOS DE 200 ML, C/100 UNID. - Unidade: PCT

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CRISTAL	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	2,9400	2,94	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	2,9500	2,95	Perdeu	3
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ROSSO	1,000	0,0000	3,3600	3,36	Indefinido	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Minaplast	1,000	0,0000	3,3700	3,37	Indefinido	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOBRAS	1,000	0,0000	3,3800	3,38	Indefinido	6
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Rosso	1,000	0,0000	3,3800	3,38	Inabilitado	0

Item.....: 5 - 26851 - COPOS DESCARTÁVEIS 300 ML PCT COM 100 UND - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	3,6500	3,65	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ROSSO	1,000	0,0000	3,6900	3,69	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	3,9700	3,97	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	3,9900	3,99	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CRISTAL	1,000	0,0000	4,2400	4,24	Perdeu	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Minaplast	1,000	0,0000	4,4900	4,49	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOBRAS	1,000	0,0000	4,5000	4,50	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Rosso	1,000	0,0000	4,5000	4,50	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 6 - 5991 - SACOS DE LIXO 200 L PCT COM 5 SACOS - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	1,000	0,0000	3,0000	3,00	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	emblux	1,000	0,0000	3,2800	3,28	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	3,2900	3,29	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	3,6000	3,60	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	1,000	0,0000	3,6000	3,60	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SABENSUL	1,000	0,0000	3,6000	3,60	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	3,6000	3,60	Inabilitado	0

Item.....: 7 - 5992 - SACO DE LIXO 150 L PCT COM 5 UND - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	JR PLAST	1,000	0,0000	2,5000	2,50	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	1,000	0,0000	2,5900	2,59	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	2,6000	2,60	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	emblux	1,000	0,0000	2,8100	2,81	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SABENSUL	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	2,9200	2,92	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	2,9200	2,92	Inabilitado	0

Item.....: 8 - 5993 - SACO DE LIXO 100 L C/ 5 UND - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	1,000	0,0000	1,2400	1,24	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	1,2500	1,25	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	ecoplan	1,000	0,0000	1,2800	1,28	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inove	1,000	0,0000	1,3500	1,35	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAST	1,000	0,0000	1,4600	1,46	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 8 - 5993 - SACO DE LIXO 100 L C/ 5 UND - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	JR PLAST	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	1,5800	1,58	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Inabilitado	0

Item.....: 9 - 21710 - SACO DE LIXO, C/ CAPACIDADE 50 LITROS, EMBALAGEM COM 10. - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	1,000	0,0000	1,2400	1,24	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAST	1,000	0,0000	1,4600	1,46	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	ecoplan	1,000	0,0000	1,4800	1,48	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inove	1,000	0,0000	1,4800	1,48	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	1,4900	1,49	Perdeu	5
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	1,4900	1,49	Perdeu	6
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	JR PLAST	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	1,4900	1,49	Inabilitado	0

Item.....: 10 - 5994 - SACOS DE LIXO 15 L PCT 20 SACOS - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	1,000	0,0000	1,1200	1,12	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	ecoplan	1,000	0,0000	1,1300	1,13	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inove	1,000	0,0000	1,1700	1,17	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	1,1800	1,18	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAST	1,000	0,0000	1,1800	1,18	Perdeu	5
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	JR PLAST	1,000	0,0000	2,0000	2,00	Desclassif.	6
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	1,1800	1,18	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 11 - 5995 - SACOS DE LIXO 30 LITROS COM 10 UND - Unidade: PCT

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	1,0500	1,05	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	1,000	0,0000	1,0900	1,09	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	ecoplan	1,000	0,0000	1,2100	1,21	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	hove	1,000	0,0000	1,2200	1,22	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAST	1,000	0,0000	1,2600	1,26	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	1,2800	1,28	Perdeu	6
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	JR PLAST	1,000	0,0000	1,7000	1,70	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	1,2800	1,28	Inabilitado	0

Item.....: 12 - 285 - EMBALAGEM PLÁSTICA DESCARTAVEL, C/ 100 UN. DE 5 LITROS CADA - Unidade: ROLO

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	RDS	1,000	0,0000	3,4000	3,40	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MEGA	1,000	0,0000	3,4300	3,43	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COFOBRAS	1,000	0,0000	3,5000	3,50	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BONPACK	1,000	0,0000	3,5000	3,50	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	sabensul	1,000	0,0000	4,4800	4,48	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 13 - 25319 - LIMPADOR DE PISOS, FRASCO COM 05 LITROS, DILUIÇÃO 1/19 - Unidade: FRs

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	UNIVERSAL	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	10,0400	10,04	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	k e Lar	1,000	0,0000	10,2000	10,20	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	ILLO	1,000	0,0000	10,7500	10,75	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	RENOVE (QUIMIBEL	1,000	0,0000	17,8500	17,85	Desclassif.	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 25319 - LIMPADOR DE PISOS, FRASCO COM 05 LITROS, DILUIÇÃO 1/19 - Unidade: FRS

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 14 - 25320 - CERA LUSTRAVEL, APLICAÇÃO A PURO, FRASCO COM 05 LITROS - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	11,3000	11,30	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ONIXX	1,000	0,0000	11,3500	11,35	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	11,9000	11,90	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	16,0000	16,00	Perdeu	5
6099	EUGENIO STEIDEL	guanabara	1,000	0,0000	16,0800	16,08	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	16,2000	16,20	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 15 - 5951 - CERA LÍQUIDA INCOLOR, EMBALAGEM COM 750 ML - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ONIXX	1,000	0,0000	1,7500	1,75	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	1,9000	1,90	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RUBI	1,000	0,0000	2,1400	2,14	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,4200	2,42	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	andrea	1,000	0,0000	2,4400	2,44	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	RUBI	1,000	0,0000	2,4500	2,45	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	2,4900	2,49	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 16 - 12709 - CERA LÍQUIDA AMARELA, FRASCO COM 750 ML. - Unidade: FRS

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	1,9500	1,95	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,0000	2,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RUBI	1,000	0,0000	2,2500	2,25	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	andrea	1,000	0,0000	2,2800	2,28	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	RUBI	1,000	0,0000	2,3000	2,30	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	2,4900	2,49	Perdeu	6
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 17 - 5964 - CERA LÍQUIDA VERMELHA, EMBALAGEM COM 750 ML. - Unidade: FRS

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	2,0000	2,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RUBI	1,000	0,0000	2,0400	2,04	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,4200	2,42	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	andrea	1,000	0,0000	2,4400	2,44	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	RUBI	1,000	0,0000	2,4500	2,45	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	2,4900	2,49	Perdeu	6
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 18 - 5996 - CERA EM PASTA INCOLOR 4.5 KG - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	POLISOL	1,000	0,0000	47,0000	47,00	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	guanabara	1,000	0,0000	47,9000	47,90	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Guanabara	1,000	0,0000	54,7000	54,70	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	1,000	0,0000	57,3600	57,36	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	POLISOL	1,000	0,0000	59,1000	59,10	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 18	-	5996	-	CERA EM PASTA INCOLOR 4.5 KG - Unidade: FRS				
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	BINA	1,000	0,0000	59,1300	59,13	Perdeu	6
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	1,000	0,0000	63,0000	63,00	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 19	-	5997	-	CERA EM PASTA INCOLOR COM 375 GRS - Unidade: FRS				
6099	EUGENIO STEIDEL	andrea	1,000	0,0000	5,9000	5,90	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	1,000	0,0000	6,2500	6,25	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	1,000	0,0000	6,9400	6,94	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	GUANABARA	1,000	0,0000	6,9700	6,97	Perdeu	4
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	POLISOL	1,000	0,0000	8,0600	8,06	Indefinido	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Guanabara	1,000	0,0000	8,0800	8,08	Indefinido	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	BINA	1,000	0,0000	8,0900	8,09	Indefinido	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 20	-	5998	-	CERA EM PASTA VERMELHA COM 375 GRS - Unidade: FRS				
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	1,000	0,0000	5,9700	5,97	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	andrea	1,000	0,0000	5,9800	5,98	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	1,000	0,0000	6,3000	6,30	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	GUANABARA	1,000	0,0000	8,0000	8,00	Perdeu	4
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	POLISOL	1,000	0,0000	8,0600	8,06	Indefinido	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Guanabara	1,000	0,0000	8,0800	8,08	Indefinido	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	BINA	1,000	0,0000	8,0900	8,09	Indefinido	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 21 - 5999 - CERA EM PASTA AMARELA COM 375 GRS - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	1,000	0,0000	6,2500	6,25	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	andrea	1,000	0,0000	6,2800	6,28	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	1,000	0,0000	6,5000	6,50	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	GUANABARA	1,000	0,0000	8,0000	8,00	Perdeu	4
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	POLISOL	1,000	0,0000	8,0600	8,06	Indefinido	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Guanabara	1,000	0,0000	8,0800	8,08	Indefinido	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	BINA	1,000	0,0000	8,0900	8,09	Indefinido	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 22 - 6000 - LUSTRA MÓVEIS COM 200 ML - Unidade: FRS

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	WORKER	1,000	0,0000	1,3500	1,35	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	WORKER	1,000	0,0000	1,3600	1,36	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ONIXX	1,000	0,0000	1,4400	1,44	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	gioca	1,000	0,0000	1,6400	1,64	Perdeu	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	1,6500	1,65	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	YPE	1,000	0,0000	1,7400	1,74	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 23 - 5956 - DESINFETANTE LÍQUIDO PARA BANHEIRO, TIPO PINHO, COM 2 LTS - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	2,2000	2,20	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BELGA	1,000	0,0000	2,2300	2,23	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	K e Lar	1,000	0,0000	2,2900	2,29	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,3000	2,30	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	2,7600	2,76	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/56

Processo / Ano: 61/2014 Processo Administrativo: 784,75

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 23 - 5956 - DESINFETANTE LÍQUIDO PARA BANHEIRO, TIPO PINHO, COM 2 LTS - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	UNIVERSAL	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	2,9900	2,99	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 24 - 25321 - DESINFETANTE PARA BANHEIRO, FRAGANCIA EUCALIP, FRASCO C/ 02 - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	2,2000	2,20	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINOLI NETTO - EPP	BELGA	1,000	0,0000	2,2100	2,21	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	2,7500	2,75	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	k e lar	1,000	0,0000	2,7800	2,78	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	UNIVERSAL	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	2,9900	2,99	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 25 - 21035 - DESINFETANTE PARA BANHEIRO, FRAGANCIA LAVANDA COM 02 LITROS - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	2,2000	2,20	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINOLI NETTO - EPP	BELGA	1,000	0,0000	2,2100	2,21	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	2,7500	2,75	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	k e Lar	1,000	0,0000	2,7800	2,78	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	UNIVERSAL	1,000	0,0000	2,9000	2,90	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	2,9900	2,99	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 26 - 6001 - PEDRA SANITARIA + GANCHO MÍNIMO 25 GRAMAS - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SANI	1,000	0,0000	0,6400	0,64	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	suavelar	1,000	0,0000	0,6500	0,65	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Sany Bril	1,000	0,0000	0,6800	0,68	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SANY	1,000	0,0000	0,7200	0,72	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SANY BRIL	1,000	0,0000	0,8200	0,82	Perdeu	5
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INOVE	1,000	0,0000	1,3500	1,35	Desclassif.	6
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PERFECT	1,000	0,0000	1,8200	1,82	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 27 - 6002 - SAPONÁCEO CREMOSO 300 ML - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PERFECT	1,000	0,0000	1,5500	1,55	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Class	1,000	0,0000	1,5900	1,59	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	innove	1,000	0,0000	1,7800	1,78	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	YPE	1,000	0,0000	1,8500	1,85	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INOVE	1,000	0,0000	2,0400	2,04	Desclassif.	5
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SANI	1,000	0,0000	2,3000	2,30	Desclassif.	6
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 28 - 5936 - SAPONÁCEO EM BARRA, EMBALAGEM COM 200 GRAMAS - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Class	1,000	0,0000	1,5500	1,55	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	RADIUM	1,000	0,0000	1,6000	1,60	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	radiun	1,000	0,0000	1,6800	1,68	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	YPE	1,000	0,0000	1,7500	1,75	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 28 - 5936 - SAPONÁCEO EM BARRA, EMBALAGEM COM 200 GRAMAS - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 29 - 6003 - SABÃO EM PÓ 1 KG - Unidade: KG

6099	EUGENIO STEIDEL	INNOVE	1,000	0,0000	2,5100	2,51	Venceu	1 *****
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INOVE	1,000	0,0000	2,6600	2,66	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	Q-LAR	1,000	0,0000	2,7900	2,79	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	INOVE	1,000	0,0000	3,4400	3,44	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	3,5000	3,50	Indefinido	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inove	1,000	0,0000	3,5400	3,54	Indefinido	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	TIXAN	1,000	0,0000	3,5500	3,55	Indefinido	7

Item.....: 30 - 5831 - SABÃO DE PEDRA C/ 200 GR - Unidade: UN

6099	EUGENIO STEIDEL	zavaski	1,000	0,0000	0,5900	0,59	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BARRA NOVA	1,000	0,0000	0,6400	0,64	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	BARRA NOVA	1,000	0,0000	0,6900	0,69	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	0,7800	0,78	Desclassif.	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	0,7900	0,79	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 21943 - SABONETE EMBALAGEM COM 90G - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Nips	1,000	0,0000	0,7100	0,71	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	nipus	1,000	0,0000	0,7300	0,73	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	NIPS	1,000	0,0000	0,7400	0,74	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ALBANY	1,000	0,0000	0,8500	0,85	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	IARA	1,000	0,0000	0,8600	0,86	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	YPE	1,000	0,0000	0,8800	0,88	Perdeu	6
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 32 - 5850 - CREME DENTAL 90GR C/ FLÚOR - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ICE FRESH	1,000	0,0000	1,0000	1,00	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	icefresch	1,000	0,0000	1,0700	1,07	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	SORRISO	1,000	0,0000	1,1000	1,10	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Ice Fresh	1,000	0,0000	1,2000	1,20	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DENTIL	1,000	0,0000	1,3500	1,35	Perdeu	5
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	1,000	0,0000	1,6500	1,65	Desclassif.	6
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 33 - 5977 - GEL DENTAL S/ FLUOR, TUBO C/ 100 GRAMAS. - Unidade: TUBO

6099	EUGENIO STEIDEL	ice fresch	1,000	0,0000	4,7800	4,78	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DENTIL	1,000	0,0000	4,8000	4,80	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 33 - 5977 - GEL DENTAL S/ FLUOR, TUBO C/100 GRAMAS. - Unidade: TUBO

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 34 - 11406 - ÁGUA SANITÁRIA, FRASCO COM 1 LITRO - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ONIXX	1,000	0,0000	0,9900	0,99	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	1,0000	1,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	UNIVERSAL	1,000	0,0000	1,1400	1,14	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	1,1500	1,15	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	ILLO	1,000	0,0000	1,2000	1,20	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SUPERPLUS	1,000	0,0000	1,2000	1,20	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	da ilha	1,000	0,0000	1,4500	1,45	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 35 - 10220 - DETERGENTE PARA LOUCA COM 500 ML - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	LILY	1,000	0,0000	0,8100	0,81	Venceu	1 *****
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	2
6099	EUGENIO STEIDEL	zavaski	1,000	0,0000	0,8200	0,82	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LILI	1,000	0,0000	0,9000	0,90	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	YPE	1,000	0,0000	1,0500	1,05	Perdeu	5
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	1,2700	1,27	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 36 - 15066 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ PEDAL 15 LT. - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	PLASUTIL	1,000	0,0000	17,4800	17,48	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	vanfix	1,000	0,0000	17,5000	17,50	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	PÇASUTIL	1,000	0,0000	18,0000	18,00	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 37 - 25323 - LIMPADOR DE VIDROS COM 500 ML. - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	1,0500	1,05	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	WOLKER	1,000	0,0000	1,0800	1,08	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	da ilha	1,000	0,0000	1,0900	1,09	Perdeu	3
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ONIXX	1,000	0,0000	1,3500	1,35	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	1,4000	1,40	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SUPERPLUS	1,000	0,0000	1,4600	1,46	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	1,4700	1,47	Perdeu	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 38 - 5959 - PANO DE CHÃO ALVEJADO TAM 70 X 50 CM 1ª QUALIDADE BRANCO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	1,000	0,0000	1,9800	1,98	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	NOVACOR	1,000	0,0000	1,9900	1,99	Desclassif.	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PANO PRATIC	1,000	0,0000	2,5400	2,54	Desclassif.	3
6099	EUGENIO STEIDEL	panosul	1,000	0,0000	2,8900	2,89	Desclassif.	4
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 38 - 5959 - PANO DE CHÃO ALVEJADO TAM 70 X 50 CM 1ª QUALIDADE BRANCO - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 39 - 6004 - SACO PARA PANO DE CHÃO ALVEJADO, 70X50 1ª QUALIDADE - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	1,000	0,0000	1,9000	1,90	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	MARTINS	1,000	0,0000	1,9300	1,93	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Martins	1,000	0,0000	1,9500	1,95	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	panosul	1,000	0,0000	2,1600	2,16	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PANOPRATIC	1,000	0,0000	2,5400	2,54	Desclassif.	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	NOVACOR	1,000	0,0000	2,9900	2,99	Desclassif.	6
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 40 - 25325 - SACO PARA PANO DE CHÃO NÃO ALVEJADO. - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	MARTINS	1,000	0,0000	1,7000	1,70	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	1,000	0,0000	1,8000	1,80	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	panosul	1,000	0,0000	1,8400	1,84	Perdeu	3
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	MARTINS	1,000	0,0000	1,8500	1,85	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	2,0000	2,00	Perdeu	5
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PANO PRATIC	1,000	0,0000	2,4000	2,40	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 41 - 5902 - ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE. LOUCA. - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BETANIM	1,000	0,0000	0,3400	0,34	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BRITISH	1,000	0,0000	0,3500	0,35	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Assolan	1,000	0,0000	0,4400	0,44	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	BRILHUS	1,000	0,0000	0,5200	0,52	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BETTANIN	1,000	0,0000	0,5200	0,52	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	LIMPA FACIL	1,000	0,0000	0,5400	0,54	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	condor	1,000	0,0000	1,1500	1,15	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 42 - 5937 - ESPONJA DE LÃ DE AÇO. PCT COM 08 UNIDADES - Unidade: PCT

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Inove	1,000	0,0000	0,7000	0,70	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ASTRO	1,000	0,0000	0,7500	0,75	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	INOVE	1,000	0,0000	0,8000	0,80	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	innove	1,000	0,0000	0,8900	0,89	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INOVE	1,000	0,0000	0,9200	0,92	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	INOVE	1,000	0,0000	0,9200	0,92	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	LIMPA FACIL	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 43 - 5962 - ESPONJA DE AÇO. PACOTES COM 02 UNIDADES - Unidade: PCT

6099	EUGENIO STEIDEL	reluz	1,000	0,0000	0,9800	0,98	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	LIMPA FACIL	1,000	0,0000	0,9900	0,99	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/56

Processo / Ano: 61/2014
Licitação.....: 40/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

784,75

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 43	-	5962	-	ESPONJA DE AÇO. PACOTES COM 02 UNIDADES	-	Unidade: PCT		
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 44	-	6974	-	PALHA DE AÇO Nº 0	-	Unidade: UN		
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Mundial	1,000	0,0000	0,4700	0,47	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	INOVE	1,000	0,0000	0,5200	0,52	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	reluz	1,000	0,0000	0,5500	0,55	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	LIMPAFACIL	1,000	0,0000	0,5500	0,55	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 45	-	25326	-	FLANELA PARA LIMPEZA TAMANHO APROX. 35X55 CM.	-	Unidade: UN		
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	LEM	1,000	0,0000	0,8700	0,87	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	NARTINS	1,000	0,0000	0,8900	0,89	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	MARTINS	1,000	0,0000	1,0400	1,04	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	pánosul	1,000	0,0000	1,2800	1,28	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	1,3300	1,33	Perdeu	5
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PANO PRATIC	1,000	0,0000	1,8000	1,80	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Martins	1,000	0,0000	1,3300	1,33	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 46 - 25327 - PANO DE PRATO EM ALGODÃO TAM. APROX. 70X70CM. - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	MARTINS	1,000	0,0000	1,9300	1,93	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	MARTINS	1,000	0,0000	1,9600	1,96	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	panosul	1,000	0,0000	1,9700	1,97	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	1,000	0,0000	2,0500	2,05	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	2,2800	2,28	Perdeu	5
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PANO PRATIC	1,000	0,0000	3,0000	3,00	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	2,2800	2,28	Inabilitado	0

Item.....: 47 - 7577 - PAPEL HIGIÊNICO COM 08 ROLOS DE 300 M 1ª QUALIDADE - Unidade: PCT

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	JULLY	1,000	0,0000	15,5000	15,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LEBOM	1,000	0,0000	16,0000	16,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	LITOPEL	1,000	0,0000	20,3500	20,35	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	TAYÚ	1,000	0,0000	20,4000	20,40	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	alvefor	1,000	0,0000	20,4500	20,45	Perdeu	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Alphes	1,000	0,0000	21,0000	21,00	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SPRING	1,000	0,0000	25,9000	25,90	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	J Reis	1,000	0,0000	21,7000	21,70	Inabilitado	0

Item.....: 48 - 5856 - PAPEL HIGIENICO COM 4 ROLOS COM 60 METROS CADA, PICOTADO - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FAMILIAR	1,000	0,0000	1,7900	1,79	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	familiar	1,000	0,0000	1,8400	1,84	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	LITOPEL	1,000	0,0000	2,2300	2,23	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BOB	1,000	0,0000	2,6000	2,60	Perdeu	4
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	FAMILIAR	1,000	0,0000	2,6100	2,61	Indefinido	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 48 - 5856 - PAPEL HIGIENICO COM 4 ROLOS COM 60 METROS CADA, PICOTADO - Unidade: PCT

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Alphes	1,000	0,0000	2,6200	2,62	Indefinido	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SPRING	1,000	0,0000	2,6300	2,63	Indefinido	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Mili	1,000	0,0000	2,6300	2,63	Inabilitado	0

Item.....: 49 - 5976 - GUARDANAPOS DE PAPEL COM 50 UNIDADES CADA DE 30X31 - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	JULLY	1,000	0,0000	0,8000	0,80	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	sorella	1,000	0,0000	0,8900	0,89	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	MILLI	1,000	0,0000	0,9500	0,95	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BOB	1,000	0,0000	0,9500	0,95	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SMART	1,000	0,0000	1,1600	1,16	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Barigui	1,000	0,0000	0,9500	0,95	Inabilitado	0

Item.....: 50 - 7966 - GUARDANAPOS DE PAPEL COM 50 UNIDADES CADA DE 22,0X23,0 CM - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	JULLY	1,000	0,0000	0,4000	0,40	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	sorella	1,000	0,0000	0,4200	0,42	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	MILLI	1,000	0,0000	0,4500	0,45	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BOB	1,000	0,0000	0,5900	0,59	Desclassif.	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Barigui	1,000	0,0000	0,4500	0,45	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 21/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 51 - 7864 - PAPEL TOALHA INTERFOLHAS C/ 1.000 UN. CREME - Unidade: PCT

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	JULLY	1,000	0,0000	4,0000	4,00	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	DAELE	1,000	0,0000	4,0800	4,08	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	POLO	1,000	0,0000	4,4500	4,45	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MASTERSUL	1,000	0,0000	5,4000	5,40	Desclassif.	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SPRING	1,000	0,0000	6,5000	6,50	Desclassif.	5
6099	EUGENIO STEIDEL	peg	1,000	0,0000	9,4000	9,40	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	J Reis	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	4,4500	4,45	Inabilitado	0

Item.....: 52 - 21444 - PAPEL TOALHA (2 ROLOS) - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	CLARYS	1,000	0,0000	2,0500	2,05	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	peg	1,000	0,0000	2,0700	2,07	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	MAXIN	1,000	0,0000	2,2100	2,21	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	CLARYS	1,000	0,0000	2,2500	2,25	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BOB	1,000	0,0000	2,4600	2,46	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	MILLI	1,000	0,0000	2,4900	2,49	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Milli	1,000	0,0000	2,4900	2,49	Inabilitado	0

Item.....: 53 - 5591 - ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8 GRAUS INPM, COM 1 LITRO - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	COOPERALCOOL	1,000	0,0000	3,4400	3,44	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	SANTA CRUZ	1,000	0,0000	3,4500	3,45	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DA ILHA	1,000	0,0000	3,9900	3,99	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	DA ILHA	1,000	0,0000	4,4000	4,40	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DA ILHA	1,000	0,0000	4,5000	4,50	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/56

Processo / Ano: 61/2014
Licitação.....: 40/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

784,75

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 53 - 5591 - ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92.8 GRAUS INPM, COM 1 LITRO - Unidade: FRS

6099	EUGENIO STEIDEL		1,000	0,0000	5,8900	5,89	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	da ilha	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 54 - 5980 - ÁLCOOL EM GEL 70% COM ALOE VERA, FRASCO DOSADOR DE 2 LITROS. - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SAUBA	1,000	0,0000	22,0000	22,00	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ALCARE	1,000	0,0000	22,5000	22,50	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	29,1700	29,17	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	ILLO	1,000	0,0000	30,0000	30,00	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 55 - 7264 - DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ULTRA FRESH	1,000	0,0000	4,4000	4,40	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ULTRA FRESH	1,000	0,0000	4,5000	4,50	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	k e Lar	1,000	0,0000	4,9900	4,99	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GLADY	1,000	0,0000	5,3800	5,38	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	PURO AR	1,000	0,0000	5,5000	5,50	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	5,5700	5,57	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 56 - 25328 - FOSFORO MÍN. 5 CM. DE COMPRIMENTO CADA, CAIXA 240 PALITOS. - Unidade: CXA

6099	EUGENIO STEIDEL	paraná	1,000	0,0000	1,7000	1,70	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	LUX	1,000	0,0000	1,8900	1,89	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	PARANA	1,000	0,0000	2,1800	2,18	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	FIAT LUX	1,000	0,0000	2,1800	2,18	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 57 - 25329 - FOSFORO, CAIXA COM 40 PALITOS. - Unidade: CXA

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GABOARDO	1,000	0,0000	0,2200	0,22	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	paraná	1,000	0,0000	0,2300	0,23	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	ZEBRA	1,000	0,0000	0,2500	0,25	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 58 - 5862 - VASSOURA DE NYLON COM CABO - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1,000	0,0000	3,4000	3,40	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PEROVINHA	1,000	0,0000	3,4500	3,45	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	3,6700	3,67	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	FLORIÇA	1,000	0,0000	3,6800	3,68	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	3,7800	3,78	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 24/56

Processo / Ano: 61/2014
Licitação.....: 40/2014 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

784,75

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 58 - 5862 - VASSOURA DE NYLON COM CABO - Unidade: UN

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	4,6000	4,60	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	5,8000	5,80	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 59 - 19573 - VASSOURA DE PELO SINTETICO COM CABO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	3,4100	3,41	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	4,9700	4,97	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PEROVINHA	1,000	0,0000	5,0900	5,09	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CANADÁ	1,000	0,0000	5,1000	5,10	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	5,1200	5,12	Perdeu	5
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	5,9000	5,90	Desclassif.	6
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1,000	0,0000	8,0000	8,00	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 60 - 7869 - RODO DE ESPUMA COM CABO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	3,3900	3,39	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1,000	0,0000	3,4000	3,40	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PEROVINHA	1,000	0,0000	3,5500	3,55	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	3,5800	3,58	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CANADÁ	1,000	0,0000	4,9900	4,99	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	5,4500	5,45	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	6,8900	6,89	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 61 - 9556 - RODO DE BORRACHA DUPLA C/ CABO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	3,7400	3,74	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINOLI NETTO - EPP	PEROVINHA	1,000	0,0000	3,7500	3,75	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	3,8000	3,80	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	5,2800	5,28	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CANADÁ	1,000	0,0000	5,4000	5,40	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	5,4500	5,45	Perdeu	6
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 62 - 5966 - ESCOVA DE LIMPEZA COM CABO, PARA VASO SANITÁRIO, NYLON - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	2,3200	2,32	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MUL TLIMP	1,000	0,0000	2,5800	2,58	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	2,9500	2,95	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	3,0500	3,05	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 63 - 7203 - ESCOVA DE MAO PARA LIMPEZA (COM CERDAS DE NYLON) - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CANADÁ	1,000	0,0000	1,8500	1,85	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	1,8600	1,86	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	1,9700	1,97	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	3,4500	3,45	Desclassif.	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 63 - 7203 - ESCOVA DE MAO PARA LIMPEZA (COM CERDAS DE NYLON) - Unidade: UN

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 64 - 6146 - ESCOVA PARA CHÃO COM CERDAS DE NYLON E CABO. - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	3,6300	3,63	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1,000	0,0000	4,4100	4,41	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	4,4100	4,41	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CANADÁ	1,000	0,0000	4,5000	4,50	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	4,5500	4,55	Perdeu	5
6099	EUGENIO STEIDEL	canada	1,000	0,0000	5,9800	5,98	Desclassif.	6
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 65 - 11572 - ESFREGADEIRA DE ROUPAS - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	CANADÁ	1,000	0,0000	21,6000	21,60	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	21,8000	21,80	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1,000	0,0000	22,3100	22,31	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	23,0000	23,00	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	lorenzoni	1,000	0,0000	58,9000	58,90	Desclassif.	5
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 27/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 66 - 5942 - BALDE PLÁSTICO COM SUPORTE DE METAL, COM CAP. MÍNIMA DE 13 L - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ARQPLAST	1,000	0,0000	3,6000	3,60	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	ARQPLAST	1,000	0,0000	3,9000	3,90	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ARGPLAST	1,000	0,0000	3,9600	3,96	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	PLASUTIL	1,000	0,0000	3,9900	3,99	Desclassif.	4
6099	EUGENIO STEIDEL	vanfix	1,000	0,0000	5,9800	5,98	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 67 - 5944 - PÁ PLÁSTICA PARA LIXO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	1,3000	1,30	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PA BRASIL	1,000	0,0000	1,3400	1,34	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BRASIL	1,000	0,0000	1,3500	1,35	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	SUPERCORDA	1,000	0,0000	1,4000	1,40	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Super Corda	1,000	0,0000	1,5800	1,58	Perdeu	5
6099	EUGENIO STEIDEL	vanfix	1,000	0,0000	1,5900	1,59	Perdeu	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	1,8800	1,88	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 68 - 6005 - LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO P - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VOLK	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1,000	0,0000	1,5400	1,54	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1,000	0,0000	1,8000	1,80	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,0400	2,04	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Wolk	1,000	0,0000	2,0500	2,05	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 28/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 68	-	6005	- LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO P - Unidade: UN					
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	IDEATEX	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	fenix	1,000	0,0000	3,9800	3,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 69	-	5946	- LUYA DE BORRACHA PARA LIMPEZA, TAMANHO M - Unidade: UN					
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VOLK	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Wolk	1,000	0,0000	2,0500	2,05	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,1000	2,10	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	IDEATEX	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	fenix	1,000	0,0000	3,9800	3,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 70	-	5947	- LUYA DE BORRACHA PARA LIMPEZA, TAMANHO G - Unidade: UN					
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VOLK	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,1000	2,10	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Wolk	1,000	0,0000	2,1100	2,11	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DANNY	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	fenix	1,000	0,0000	3,9800	3,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 71 - 6006 - LUVA DE BORRACHA P 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VOLK	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,1000	2,10	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Wolk	1,000	0,0000	2,1100	2,11	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DANNY	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	fenix	1,000	0,0000	3,9800	3,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 72 - 6007 - LUVA DE BORRACHA M 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VOLK	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,1000	2,10	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Wolk	1,000	0,0000	2,1100	2,11	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DANNY	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	fenix	1,000	0,0000	3,9800	3,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 73 - 6008 - LUVA DE BORRACHA G 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VOLK	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1,000	0,0000	2,0600	2,06	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	VOLK	1,000	0,0000	2,1000	2,10	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Wolk	1,000	0,0000	2,1100	2,11	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 61/2014 Processo Administrativo: 784,75

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 73	-	6008	- LUVA DE BORRACHA G 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN					
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DANNY	1,000	0,0000	2,1200	2,12	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	fenix	1,000	0,0000	3,9800	3,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 74	-	25330	- DENGORDURANTE EMBALAGEM SQUEEZE COM 500 ML. - Unidade: FRS					
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	WOLKER	1,000	0,0000	1,6000	1,60	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	DA ILHA	1,000	0,0000	1,6200	1,62	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	1,7000	1,70	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	mr. musculo	1,000	0,0000	3,4800	3,48	Desclassif.	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 75	-	7204	- GRAMPO PARA PENDURAR ROUPAS - Unidade: DZ					
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BLOO	1,000	0,0000	0,7200	0,72	Venceu	1 *****
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Keeprend	1,000	0,0000	0,7300	0,73	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	zavaski	1,000	0,0000	0,8800	0,88	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	0,9000	0,90	Perdeu	5
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 76 - 25331 - INSETICIDA AEROSOL, FRASCO 300 ML., - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ULTRAINSET	1,000	0,0000	4,2000	4,20	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Matinset	1,000	0,0000	4,4900	4,49	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	MATINSET	1,000	0,0000	4,7700	4,77	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	mat inset	1,000	0,0000	6,5900	6,59	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	OZZ	1,000	0,0000	6,7000	6,70	Perdeu	5
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 77 - 11971 - EMBALAGENS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS, CAP. 03 KG. - Unidade: ROLO

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MEGA	1,000	0,0000	2,1500	2,15	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	1,000	0,0000	3,2000	3,20	Desclassif.	2
6099	EUGENIO STEIDEL	sabensul	1,000	0,0000	3,3800	3,38	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	IDEX	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 78 - 25332 - SABONETE LÍQUIDO, FRASCO COM 05 LITROS, AROMA ERVA DOCE. - Unidade: FRS

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	KLINN	1,000	0,0000	8,0500	8,05	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LIMPLUS	1,000	0,0000	8,1000	8,10	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	8,4800	8,48	Perdeu	3
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	SMELL	1,000	0,0000	9,0500	9,05	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	11,6800	11,68	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 78 - 25332 - SABONETE LÍQUIDO, FRASCO COM 05 LITROS, AROMA ERVA DOCE. - Unidade: FRS

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	ILLO	1,000	0,0000	12,1500	12,15	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	k e lar	1,000	0,0000	15,9800	15,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 79 - 25333 - TIRA LIMO EMBALAGEM SQUEEZE COM 500 ML. - Unidade: FRS

6099	EUGENIO STEIDEL	mr. musculo	1,000	0,0000	5,4200	5,42	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	5,4500	5,45	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 80 - 25334 - TOCAS DESCARTÁVEIS CONFECCIONADAS COM TNT PARA USO EM COZIN - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TALGE	1,000	0,0000	0,1100	0,11	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAMAC	1,000	0,0000	0,1200	0,12	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 81 - 7201 - AMACIANTE PARA ROUPAS FRASCO C/ 02 LITROS. - Unidade: FR5

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	UNIVERSAL	1,000	0,0000	2,1400	2,14	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINOLI NETTO - EPP	LILY	1,000	0,0000	2,1500	2,15	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	UNIVERSAL	1,000	0,0000	2,3900	2,39	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	2,4000	2,40	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDO SOL	1,000	0,0000	2,7500	2,75	Perdeu	5
6099	EUGENIO STEIDEL	zavaski	1,000	0,0000	3,5900	3,59	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 82 - 6009 - ANTI MOFO 80 GRAMAS - Unidade: POTE

6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 83 - 25335 - PRATO DE PAPELÃO, 210 MM. - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RIO VERMELHO	1,000	0,0000	0,1100	0,11	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	PAKPEL	1,000	0,0000	0,1200	0,12	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 83 - 25335 - PRATO DE PAPELÃO, 210 MM. - Unidade: UN

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 84 - 24090 - LIMPA CARPETES E ESTOFADOS, FRASCO 500 ML. - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Onixx	1,000	0,0000	1,7900	1,79	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	1,8000	1,80	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 85 - 25336 - PASTA CRISTAL ROSA, POTE COM 500 GRAMAS - Unidade: POTE

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	ZELADOR	1,000	0,0000	2,6500	2,65	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	cristal	1,000	0,0000	2,6900	2,69	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	2,8000	2,80	Perdeu	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 35/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 86 - 25337 - ROLO DE FILME DE PVC PARA ALIMENTOS, ROLO COM 30 METROS - Unidade: ROLO

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BLUFORT	1,000	0,0000	2,6600	2,66	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BLUFORTE	1,000	0,0000	2,6700	2,67	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	theto	1,000	0,0000	2,7800	2,78	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FILM	1,000	0,0000	2,7800	2,78	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	WYDA	1,000	0,0000	3,5500	3,55	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 87 - 25338 - REFIL (PASTILHA) INSETICIDA PARA APARELHO ELÉTRICO, PCTE 12 - Unidade: PCT

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Lint	1,000	0,0000	1,6800	1,68	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SBP	1,000	0,0000	1,7800	1,78	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	MATINSET	1,000	0,0000	1,8600	1,86	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 88 - 25339 - FIO DENTAL, ROLO COM 50 METROS - Unidade: ROLO

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	MEDFIO	1,000	0,0000	2,1900	2,19	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GENTIL	1,000	0,0000	2,2000	2,20	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	clia	1,000	0,0000	4,4900	4,49	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 88 - 25339 - FIO DENTAL, ROLO COM 50 METROS - Unidade: ROLO

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 89 - 7259 - GERADOR MANUAL DE FAÍSCAS PARA ACENDIMENTO DE FOGÃO A GÁS - Unidade: UN

6099	EUGENIO STEIDEL	bic	1,000	0,0000	5,8900	5,89	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	CLIC	1,000	0,0000	5,9000	5,90	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 90 - 25340 - CONDICIONADOR PARA CABELO, FRASCO COM 200 ML. - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	NEUTROX	1,000	0,0000	3,2400	3,24	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NEUTROX	1,000	0,0000	3,2500	3,25	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VIDAL LIFE	1,000	0,0000	3,3500	3,35	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	neutrox	1,000	0,0000	4,2000	4,20	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	PALMOLIVE	1,000	0,0000	5,2900	5,29	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 91 - 7261 - DESODORANTE ROLL-ON COM PERFUME, FRASCO COM 50 ML. - Unidade: FRS

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	AVON	1,000	0,0000	2,2400	2,24	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	HIDRATA	1,000	0,0000	6,4000	6,40	Desclassif.	2
6099	EUGENIO STEIDEL	rexona	1,000	0,0000	6,8900	6,89	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 92 - 25341 - ENXAGUANTE BUCAL, FRASCO COM 500 ML. - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	1,000	0,0000	12,2700	12,27	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DENTIL	1,000	0,0000	12,6700	12,67	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	colgate	1,000	0,0000	14,9000	14,90	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 93 - 25342 - SHAMPOO PARA CABELO, FRASCO COM 350 ML. - Unidade: FRS

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VIDAL LIFE	1,000	0,0000	3,2500	3,25	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MONANGE	1,000	0,0000	4,3800	4,38	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MONANGE	1,000	0,0000	4,4000	4,40	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	sedda	1,000	0,0000	4,6000	4,60	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COLORAMA	1,000	0,0000	4,6000	4,60	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 93 - 25342 - SHAMPOO PARA CABELO, FRASCO COM 350 ML., - Unidade: FRS

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	KANESCHOW	1,000	0,0000	4,6000	4,60	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 94 - 25343 - ESCOVA PARA CABELO - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Corpus	1,000	0,0000	4,7800	4,78	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	4,8000	4,80	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	lizon	1,000	0,0000	5,8900	5,89	Desclassif.	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	CORPUS	1,000	0,0000	7,1500	7,15	Desclassif.	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 95 - 25344 - ESCOVA DE DENTE ADULTO - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	MEDFIO	1,000	0,0000	0,9000	0,90	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	DENTIL	1,000	0,0000	0,9500	0,95	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	1,000	0,0000	1,7500	1,75	Desclassif.	3
6099	EUGENIO STEIDEL	close	1,000	0,0000	2,8900	2,89	Desclassif.	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 96 - 10068 - PENTE DE CABELO COM CABO - Unidade: UN

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	0,5500	0,55	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	vanfix	1,000	0,0000	4,5900	4,59	Desclassif.	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 97 - 892 - APARELHO DE BARBEAR COM 02 LÂMINAS - Unidade: UN

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	BIC	1,000	0,0000	1,5000	1,50	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 98 - 14361 - PACOTES COM 10 SACOS PARA LIXO REFORCADO COM CAPACIDADE 200 - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	4,9200	4,92	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SABENSUL	1,000	0,0000	4,9300	4,93	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	emblux	1,000	0,0000	5,0000	5,00	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	1,000	0,0000	5,0100	5,01	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	5,1700	5,17	Perdeu	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 40/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 98 - 14361 - PACOTES COM 10 SACOS PARA LIXO REFORCADO COM CAPACIDADE 200 - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	1,000	0,0000	7,1000	7,10	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 99 - 5848 - SAPOLIO 300 GR. - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SANI	1,000	0,0000	1,1400	1,14	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PERFECT	1,000	0,0000	1,1500	1,15	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SANY	1,000	0,0000	1,2200	1,22	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INOVE	1,000	0,0000	1,4300	1,43	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Class	1,000	0,0000	1,4600	1,46	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	YPE	1,000	0,0000	1,4700	1,47	Perdeu	6
6099	EUGENIO STEIDEL	radiun	1,000	0,0000	2,9800	2,98	Desclassif.	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 100 - 14362 - RODO COM BORRACHA DUPLA COM NO MÍNIMO 100 CM, COM CABO DE - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	23,2500	23,25	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	24,0000	24,00	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	enchugabem	1,000	0,0000	59,8000	59,80	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 101 - 14363 - LIXEIRA TELADA CAP. MÍNIMA PARA 09 LITROS - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	PLASC	1,000	0,0000	2,0000	2,00	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	2,0300	2,03	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	vanfix	1,000	0,0000	4,5800	4,58	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 102 - 14364 - RATICIDA DOSE ÚNICA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 15 GRAMAS - Unidade: UN

6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 103 - 14365 - CAIXA ISCA MATA BARATAS COM 6 UNIDADES - Unidade: CXA

6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 42/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 103 - 14365 - CAIXA ISCA MATA BARATAS COM 6 UNIDADES - Unidade: CXA

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 104 - 14366 - GARRAFA TÉRMICA 01 LITRO DE PRESSÃO - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	INVICTA	1,000	0,0000	37,0000	37,00	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	TERMOLAR	1,000	0,0000	37,6000	37,60	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	termolar	1,000	0,0000	37,9000	37,90	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SOPRANO	1,000	0,0000	38,7000	38,70	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INVICTA	1,000	0,0000	40,0000	40,00	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	TERMOLAR	1,000	0,0000	42,0000	42,00	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 105 - 6010 - CAIXA/FARDO COM 06 ROLOS DE PAPEL TOALHA BRANCO 200X20 - Unidade: CXA

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	DELLY	1,000	0,0000	38,8000	38,80	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LEBOM	1,000	0,0000	39,0000	39,00	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	sorela	1,000	0,0000	46,0000	46,00	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SPRING	1,000	0,0000	47,8200	47,82	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VIPP	1,000	0,0000	58,5000	58,50	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	J Reis	1,000	0,0000	47,8200	47,82	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 43/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 106 - 23821 - DEDEIRA EM LÁTEX Nº 4 COM 100 UNIDADES - Unidade: PCT

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	IDEATEX	1,000	0,0000	11,0000	11,00	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 107 - 9217 - GARRAFA TÉRMICA - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	TERMOLAR	1,000	0,0000	67,9000	67,90	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SOPRANO	1,000	0,0000	67,9500	67,95	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	INVICTA	1,000	0,0000	69,3000	69,30	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	termolar	1,000	0,0000	70,5000	70,50	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INVICTA	1,000	0,0000	74,0000	74,00	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	TERMILAR	1,000	0,0000	75,0000	75,00	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Item.....: 108 - 6013 - PAPEL HIGIENICO 60 ROLOS DE 60 METROS PICOTADO, ALTA MACIEZ - Unidade: FARD

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FAMILIAR	1,000	0,0000	29,5000	29,50	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	familiar	1,000	0,0000	29,9000	29,90	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	LITTOPEL	1,000	0,0000	37,7000	37,70	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	BOB	1,000	0,0000	37,8000	37,80	Perdeu	4
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	FAMILIAR	1,000	0,0000	41,8900	41,89	Indefinido	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 44/56

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		784,75				
Licitação.....:		40/2014 - PR						
Modalidade.....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL, TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 108 - 6013 - PAPEL HIGIENICO 60 ROLOS DE 60 METROS PICOTADO, ALTA MACIEZ - Unidade: FARD								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Alphel	1,000	0,0000	41,9400	41,94	Indefinido	6
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SPRING	1,000	0,0000	41,9500	41,95	Indefinido	7
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Milli	1,000	0,0000	41,9500	41,95	Inabilitado	0
Item.....: 109 - 6014 - VASSOURA PELO SINTETICO PRETA E BRANCA CABO DE METAL 60 CM - Unidade: UN								
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	5,6900	5,69	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1,000	0,0000	6,4000	6,40	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	PEROVINHA	1,000	0,0000	9,4000	9,40	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	condor	1,000	0,0000	9,8000	9,80	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1,000	0,0000	10,1700	10,17	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	10,1700	10,17	Perdeu	6
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
Item.....: 110 - 6015 - POLIDOR PARA METAIS FINOS 200ML PRATA E CROMADO - Unidade: UN								
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 111 - 6016 - DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2 E 3 DOBRAS. BRANCO - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BELLPLUS	1,000	0,0000	19,0000	19,00	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SUPERPLUS	1,000	0,0000	19,4500	19,45	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	CLASSIC	1,000	0,0000	27,6500	27,65	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 112 - 6017 - DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO OU ALCCOL GEL 800 ML COR BRA - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SUPERPLUS	1,000	0,0000	17,3000	17,30	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BELLPLUS	1,000	0,0000	17,3500	17,35	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Comali	1,000	0,0000	18,9000	18,90	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	CLASSIC	1,000	0,0000	19,4600	19,46	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAS	1,000	0,0000	26,0000	26,00	Desclassif.	5
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 113 - 6018 - DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO TIPO ROLÃO COR BRANCO - Unidade: UN

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BELLPLUS	1,000	0,0000	17,0000	17,00	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SUPERPLUS	1,000	0,0000	17,3000	17,30	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Comali	1,000	0,0000	19,9000	19,90	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	CLASSIC	1,000	0,0000	20,7200	20,72	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAS	1,000	0,0000	23,1500	23,15	Desclassif.	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 46/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 113 - 6018 - DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO TIPO ROLÃO COR BRANCO - Unidade: UN

6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 114 - 7352 - REDE DE RENDA PARA PROTEÇÃO DE CABELOS NA COR BRANCA - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TALGE	1,000	0,0000	0,1100	0,11	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAMAC	1,000	0,0000	0,1200	0,12	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 115 - 23961 - SABONETE LIQ. - Unidade: GL

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1,000	0,0000	14,5000	14,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIXX	1,000	0,0000	15,0000	15,00	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	GERMIDERM	1,000	0,0000	24,0000	24,00	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SAUBA	1,000	0,0000	24,9500	24,95	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	ILLO	1,000	0,0000	37,4000	37,40	Perdeu	5
6099	EUGENIO STEIDEL	k e lar	1,000	0,0000	48,9000	48,90	Desclassif.	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 116 - 26704 - DESINFETANTE EM PÓ CLORADO P/ DESINFECÇÃO DE ALIMENTOS - Unidade: KG

15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	NEOCLEAN	1,000	0,0000	8,2000	8,20	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 117 - 27395 - LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX M CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAMAC	1,000	0,0000	13,0500	13,05	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAMAC	1,000	0,0000	13,1000	13,10	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	TALGE	1,000	0,0000	13,1500	13,15	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	IDEATEX	1,000	0,0000	14,0000	14,00	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	supermax	1,000	0,0000	21,8000	21,80	Desclassif.	5
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 118 - 27396 - LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX G CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAMAC	1,000	0,0000	13,6900	13,69	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAMAC	1,000	0,0000	13,7000	13,70	Perdeu	2
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	TALGE	1,000	0,0000	13,9800	13,98	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	IDEATEX	1,000	0,0000	14,0000	14,00	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	supermax	1,000	0,0000	21,8000	21,80	Desclassif.	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 48/56

Processo / Ano: 61/2014 Processo Administrativo: 784,75

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 118 - 27396 - LUVAS DE PROCEDIMENTO EM LATEX G CAIXA COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 119 - 27397 - PACOTES DE LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL TAMANHO UNICO - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	EMBRAST	1,000	0,0000	6,3000	6,30	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	1,000	0,0000	6,3500	6,35	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 120 - 18387 - ESTOPA PANO - Unidade: KG

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	TLM	1,000	0,0000	3,6000	3,60	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DGM	1,000	0,0000	3,6300	3,63	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 121 - 3466 - ESTOPA DE FIO - Unidade: KG

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	3,8000	3,80	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 122 - 27398 - PEDRA SANITÁRIA COM TELA - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	TRILHA	1,000	0,0000	12,4900	12,49	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SANY	1,000	0,0000	12,5000	12,50	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 123 - 7261 - DESODORANTE ROLL-ON COM PERFUME, FRASCO COM 50 ML. - Unidade: FRS

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	AVON	1,000	0,0000	2,2400	2,24	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	rexona	1,000	0,0000	5,9800	5,98	Desclassif.	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	HIDRATA	1,000	0,0000	6,1500	6,15	Desclassif.	3
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 50/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 123 - 7261 - DESODORANTE ROLL-ON COM PERFUME, FRASCO COM 50 ML. - Unidade: FRS

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 124 - 27399 - SACO PARA LIXO 12 MICRAS - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	1,000	0,0000	3,9000	3,90	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SABENSUL	1,000	0,0000	3,9500	3,95	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	embrux	1,000	0,0000	4,2000	4,20	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	JR PLAST	1,000	0,0000	5,3400	5,34	Perdeu	4
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	VALPLASTIC	1,000	0,0000	5,4800	5,48	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	FABESUL	1,000	0,0000	5,5000	5,50	Perdeu	6
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Pavão	1,000	0,0000	5,5000	5,50	Inabilitado	0

Item.....: 125 - 5920 - BALDE 20LT - Unidade: UN

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	ARQPLAST	1,000	0,0000	9,8000	9,80	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	ARQPLAST	1,000	0,0000	9,9500	9,95	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	vanfix	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Perovinha	1,000	0,0000	10,0000	10,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 51/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 126 - 17501 - NAFTALINA - Unidade: UN

6099	EUGENIO STEIDEL		1,000	0,0000	1,8900	1,89	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	pedra azul	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 127 - 7700 - ESPANADOR - Unidade: UN

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Columbina	1,000	0,0000	26,9900	26,99	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	27,0000	27,00	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 128 - 17738 - PALITO DE DENTE - Unidade: CXA

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Theoto	1,000	0,0000	0,4000	0,40	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	GINA	1,000	0,0000	0,4100	0,41	Perdeu	2
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	HELMO	1,000	0,0000	0,4900	0,49	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	gina	1,000	0,0000	0,8900	0,89	Desclassif.	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 128 - 17738 - PALITO DE DENTE - Unidade: CXA

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 129 - 10133 - PALITO PARA CHURRASCO - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	THEOTO	1,000	0,0000	3,2500	3,25	Venceu	1 *****
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Parana	1,000	0,0000	3,2800	3,28	Perdeu	2
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	THEOTO	1,000	0,0000	4,5000	4,50	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	theo	1,000	0,0000	5,3800	5,38	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	REGINA	1,000	0,0000	5,4000	5,40	Perdeu	5
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 130 - 27400 - PRATOS DESCARTÁVEIS 15 CM DE DIAMETRO - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	0,6000	0,60	Venceu	1 *****
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Minaplast	1,000	0,0000	0,6100	0,61	Perdeu	3
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	0,8200	0,82	Perdeu	4
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	TOTALPLAST	1,000	0,0000	0,8200	0,82	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOBRAS	1,000	0,0000	0,8500	0,85	Perdeu	6
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	COPOZAN	1,000	0,0000	0,8500	0,85	Perdeu	7
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 53/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 131 - 27401 - PRATOS DESCARTÁVEIS 21 CM DE DIAMETRO - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	1,000	0,0000	1,3600	1,36	Venceu	1 *****
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Minaplast	1,000	0,0000	1,3700	1,37	Perdeu	3
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	TOTALPLAST	1,000	0,0000	1,8000	1,80	Perdeu	4
6099	EUGENIO STEIDEL	minaplast	1,000	0,0000	1,8400	1,84	Perdeu	5
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	COPOBRAS	1,000	0,0000	1,8500	1,85	Perdeu	6
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 132 - 27402 - REMOVEDOR DE ODORES PARA GELADEIRA - Unidade: UN

6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 133 - 27403 - EMBALAGEM DE PAPEL PARA ACONDICIONAR PIPOCA - Unidade: UN

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	PAKPL	1,000	0,0000	3,4000	3,40	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 133 - 27403 - EMBALAGEM DE PAPEL PARA ACONDICIONAR PIPOCA - Unidade: UN

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 134 - 27404 - ALICATE DE UNHA - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	UNHEX	1,000	0,0000	15,9000	15,90	Venceu	1 *****
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	UNHEX	1,000	0,0000	16,0000	16,00	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	nao cotamos	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 135 - 27405 - DESINFETENTE MULTIUSO - Unidade: FRS

11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	SUPERPLUS	1,000	0,0000	2,6800	2,68	Venceu	1 *****
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	BELGA	1,000	0,0000	2,7500	2,75	Perdeu	2
6099	EUGENIO STEIDEL	da ilha	1,000	0,0000	2,8000	2,80	Perdeu	3
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	GIRANDOSOL	1,000	0,0000	2,8000	2,80	Perdeu	4
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 55/56

784,75

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 61/2014

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 136 - 27406 - DESINFETENTE MULTIUSO AÇÃO CLAREADORA - Unidade: FRS

12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	INGLESA	1,000	0,0000	2,8000	2,80	Venceu	1 *****
6099	EUGENIO STEIDEL	da iilha	1,000	0,0000	2,8000	2,80	Perdeu	2
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	NÃO COTADO	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 137 - 27407 - PAPEL TOALHA FARDADO COM 1000 FOLHAS - Unidade: FARD

9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	Alphes	1,000	0,0000	6,7000	6,70	Venceu	1 *****
11585	MÁXIMA PAPELARIA LTDA	COPAMIL	1,000	0,0000	6,7800	6,78	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LEBOM	1,000	0,0000	7,4000	7,40	Perdeu	3
15691	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	JULLY	1,000	0,0000	7,9500	7,95	Perdeu	4
12705	PAPELARIA COPIATIC LTDA	SPRING	1,000	0,0000	8,0000	8,00	Perdeu	5
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MASTERSUL	1,000	0,0000	9,0000	9,00	Desclassif.	6
6099	EUGENIO STEIDEL	aveflor	1,000	0,0000	10,8900	10,89	Desclassif.	7

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 61/2014

Processo Administrativo: 784,75

Licitação.....: 40/2014 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 137 - 27407 - PAPEL TOALHA FARDO COM 1000 FOLHAS - Unidade: FARD

12189	JOÃO DE OLIVEIRA MARTINS	J Reis	1,000	0,0000	8,0000	8,00	Inabilitado	0
-------	--------------------------	--------	-------	--------	--------	------	-------------	---

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	- Pregoeiro(a)
FRANCIÈLE TISCHLER QUADROS -	- SUPLENTE
ANDRESSA CASSIAS PEREIRA -	- EQUIPE DE APOIO
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS -	- SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	- 28.754/SC
VANESSA LANGER -	- CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMS Processo Licitatório Nº 0027/2014 - Pregão Presencial Nº 0019/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0027/2014

Pregão Presencial Nº 0019/2014

OBJETO: Aquisição de veículo 0 (zero) Quilômetro, para uso do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, com Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 27/05/2014.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 14 de maio de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMAS Processo Licitatório Nº 0012/2014 - Pregão Presencial Nº 0010/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0012/2014

Pregão Presencial Nº 0010/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 27/05/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8716 e 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 14 de Maio de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

PMC Processo Licitatório Nº 0086/2014 - Pregão Presencial Nº 0063/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0086/2014

Pregão Presencial Nº 0063/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tintas para execução de atividades relacionadas à Secretaria de Infraestrutura.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 28/05/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 14 de maio de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS Processo Licitatório Nº 0028/2014 - Pregão Eletrônico Nº 0001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0028/2014

Pregão Eletrônico Nº 0001/2014

OBJETO: Aquisição de um veículo 0 km para uso do Fundo Municipal de Saúde conforme Proposta de Aquisição de equipamento/material permanente nº 05029.092000/1130-04.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 16:00 horas, para abertura às 16:05 horas do dia 28/05/2014.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 14 de maio de 2014 .

Elisangela Bagnolin

Presidente da Comissão de Licitações

Processo Licitatório Nº 0028/2014
Pregão Eletrônico Nº 0001/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Carmello Zócolli, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.092/0001-56, representado neste ato pelo GESTOR Sr. KELVIS BORGES, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que encontra-se aberta LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a AQUISIÇÃO do Objeto Aquisição de um veículo 0 km para uso do Fundo Municipal de Saúde conforme Proposta de Aquisição de equipamento/material permanente nº 05029.092000/1130-04.; conforme especificações do ANEXO I.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, os Decretos Municipais nº. 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas e demais legislações aplicáveis.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

As dúvidas pertinentes à presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- a) Telefone: (049) 3555-8739 e 3555-8716
- b) E-mail: kaue@capinzal.sc.gov.br
- c) Endereço: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitam confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores - INTERNET.

1.2 A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro, Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.cidadecompras.com.br/>, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.4.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema

para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.5 O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

2- DO OBJETO

2.1 Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta com vistas AQUISIÇÃO de Aquisição de um veículo 0 km para uso do Fundo Municipal de Saúde conforme Proposta de Aquisição de equipamento/material permanente nº 05029.092000/1130-04.; conforme especificações do ANEXO I.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.3 - Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.3.1 - O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.3.2 - Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.3.3. - As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.4 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste instrumento.

3.2 - É vedada a participação na presente licitação dos interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

3.2.1. - Que estejam constituídos sob a forma de consórcios.

3.2.2. - Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade.

3.2.3. - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.4. - Empresas participantes que tenham sócios em comum entre elas.

3.2.5. - Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

3.3 - As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

3.4 - O anexo obrigatório exigido, será o contrato social e ou estatuto social da empresa participante, ou outro termo compatível, em formato válido para leitura e impressão.

4- DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais no sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

4.2 A proposta enviada em formulário específico deverá conter os seguintes dados:

a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

b) Ser apresentada por item, com valores expresso em Reais;

c) Deverá ser indicada a marca de cada item;

d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

e) O prazo de entrega de cada produto cotado, conforme o item 12 deste Edital;

f) Declaração de que o licitante cumpre com as normas do Edital e da habilitação;

g) Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor acima do limite máximo estabelecido.

4.3 - O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.4 - O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço Item.

4.5 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

5 - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na DATA E horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada item.

5.2 - Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

5.3 - O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas

que não atenderem às exigências do Edital.

5.4 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

6 - DA ETAPA DE LANCES

6.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

6.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

6.3- Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

6.4 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.5- Somente serão aceitos lances com preços unitários em reais, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.6 - Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.7- É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

6.8- Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

6.9- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.10- Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.11- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12- Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.1- Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2- Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

b) todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

c) caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

d) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.12.2, III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

e) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

6.13 -No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 -Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.15 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6.16 - Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

6.17 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação, deverá o vencedor protocolar no Departamento de Licitações ou postar na Agência dos Correios, via SEDEX, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, no prazo de um dia útil após a confirmação do vencedor. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada.

7.1.1 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser protocolados ou postados para o seguinte endereço:

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos

Rua Carmelo Zócolli, 155 / Centro
Capinzal - SC
CEP: 89.665-000

7.1.2 Não serão aceitos documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 Nas hipóteses de envio via SEDEX, a empresa vencedora deverá enviar fax do protocolo de postagem no prazo estabelecido no item 7.1, para o número (49) 3555-8744, ou escaneado em PDF para o e-mail kaue@capinzal.sc.gov.br.

7.1.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão.

7.1.5 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0028/2014
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

7.2 - Os proponentes deverão apresentar:

7.2.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

e) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06.

7.2.2 Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);

c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.3 - O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

7.4 - A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.5 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, alíneas a, b e c; e 7.2.2, poderá ser substituída, conforme disposto no inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Capinzal -SC - CRC, com validade plena, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, inclusive a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, conforme previsto no item 4.6 deste edital.

7.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <http://www.cidadecompras.com.br>

8.1.1. Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a impugnação.

8.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, durante o prazo informado pelo sistema.

9.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.2. - A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias, a contar a partir do término do prazo de recorrente.

10 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

10.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

10.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4 A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo.

10.5 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

11- DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 - O contrato terá vigência ATÉ 31/12/2014, a contar da assinatura do mesmo, limitado ao presente exercício orçamentário, se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.

12 DO PEDIDO, DA ENTREGA E DO PRAZO.

12.1 - Os pedidos serão realizados pelo Município por meio de Autorização de Fornecimento - AF, cuja emissão se dará conforme a necessidade do Município.

12.2 A Contratada disporá do prazo de 15 (quinze) dias para entregar o objeto, contados a partir da notificação da Autorização de Fornecimento - AF, no endereço da Sede da CONTRATANTE, com as despesas de transporte e da entrega técnica por conta da CONTRATADA.

12.3 - A entrega do objeto deste edital será feita a Secretaria Municipal solicitante, no mesmo endereço indicado, a quem caberá

conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital; desde já indicada a pessoa do Sr. Kelvis Borges como responsável.

12.4 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

13 - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

13.1 - O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, equivalente ao preço da data da sessão pública de disputa de preços.

13.2 - Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguras e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

13.3 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

13.4 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.6 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias, e na forma eletrônica.

13.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.8 - Ao faturar o pedido feito pelo Município, a empresa vencedora deverá enviar imediatamente o arquivo XML para o e-mail rose@capinzal.sc.gov.br.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento de 2014, como segue:

Despesa: 2 - Aquisição de veículos.

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.069 - Aquisição de veículos.

Elemento: 44905252000000 - Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Despesa: 54 - Aquisição de veículos

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.069 - Aquisição de veículos

Elemento: 44905252000000 - Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 64 - Atenção Básica

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes sanções:

a) impedimento de participar de licitações com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

b) descadastramento do sistema de cadastro a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

c) multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 05 (cinco) dias, e o percentual a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos de cento);

d) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

15.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município.

15.3 - Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

15.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente motivado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, disponível a toda a sociedade no portal <http://www.cidadecompras.com.br>, e será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5 - No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, podendo ser fixado novo prazo para a realização do certame.

16.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento

licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Fraiburgo (SC), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações pelo telefone: (49) 3555-8716 e 3555-8739, nos dias úteis no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 às 17:30 horas

16.8 - Faz parte deste Edital:

Anexo I - Especificação do objeto e Valor Estimado.

Anexo II - Minuta de Contrato

Capinzal, 14 de maio de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

ANEXO I

Processo Licitatório Nº 0028/2014

Pregão Eletrônico Nº 0001/2014

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Veículo de passeio - Transporte de equipe (5 pessoas, 0 Km). Motor de no mínimo 70 CV. Bicombustível. Direção hidráulica. Ar condicionado. Trio elétrico (Trava, vidro e alarme). Quatro portas. Garantia total de no mínimo 3 anos. Conforme Proposta de Aquisição nº 05029.092000/1130-04.	34.900,00	34900,00
Total						34.900,00

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Imediata, após entrega.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 dias após Autorização de Fornecimento .

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2014.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

ANEXO II

CONTRATO Nº XXXX

Processo Licitatório Nº 0028/2014

Pregão Eletrônico Nº 0001/2014

MINUTA DE CONTRATO

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O _____ de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o Aquisição de um veículo 0 km para uso do Fundo Municipal de Saúde conforme Proposta de Aquisição de equipamento/material permanente nº 05029.092000/1130-04..

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Veículo de passeio - Transporte de equipe (5 pessoas, 0 Km). Motor de no mínimo 70 CV. Bicombustível. Direção hidráulica. Ar condicionado. Trio elétrico (Trava, vidro e alarme). Quatro portas. Garantia total de no mínimo 3 anos. Conforme Proposta de Aquisição nº 05029.092000/1130-04.	34.900,00	34900,00
Total						34.900,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrado e provado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a realização das publicações e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Entregar o objeto licitado nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Entregar objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou departamento solicitado;
- c) Entregar o objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da DATA licitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;
- d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;
- e) Entregar o objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;
- g) Substituir todo e qualquer produto que for entregue defeito ou em desconformidade com o objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Contrato e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

9.1 - O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu contrato cancelado quando:

- a) Descumprir as condições do mesmo e do edital que o deu origem;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§1º. A Rescisão contratual, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício, conforme edital.

Despesa: 2 - Aquisição de veículos.

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.069 - Aquisição de veículos.

Elemento: 44905252000000 - Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Despesa: 54 - Aquisição de veículos

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 1.069 - Aquisição de veículos

Elemento: 44905252000000 - Equipamentos e Material Permanente

Recurso: 64 - Atenção Básica

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O PRESENTE CONTRATO está vinculado ao Processo licitatório Nº 0028/2014, Pregão eletrônico Nº 00020/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de vigência do presente contrato será da assinatura do presente até 31/12/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - As regras, condições e obrigações que não estiverem disciplinadas neste termo, serão supridas pelas condições constantes no edital que deu origem a este termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Capinzal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

FMAS Processo Licitatório Nº 0013/2014 - Pregão Eletrônico Nº 003/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0013/2014

Pregão Eletrônico Nº 003/2014

OBJETO: Aquisição de veículo zero quilômetro para utilização do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 28/05/2014.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 14 de maio de 2014 .

Elisangela Bagnolin

Diretora de Compras e Licitações

Catanduvas**PREFEITURA****Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0045/2014 - Pregão Nº 0036/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2014

PREGÃO Nº 0036/2014

Objeto: Aquisição de placas, containers e banco visando a conclusão das obras de Pavimentação em Paralelepípedo em parte da Rua Anacleto Guerra e Rua Anselmo Chinato.

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 26 de maio de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 13 de maio de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 13 de maio de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****Extrato Leilao 04/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

LEILÃO PÚBLICO 4/2014 - PROCESSO ADM: 50/2014

O Município de CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, Centro, Cidade de Celso Ramos - SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados, que no DIA 02 DE JUNHO DE 2014, às 14:00 horas, no PATIO DE MAQUINAS - SEC. OBRAS, realizará licitação na modalidade Leilão Público, para a alienação dos bens móveis abaixo descritos e avaliados, conforme segue, a quem maior lance oferecer, em valor igual ou superior ao valor mínimo fixado no laudo de avaliação, segue:

LOTES

01 - ÔNIBUS MARCA MERCEDEZ BENS, COR BRANCA, CHASSI N. 34505011526046, RENAVAL N. 575565390 PLACAS IIT 1631, ANO DE FABRICAÇÃO 1980, COMBUSTÍVEL: DIESEL. AVALIADO EM 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

02 - VEÍCULO VOKSWAGEN KOMBI 1.6 STD MI, ANO DE FABRICAÇÃO 2006, PLACAS MGF 2082, CHASSI N. 9BWGF07X76P009271, RENAVAL 878440461, COMBUSTIVEL: GASOLINA. AVALIADO EM R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

03 - SEMEADORA AGRÍCOLA MARCA TATU MARCHESAN, ANO 2008, AVALIADA EM R\$ 1.000,00 (MIL REAIS).

04 - SEMEADORA AGRÍCOLA MARCA JAN, ANO 2008, AVALIADA EM R\$ 500.00(QUINHENTOS REAIS), pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, a quem maior lance oferecer, o qual se regerá pelas cláusulas e condições do presente edital.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - Setor de Licitações

Celso Ramos, 14 de maio de 2014.

Ildo Pelozato

Prefeito em Exercício

Edital 54/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PREGÃO PRESENCIAL 34/2014

PROCESSO: 52/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 34/2014, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII, e referente o LOTE 01, a contratada tem a responsabilidade com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações contidas no edital.

Entrega da documentação e proposta até as 10H do dia 02/07/2014, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 14 de maio de 2014

ILDO PELOZATO

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 038 de 13.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 038/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 004/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 004/2014 de 13 de maio de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, que Aprova a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.678,16 (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
13 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Resolução do Decreto 038/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 12 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 0560, de 17 de dezembro de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Chapadão do Lageado/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.678,16 (Vinte e Seis Mil, Seiscentos e Setenta e Oito Reais e Dezesseis Centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado

100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Projeto Técnico, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º O Gestor da Política de Assistência Social do município é responsável pela adesão ao Programa BPC Escola até o mês de junho do corrente ano para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FEAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Parágrafo único: O descumprimento do "caput" do presente artigo acarretará no bloqueio do recurso referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 13 de Maio de 2014.

GRACIELE STAROSKY

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado

Decreto Nº 039 de 13.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 039/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 005/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 005/2014 de 13 de maio de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, que Aprova a realização do Projeto de Orientação Vocacional - Orientação Profissional de Jovens em Ação no Município de Chapadão do Lageado, através do Recurso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, onde terá um total de gastos de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), distribuído em 12 encontros e terá a duração de 3 (três) meses.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
13 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Resolução do Decreto 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº005/2014

Dispõe sobre o Projeto Vocacional - Orientação Profissional de Jovens em Ação, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social através do Centro de Referência da Assistência (CRAS) do

município de Chapadão do Lageado/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, instituído pela Lei nº0560 de 17.12.2012, nomeado pela Portaria nº 203/2013 de 29.05.2013, no uso de suas atribuições legais e conforme disposições da Ata nº001/2014, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a realização do Projeto de Orientação Vocacional - Orientação Profissional de Jovens em Ação no município de Chapadão do Lageado, através do Recurso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, onde terá um total de gastos de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), distribuído em 12 encontros e terá duração de 3 (três) meses.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 13 de maio de 2014.

GRACIELE STAROSKY

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social.

Decreto Nº 040 de 13.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 040/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 006/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 006/2014 de 13 de maio de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, que Aprova a realização do Projeto - PAIS ESPECIAIS, no município de Chapadão do Lageado, através do Recurso do Piso Básico Fixo, onde terá um total de gastos de R\$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais), para palestras referentes aos meses de maio, junho e julho do corrente ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,

13 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Resolução do Decreto 040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 040/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 006/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 006/2014 de 13 de maio de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, que Aprova

a realização do Projeto - PAIS ESPECIAIS, no município de Chapadão do Lageado, através do Recurso do Piso Básico Fixo, onde terá um total de gastos de R\$ 522,00 (quinhentos e vinte e dois reais), para palestras referentes aos meses de maio, junho e julho do corrente ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,

13 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 202 de 13.05.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 202/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15/01/2013 à 14/01/2014, a FABIANO BRUNETTO, Matrícula nº 2449/01, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 13.05.2014 à 11.06.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

13 de maio de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 201/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 201/2014

"INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA COM A FINALIDADE DE AVALIAR UMA ÁREA DE TERRA SITUADA NA LOCALIDADE DE RIO SALTINHO, MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, PARA CONSTRUÇÃO DO MIRANTE DA CACHOEIRA DO PARQUE ECOLÓGICO CACHOEIRA RIO SALTINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO LAGEADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto - lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e com amparo no art. 70, II, alínea c,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação Imobiliária com a finalidade de avaliar uma área de terras de 15.000,00 m², (quinze mil metros quadrados), situada na Localidade de Rio Saltinho, neste Município, declarada de utilidade pública através do Decreto

nº 036/2014 de 07.05.2014, de propriedade do Senhor Manoel Inácio e Lucélia Kempner Inácio, a qual se destina à construção de um mirante.

Art. 2º Para compor a Comissão de que trata o caput do art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

I - Antonio Duarte da Silva;

II - Francisco de Assis Lehmkuhl Junior;

III - Alexandre Schaffer;

IV - Adilson Heinz; e

V - Josir Jacó Kalbusch.

Art. 3º Presidirá a Comissão de Avaliação Imobiliária o Senhor Alexandre Schaffer, o qual designará um membro para secretariar os trabalhos e elaborar Laudo Circunstanciado do valor apurado do imóvel.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
12 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Lei N. 1.201

LEI Nº. 1.201, de 07 de maio de 2014.

ALTERA O ARTIGO 4º E ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 9º AMBOS DA LEI Nº. 1.133 DE 2013, DE 05 DE MAIO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EU ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº. 1.133, de 05 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Serão admitidos condomínios horizontais fechados cujo perímetro seja murado e o acesso seja restrito.

§ 1º. A restrição de acesso a que se refere o "caput" deste artigo não se aplica a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, membros das Forças Armadas, e demais servidores públicos federais, estaduais e municipais, de qualquer esfera do poder, desde que no exercício de suas funções.

§ 2º. A aprovação dos condomínios horizontais fechados a que se refere o caput deste artigo estará condicionada aos atendimentos das contrapartidas sociais exigidas pelo órgão municipal competente.

§ 3º. Os requisitos para a configuração do Condomínio fechado de lotes são:

I - que o empreendimento seja projetado nos moldes da Lei nº 4.591/64, com as alterações constantes do Código Civil vigente, em que cada lote será considerado como unidade autônoma, a ele atribuindo-se uma fração ideal de gleba e coisas comuns, sendo que neste todo existirão também áreas e edificações de uso comum;

II - que haja uma Convenção detalhada de Condomínio, contendo as limitações edilícias e de uso individual e coletivo do solo, elaborada para resguardar a paz jurídica entre os condôminos.

§ 4º. Após aprovação do empreendimento junto a Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, o empreendedor deverá apresentar ao Ofício do Registro de Imóveis, no mínimo, os seguintes documentos:

I - requerimento solicitando o registro da instituição condominial;

II - projeto devidamente aprovado pela Municipalidade, contendo a presente Lei Municipal e o que segue:

a) memorial descritivo informando todas as particularidades do empreendimento;

b) planta dos lotes;

c) planilha de cálculo das áreas;

d) planilha dos custos da realização da infraestrutura.

III - convenção do condomínio;

IV - anotação de responsabilidade técnica (ART) do responsável

pelo projeto e execução.”

Art. 2º. O artigo 9º da Lei nº. 1.133, de 05 de maio de 2013, passa a vigorar com a inserção do seguinte inciso:

“Artigo 9º

(...)

VIII - a disponibilização de lixeiras para coleta seletiva de lixo.”

Art. 3º. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de maio de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm. Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Lei N. 1.200

LEI Nº. 1.200, de 30 de abril de 2014.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS PARA A IMPLANTAÇÃO, EXPANSÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE PROPRIEDADES RURAIS E AGROINDUSTRIAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

CAPITULO I

DAS FINALIDADES E DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Fica Instituído o Programa Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Cocal do Sul, que visa fomentar, através da Secretaria de Agricultura do Município de Cocal do Sul, em parceria com outros departamentos municipais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais e demais entidades organizadas afins, o desenvolvimento agropecuário do Município, através do incremento das atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais e de serviço traçando diretrizes para concessão de incentivos a geração de novos empreendimentos, bem como a ampliação dos já existentes, visando a geração de empregos, renda e melhoria da qualidade de vida dos habitantes rurais do município.

Parágrafo único. A concessão de incentivos que alude o artigo 1º dependerá de requerimento pela parte interessada, os quais serão submetidos ao parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, ficando a partir de então o Poder Executivo autorizado a concedê-los.

CAPITULO II DAS MODALIDADES E INCENTIVOS

Art. 2º Constituem o Programa Municipal de Desenvolvimento Rural o Programa Municipal de Incentivos à Agricultura Familiar e o Programa de Melhoramento da Propriedade Demonstrativa.

Art. 3º Constitui o Programa de Incentivos a agricultura familiar os seguintes serviços e ações:

§ 1º Doação por ano de até:

I - 135 (Cento e trinta e cinco) sacas de sementes de Azevem;

II - 90 (noventa) sacas de sementes de aveia;

III - 100 (cem) a 200 (duzentas) doses de sêmen bovino.

§ 2º Fica limitada a cada produtor rural a ser beneficiado pelo Programa, a quantidade de 06(seis) sacas de sementes de Azevem e/ou Aveia, e 05 (cinco) doses de sêmen bovino.

Art. 4º Os beneficiados com os incentivos do Programa serão selecionados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cocal do Sul.

Art. 5º O Produtor Rural, para fazer jus ao benefício instituído por esta Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Preencher a Ficha de Inscrição junto ao Escritório Municipal da EPAGRI do Município de Cocal do Sul;

II - Estar cadastrado como Produtor Rural no Município de Cocal do Sul;

III - Estar adimplente com a Fazenda Pública Municipal de Cocal do Sul;

IV - Estar em dia com a apresentação do talão de produtor.

CAPITULO III - DO PLANO DE MELHORAMENTO DA PROPRIEDADE DEMONSTRATIVA

Art. 6º Fica Instituído o Plano de Melhoramento da Propriedade Demonstrativa, com duração de 03 (três) anos, que visa a realização de melhorias em três determinadas propriedades Rurais a serem definidas.

Parágrafo único. Os incentivos financeiros serão concedidos somente no ano da implantação, ficando posteriormente com os incentivos técnicos da EPAGRI.

Art. 7º O Plano de Melhoramento da Propriedade Demonstrativa é direcionado para produtores do Município de Cocal do Sul, que devem comprovar seu endereço e estarem em plena atividade nos últimos três anos, comprovando-se a atividade através do Bloco de Nota do Produtor Rural

Parágrafo único. As propriedades a integrarem o Plano de Melhoramento da Propriedade Demonstrativa serão selecionadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cocal do Sul.

Art. 8º O Plano de Melhoramento da Propriedade Demonstrativa é direcionado para produtores rurais de Cocal do Sul que aceitem a introdução de novas tecnologias.

Parágrafo único. Durante a duração do programa, 03 anos, o produtor selecionado deverá ser receptivo as visitas de outros produtores, autoridades e lideranças, sob pena de exclusão do Programa.

Art. 9º Após selecionadas as propriedades, será realizado levantamento pela Equipe da Epagri de Cocal do Sul acerca da situação atual da propriedade demonstrativa, com descrição das atuais culturas, das criações e um plano de melhoramento da propriedade.

Parágrafo único. O plano de Melhoramento da propriedade define os investimentos e as culturas a serem trabalhadas, que será acordado entre o produtor, o poder público municipal e o serviço de extensão rural, no caso a Epagri de Cocal do Sul.

DO CONTROLE FINANCEIRO E CONTÁBIL

Art. 10. O Poder Público Municipal poderá firmar parcerias e

convênios com demais órgãos governamentais ou não governamentais, que visem a consecução dos objetivos do presente Programa.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças manterá os controles contábeis financeiros da movimentação dos recursos do Programa, emitindo mensalmente, demonstrativo da receita e da despesa, o qual deverá ser encaminhado a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, bem como ao Poder Legislativo de Cocal do Sul.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 13. No que couber, poderá a presente lei ser regulamentada por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de abril de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Lei N. 1.198

LEI Nº. 1.198, de 30 de abril de 2014.

FIXA PERCENTUAL À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DA UNIBAVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º O Município de Cocal do Sul prestará mensalmente assistência financeira de que trata esta Lei a alunos residentes neste município, matriculados nos cursos de graduação de ensino superior do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 82.975.236/0001-08, Unidade Cocal do Sul, com sede na Av. Valdemar Kleinubing, nº. 150, Centro, Cocal do Sul/SC.

Art. 2º Os recursos relativos à assistência financeira somam o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representados pelo convenio a ser homologado após a aprovação desta, a serem distribuídos em (02) duas parcelas no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, a serem pagas respectivamente em maio e outubro de 2014 em conformidade com o Plano de Trabalho, cuja distribuição se dará na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para bolsas de trabalho, a ser cumprida na Prefeitura Municipal deste município, sendo que tais atividades deverão ser desenvolvidas no setor correspondente ao curso frequentado pelo estudante, e 75% (setenta e cinco por cento) para distribuição aos alunos carentes e portadores de deficiências.

Art. 3º As despesas com a execução da assistência financeira prevista no art. 2º desta lei, correrá por conta da seguinte dotação:

Órgão: 07

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2017 - Manutenção de outros níveis de ensino

Dotação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0114 - Transferência a Instituição Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º Os critérios de seleção de alunos beneficiários serão regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal, e a avaliação do grau de carência e do desempenho acadêmico dos alunos, a escolha dos beneficiários das bolsas e a fiscalização do cumprimento dos critérios para a sua obtenção e manutenção ficará a cargo de uma Comissão na qual estará assegurada a participação do Município, facultado ainda ao do Poder Legislativo Municipal compô-la, em conjunto com o Centro Universitário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de janeiro de 2014.

Art. 6º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de abril de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Lei N. 1.199

LEI Nº. 1.199, de 30 de abril de 2014.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ANÁLISE DE SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE ANÁLISE DE SOLO que consiste no subsídio de 100%(cem por cento) do valor total do custo da análise de solo, conforme inscrição prévia feita pelos Produtores Rurais de Cocal do Sul.

Art. 2º O Produtor Rural, para fazer jus ao benefício instituído por essa Lei, deverá atender aos seguintes requisitos:

I - preencher a Ficha de Inscrição junto ao Escritório Municipal da EPAGRI do Município de Cocal do Sul;

II - estar cadastrado como Produtor Rural no Município de Cocal do Sul;

III - estar adimplente com a Fazenda Pública Municipal de Cocal do Sul;

IV - estar em dia com a apresentação do Talão de Produtor.

§ 1º. A análise do solo deverá ocorrer somente em área localizada em território do Município de Cocal do Sul e atendendo as finalidades do Programa.

§ 2º. Fica limitado em 100(cem) o número de análise de solo por ano.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por dotações orçamentárias específicas de cada exercício financeiro.

Art. 4º No que couber, poderá a presente lei ser regulamentada por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 30 de abril de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Aviso Pregão Presencial Nº 27/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 51/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 27/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o Registro de preços de Concreto Usinado, no atendimento ao Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será as 14:00 horas do dia 28 de maio de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 13 de maio de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Extrato Contrato Nº 181/2014 - PMC

Contrato Nº : 181/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de passeio público na Rua São Sebastião, Bairro Fragosos, contrapartida do Município e repasse de convênio do Governo Federal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital. Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 08/07/2014

Assinatura : 09/05/2014

Valor R\$: 97.117,07 (Noventa e Sete Mil, Cento e Dezesete Reais e Sete Centavos)

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

Resolução Nº 021

RESOLUÇÃO Nº 021 de 8 de maio de 2014.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Concórdia.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 8 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia - CMAS e a Resolução CIB nº 01, de 31 de março de 2014;

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 53.356,32 (cinquenta três mil trezentos e cinquenta seis reais e trinta dois centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Projeto Técnico, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º O Gestor da Política de Assistência Social do município é responsável pela adesão ao Programa BPC Escola até o mês de junho do corrente ano para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FEAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Parágrafo único: O descumprimento do "caput" do presente artigo acarretará no bloqueio do recurso referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de maio de 2014.
Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

Resolução Nº 022

RESOLUÇÃO Nº 022 de 8 de maio de 2014.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Concórdia SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 8 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia - CMAS e a Resolução CIB nº 02, de 31 de março de 2014;

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destinam-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.

II - Serviço Especializado em Abordagem Social e Pessoas em Situação de Rua/Opção de Rua.

III - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de maio de 2014.
Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

Resolução Nº 023

RESOLUÇÃO Nº 023 de 8 de maio de 2014.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Concórdia.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 8 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia - CMAS e Resolução CIB nº 03, de 31 de março de 2014;

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destinam-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de:

I - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens, no Abrigo Municipal "Anjo Gabriel".

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de maio de 2014.
Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

Resolução Nº 024

RESOLUÇÃO Nº 024 de 8 de maio de 2014.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Concórdia.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 8 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia - CMAS e Resolução CIB nº 04, de 31 de março de 2014;

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência

Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 11.109,40 (onze mil cento e nove reais e quarenta centavos).

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de:

- I - auxílio funeral,
- II - auxílio natalidade
- III - situações de vulnerabilidade temporária
- IV - situações de calamidade pública

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de maio de 2014.
Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

Portaria Nº 29/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 29/2014, DE 8 DE MAIO DE 2014.
Constitui e designa comissão especial; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de receber os bens adquiridos pelo IPRECON, pelo Contrato nº 1/2014, celebrado com a empresa Indústria e Comércio de Móveis Eireli EPP, objeto do Processo Licitatório nº 1/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 1/2014.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão:

I - presidente: VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Administradora, do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON;

II - membros, integrantes do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo:

a) ANDERSON DANIEL MÜLLER, Agente Administrativo e membro do Conselho Fiscal do IPRECON;

b) DANIELA STRINGHINI, Arquiteta e Urbanista, inscrita no CAU/SC sob nº A58237-9.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 28/2014, de 2 de maio de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 2 de maio de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora

Portaria Nº 13/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA
PORTARIA Nº 13/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de Contador, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA efetuar, junto ao Banco do Brasil S.A, quanto às contas de titularidade desta Fundação, a verificação e emissão de extratos e rotinas necessárias ao atendimento do interesse público.

Art. 2º Autorizar EDNO GONÇALVES movimentar a conta 8.555-3 na Agência 5236-1 do Banco do Brasil destinada à movimentação de pequenos valores referentes a adiantamentos.

Art. 3º Autorizar MOACIR VALCARENCHI movimentar a conta 8.556-1 na Agência 5236-1 do Banco do Brasil destinada à movimentação de pequenos valores referentes a adiantamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria 1/2014.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
LEVI ELOI DOS SANTOS
Superintendente da FUMDEMA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 2/2014 - Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014 - FMC

Objeto: a Contratação de empresa para prestação do serviço de banda, com sonorização e iluminação de palco, visando à realização do FESTIVAL CANTO LIVRE 2014 - CONCÓRDIA 80 ANOS, que ocorrerá nos dias 11 e 12 de julho de 2014, no Centro de Eventos

deste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/05/2014.

Abertura: dia 29/05/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 13 de maio de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral/da Fundação Municipal de Cultura

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Obras Nº 15/2014 PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 PMC
Obras e Serviços de Engenharia

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Urbanismo e Obras, em exercício, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para a execução, em regime de empreita por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), recapeamento asfáltico de diversas vias do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital, sofreu alterações. Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 02 de junho de 2014, até as 16:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 03 de junho de 2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 13 de maio de 2014

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Edital de Tomada de Preços Cs Nº 3/2014 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS CS Nº 3/2014 - PMC

Objeto: contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada à instituição de ensino superior, para realização de concurso público, com provas escritas, títulos, práticas e de aptidão física para cargos de nível fundamental, médio e superior, de acordo com as especificações constantes nos Anexo "D", "E" e "F" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 02/06/2014, ÀS 08h30min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 29/05/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 02/06/2014, às 08h30min.

Abertura: dia 02/06/2014, às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 12 de maio de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Decreto N 244/2014**

DECRETO Nº 244/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014

"CONCEDE MAJORAÇÃO DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA DE TRANSPORTE COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 345/99 e regulamentada pelo Decreto nº 132/99,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida majoração da tarifa do Serviço de Utilidade Pública de Transporte de Passageiros no Município de Cordilheira Alta, paga pelos usuários, conforme Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da zero hora do dia 12 de maio de 2014.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 252/2013 de 26 de março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta,
Estado de Santa Catarina, em 09 de maio de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ANEXO ÚNICO

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

TARIFA ÚNICA R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos)

Autorização: Decreto nº 244/2014, de 09/05/2014.

Vigor em: 12/05/2014

Coronel Freitas**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 21/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014

Objeto: CONCERTO DA F 2000 PLACA LZZ 0906

Tipo: Menor Preço/Lote

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 28/05/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 28/05/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone (49) 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 14 de Maio de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 070 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 070 DE 09 DE MAIO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal Sra. Loreni Aparecida Castro dos Santos, ocupante do Cargo de Servente enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 12 de maio de 2014, conforme requerimento protocolado sob nº 584 do dia 09/05/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 069 de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 069 DE 07 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONALSUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 626, de 06/05/2014, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins;

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$259.000,00 (duzentos e cinquenta e nove mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0001	209.000,00

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	50.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 - Ampliação da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0001	19.000,00
04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				

12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	18	01.0001	6.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.362.0012.2.059 - Apoio ao Ensino Médio

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	13	01.0001	8.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.362.0012.2.059 - Apoio ao Ensino Médio

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0001	12.000,00

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

15.451.0035.1.031 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	32	01.0000	45.000,00

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

17.512.0018.1.036 - Saneamento Básico Geral

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	36	01.0000	12.000,00

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.182.0063.2.055 - Manutenção do Fundo M. Defesa Civil

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	31	01.0000	9.000,00

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0037.2.038 - Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	45	01.0000	24.000,00

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0017.1.035 - Construções de Residências

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	68	01.0000	15.000,00

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0017.1.035 - Construções de Residências

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000	15.000,00

15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0102.2.058 - Manutenção da Sec. de Cultura, Esportes e Lazer

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	71	01.0000	18.000,00

15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0102.2.058 - Manutenção da Sec. de Cultura, Esportes e Lazer

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	73	01.0001	6.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**12.368.0032.2.027 - Manutenção do Transporte Escolar**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	28	01.0001	20.000,00

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO**26.782.0039.2.044 - Manutenção das Atividades Rodoviárias**

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	38	01.0000	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 07 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Decreto Nº. 071 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 071 DE 09 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) na seguinte Programação de despesa:

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				
16.482.0017.1.035 - Construção de Residências				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	78	01.0024	36.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) do Excesso de Arrecadação do Convênio nº.2013TR4130, Processo nº.SDR03 - 1714/2013 - ER03 1650130, celebrado entre o Município de Coronel Martins e o Estado de Santa Catarina através da SDR São Lourenço do Oeste.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,

em 09 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 073 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 073 DE 09 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 94.845,36 (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos) na seguinte Programação de despesa:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	79	01.0024	94.845,36

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 94.845,36 (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos) do Excesso de Arrecadação do Convênio nº. 2014TR1116, Processo nº. SEF 6136/2014 - FUNDAM, celebrado entre o Município de Coronel Martins e o Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 074 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 074 DE 09 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 497.861,79 (quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 - Ampliação da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	80	01.0062	497.861,79

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 497.861,79 (quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos) do Excesso de Arrecadação do Convênio nº. PAC 204527/2013 celebrado entre o Município de Coronel Martins e o FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 075 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 075 DE 09 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 62.624,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 - Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	81	01.0024	62.624,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 62.624,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais) do Excesso de Arrecadação do Contrato de Repasse nº. 1005.948-13/2013 - celebrado entre o Município de Coronel Martins e o MAPA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Decreto Nº. 076 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº. 076 DE 09 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 139.031,00 (cento e trinta e nove mil e trinta e um reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 - Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	81	01.0024	139.031,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 139.031,00 (cento e trinta e nove mil e trinta e um reais) do Excesso de Arrecadação do Contrato de Repasse nº. 1005.166-20/2013 - celebrado entre o Município de Coronel Martins e o MAPA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 09 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

Comunicado COMUNICADO

A Administração Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº.101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, comunica a população em geral do Município de Coronel Martins, que haverá AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2014 a ser realizado no dia 28 de Maio de 2014, às 15h00min, tendo como local a Câmara Municipal de Coronel Martins. Certos de contar presença de todos, onde terão a oportunidade de exercer a cidadania e estar informados sobre a aplicação dos recursos públicos de nosso Município.

Coronel Martins, 13 de maio de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, por meio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº 001/2014, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: o relatório nominal de candidatos com inscrições processadas, assim como o relatório das inscrições não processadas, Anexos I e II deste Edital, estão divulgados no Mural da Prefeitura Municipal de Coronel Martins, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelo site www.concursosss1.com.br.

1.1. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos às inscrições poderão fazê-lo nos dias 12 e 13 de maio de 2014, em conformidade com o disposto no Capítulo VIII, do Edital de Processo Seletivo nº 001/2014. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do site www.concursosss1.com.br, clicando no link Recurso On-Line, no prazo estipulado por Edital. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

2. A PROVA OBJETIVA, para todos os cargos, será aplicada no dia 24/05/2014 (sábado), às 9 horas, no Grupo Escolar Municipal Monteiro Lobato, localizado na Rua Glória, nº 07, Centro, no Município de Coronel Martins/SC.

2.1. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, portando documento de identidade original, comprovante de inscrição (boleto bancário pago) e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

3. CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA: os candidatos para os cargos

de MOTORISTA e OPERADOR DE MÁQUINAS, desde que tenham realizado a Prova Objetiva, ficam convocados a realizar a Prova Prática no dia 24/05/2014 (sábado), às 13 horas, no Parque de Máquinas do Município de Coronel Martins, Rua Aires, Centro - Garagem da Prefeitura - Coronel Martins/SC.

3.1. Todos os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, com trajes apropriados para o teste, portando o documento de identidade que originou a inscrição, o documento de inscrição no Processo Seletivo e CNH válida conforme a exigência do cargo (não serão aceitos protocolos ou encaminhamentos da mesma, nem Permissão para Dirigir).

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

3.2. Os candidatos deverão vir preparados no que se refere à alimentação tendo em vista que os testes não têm horário determinado para o término.

Prefeitura Municipal de Coronel Martins, 09 de maio de 2014.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014
ANEXO I - RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES PROCESSADAS

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO
6000159	AGUINALDO ZANELLA	Agente Administrativo
6000053	ANDERSON DENIS PERIN	Agente Administrativo
6000166	ANGELA STEFFLER	Agente Administrativo
6000086	FERNANDA PICOLI	Agente Administrativo
6000156	FERNANDO SIMOES GARCIA	Agente Administrativo
6000096	FLAVIA THAIS LEAL BATISTELLA	Agente Administrativo
6000114	JOSIANE APARECIDA DE LIMA	Agente Administrativo
6000153	JULIAN THIAGO MARIA	Agente Administrativo
6000090	MARCELO FELIPE MACCARI	Agente Administrativo
6000167	MAURICIO GUSATTI	Agente Administrativo
6000073	PATRICIA CHERINI	Agente Administrativo
6000047	PAULA CAROLINE DE CAMPOS	Agente Administrativo
6000012	RAQUELE PEGORARO	Agente Administrativo
6000099	SIMARA BOTTEGA	Agente Administrativo
6000014	SIMONE LIDIA BEBBER	Agente Administrativo
6000117	VERLANI PELISSER	Agente Administrativo
6000061	WILIAN JOSE AIOLFI	Agente Administrativo
6000103	RAFAEL GODOY	Agente Comunitário de Saúde - Micro área 1
6000118	CAMILA PAULINA BRUM	Agente Comunitário de Saúde - Micro área 5
6000104	ERONY SALETE MAY TRENTO	Agente Comunitário de Saúde - Micro área 5
6000119	SILVIA GONCALVES	Agente Comunitário de Saúde - Micro área 6
6000145	BRUNO LUNARDI	Auxiliar de Serviços Gerais
6000094	EVANDRO LUIZ ALBARELLO	Auxiliar de Serviços Gerais

6000048	GILMAR CAMPAGNOLO	Auxiliar de Serviços Gerais
6000164	JENOIR ANGELO SEVERGNINI	Auxiliar de Serviços Gerais
6000036	JOAO DE ABREU DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais
6000080	JOEL MACHADO	Auxiliar de Serviços Gerais
6000064	LEOZIR ANTONIO DE CARLI	Auxiliar de Serviços Gerais
6000098	LORENI APARECIDA CASTRO DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais
6000095	MARCOS VINICIUS CRACO	Auxiliar de Serviços Gerais
6000165	PAULO ROBERTO CRACO	Auxiliar de Serviços Gerais
6000160	RAFAEL ZANELLA	Auxiliar de Serviços Gerais
6000101	RICARDO ANTONIO ANTUNES	Auxiliar de Serviços Gerais
6000072	VALDEMAR DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais
6000070	VANELI PEREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais
6000081	VOLMAR LUIZ GONCALVES	Auxiliar de Serviços Gerais
6000071	VOLMIR GIRARDI	Auxiliar de Serviços Gerais
6000015	CAROLINE VALGOI	Enfermeiro
6000110	JANY LAUANNA MACEDO PERSIO	Enfermeiro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

6000091	NEIDIANE DA ROSA	Enfermeiro
6000013	SAMARA RONCHI	Enfermeiro
6000168	SIDIANE DE LARA PAZ	Enfermeiro
6000128	VANUZA SPINELLO TIBOLA	Enfermeiro
6000023	ALESSANDRA GABRIELE NIEDERLE	Farmacêutico
6000137	ROGERIO CARLOS PREVIATTI	Monitor Violão
6000131	ELOIR PERUZZO	Motorista
6000146	FABIO DA SILVA	Motorista
6000102	GILMAR BELATTO	Motorista
6000143	LEOCIR BASI	Motorista
6000092	ADILSON MAICON CAPELARO	Operador de Máquinas
6000151	ALINE SPRICIGO	Professor Área I - Educação Infantil
6000142	ANA PAULA KUEMANSKI	Professor Área I - Educação Infantil
6000148	CLEDINEIA PICCHI DE SOUZA	Professor Área I - Educação Infantil
6000138	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	Professor Área I - Educação Infantil
6000133	EDITE DE OLIVEIRA DIAS	Professor Área I - Educação Infantil
6000005	ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA	Professor Área I - Educação Infantil
6000062	INDIA NARA TURMINA	Professor Área I - Educação Infantil
6000116	LIVIA MARTA SILVA BARBOSA	Professor Área I - Educação Infantil

6000144	LUCELIA CINTIA PREVIATTI DA TRINDADE	Professor Área I - Educação Infantil
6000038	MARCIA VALARDAO	Professor Área I - Educação Infantil
6000140	QUEILA ELIS MARIANI	Professor Área I - Educação Infantil
6000046	VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA	Professor Área I - Educação Infantil
6000025	ANA POMIECINSKI GUIMARAES	Professor Área II - Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental
6000066	LORINETE DA APARECIDA DE JESUS	Professor Área II - Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental
6000158	ABEL DA SILVA DEBASTIANI	Professor Área III - Educação Física
6000058	DAIANE NARA BELATTO	Professor Área III - Educação Física
6000112	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	Professor Área III - Educação Física
6000149	GILBERTO PEREIRA MARTINS	Professor Área III - Educação Física
6000045	LEDIANE MARIN TOIGO	Professor Área III - Educação Física
6000078	CARLA RAVARENA	Professor Área III - Artes
6000076	LORECI MARIA GARBIN POZZER	Professor Área III - Artes
6000097	MARISA SZCZEPANSKI BETT	Professor Área III - Ciências
6000063	CRISTIANE MARIA DE CAMPOS BORGES	Professor Área III - Geografia
6000150	DIEGO MARMINTINI	Professor Área IV - Informática
6000130	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	Professor Área V - Educação Especial
6000031	EVA DE LURDES INACIO GROLLI	Professor Área V - Educação Especial
6000089	KELLIN DAGMAR CASSOL	Professor Área V - Educação Especial
6000082	LORETE ZANCO MORES	Professor Área V - Educação Especial
6000093	MARIA IZABEL BORGES	Professor Área V - Educação Especial
6000132	RAQUELI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	Professor Área V - Educação Especial
6000088	SANDRA REGINA PREVIATTI	Professor Área V - Educação Especial

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS		
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014		
6000161	SHEILA CRISTINA CASSOL FACCIO	Professor Área V - Educação Especial
6000065	ALINE MOLON	Servente
6000067	ELENIR RODRIGUES LISBOA PRETO	Servente
6000127	ELIANE ALVES BRENA	Servente
6000083	ELIANE BRESOLIN PERUZZO	Servente
6000141	IVONETE VALARDAO FLORES PREVIATTI	Servente
6000147	IZETE FERNANDES DE OLIVEIRA DOS SANTOS	Servente
6000129	JUCELI DE FATIMA GIRARDI BRUM	Servente
6000126	MARLI BORGES	Servente

6000123	ROSENILDA CAMARGO	Servente
6000084	SALETE DE QUADROS PASTORELO	Servente
6000115	SIDINEIA BIAZIN	Servente
6000106	SIMONE TREVIZOL CECATTO	Servente

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014
ANEXO II - RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES NÃO PROCESSADAS

6000001	6000054
6000002	6000055
6000003	6000056
6000004	6000057
6000006	6000059
6000007	6000060
6000008	6000068
6000009	6000069
6000010	6000074
6000011	6000075
6000016	6000077
6000017	6000079
6000018	6000085
6000019	6000087
6000020	6000100
6000021	6000105
6000022	6000107
6000024	6000108
6000026	6000109
6000027	6000111
6000028	6000113
6000029	6000120
6000030	6000121
6000032	6000122
6000033	6000124
6000034	6000125
6000035	6000134
6000037	6000135
6000039	6000136
6000040	6000139
6000041	6000152
6000042	6000154
6000043	6000155
6000044	6000157
6000049	6000162
6000050	6000163
6000051	6000169
6000052	

Corupá

PREFEITURA

I Errata de Edital - Tomada de Preços Nº 004/14

I ERRATA DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/14
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/14

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata do Edital de TOMADA DE PREÇOS, ficando assim determinado:

Onde se lê:
DIREITO DE VISITA

4.2 As empresas interessadas deverão primeiramente agendar com o Setor de Engenharia do Município, na pessoa do Engenheiro Renato Lira sobre a visita, e suas condições, já antecipando que a data estipulada será o dia 14/05/2014 às 08h30min, deverão com isso as empresas interessas enviar responsável técnico de nível superior na área de engenharia civil, devidamente credenciado pela empresa, com a carteira do CREA, na sede da Divisão de Planejamento, sito na Av. Getúlio Vargas, 443.
Leia-se:

4.2 As empresas interessadas deverão primeiramente agendar com o Setor de Engenharia do Município, na pessoa do Engenheiro Renato Lira sobre a visita, e suas condições, já antecipando que a data estipulada será o dia 14/05/2014 às 08h30min, deverão com isso as empresas interessas enviar responsável técnico de nível superior na área de engenharia ELÉTRICA, devidamente credenciado pela empresa, com a carteira do CREA, na sede da Divisão de Planejamento, sito na Av. Getúlio Vargas, 443.
OBS: A Visita Técnica é facultada.

Corupá, 13 de Maio de 2014.
Josimar Caldeira
Presidente da Comissão de Licitações

Portaria N º 2958/14

PORTARIA N º 2958/14
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR CLAUDEMIR RAUL DE FARIAS PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor Sr. CLAUDEMIR RAUL DE FARIAS, ocupante do cargo de coordenador de serviço, portador da CNH Registro nº 01234723895, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 08 de maio de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Demonstrativo das Receitas E Despesas com Manutenção E Desenvolvimento do Ensino - MDE

MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.461.640,00	3.461.640,00	1.103.376,12	1.396.121,04	40,33
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.563.555,00	1.563.555,00	860.356,16	905.010,26	57,88
1.1.1- IPTU	1.341.690,00	1.341.690,00	819.506,99	820.964,84	61,19
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.725,00	4.725,00	77,48	376,41	7,97
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	138.495,00	138.495,00	28.291,27	58.930,58	42,55
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	78.645,00	78.645,00	12.480,42	24.738,43	31,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	309.225,00	309.225,00	59.900,54	95.852,95	31,00
1.2.1- ITBI	309.015,00	309.015,00	59.288,46	94.955,04	30,73
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	210,00	210,00	612,08	897,91	427,58
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.209.075,00	1.209.075,00	136.134,37	264.212,19	21,85
1.3.1- ISS	1.178.730,00	1.178.730,00	129.628,88	251.666,60	21,35
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.670,00	5.670,00	1.212,39	2.295,82	40,49
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	17.535,00	17.535,00	3.855,73	7.582,34	43,24
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.140,00	7.140,00	1.437,37	2.667,43	37,36
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	379.785,00	379.785,00	46.985,05	131.045,64	34,51
1.4.1- IRRF	379.785,00	379.785,00	46.985,05	131.045,64	34,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.992.735,00	20.992.735,00	2.944.266,98	6.563.526,69	31,27
2.1- Cota-Parte FPM	10.271.100,00	10.271.100,00	1.344.732,33	3.394.772,78	33,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.271.100,00	10.271.100,00	1.344.732,33	3.394.772,78	33,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	1.380.421,48	2.793.817,85	30,80
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	44.730,00	44.730,00	3.059,28	9.177,84	20,52
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	201.475,00	201.475,00	20.003,77	41.382,30	20,54
2.5- Cota-Parte ITR	34.335,00	34.335,00	0,00	609,11	1,77
2.6- Cota-Parte IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	196.050,12	323.766,81	23,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.454.375,00	24.454.375,00	4.047.643,10	7.959.647,73	32,55
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	826.650,00	826.650,00	158.035,11	203.028,06	24,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	560.000,00	560.000,00	130.291,30	175.284,25	31,30
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	181.650,00	181.650,00	20.815,20	20.815,20	11,46
5.4- Transferências Diretas - PNAE	84.000,00	84.000,00	6.928,61	6.928,61	8,25
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	196.500,00	196.500,00	85,43
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	196.500,00	196.500,00	85,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.384,00	362.384,00	41.053,93	68.928,91	19,02
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.419.034,00	1.419.034,00	395.589,04	468.456,97	33,01

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.135.381,00	2.135.381,00	319.294,77	631.914,62	29,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.814.379,00	1.814.379,00	276.084,13	558.763,27	30,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.295,00	40.295,00	4.000,76	8.276,47	20,54
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.867,00	6.867,00	0,00	121,81	1,77
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	273.840,00	273.840,00	39.209,88	64.753,07	23,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	5.687.850,00	932.667,55	1.948.508,51	34,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.661.600,00	5.661.600,00	929.360,82	1.944.196,17	34,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.250,00	26.250,00	3.306,73	4.312,34	16,43
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.526.219,00	3.526.219,00	610.066,05	1.312.281,55	37,21
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.111.190,00	5.111.190,00	648.904,42	1.366.182,89	26,73
13.1- Com Educação Infantil	1.711.190,00	1.711.190,00	238.448,92	533.377,46	31,17
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	410.455,50	832.805,43	24,49
14- OUTRAS DESPESAS	576.660,00	576.660,00	49.669,68	91.925,71	15,94
14.1- Com Educação Infantil	176.660,00	176.660,00	0,00	173,26	0,10
14.2- Com Ensino Fundamental	400.000,00	400.000,00	49.669,68	91.752,45	22,94
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.687.850,00	5.687.850,00	698.574,10	1.458.108,60	25,64
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.458.108,60
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					70,11
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					4,72
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					25,17
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	6.113.593,75	6.113.593,75	1.011.910,78	1.989.911,93	32,55
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.537.850,00	2.537.850,00	260.381,44	574.808,80	22,65
23.1- Creche	1.776.495,00	1.776.495,00	182.267,00	402.366,16	22,65
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.321.495,00	1.321.495,00	166.914,24	373.485,50	28,26
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	455.000,00	455.000,00	15.352,76	28.880,66	6,35
23.2- Pré-escola	761.355,00	761.355,00	78.114,44	172.442,64	22,65
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	566.355,00	566.355,00	71.534,68	160.065,22	28,26
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	195.000,00	195.000,00	6.579,76	12.377,42	6,35
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.081.375,00	9.037.375,00	1.026.908,78	1.936.330,58	21,43
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	460.125,18	924.557,88	24,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.281.375,00	5.237.375,00	566.783,60	1.011.772,70	19,32
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.619.225,00	11.575.225,00	1.287.290,22	2.511.139,38	21,69
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.312.281,55
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.312,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.316.593,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.194.545,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,01
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	560.000,00	560.000,00	86.999,15	133.189,15	23,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.836.650,00	2.396.359,20	170.490,67	201.036,31	8,39
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.396.650,00	2.956.359,20	257.489,82	334.225,46	11,31
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.015.875,00	14.531.584,20	1.544.780,04	2.845.364,84	19,58



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		5.960,45	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.944.196,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.488.814,18	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.388.706,35	0,00
49.2 Restos a Pagar		100.107,83	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.312,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		465.654,78	0,00

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR. ADMIN. E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Balanco Orçamentário



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	45.678.366,10	6.581.229,44	14,41	12.392.931,54	27,13
RECEITAS CORRENTES	35.947.366,10	35.947.366,10	5.949.900,17	16,55	11.279.237,34	31,38
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.219.852,50	6.219.852,50	1.418.349,29	22,80	1.806.489,89	29,04
IMPOSTOS	3.209.220,00	3.209.220,00	1.055.409,38	32,89	1.298.632,12	40,47
TAXAS	1.264.882,50	1.264.882,50	361.848,17	28,61	506.136,37	40,01
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.745.750,00	1.745.750,00	1.091,74	0,06	1.721,40	0,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	231.000,00	231.000,00	30.043,72	13,01	64.087,99	27,74
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	231.000,00	231.000,00	30.043,72	13,01	64.087,99	27,74
RECEITA PATRIMONIAL	221.525,00	221.525,00	36.530,29	16,49	67.524,78	30,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	221.525,00	221.525,00	36.530,29	16,49	67.524,78	30,48
RECEITA AGROPECUÁRIA	28.875,00	28.875,00	4.119,32	14,27	7.307,94	25,31
Outras Receitas Agropecuárias	28.875,00	28.875,00	4.119,32	14,27	7.307,94	25,31
RECEITA DE SERVIÇOS	1.910.500,00	1.910.500,00	340.693,79	17,83	651.171,81	34,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.525.588,60	26.525.588,60	3.844.778,71	14,49	8.301.324,68	31,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.207.588,60	26.207.588,60	3.800.229,45	14,50	8.220.732,64	31,37
Transf. de Conv.	318.000,00	318.000,00	44.549,26	14,01	80.592,04	25,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	810.025,00	810.025,00	275.385,05	34,00	381.330,25	47,08
Multas e Juros de Mora	400.630,00	400.630,00	28.672,90	7,16	54.384,19	13,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.800,00	16.800,00	130,82	0,78	23.175,34	137,95
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	342.720,00	342.720,00	54.805,91	15,99	110.835,05	32,34
RECEITAS DIVERSAS	49.875,00	49.875,00	191.775,42	384,51	192.935,67	386,84
RECEITAS DE CAPITAL	9.731.000,00	9.731.000,00	631.329,27	6,49	1.113.694,20	11,44
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	405.000,00	9,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	405.000,00	9,85
ALIEAÇÃO DE BENS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.321.000,00	5.321.000,00	628.270,78	11,81	702.130,78	13,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	235.000,00	0,00	308.860,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	5.321.000,00	5.321.000,00	393.270,78	7,39	393.270,78	7,39
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	3.058,49	6,12	6.563,42	13,13
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	3.058,49	6,12	6.563,42	13,13
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	45.678.366,10	45.678.366,10	6.581.229,44	14,41	12.392.931,54	27,13

33.285.434,56

24.668.128,76

4.413.362,61

1.910.587,88

758.746,13

1.744.028,60

166.912,01

166.912,01

154.000,22

154.000,22

21.567,06

21.567,06

1.259.328,19

18.224.263,92

17.986.855,96

237.407,96

428.694,75

346.245,81

-6.375,34

231.884,95

-143.060,67

8.617.305,80

3.705.000,00

3.705.000,00

250.000,00

150.000,00

100.000,00

4.618.869,22

-308.860,00

4.927.729,22

43.436,58

43.436,58

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	45.678.366,10	45.678.366,10	6.581.229,44	14,41	12.392.931,54	27,13
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	45.678.366,10	45.678.366,10	6.581.229,44	14,41	12.392.931,54	27,13
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	132.317,48	—	—	119.053,68	—
Superávit Financeiro	—	95.637,68	—	—	95.637,68	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	36.679,80	—	—	23.416,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.678.366,10	971.376,56	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	19,72
DESPESAS CORRENTES	30.874.071,10	47.233,56	30.921.304,66	4.794.785,65	9.671.249,20	4.677.153,94	8.668.845,09	28,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.521.930,00	-78.773,68	15.443.156,32	2.269.197,70	4.709.838,80	2.273.580,21	4.703.781,08	30,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	6.069,20	14.091,12	6.069,20	14.091,12	3,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.952.141,10	126.007,24	15.078.148,34	2.519.518,75	4.947.319,28	2.397.504,53	3.950.972,89	26,20
DESPESAS DE CAPITAL	14.304.295,00	924.143,00	15.228.438,00	538.708,65	787.896,14	327.339,24	531.707,23	3,49
INVESTIMENTOS	13.304.295,00	924.143,00	14.228.438,00	465.862,69	642.860,08	254.493,28	386.671,17	2,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	72.845,96	145.036,06	72.845,96	145.036,06	14,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	45.678.366,10	971.376,56	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	19,72

Continua 2/3



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	45.678.366,10	971.376,56	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	19,72
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.192.379,22	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	45.678.366,10	971.376,56	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	12.392.931,54	19,72

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR. ADMIN. E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Mar/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.875.933,45	2.690.705,02	2.497.605,21	2.773.903,55	2.865.734,32	2.689.374,80	3.139.776,72	3.912.925,03	2.875.354,84	2.767.825,88	2.632.822,06	3.637.284,73	35.353.945,61	38.080.693,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	234.670,43	237.211,51	234.973,95	265.066,58	220.708,65	223.913,66	320.384,71	226.878,91	201.423,17	186.717,43	293.079,59	1.125.269,70	3.770.298,29	6.219.852,50
I.P.T.U.	40.014,09	43.726,76	37.713,84	39.697,10	35.338,73	14.206,84	6.498,15	18.325,83	1.457,85	0,00	72.007,61	747.499,38	1.056.488,18	1.341.690,00
I.R.R.F.	26.827,95	28.917,82	30.496,34	25.271,98	27.748,94	45.639,82	61.109,30	45.878,48	47.142,47	36.918,12	16.119,77	30.865,28	422.936,27	379.785,00
I.S.S.	69.880,64	69.094,07	65.178,65	74.906,74	58.206,69	62.735,96	77.649,14	57.695,31	62.402,11	59.635,61	55.052,92	74.575,96	787.013,80	1.178.730,00
I.T.B.I.	33.052,00	27.575,56	36.319,60	18.636,00	24.040,00	23.590,00	14.693,74	25.180,00	9.966,58	25.700,00	37.242,14	22.046,32	298.041,94	309.015,00
Outras Receitas Tributárias	64.895,75	67.895,30	65.265,52	106.554,76	75.374,29	77.741,04	160.434,38	79.799,29	80.454,16	64.493,70	112.657,15	250.282,76	1.205.818,10	3.010.632,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.451,18	18.430,18	10.895,78	15.759,81	13.488,49	14.969,22	13.416,96	14.225,07	16.924,88	17.119,39	12.373,44	17.670,28	187.716,68	231.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.423,50	20.558,67	11.870,80	10.926,25	10.302,10	11.751,87	11.163,04	13.535,36	15.041,29	15.953,20	15.798,59	20.731,70	169.056,37	221.525,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.971,97	1.363,51	1.228,31	2.078,38	1.525,91	1.897,62	2.053,39	2.481,16	850,15	2.338,47	2.165,10	1.954,22	21.908,19	28.875,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	149.598,05	152.551,71	153.837,60	201.516,69	133.578,13	105.500,49	150.823,67	164.427,52	104.596,19	205.881,83	179.507,45	161.186,34	1.863.005,67	1.910.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.407.438,38	2.221.110,37	2.039.118,71	2.209.552,41	2.109.379,63	2.133.595,14	2.436.327,53	2.401.442,86	2.500.576,15	2.269.813,37	2.086.345,24	2.078.340,09	26.883.039,88	28.658.915,60
Cota-Parte do F.P.M.	914.277,48	762.774,91	543.193,07	710.216,26	587.797,15	587.806,17	817.626,44	843.322,78	793.108,54	846.923,88	502.391,07	573.394,84	8.462.532,59	8.216.880,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	675.040,40	632.296,27	627.657,61	658.082,77	699.203,40	679.792,61	746.512,72	743.347,19	724.445,17	688.951,20	698.924,64	681.498,84	8.255.754,02	9.071.895,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	103.965,73	105.504,87	126.510,82	114.337,57	106.023,83	87.389,18	53.672,52	35.247,54	51.081,62	76.635,07	101.227,95	94.822,17	1.056.418,87	1.369.200,00
Cota-Parte do ITR.	522,40	282,24	61,85	15,00	2.146,34	20.950,85	700,40	658,77	609,11	0,00	0,00	0,00	25.946,96	34.335,00
Outras Transferências Correntes	241.349,42	256.209,73	322.644,96	274.987,83	259.731,01	314.989,26	320.083,77	282.827,69	403.364,16	142.938,33	311.293,92	248.710,03	3.379.110,01	4.113.800,60
Transferências da LC 61/1989	9.821,97	10.229,86	10.076,64	10.782,07	9.807,69	10.484,49	11.630,02	12.430,00	11.577,08	9.801,45	9.577,28	10.426,49	126.645,04	146.475,00
Transferências da LC 87/1996	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.089,91	3.059,28	0,00	0,00	3.059,28	33.897,12	44.730,00
Transferências do FUNDEB	459.371,07	450.719,58	405.883,65	438.061,00	441.580,30	429.092,67	483.011,75	480.519,08	513.331,19	501.504,16	462.930,38	466.430,44	5.532.435,27	5.661.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.379,94	39.479,07	45.690,06	69.003,43	376.751,41	197.746,80	205.605,42	1.089.934,15	35.943,01	70.002,19	43.252,65	232.132,40	2.453.920,53	810.025,00
DEDUÇÕES (II)	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	163.120,92	158.954,50	-41.346,47	-57.265,41	36.348,09	13.388,41	1.217.104,67	72.215,00
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-611,85	0,00	0,00	-611,85	-1.835,55	-8.946,00
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-198.277,08	-211.730,95	-125.597,75	-143.348,67	-678.954,45	-2.054.220,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	158.487,90	150.281,06	153.479,20	157.261,26	164.054,03	160.341,18	163.120,92	158.954,50	157.542,46	155.077,39	161.945,84	157.348,93	1.897.894,67	2.135.381,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.717.445,55	2.540.423,96	2.344.126,01	2.616.642,29	2.701.680,29	2.529.033,62	2.976.655,80	3.753.970,53	2.916.701,31	2.825.091,29	2.596.173,97	3.623.896,32	34.141.940,94	38.080.478,10
FONTE: Corupá, 13/05/2014														

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR ADMIN E FINANÇAS

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

DILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADOR



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.272.241,68	4.605.051,58	4.532.205,62
DEDUÇÕES (II)	1.809.337,73	3.165.541,44	4.800.490,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.217.732,76	3.178.605,50	4.774.627,67
Demais Haveres Financeiros	25.862,37	25.862,37	25.862,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	434.257,40	38.926,43	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.462.903,95	1.439.510,14	-268.284,42
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	2.462.903,95	1.439.510,14	-268.284,42

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	-1.707.794,56	-2.731.188,37

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-33.404,05

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	35.725.841,10	5.913.369,88	11.211.712,56	9.694.360,17
Receita Tributária	6.219.852,50	1.418.349,29	1.806.489,89	1.524.671,16
I.P.T.U.	1.341.690,00	819.506,99	820.964,84	803.778,25
I.S.S.	1.178.730,00	129.628,88	251.666,60	253.956,34
I.T.B.I.	309.015,00	59.288,46	94.955,04	61.175,61
I.R.R.F.	379.785,00	46.985,05	131.045,64	103.208,32
Outras Receitas Tributárias	3.010.632,50	362.939,91	507.857,77	302.552,64
Receita de Contribuição	231.000,00	30.043,72	64.087,99	68.453,77
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	231.000,00	30.043,72	64.087,99	68.453,77
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	221.525,00	36.530,29	67.524,78	55.755,19
(-) Aplicações Financeiras	221.525,00	36.530,29	67.524,78	55.755,19
Transferências Correntes	26.525.588,60	3.844.778,71	8.301.324,68	7.285.720,22
F.P.M.	8.216.880,00	1.075.785,91	2.715.818,33	2.419.483,18
I.C.M.S.	7.257.516,00	1.104.337,35	2.235.054,58	2.003.133,31
Convênios	318.000,00	44.549,26	80.592,04	75.299,55
Outras Transferências Correntes	10.733.192,60	1.620.106,19	3.269.859,73	2.787.804,18
Demais Receitas Correntes	2.749.400,00	620.198,16	1.039.810,00	815.515,02
Dívida Ativa	342.720,00	54.805,91	110.835,05	89.433,60
Diversas Receitas Correntes	2.406.680,00	565.392,25	928.974,95	726.081,42
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9.731.000,00	631.329,27	1.113.694,20	1.195.147,83
Operações de Crédito (III)	4.110.000,00	0,00	405.000,00	356.379,68
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	250.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.321.000,00	628.270,78	702.130,78	831.200,82
Convênios	5.321.000,00	393.270,78	393.270,78	831.200,82
Outras Transferências de Capital	0,00	235.000,00	308.860,00	0,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00	3.058,49	6.563,42	7.567,33
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.371.000,00	631.329,27	708.694,20	838.768,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	41.096.841,10	6.544.699,15	11.920.406,76	10.533.128,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	30.921.304,66	4.677.153,94	8.668.845,09	8.615.983,27
Pessoal e Encargos Sociais	15.443.156,32	2.273.580,21	4.703.781,08	4.512.252,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	6.069,20	14.091,12	42.390,56
Outras Despesas Correntes	15.078.148,34	2.397.504,53	3.950.972,89	4.061.340,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	30.521.304,66	4.671.084,74	8.654.753,97	8.573.592,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.228.438,00	327.339,24	531.707,23	631.235,15
Investimentos	14.228.438,00	254.493,28	386.671,17	276.604,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000.000,00	72.845,96	145.036,06	354.630,50
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.228.438,00	254.493,28	386.671,17	276.604,65



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	45.249.742,66	4.925.578,02	9.041.425,14	8.850.197,36
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.152.901,56	1.619.121,13	2.878.981,62	1.682.930,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	119.053,68	0,00
Superávit Financeiro	-	-	95.637,68	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	23.416,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.048.214,44

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	90.921,55	343.335,85	4.34.257,40	-	-0,00	31.779,65	743.205,60	575.072,54	575.072,54	-	199.912,71
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	90.921,55	343.335,85	434.257,40	0,00	-0,00	31.779,65	742.146,81	574.013,75	574.013,75	0,00	199.912,71
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H	0,00	26.413,54	26.413,54	0,00	0,00	0,00	217.854,81	115.551,31	115.551,31	0,00	102.303,50
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	293,21	293,21	0,00	0,00	0,00	12.276,01	5.678,00	5.678,00	0,00	6.598,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.812,53	119,43	8.812,53	8.812,53	0,00	119,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	90.921,55	62.159,54	153.081,09	0,00	0,00	22.967,12	70.549,10	21.285,10	21.285,10	0,00	72.231,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	52.518,26	52.518,26	0,00	0,00	0,00	84.538,72	75.538,90	75.538,90	0,00	8.999,82
AGUAS DE CORUÇA	0,00	201.951,30	201.951,30	0,00	0,00	0,00	356.408,74	346.747,91	346.747,91	0,00	9.680,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,79	1.058,79	1.058,79	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,79	1.058,79	1.058,79	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	90.921,55	343.335,85	434.257,40	0,00	-0,00	31.779,65	743.205,60	575.072,54	575.072,54	0,00	199.912,71

FONTE:

FONTE:

Corupá. 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI	MARCIA HELENA MULLER BUENO	DILVANE KÜHL KLABUNDE
PREFEITO MUNICIPAL	DIR.ADMIN.E FINANÇAS	CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.110.000,00	405.000,00		3.705.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	15.228.438,00	531.707,23	0,00	14.696.730,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.228.438,00	531.707,23	0,00	14.696.730,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-11.118.438,00	-126.707,23		-10.991.730,77

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
						% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	45.678.366,10	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	19,72
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	186.370,89	328.038,22	186.370,89	328.038,22	3,57
Administração	1.100.000,00	1.100.000,00	186.370,89	328.038,22	186.370,89	328.038,22	3,57
Administração Geral	5.730.132,50	5.730.132,50	563.672,84	1.227.346,62	477.602,88	912.605,37	9,92
Comunicação Social	5.680.132,50	5.680.132,50	555.272,84	1.210.546,62	469.202,88	895.805,37	9,74
Segurança Pública	50.000,00	50.000,00	8.400,00	16.800,00	8.400,00	16.800,00	0,18
Policimento	893.000,00	939.912,94	35.655,98	45.496,92	29.178,33	38.801,67	4,13
Defesa Civil	38.000,00	38.000,00	8.979,68	17.634,22	4.874,43	13.528,97	0,15
Assistência Social	855.000,00	901.912,94	26.676,30	27.862,70	24.303,90	25.272,70	0,27
Assistência ao Idoso	845.000,00	845.000,00	170.578,40	306.641,82	141.209,51	275.487,73	2,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	40.000,00	40.000,00	8.449,80	8.909,80	6.297,35	6.757,35	0,07
Assistência Comunitária	230.000,00	230.000,00	30.740,95	59.496,56	5.142,38	33.607,99	0,37
Saúde	575.000,00	575.000,00	131.387,65	238.235,46	129.769,78	235.122,39	2,56
Atenção Básica	6.138.303,60	6.547.058,02	1.036.985,41	2.321.673,60	1.077.023,73	2.131.230,13	23,16
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.652.153,00	6.060.907,42	944.340,27	2.156.976,86	990.560,58	1.984.440,63	21,57
Suporte Profilático e Terapêutico	222.000,00	222.000,00	65.198,86	111.646,94	61.779,28	107.013,56	1,16
Vigilância Sanitária	181.950,60	181.950,60	13.034,99	34.972,93	11.875,45	24.134,39	0,26
Vigilância Epidemiológica	27.000,00	27.000,00	6.731,14	7.910,59	6.098,59	6.800,59	0,07
Trabalho	55.200,00	55.200,00	7.680,15	10.166,28	6.709,83	8.840,96	0,10
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	14.015.875,00	14.531.584,20	1.753.787,73	3.238.486,50	1.544.780,04	2.845.364,84	30,93
Ensino Fundamental	301.650,00	301.650,00	95.536,35	101.255,67	44.479,79	50.199,11	0,55
Ensino Superior	10.626.375,00	11.129.257,88	1.388.733,41	2.537.885,42	1.233.092,19	2.200.415,00	23,92
Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	3.912,22	6.176,99	6.176,99	6.176,99	0,07
Educação de Jovens e Adultos	2.947.850,00	2.960.676,32	264.956,12	592.209,80	260.381,44	587.635,12	6,39
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	50.000,00	50.000,00	649,63	938,62	649,63	938,62	0,01
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	718,00	718,00	528,00	528,00	0,01
	60.000,00	60.000,00	718,00	718,00	528,00	528,00	0,01

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	100,00	19,72
Urbanismo	10.931.255,00	10.931.255,00	1.021.952,31	1.862.592,21	987.374,10	1.587.719,28	17,26	14,52
Infra-Estrutura Urbana	4.684.500,00	4.684.500,00	272.011,37	281.351,37	173.097,46	182.437,46	1,98	3,89
Serviços Urbanos	6.246.755,00	6.246.755,00	749.940,94	1.581.240,84	814.276,64	1.405.281,82	15,27	22,50
Habitação	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.980.800,00	1.980.800,00	295.757,98	585.772,97	309.233,20	577.560,95	6,28	29,16
Saneamento Básico Urbano	1.980.800,00	1.980.800,00	295.757,98	585.772,97	309.233,20	577.560,95	6,28	29,16
Gestão Ambiental	80.000,00	80.000,00	14.946,58	38.117,59	14.946,58	28.117,59	0,31	35,15
Preservação e Conservação Ambiental	80.000,00	80.000,00	14.946,58	38.117,59	14.946,58	28.117,59	0,31	35,15
Agricultura	922.000,00	922.000,00	89.693,89	181.242,15	86.786,27	167.811,43	1,82	18,20
Extensão Rural	922.000,00	922.000,00	89.693,89	181.242,15	86.786,27	167.811,43	1,82	18,20
Energia	261.000,00	261.000,00	13.818,37	23.907,29	9.629,99	19.718,91	0,21	7,56
Energia Elétrica	261.000,00	261.000,00	13.818,37	23.907,29	9.629,99	19.718,91	0,21	7,56
Desporto e Lazer	621.000,00	621.000,00	70.640,76	140.004,27	60.914,50	128.441,02	1,40	20,68
Desporto Comunitário	621.000,00	621.000,00	70.640,76	140.004,27	60.914,50	128.441,02	1,40	20,68
Encargos Especiais	1.450.000,00	1.450.000,00	78.915,16	159.127,18	78.915,16	159.127,18	1,73	10,97
Serviço da Dívida Interna	1.400.000,00	1.400.000,00	78.915,16	159.127,18	78.915,16	159.127,18	1,73	11,37
Outras Transferências	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	100,00	19,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	45.678.366,10	46.649.742,66	5.333.494,30	10.459.145,34	5.004.493,18	9.200.552,32	100,00	19,72

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUEN
DIR.ADMIN E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	250.000,00	0,00	250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	0,00	150.000,00
TOTAL	250.000,00	0,00	250.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Investimentos	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
TOTAL	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA HELENA MULLER BUENO
DIR.ADMIN.E FINANÇAS

DILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALAK
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.392.655,00	24.392.655,00	7.954.676,14	32,61
Impostos	3.202.500,00	3.202.500,00	1.293.660,53	40,40
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.341.690,00	1.341.690,00	820.964,84	61,19
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	309.015,00	309.015,00	94.955,04	30,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.178.730,00	1.178.730,00	251.666,60	21,35
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	373.065,00	373.065,00	126.074,05	33,79
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	252.420,00	252.420,00	97.488,92	38,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.605,00	10.605,00	3.570,14	33,66
Dívida Ativa dos Impostos	156.030,00	156.030,00	66.512,92	42,63
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	85.785,00	85.785,00	27.405,86	31,95
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.937.735,00	20.937.735,00	6.563.526,69	31,35
Da União	10.350.165,00	10.350.165,00	3.404.559,73	32,89
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	10.271.100,00	10.271.100,00	3.394.772,78	33,05
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.335,00	34.335,00	609,11	1,77
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	44.730,00	44.730,00	9.177,84	20,52
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	10.587.570,00	10.587.570,00	3.158.966,96	29,84
Cota-Parte do ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	2.793.817,85	30,80
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	146.475,00	146.475,00	41.382,30	28,25
Cota-Parte do IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	323.766,81	23,65
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.476.250,60	1.476.250,60	450.016,39	30,48
Da União para o Município	1.476.250,60	1.476.250,60	450.016,39	30,48
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	21.944.841,50	21.944.841,50	4.620.153,63	21,05
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.135.381,00	-2.135.381,00	-631.914,62	29,59
TOTAL	45.678.366,10	45.678.366,10	12.392.931,54	27,13

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.252.383,60	5.264.348,80	1.934.088,30	36,74
Pessoal e Encargos Sociais	2.919.680,00	2.873.680,00	891.339,79	31,02
Outras Despesas Correntes	2.332.703,60	2.390.668,80	1.042.748,51	43,62
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.282.709,22	197.141,83	15,37
Investimentos	885.920,00	1.282.709,22	197.141,83	15,37

Continua 1/2



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.282.709,22	197.141,83	15,37
Investimentos	885.920,00	1.282.709,22	197.141,83	15,37
TOTAL (IV)	6.138.303,60	6.547.058,02	2.131.230,13	32,55

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.138.303,60	6.547.058,02	2.131.230,13	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.271.250,60	2.354.179,82	791.942,37	37,16
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.571.250,60	1.654.179,82	746.814,43	35,04
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	700.000,00	700.000,00	45.127,94	2,12
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.867.053,00	4.192.878,20	1.339.287,76	62,84

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2014 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	16,84
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.652.153,00	6.060.907,42	1.984.440,63	93,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	222.000,00	222.000,00	107.013,56	5,02
Suporte Profilático e Terapêutico	181.950,60	181.950,60	24.134,39	1,13
Vigilância Sanitária	27.000,00	27.000,00	6.800,59	0,32
Vigilância Epidemiológica	55.200,00	55.200,00	8.840,96	0,41
TOTAL	6.138.303,60	6.547.058,02	2.131.230,13	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Corupá, 13/05/2014

 LUIZ CARLOS TAMANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARCIA HELENA MULLER BUENO
 DIR.ADMIN.E FINANÇAS

 DILVANE KÜHL KLABUNDE
 CONTADORA

 VALQUIRIA MICHALAK
 RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Corupá, 13/05/2014

 LUIZ CARLOS TAMANINI
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARCIA HELENA MULLER BUENO
 DIR.ADMIN.E FINANÇAS

 DILVANE KÜHL KLABUNDE
 CONTADORA

 VALQUIRIA MICHALAK
 RESP. CONTROLE INTERNO

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 139/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CONSUMO DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DE POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, PARA O ANO DE 2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 27/05/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 27/05/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 09 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 142/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 142/2014

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa MAURICIO DE TOFFOL BOCH - ME, com o valor total de R\$ 3.327,80 (Três mil e trezentos e vinte e sete reais e oitenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET VIA RADIO, PELO PERÍODO DE 60 DIAS, TENDO EM VISTA QUE A EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO 117/2014, COM ABERTURA DIA 16/05/2014, TERÁ PRAZO DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CONFORME EDITAL, SENDO QUE O SERVIÇO É INDISPENSÁVEL, PARA O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO II, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- II - para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 12 de Maio de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 12 de Maio de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 12 de Maio de 2014.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 28/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2014

REFERENTE: Contrato de Compra e Venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação e Adilson José Rech de R\$ 19.962,50; Altamir Proença do Amaral de R\$ 11.163,00; Denize de Souza Wolinger Amaral de R\$ 11.230,70; Francisco Alves Martins de R\$ 9.589,30; Maria Cleuza de Souza R\$ 7.365,20; Osmar Pereira de R\$ 5.656,00; Pedro Jesus do Amaral de R\$ 6.487,80; Ronildo Jesus Martins R\$ 12.264,50; Servina Ortiz dos Santos de R\$ 12.500,50; Solange Ribeiro da Luz de R\$ 11.204,40; Vilmar Pereira R\$ 7.751,20

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENE-ROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, NA FORMA DA LEI Nº 4.536/2010, 8.666/93 E AINDA A LEI Nº 11.947/2010.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

XII - nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia; Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 08 de maio de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 08 de maio de 2014.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recorrendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 08 de maio de 2014.
Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Aviso de Licitações FMS Pregão Nº 33/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 033/2014 Objeto: Aquisição de materiais de salvamento para o bombeiro militar de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 27/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 13/05/2014.
João Stahl
Gestor do FMS

Errata de Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO ANULAÇÃO DE PREGÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que FICA ANULADO o Pregão Presencial n. 076/2014.por ter lançado errado. Objeto: Aquisição de materiais de salvamento para o bombeiro militar de Dionísio Cerqueira .(O PROCESSO DEVERÁ SER REALIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E NÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL COMO PUBLICADO). Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. -

Dionísio Cerqueira, 13/05/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Resultado de Licitações Pregão Nº 067/2014 Pmdc

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 067/2014, Objeto: Aquisição de materiais Elétricos para manutenção da Rede de Iluminação Pública do Município. . Vencedor: Davi Casagrande - ME - Valor R\$ 19.788,30

Dionísio Cerqueira SC 13/05/2014
Altair Rittes
Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Portaria 038/2014

PORTARIA no 038, de 25 de abril de 2014.

Altera período de contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego de Professora I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a exoneração da servidora titular (Marli Aparecida Buzzi Stulzer) através da Portaria nº 006 de 21/01/2014, e a inexistência de candidatos aprovados em Concurso Público para o emprego;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Processo Seletivo, sem paralisação de serviços, RESOLVE:

ALTERAR

O período de contratação da servidora PAMELA MICHELLE SCHONEN, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.089,58 (Um mil oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) mensais, previsto na Portaria nº 018 de 13/02/2014, que passa a ser de 13/02/2014 à 18/07/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de abril de 2014; 26º ano de Fundação; 24º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 039/2014

PORTARIA no 039, de 25 de abril de 2014.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no emprego de Professora I.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se o afastamento da servidora (Emelly Ap. Rocha Borges) por motivo de Licença Maternidade;

Considerando-se a possibilidade de atendimento transitório destas necessidades com contratação temporária enquanto não houver a realização do Processo Seletivo, sem paralisação de serviços, RESOLVE:

ALTERAR

O período de contratação da servidora YASMIN TAÍS GOZAVA, nas funções do emprego de Professora I, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 1.089,58 (Um mil oitenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) mensais, previsto na Portaria nº 019 de 13/02/2014, que passa a ser de 13/02/2014 à 18/07/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de abril de 2014; 26º ano de Fundação; 24º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Portaria 040/2014

PORTARIA no 040, de 25 de Abril de 2014.

Altera o período de contratação de servidor em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no emprego de Médico Clínico Geral para o ESF.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF, na LC nº 47, de 14/06/2006, no § 1º do art. 153 da LC nº 50, de 16/10/2006, e na LC nº 57, de 30/05/2007; e

Considerando-se que o Município conta com a atuação de apenas dois profissionais médicos para atendimento da Rede Municipal de Saúde, incluindo-se os programas de Estratégia de Saúde da Família - ESF;

Considerando-se a necessidade de contratação de profissional para apoio no atendimento de programas e convênios específicos da área de saúde, e o aumento da demanda e/ou número de pacientes da Rede Municipal de Saúde, caracterizando as necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas nos Incisos II e V do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006;

Considerando-se a imprescindibilidade do trabalho do profissional médico para manutenção dos serviços da Rede Municipal de Saúde e a dificuldade de contratação nesta área, por carência de profissionais disponíveis;

Considerando-se que o profissional médico manifesta interesse em suprir as necessidades temporárias da Rede Municipal de Saúde, em jornada de dez horas semanais;

Considerando-se que sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, ou que o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante (artigos 460 e 461 da CLT); RESOLVE:

ALTERAR

O período de contratação do servidor HERMÍNIO ALVIM MATIAS NETO, nas funções do emprego de Médico Clínico Geral para o ESF, com carga horária reduzida para 10 horas semanais e vencimento de R\$ 3.427,34 (três mil quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos) mensais, previsto na Portaria nº 105 de 02/09/2013, alterada pela Portaria nº 139 de 09/12/2013, que passa a ser de 02/09/2013 à 01/07/2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de abril de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Lei Complementar Nº 121/2014

LEI COMPLEMENTAR nº 121, de 02 de maio de 2014.

Altera a Lei Complementar nº 32/2004, e da outras providências.

O Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Dos Empregos Permanentes

Do Grupo II

Referências	Quantidade			Denominação do Emprego Público	Carga Horária	Salário Mensal
	P	V	T			
...
20	01	00	01	Técnico em Contabilidade	40	R\$ 2.425,61
...

ANEXO III - DAS REFERÊNCIAS E DAS HABILITAÇÕES

Referência	Habilitação	Denominação do Emprego Público
.....
20	Portador de diploma de conclusão de ensino técnico profissionalizante na área, com registro no CRC/SC.	Técnico em Contabilidade.
20.1	Portador de diploma de conclusão em Curso de Nível Superior, com registro no CRC/SC.	
20.2	Portador de diploma de conclusão em Curso de Pós Graduação ou Mestrado, com registro no CRC/SC.	
.....

Art. 2º - Sem prejuízo dos adicionais e gratificações previstas em Lei, fica criada função de confiança, de livre designação e destituição, consistente em percentual de cinquenta por cento (50%), calculado sobre o salário básico do emprego público ocupado pelo servidor, de livre designação e destituição, para o desempenho da função de Coordenação da Unidade Operacional de Controle Interno do Poder Executivo, de que trata a Lei Complementar nº 23, de 28/11/2003.

Parágrafo Único - O adicional previsto no “caput” deste artigo será concedido para servidor ocupante de emprego público efetivo do quadro permanente, com habilitação técnica ou profissional na área contábil, e será devida apenas pelo tempo de designação, não se incorporando na remuneração do salário do emprego efetivo de que seja titular, sendo que a função de confiança deverá ser desempenhada sem prejuízo das atribuições regulares.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de Maio de 2014; 26o ano de Fundação; 24o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de maio de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO
Processo Licitatório nº 018/2014

Edital de Pregão nº 011/2014

Objeto: Aquisição de peças para máquinas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras . Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 26/05/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício.

Portaria 2943/2014

PORTARIA 2943, de 02 de maio de 2014.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de maio à 31 de maio de 2014, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Alcindo Telles	Diretor de Serv. Urbanos e de Trânsito.	02/01/2013	A	01/01/2014
Alécio José Massoco	Operador de Máquinas	03/11/2012	A	02/11/2013
Wilmar Wilson Wiltgen	Médico PSF	16/01/2012	A	15/01/2013

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 02 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2944/2014

PORTARIA 2944, de 08 de maio de 2014.

Altera Carga Horária de Servidor.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar 021, de 07 de maio de 2009, e conforme classificação obtida pelo Edital n. 001/2014, de 03 de fevereiro de 2014, para Processo Seletivo Interno de Professores efetivos da Rede Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora SONIA REGINA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível 02-A, de 30 para 40 horas semanais limitando-se até 31 de dezembro de 2014.

Art.2º. A servidora desempenhará 20 horas semanais junto ao PETI e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e 20 horas semanais na Biblioteca, junto a Escola Municipal César Avelino Bragagnolo, percebendo o adicional de regência de classe somente sobre as 20 horas desempenhadas no PETI conforme parágrafo 2º art. 2º da Lei Complementar. 047.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2014, revogando-se os efeitos da Portaria n. 2899, de 10 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 08 de maio de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2945/2014

PORTARIA 2945, de 12 de maio de 2014.

Contrata servidor por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001 e Alterações Posteriores, com a Lei Complementar n. 021/2009, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e conforme Edital n. 003/2014, de 24 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora KEZI DE OLIVEIRA, no cargo temporário de Professor, não habilitado 90% do vencimento do nível 01-A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2014, ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 12 de maio de 2014.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2946/2014

PORTARIA 2946, de 12 de maio de 2014.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso XI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 003/2014, originado pelo Edital n. 003/2014, de 24 de fevereiro de 2014,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado o Senhor JUAREZ GARCIA DOS ANJOS, para ocupar temporariamente o cargo de Operador de Máquinas, nível 04-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 12 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2947/2014

PORTARIA 2947, de 12 de maio de 2014.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso XI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 003/2014, originado pelo Edital n. 003/2014, de 24 de fevereiro de 2014,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado o Senhor OSIEL ANASTÁCIO NUNES, para ocupar temporariamente o cargo de Agente de Serviços Gerais I, nível 01-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 12 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2948/2014

PORTARIA 2948, de 12 de maio de 2014.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Reginaldo Alberto Lisot, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 12 de maio à 10 de junho de 2014, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Norberto Conte	Diretor de Esportes	04/02/2013	A	03/02/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 12 de maio de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1846/2014

DECRETO 1846, de 14 de abril de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

REGINALDO ALBERTO LISOT, Prefeito Municipal em Exercício de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 100.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.00.00.00.03.0302.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0364.08 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho,
Estado de Santa Catarina, em 14 de abril de 2014.
Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1846/2014, de 14 de abril de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0000 - Recursos Ordinarios

Ativo Financeiro	1.917.555,44
(-) Passivo Financeiro	(437.669,53)
Superávit Financeiro	1.479.885,91
Deduções	
Decreto n.º 1837/2014	100.000,00
Decreto n.º 1846/2014	45.000,00
Saldo	1.334.885,91

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

Fonte de Recurso 0064 - 08 - PAB

Ativo Financeiro	266.785,95
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	266.785,95
Deduções	
Decreto n.º 1846/2014	55.000,00
Saldo	211.785,95

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14
DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Lc - 111 - Regência de Classe

LEI COMPLEMENTAR nº 111/2014

CRIA REGÊNCIA DE CLASSE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica criada a gratificação de Regência de Classe - RC como vantagem de ordem pecuniária aos professores em efetivo exercício em sala de aula que atuem na Educação Infantil e Educação Fundamental do município.

Art. 2º. Em razão do trabalho realizado definido no artigo 1º, terá direito o profissional ao acréscimo equivalente a 10%(dez por cento) do valor correspondente à carga horária efetiva que leciona.

Art. 3º. A gratificação da regência de classe será suspensa quando o servidor se afastar das atividades inerentes ao seu cargo

Art. 4º. As despesas decorrentes para execução da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 13 de Maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Lo - 2.332 - Baixa Bens

LEI nº 2.332/2014

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta lei, autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais.

Parágrafo único. Os bens inservíveis fazem parte do Patrimônio da Prefeitura Municipal e fundo Municipal de Saúde (anexo I)

Art. 2º. Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos da Lei, a doar tais bens a entidades sem fins lucrativos, a qual realizará o aproveitamento ou comercialização de tais bens.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 13 de Maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

Extrato Adt 1º Irmãos Zanatta - Quadra Alexandre Antonioli

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: Irmãos Zanatta & Cia Ltda

Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra coberta para ampliar o espaço físico da escola Alexandre Antonioli, em Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra.

Número do Contrato: 0108/2013

Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de Valor.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0054/2013 na Modalidade Tomada De Preço N.º 0006/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Convite Audiência Publica

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA. Administração Municipal de Faxinal dos Guedes, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de avaliação das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2014. A audiência será realizada no dia 28 de maio de 2014 (quarta-feira), às 10 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Avenida Rio Grande do Sul, 458, neste município de Faxinal dos Guedes - SC, 14 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI,
Prefeito Municipal.

Extrato Dispensa 00072014 - Ronaldo Daga - Arena

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº 0007/2014

Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes

Locador: Ronaldo Fernando Daga & Cia Ltda Me

Objeto: Locação de imóvel destinado a utilização de alunos e atletas, para atividades físicas e recreativas.

Valor: R\$ 10.240,02 (dez mil duzentos e quarenta reais e dois centavos)

Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0055/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0007/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Dispensa 00062014 - Luizinho Pompermayer - Biblioteca

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº 0006/2014

Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes

Locador: Luiz Alberto Pompermayer

Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da biblioteca municipal.

Valor: R\$ 11.745,84 (onze mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0052/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato_ Diversos01 - Material Médico E Hospitalar

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0058/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Aliança Hospitalar Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 27.237,90 (vinte e sete mil duzentos e trinta e sete reais e noventa centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0059/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: LA Dalla Porta Junior.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 187.757,10 (cento e oitenta e sete mil setecentos e cinquenta e sete reais e dez centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2014, na

Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0060/2014
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Maxi Distribuidora de Prod. Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 36.493,00 (trinta e seis mil quatrocentos e noventa e três reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0061/2014
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Megha Equipamentos e Materiais Médicos Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 106.109,90 (cento e seis mil cento e nove reais e noventa centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0062/2014
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Plasmedic Com. de Mat. Para uso Médico e Laboratorial Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 32.268,40 (trinta e dois mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº. 0063/2014
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Prosaude Distr. De Medicamentos Ltda.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 79.400,00 (setenta e nove mil e quatrocentos reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0030/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0008/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Extrato Contrato_00832014 Pré Moldados Oeste - Meio Fio

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0083/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Agroter Construtora Ltda Me.
Objeto: Aquisição de forma parcelada de meio fio pré moldado 0,08 x 0,10 x 0,28 x 1,00 para o município de Faxinal dos Guedes.
Valor: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0045/2014, na Modalidade Pregão Presencial nº 0024/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato 00842014 - Ronaldo Daga - Arena

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 0084/2014
Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes

Locador: Ronaldo Fernando Daga & Cia Ltda Me
Locação de imóvel destinado a utilização de alunos e atletas, para atividades físicas e recreativas.

Valor: R\$ 10.240,02 (dez mil duzentos e quarenta reais e dois centavos)
Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0055/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0007/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Contrato 00822014 - Luizinho Pompermayer - Biblioteca

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0082/2014

Locatário: O Município de Faxinal dos Guedes

Locador: Luiz Alberto Pompermayer

Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da biblioteca municipal.

Valor: R\$ 11.745,84 (onze mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

Amparo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0052/2014, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0006/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha**PREFEITURA****Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 107/PMF/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 107/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a aquisição de um coletor compactador de lixo, com capacidade volumétrica mínima de 15 m³, instalado no chassi do caminhão, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de maio de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 12 de maio de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Extrato de Contrato Fma Nº. 10/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 10/2014

LOCATÁRIO - FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

LOCADOR - VALDIR MÁRIO DA ROSA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a locação de imóvel com área de 462 m², com área construída de 395,94 m², localizada na Rodovia Antonio Valmor Canela nº 951, Bairro Santa Ana, Forquilha S/C, para servir como instalações da Casa do Agricultor que compreenderá os serviços da EPAGRI, CIDASC, CO-ONAFOR (Cooperativa da Agricultura Familiar) da Secretaria da Agricultura, entre outros serviços necessários, durante o exercício de 2014.

VALOR - O preço da locação é de R\$ 5.247,00 (cinco mil e duzentos e quarenta e sete reais) mensais, pagos até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, na tesouraria da Prefeitura Municipal, não sofrendo nenhum reajuste mensal, perfazendo um valor global de R\$ 47.223,00 (quarenta e sete mil duzentos e vinte e três reais).

VIGÊNCIA - de 01/04/2014 à 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº. 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 07/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de março de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Nota de Revogação de Processo de Compra

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA

Nº. 02/FMA/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/FMA/2014

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços, com retroescavadeira para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela Pregoeira, Sra. Erika De Luca Tiscoski, no dia treze do mês de maio de dois mil e quatorze, às nove horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar do referido pregão. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Pregão presencial nº. 9/2014 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 13 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 109/PMF/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 109/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços técnicos para elaboração de projetos de pavimentação e complementares em vias públicas do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de maio de 2014 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 13 de maio de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Ata 17 - Projetos Arquitetônicos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 17/2014 Data do Registro: 13/05/2015 Válido até: 13/05/2015						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Projeto Arquitetônico com Memorial Descritivo e Especificação de Materiais e Serviços	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	10,3128
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	9,3096
2	Projeto Arquitetônico de Reforma e Adaptações de edificações existentes com Memorial Descritivo e Especificação de Materiais e Serviços	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	3,9663
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	3,2941
3	Projeto Hidrossanitário e de Sistema de Tratamento de Esgoto com Memorial Descritivo, Memória de Cálculo e Relação de Materiais	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	2,7764
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	3,0270
4	Projeto Preventivo contra Incêndio - Gás Liquefeito de Petróleo e Extintores com Memorial Descritivo e Relação de Materiais excluindo-se os hidrantes, o para-raios e iluminação de emergência	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	1,5865
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	1,8251
5	Projeto de Sistema Hidráulico Preventivo (hidrantes) com Memorial Descritivo e Relação de Materiais	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	1,5865
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	1,8251
6	Projeto Elétrico, Telefônico, Lógica e Iluminação de Emergência com Memorial Descritivo e Relação de Materiais	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	4,7596
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	4,9284
7	Projeto de Sistema de Proteção contra Descarga Atmosférica (para-raios) com Memorial Descritivo e Relação de Materiais	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	1,5865

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 13/05/2014		Válido até: 13/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Projeto Estrutural e de Fundações com Memorial Descritivo e Relação de Materiais	M2	STECKER ENGENHARIA LTDA (12123)		0	1,8251	2
			PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	5,5529	1
			STECKER ENGENHARIA LTDA (12123)		0	6,1557	2
9	Orçamento Discriminado e Cronograma Físico Financeiro baseado em tabelas oficiais utilizando os projetos complementares, memoriais descritivos e relações de materiais fornecidos	M2	PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA (12124)		0	3,9663	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 13/05/2014		Válido até: 13/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STECKERT ENGENHARIA LTDA (12123)		0	3,7901	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 13/05/2014		Válido até: 13/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para edificações públicas do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2014
PROCESSO Nº 71/2014

- (12123) - STECKERT ENGENHARIA LTDA
- (12124) - PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

Forquilha, 13 de Maio de 2014.

Ata 16 - Comunicação Visual

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2014		Data do Registro: 12/05/2014		Válido até: 12/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vinil auto adesivo, filme de PVC branco brilho, monomérico calandrado 3 anos de garantia, com impressão digital de alta definição 4 x 0 cores com aplicação de verniz de proteção brilho e aplicação no local desejado.	M2	COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA. (10154)	ART COMPAN	0	8,5000	1
			ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. (10307)	ALPHA PRINT	0	39,0000	2
2	Banner impressão digital de alta definição em lona front light fosca 440 gramas - trama 500 x 500 - 4 x 0 cores - acabamento com tubetes na parte superior e inferior e cordão para fixação.	M2	COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA. (10154)	ART COMPAN	0	28,0000	1
			ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. (10307)	ALPHA PRINT	0	30,0000	2
3	Faixa impressão digital de alta definição em lona front light brilho 440 gramas - trama 500 x 500 - 4 x 0 cores - acabamento com tubetes nas laterais e fixação no local desejado	M2	COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA. (10154)	ART COMPAN	0	28,0000	1
			ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. (10307)	ALPHA PRINT	0	29,0000	2
4	Placa PVC 2mm com aplicação de Vinil auto adesivo, filme de PVC branco brilho, monomérico calandrado 3 anos de garantia, com impressão digital de alta definição 4 x 0 cores, com aplicação de verniz de proteção brilho e com dupla face siliconada transparente no verso.	M2	COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA. (10154)	ART COMPAN	0	58,0000	1
			ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. (10307)	ALPHA PRINT	0	59,9000	2
5	Impressão digital de alta definição em lona front light brilho 440 gramas - trama 500 x 500 - 4 x 0 cores - acabamento com ilhós e aplicação no local desejado.	M2	COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA. (10154)	ART COMPAN	0	38,0000	1
			ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. (10307)	ALPHA PRINT	0	39,9000	2
6	Impressão digital de alta definição em lona front light brilho 440 gramas - trama 500 x 500 - 4 x 0 cores - aplicação no local desejado.	M2	COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA. (10154)	ART COMPAN	0	33,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 16/2014		Data do Registro: 12/05/2014		Válido até: 12/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. (10307)	ALPHA PRINT	0	35,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 16/2014		Data do Registro: 12/05/2014		Válido até: 12/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇO para aquisição de material de comunicação visual para atendimento a diversas secretarias e fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2014
PROCESSO Nº 89/2014

(10154) - COMUNICAÇÃO VISUAL LONGARETTI LTDA
(10307) - ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA.

Forquilha, 12 de Maio de 2014.

Ata 18 - Serviços Topográficos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 18/2014

Data do Registro: 13/05/2015

Válido até: 13/05/2015

Objeto da Compra:

A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços topográficos (levantamentos, locações, nivelamentos) no Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Serviços de topografia, com equipe, instrumentos técnicos (estação total, GPS Geodésico, acessórios topográficos) e veículo próprio	HS	NUERNBERG ENG. DE AGRIMENSURA LTDA ME. (8340)		0	80,0000	1
			MSD SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA (12122)		0	81,1723	2
			DM-ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA. (7329)		0	93,8461	3
			ESET ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA. (7779)		0	95,6899	4
4	Serviços de topográfica, sem equipe, com computador e programas de processamento de dados.	HS	NUERNBERG ENG. DE AGRIMENSURA LTDA ME. (8340)		0	40,0000	1
			MSD SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA (12122)		0	38,7129	2
			DM-ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA. (7329)		0	46,9231	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 13/05/2014		Válido até: 13/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços topográficos (levantamentos, locações, nivelamentos) no Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESET ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA. (7779)		0	47.8402	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 13/05/2014		Válido até: 13/05/2015			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços topográficos (levantamentos, locações, nivelamentos) no Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014
PROCESSO Nº 91/2014

- (7329) - DM-ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.
- (7779) - ESET ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.
- (8340) - NUERNBERG ENG. DE AGRIMENSURA LTDA ME.
- (12122) - MSD SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA

Forquilha, 13 de Maio de 2014.

Fraiburgo**PREFEITURA****Ct14pmf69****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14PMF69

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME

Valor : 152.760,00 (cento e cinquenta e dois mil setecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 08/05/2014 Término: 05/10/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL "BAIRRO SÃO MIGUEL", SENDO 6 (SEIS) SALAS PARA REFEITÓRIO, COZINHA, BANHEIRO E DEPÓSITO, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 205,37 M².

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Ct14pmf70**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14PMF70

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Valor : 3.757,00 (três mil setecentos e cinquenta e sete reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 31/07/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL BAIRRO DAS NAÇÕES, LOCALIZADA NA AV. CARLOS MEISTER, NAÇÕES, NESTA CIDADE, CONSTANTES DO LOTE 1

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Ct14pmf71**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT14PMF71

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Contratada...: BIO-TERRA ASSESSORIA AMBIENTAL E OCUPACIONAL LTDA-

Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência : Início: 09/05/2014 Término: 09/07/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA OBTENÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, LOCALIZADO NA AV. EDSON LUIZ CHELLI, NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC.

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA.At14pmf56**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT14PMF56 - Contrato Nº.: AT13PMF153

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP

Valor : 257,20 (duzentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 30/05/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2013

Objeto : DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS, 14, 18 E 20 DO LOTE 03.

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA.At14pmf57**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA14PMF57 - Contrato Nº.: CT11PMF103

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: GERALDO DA RE

Valor : 854,96 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos)

Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2011

Objeto : DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM O REAJUSTE DO VALOR DA LOCAÇÃO DE ACORDO COM A CLÁUSULA QUARTA 4.1 DO REFERIDO CONTRATO, COM BASE NO IGP-M ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO PERCENTUAL DE 7,9837% A PARTIR DO MÊS DE MAIO DE 2014, PASSANDO O VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO DE R\$ 1.338,63 (UM MIL, TREZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SESENTA E TRÊS CENTAVOS) PARA R\$ 1.445,50 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA.At14pmf58
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF58 - Contrato Nº: CT14PMF16

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME.
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 05/06/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2013

Objeto : AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 05 DE JUNHO DE 2014.

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA.At14pmf59
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF59 - Contrato Nº: AT13PMF110

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Valor : 874,80 (oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 31/08/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2013

Objeto : RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2014. DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1 DO LOTE 02

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA.At14pmf60
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF60 - Contrato Nº: AT13PMF109

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
Valor : 810,36 (oitocentos e dez reais e trinta e seis centavos).
Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 31/08/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2013

Objeto : RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE AGOSTO DE 2014. DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 3, 4, 5, 6 E 9 DO LOTE 1.

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Ta14pmf57
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF57 - Contrato Nº: CT11PMF103

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: GERALDO DA RE

Valor : 854,96 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos)

Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2011

Objeto : DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM O REAJUSTE DO VALOR DA LOCAÇÃO DE ACORDO COM A CLÁUSULA QUARTA 4.1 DO REFERIDO CONTRATO, COM BASE NO IGP-M ACUMULADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, NO PERCENTUAL DE 7,9837% A PARTIR DO MÊS DE MAIO DE 2014, PASSANDO O VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO DE R\$ 1.338,63 (UM MIL, TREZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SESENTA E TRÊS CENTAVOS) PARA R\$ 1.445,50 (UM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Ta14pmf58
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF58 - Contrato Nº: CT14PMF16

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME.
Vigência : Início: 05/05/2014 Término: 05/06/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2013

Objeto : AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 05 DE JUNHO DE 2014.

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0006_2014-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0102/2014 - PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo para serviços de recapagens de 18 (dezoito) pneus para uso nos caminhões volvo nºs 248, 249, 264; motoniveladora nº 246 e carregadeira nº 53. Contratada: PORTAL PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.213.668/0001-30; Valor Total do Contrato: R\$ 12.460,00 (doze mil, quatrocentos e sessenta reais). Vigência: 12/05/2014 a 11/06/2014; Fundamento legal: Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93; Recursos: 9.261 - Convênio TR774 - Processo SDR09 1003/2014. Justificativa: Dispensa de licitação devido a urgência nas recapagens destes pneus para manter os veículos e máquinas trabalhando, e diante da impetração do mandado de segurança (autos nº 0300790-05-2014-8-24.0024) pela empresa FM Pneus Ltda, o qual suspendeu a execução da ata nº AT14PMF50.

Fraiburgo(SC), 13 de maio de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

At14fms09
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14FMS09

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada....: IVONEI GONÇALVES TURISMO ME

Valor : 40.000,00 (quarenta mil reais) Vigência :
Início: 02/05/2014 Término: 28/02/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS ENCAMINHADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO MÉDICO E REALIZAÇÃO DE EXAMES DIVERSOS NOS CENTROS DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO DURANTE O PERÍODO DE MAIO DE 2014 A FEVEREIRO DE 2015

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

TA.At14fms07
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14FMS07 - Contrato Nº: AT13FMS17

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada....: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA

Vigência : Início: 07/05/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2013

Objeto : DE COMUM ACORDO, E EM CONFORMIDADE COM A CLAUSULA TERCEIRA ITEM 3.7, APROVAM A PARTIR DE 07 DE MAIO DE 2014, MEDIANTE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ITEM 6.3 DO EDITAL, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE O VEÍCULO ABAIXO ESPECIFICADO: VEÍCULO VAN, MARCA RENAULT, MODELO MASTER MINIBUS

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Ta14fms03
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14FMS03 - Contrato Nº: CT13FMS11

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada....: CLÍNICA MÉDICA BASSAN E MORITA LTDA - ME
Valor : 561,54 (quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 06/05/2014 Término: 08/05/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2013

Objeto : FICA PRORROGADO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA SUA CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA, PARA ATÉ O DIA 08 DE MAIO DE 2015. E O VALOR DA HORA PASSARÁ A SER DE R\$ 89,77 (OITENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) E O VALOR DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PASSARÁ A SER DE R\$ 10.561,54 (DEZ MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)

Fraiburgo, 13 de Maio de 2014
NILCE PINZ
Secretária de Saúde

Portaria Nº 10232014
PORTARIA Nº 1.023, DE 13 DE MAIO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0652/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:
Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDIA ADRIANA

MELO DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.562.799-49, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 10242014

PORTARIA Nº 1.024, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0653/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA MOREIRA VALTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.998.899-10, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de maio de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0022_2014 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0103/2014 - PMF INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0022/2014 - PMF

Objeto: Curso para capacitação de servidores técnicos do município que utilizam os sistemas SISVAN e Bolsa família, com carga horária de 8 (oito) horas, que acontecerá no dia 30 de maio de 2014 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: Elizene Lara da Silveira inscrita no CPF sob nº 559.095.159-34. Valor e pagamento: R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais) até o dia 13/06/2014. Fundamento Legal: Art. 25, inc. II c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 13 de maio de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº34/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2014

PMG

Ata nº. 34/2014; Processo nº. 79/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: BETO COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME; Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 80.000,00; Data da Assinatura: 14/05/2014.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2014

FMS

Ata nº. 35/2014; Processo nº. 70/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de oxigênio medicinal para uso da Secretaria de Saúde. Valor: R\$ 18.950,00; Data da Assinatura: 14/05/2014.

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com CAPUT do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 101/2014; IL nº. 10/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: M12 CONSULTORIA GASTRONOMICA LTDA ME; CNPJ nº: 13.011.199/0001-03; Objeto: Locação de um stand no evento "I Moto Praia" que acontecerá entre os dias 16 a 18 de maio de 2014 na cidade de Garopaba; Data da Assinatura: 13/05/2014.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe033/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de peças de reposição para máquinas pesadas utilizadas pela Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 26/05/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 26/05/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 13 de maio de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2014

PMG

Ata nº. 36/2014; Processo nº. 69/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: MARI & SOUZA FABRICAÇÃO DE LAJOTAS LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de lajotas sextavadas e meio fio de concreto para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbano. Valor: R\$ 90.000,00; Data da Assinatura: 14/05/2014.

Garuva**PREFEITURA****Aviso de Licitação PMG Nº 037/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 037/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de preços para a aquisição de merenda escolar, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 26/05/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 13 de maio de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Extrato do Aditivo Nº 2 do Contrato Nº SAF-37/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº SAF-37/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/05/2014. VENCTO.: 22/07/2014. Tomada de preços nº.: 60/2013. OBJETO: supressão do contrato para drenagem pluvial e pavimentação em lajotas sextavadas de concreto da Rua Arnoldo Koch. CONTRATADA: TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES ZABEL LTDA. (83.441.493/0001-22). VALOR TOTAL: R\$ 19.886,24.

Gaspar/SC, 12 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Complementar Nº 56, de 09 de Maio de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 09 DE MAIO DE 2014.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE GASPAR - COMDEG E O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE GASPAR

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência de Gaspar - COMDEG, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º O COMDEG constitui-se como órgão colegiado permanente de composição paritária entre o Governo Municipal e a Sociedade Civil, com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da execução da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Deficiência.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir a recuperação ou a probabilidade de alteração, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou de atividade a ser exercida.

Art. 4º Considera-se pessoa com deficiência, para efeito desta Lei Complementar, todo indivíduo que, em razão de anomalias ou lesões comprovadas de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, tenha alguma restrição física, mental ou sensorial permanente ou transitória, que limite a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Art. 5º São finalidades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Gaspar - COMDEG:

I - formular a política de promoção, proteção e defesa à pessoa com deficiência, com base nas normas constitucionais e leis correlatas, observando os princípios e diretrizes da Política Nacional da Pessoa com Deficiência;

II - acompanhar e fiscalizar a efetiva implantação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

III - acompanhar a elaboração, avaliar e emitir parecer sobre a proposta orçamentária do Município referente à execução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais relativos às pessoas com deficiência;

IV - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais destinados aos serviços de atendimento e de assistência social às pessoas com deficiência;

V - acompanhar e fiscalizar a concessão de auxílio e subvenções às entidades privadas, lucrativas e filantrópicas, atuantes no atendimento às pessoas com deficiência;

VI - propor aos poderes constituídos, modificações na estrutura governamental diretamente ligadas à promoção, proteção, defesa e atendimentos especializados às pessoas com deficiência;

VII - opinar sobre a conveniência e necessidade de criação e implementação de programas, projetos e serviços de prevenção de deficiência e de criação de órgãos governamentais para o atendimento às pessoas com deficiência;

VIII - oferecer subsídios para a elaboração de leis pertinentes às pessoas com deficiência;

IX - incentivar e apoiar eventos, estudos e pesquisas sobre a área da deficiência, visando garantir a qualidade dos serviços prestados pelo Município e entidades afins;

X - promover intercâmbio com organismos públicos ou entidades privadas, nacionais ou internacionais da área da deficiência, visando à consecução dos seus objetivos e metas;

XI - emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito às pessoas com deficiência;

XII - aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em Regimento Interno, o cadastramento de entidades sediadas no Município e em municípios vizinhos que prestam atendimento às pessoas com deficiência e desejam ingressar e integrar o Conselho;

XIII - dar o encaminhamento devido às queixas, reclamações ou representações de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência;

XIV - organizar, sempre que convocado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

XV - implantar e manter atualizado o banco de dados estatísticos,

com informações sobre as diversas áreas da deficiência e o respectivo atendimento prestado no Município;

XVI - elaborar seu Regimento Interno; e

XVII - outras atribuições previstas no Regimento Interno.

Art. 6º Compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Gaspar - COMDEG os seguintes representantes, titular e suplente:

I - 05 (cinco) representantes efetivos da estrutura do Poder Executivo Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal, sendo:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças; e
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento; e

II - 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada, com atuação nas diversas áreas de atendimento às pessoas com deficiência, escolhidos em fórum próprio convocado para este fim.

Art. 7º Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos públicos municipais, serão de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes da sociedade civil organizada, serão escolhidos em fórum próprio, na forma que dispuser o seu Regimento Interno, e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Art. 10. A função de Conselheiro não será remunerada, sendo os seus serviços considerados relevantes para a comunidade.

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Gaspar - COMDEG será composto pela seguinte Mesa Diretora:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente; e

III - Coordenador(es) de Comissão(ões).

§ 1º A Mesa Diretora será eleita por seus pares.

§ 2º O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de (02) dois anos, com alternância anual da representatividade, ou seja, 01 (um) ano a presidência será exercida por representante da sociedade civil e a vice-presidência por representante do governo, e no ano subsequente a presidência será exercida por representante do governo e a vice-presidência por representante da sociedade civil, sendo a ordem de representação definida em regimento próprio.

Art. 12. Poderão ser criadas Comissões Permanentes e Especiais, a critério do Conselho e de acordo com as suas necessidades.

Art. 13. A proteção dos direitos e o atendimento à pessoa com deficiência, no Município, abrangerão os seguintes aspectos:

I - mobilização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades da pessoa com deficiência;

II - redução do índice de deficiência, através de medidas preventivas;

III - promoção de políticas sociais básicas de saúde, educação, habitação, transporte, desporto, lazer e cultura, habilitação e reabilitação, e profissionalização;

IV - promoção de políticas públicas, programas, projetos e serviços socioassistenciais; e

V - execução de serviços especiais, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 14. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Gaspar, que tem por objeto atender os encargos decorrentes da ação do Município no campo socioassistencial, conforme o disposto na Lei Federal nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, captando e aplicando os recursos a serem utilizados segundo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Gaspar- COMDEG, com vistas a deliberar a implantação e implementação de programas, projetos e serviços que visem à prevenção, à habilitação e à reabilitação de pessoas com deficiência e à promoção de sua integração à vida social e comunitária.

Art. 15. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Gaspar terá sua estrutura e controle contábeis vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 16. São atribuições dos gestores do Fundo:

I - administrar o Fundo e estabelecer as diretrizes para o plano de ação e aplicação dos recursos em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEG;

II - analisar e decidir, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEG, sobre a realização de programas, projetos ou serviços de interesse da pessoa com deficiência;

III - submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEG as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo e o relatório das atividades realizadas;

IV - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso III;

V - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamentos de despesas e recebimento de receitas;

VI - assinar cheques juntamente com o Secretário Municipal de Administração e Finanças; e

VII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo.

Art. 18. São receitas do Fundo:

I - (VETADO)

II - as parcelas provenientes de prestações decorrentes de financiamento de programas, projetos e serviços socioassistenciais nas

áreas de promoção, proteção e defesa, de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

III - as receitas oriundas de aplicações financeiras em bancos oficiais;

IV - as doações, auxílios e contribuições de terceiros, feitas diretamente ao Fundo;

V - os recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual ou Municipal, ou de outros órgãos públicos ou instituições privadas, nacionais ou estrangeiras, de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, especialmente destinadas ao Fundo; e

VII - as transferências oriundas do orçamento da seguridade social da União e dos Estados.

§ 1º As receitas e recursos do Fundo serão depositados em conta especial a ser aberta em estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º Os recursos do Fundo poderão ser aplicados, única e exclusivamente, em projetos, programas e serviços aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Art. 19. Constituem ativos do Fundo:

I - as disponibilidades monetárias em bancos ou em conta especial, oriundas de receitas específicas; e

II - os bens móveis e imóveis que forem destinados ou doados, sem ônus, aos programas, projetos e serviços de promoção, proteção e defesa das pessoas com deficiência no Município.

Art. 20. Constituem passivos do Fundo as obrigações, de qualquer natureza, que o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento dos programas, projetos e serviços municipais de promoção, proteção e defesa das pessoas com deficiência.

Art. 21. O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Gaspar evidenciará os programas, projetos e serviços aprovados pelo COMDEG, observados os planos plurianuais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade, da equidade e do equilíbrio.

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 09 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 5.945, de 13 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.945, DE 13 DE MAIO DE 2014.
CONVOCA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE GASPAR E ELEIÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 3ª Conferência Municipal de Juventude do Município de Gaspar, a realizar-se em 17 de maio de 2014, sob a coordenação da Comissão Organizadora composta pelos

membros abaixo:

Marlene Almeida - SEMED;
Débora Fernandes - EJA;
Elizabeth Thomé - Diretora de Comunicação;
José Gabriel Correia - Departamento de Cultura;
Claudio Gilberto Rolim da Silveira - Secretaria Municipal de Saúde;
Ricardo Wendhasen Ramos - CAD;
Ana Janaína Medeiros de Souza - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Luiz Otávio Rebouças Bastiani - Gabinete do Prefeito;
Lucas Bailer - Assessoria da Juventude.

Art. 2º Fica convocada a Eleição para o Conselho Municipal da Juventude, a realizar-se, também, no dia 17 de maio de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial Nº 20/2014 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2014

Aos treze dias do mês de maio do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 20/2014, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 13/05/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de reagentes e vidrarias para os laboratórios das ETA'S, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 20/2014. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

METROLÓGICA EQUIPAMENTOS E PROD. PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP (01.832.145/0001-11)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
7	un CANECOS PARA JARRO TESTE DE ACRÍLICO Capacidade 2000 ml, com coletor de amostra, marcador de decantação, graduado.	6	R\$ 123,00	R\$ 738,00
8	un ERLENMEYER EM VIDRO BOROSSILICATO graduado, capacidade 250ml, borda e parede reforçada, tarja branca.	4	R\$ 6,00	R\$ 24,00

9	un FRASCO DE VIDRO ÂMBAR PARA REAGENTE de alta qualidade, fabricado em vidro borosilicato 3.3 de alta resistência química e térmica. Tampa rosqueável em PP, anel corta gotas em PE-LD capacidade 250 ml.	5	R\$ 23,00	R\$ 115,00
10	cx PAPEL FILTRO FAIXA PRETA . DIÂMETRO 125MM. CAIXA COM 100UN	1	R\$ 28,00	R\$ 28,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 905,00 (Novecentos e cinco reais).

PRÓ-ANÁLISE QUÍMICA E DIAGNÓSTICA LTDA. (00.398.022/0003-13)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
4554	un DIETIL-N,N-FENILE- NODIAMONIO-1,4 SULFATO (REAGENTE DPD) PA Características mínimas: Ensaio (acidimétrico) mínimo 99,5%, Solubilidade em água em 500g/L (20°C), densidade aparente 580 kg/m3, Ponto de ebulição 274 - 275°C, Ponto de fusão 184 - 186°C, massa molar de 262,36 g/mol, pH 2,0 - 2,2 (50 g/L, H2O, 20°C), Metais pesados (como Pb) máximo 0,001%, Ferro (Fe) máximo 0,001%. Fornecido em embalagem de 100g em frasco de vidro. Quando de cada entrega, deverá apresentar laudo de análise e certificado de rastreabilidade, tantos quantos forem os lotes.	3	R\$ 479,50	R\$ 1.438,50

Valor total registrado do Licitante: R\$ 1.438,50 (Um mil quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 2.343,50 (Dois mil trezentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em

horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Rua: São Pedro s/nº - Centro - Gaspar - SC - ETA I.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 13 de maio de 2014.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG

Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA

Equipe de Apoio

MAYRA DOS SANTOS

Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão 39/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 039/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/05/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/05/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 09 de Maio de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

Resolução 1/2014 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GRÃO-PARÁ - SC

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 08 DE MAIO DE 2014

Homologa a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tomada na reunião do dia 24/04/2014 aplicando a penalidade de advertência à Conselheira Tutelar Genilza Martins Mattei, conforme decisão exarada no Processo Administrativo Nº02/2013.

JANE BONIN CINTHIA CAROLINA DE SOUZA
Presidente do CMDCA Vice-Presidente do CMDCA

DENISE REDIVO BÚSSOLO
Secretária do CMDCA

Contrato N 40-2014-Antônio S. Rohling

CONTRATO N. 40/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ANTÔNIO SEBASTIÃO ROHLING, brasileiro, casado, portador do CPF n. 029.341.919-15 e do RG n. 1.662.112, e s/m ALBERTINA GHIZONI ROHLING, brasileira, casada, portadora do CPF n. 035.497.259-65 e do RG n. 5.350.920-7, residentes e domiciliados na Rua Manaus, 68, apto. 11, Bairro Garcia, Cidade de Blumenau/ SC, CEP 89020-070, doravante denominados LOCADORES, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Locação de uma casa de alvenaria, com dez cômodos, medindo 10,55m (dez metros e cinquenta e cinco centímetros) por 14,70m (quatorze metros e setenta centímetros), perfazendo a área total de 155,08m² (cento e cinquenta e cinco metros e oito centímetros quadrados), localizada na Rua Ângelo Alberton Luiz, 294, Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Conselho Tutelar do Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela locação, os locadores receberão o valor global de R\$ 8.150,00 (oito mil, cento e cinquenta reais), subdividido em 10(dez) parcelas de R\$ 815,00 (oitocentos e quinze reais) mensais.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 6 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;

efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;

não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso dos locadores;

manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la aos locadores quando do término ou rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;

efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;

em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

06.01.2.021.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 112);

15.01.2.030.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 191).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irredutível.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º - O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA X - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 34/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 18/2014-DL, de 07/03/2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, os locadores sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. Os locadores não estarão sujeitos às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 07 de março de 2014.

AMILTON ASCARI ANTÔNIO SEBASTIÃO ROHLING

Prefeito Municipal Locador

ALBERTINA GHIZONI ROHLING

Locadora

TESTEMUNHAS

Contrato N 41-2014 Pedro Acilio de Jesus

CONTRATO N. 41-2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhor PEDRO ACILIO DE JESUS, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n. 215.769.719-53, Carteira de Identidade n. 8/R.960.240, residente e domiciliado no Centro, Município de Grão-Pará/SC, doravante denominado de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO, ÀS TERÇAS-FEIRAS, E NO DISTRITO DE AIURÊ, ÀS QUINTAS-FEIRAS, conforme item abaixo descrito.

Item 1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO COM HABILIDADES PARA CANTAR E TOCAR ACORDEOM E VIOLÃO.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, o contratado receberá a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao término da vigência contratual, que é de dez, meses.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 10 de março de 2014 e o seu término será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

O contratado obriga-se a prestar os serviços nos dias e locais ora contratados, sob pena de desconto no pagamento dos dias em que não efetuar o serviço contratado.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

15.01.2.010.3.3.90.36.99.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 174).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IX - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 28/2014 - Edital de Convite n. 2/2014-DL, de 20 de fevereiro de 2014.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o contratado sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a contratante rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 10 de março de 2014.
AMILTON ASCARI PEDRO ACILIO DE JESUS
Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS

Contrato N 42-2014 Lovarino Godinho

CONTRATO N. 42/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhor LOVARINO GODINHO, brasileiro, casado, portador do CPF/MF n. 215.786.569-15, Carteira de Identidade n. 5/C-1.187.067/SSP/SC, residente e domiciliado no Distrito de Aiurê, Município de Grão-Pará/SC, doravante denominado de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO, ÀS TERÇAS-FEIRAS, E NO DISTRITO DE AIURÊ, ÀS QUINTAS-FEIRAS, conforme item abaixo descrito.

Item 2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO COM HABILIDADES PARA CANTAR E TOCAR ACORDEOM E PANDEIRO.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, o contratado receberá a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil, duzentos reais) ao término da vigência contratual, que é de nove meses.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 10 de março de 2014 e o seu término será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

O contratado obriga-se a prestar os serviços nos dias e locais ora contratados, sob pena de desconto no pagamento dos dias em que não efetuar o serviço contratado.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

15.01.2.010.3.3.90.36.99.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 174).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IX - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 28/2014 - Edital de Convite n. 2/2014-DL, de 20 de fevereiro de 2014.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o contratado sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a contratante rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os

preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 10 de março de 2014.

AMILTON ASCARI LOVARINO GODINHO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS**Contrato N 43-2014 Daniel Schmidt**

CONTRATO N. 43/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhor DANIEL SCHMITT, brasileiro, portador do CPF/MF n. 460.906.579-72, Carteira de Identidade n. 5/R 1.900.566, residente e domiciliado no Distrito de Aiurê, Município de Grão-Pará/SC, doravante denominado de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO, ÀS TERÇAS-FEIRAS, E NO DISTRITO DE AIURÊ, ÀS QUINTAS-FEIRAS, conforme item abaixo descrito.

Item 2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO COM HABILIDADES PARA CANTAR E TOCAR ACORDEOM E PANDEIRO.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, o contratado receberá a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao término da vigência contratual, que é de dez meses.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 10 de março de 2014 e o seu término será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

O contratado obriga-se a prestar os serviços nos dias e locais ora

contratados, sob pena de desconto no pagamento dos dias em que não efetuar o serviço contratado.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

15.01.2.010.3.3.90.36.99.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 174).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IX - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 28/2014 - Edital de Convite n. 2/2014-DL, de 20 de fevereiro de 2014.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o contratado sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a contratante rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 10 de março de 2014.

AMILTON ASCARI DANIEL SCHMITT

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS

Contrato N 44-2014 Helena B Della Giustina

CONTRATO N. 44/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e Srª. HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, brasileira, viúva, portadora do CPF n. 871.556.729-04 e do RG n. 5/r 2.935.925, residentes e domiciliados na Rua Angelo Alberton Luiz, S/n, centro, Grão-Pará/SC, doravante denominado LOCADORA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

LOCAÇÃO DE UMA SALA MEDINDO, APROXIMADAMENTE, 60 M² (SESSENTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 307 (FUNDOS), NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, DE PROPRIEDADE DA SENHORA HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, MATRÍCULA Nº 14.365, LV. AAO, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela locação, a locadora receberá a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, sendo o pagamento referente ao mês de março no valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), e os demais pagamentos no valor mensal já estipulado, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 7.680,00 (sete mil, seiscentos e oitenta reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 12 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;

efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica da sala ora locada;

não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;

manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la a locadora quando do término ou rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;

efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;

em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato;

Efetuar o pagamento de água.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

15.01.2.031.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 179).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º - O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA X - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 41/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 19/2014-DL, de 12/03/2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a locadora sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a locatária rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A locadora não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto

deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 12 de março de 2014.

AMILTON ASCARI HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA
Prefeito Municipal Locadora

TESTEMUNHAS

Contrato N 45-2014Robson Linha 7 Transp. Escolar CONTRATO N. 45/2014

Vigência: De 20 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014 ou enquanto perdurar o ano letivo, podendo a vigência do Contrato ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Valor Total: R\$ 13.464,00 (Treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Origem: Pregão Presencial n. 9/2014.

O Município de Grão-Pará/ SC, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF 82.558.149/0001-55, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Grão-Pará, neste ato, simplesmente denominado de CONTRATANTE e a Senhor ROBSON GODINHO OENNING, Residente no Distrito de Aiurê, no Município de Grão-Pará/ SC, Portador do CPF 081.643.619-33 e carteira de identidade n. 5.539.682-8, doravante denominada CONTRATADO, com fundamento na Lei n. 8.666/93 e alterações, conforme descrito no Processo Licitatório 30/2014, Pregão Presencial n. 9/2014, assim como pelas condições do Edital referido, celebram este contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - É objeto do presente Contrato, cuja origem foi a Licitação Modalidade Pregão Presencial n. 9/2014, a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ NA LINHA 7, conforme roteiro, quilometragem e valor por quilometro rodado adiante descritos.

LINHA 7: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR. VEÍCULO AUTOMÓVEL PARA, NO MÍNIMO, 04 PASSAGEIROS, PARA TRANSPORTE ESCOLAR, PERFAZENDO A LINHA 7 - SAÍDA DO CENTRO DO DISTRITO DE AIURÊ, EM DIREÇÃO À SERRA DO CORVO BRANCO, INDO ATÉ A RESIDÊNCIA DO SENHOR BONIFÁCIO DA SILVA, RETORNANDO À ESTRADA GERAL, VINDO ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR RONALDO BUSO, INDO EM DIREÇÃO À RESIDÊNCIA DO SENHOR ANDRIANO FELDHAUS BLASIUS, DESCENDO ATÉ O CENTRO DO DISTRITO DE AIURÊ, NOS PERÍODOS MATUTINOS E VESPERTINOS NO

TOTAL DE 36 KM/DIA NO VALOR DE R\$ 2,20(DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

Parágrafo Único - O presente instrumento contratual e, assim, todas as suas disposições vinculam as partes, nos termos do ato convocatório e anexos, propostas e demais atos da licitação que lhe deu origem, sendo aqueles, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - O regime jurídico do presente Contrato é o da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e todas as suas alterações vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - Além da prestação de serviço de transporte municipal, deverão os transportadores submeterem-se às determinações de horários e à fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Linha 7 será desenvolvida com um veículo automóvel, de placas MAN 7791.

Parágrafo Único - Os itinerários da Linha 7, bem como os horários de realização do transporte, por interesse público, poderão sofrer mudanças no momento que o CONTRATANTE decidir, mediante comunicação O CONTRATADO que deverá implementar as novas determinações, conforme as orientações recebidas, garantidos os acréscimos remuneratórios decorrentes de acréscimos de percursos e as respectivas diminuições.

CLÁUSULA QUARTA - O preço do serviço de transporte escolar será de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) por quilômetro rodado na Linha 7, totalizando R\$ 13.464,00(treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), considerados 170 (cento e setenta) dias letivos.

Parágrafo Primeiro - Não será concedido reajustamento de preços durante a vigência do presente Contrato, exceto se Lei Federal assim determinar, hipótese em que os reajustes serão concedidos de acordo com a norma legal.

Parágrafo Segundo - Eventuais termos aditivos de contrato por conta de aumento de quilometragem deverão ser submetidos ao cálculo de novas planilhas de custo.

CLÁUSULA QUINTA - A recomposição de preços, visando ao equilíbrio econômico-financeiro, para prestação dos serviços ora contratados, dar-se-á, de acordo com o Artigo 65, inciso II, letra d, da Lei Federal n. 8.666/93, e alterações posteriores, mediante solicitação por escrito do CONTRATADO e apresentação de informações (Planilhas de Custos), que serão analisadas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - O pagamento dos serviços será mensal, mediante a entrega da nota fiscal relativa ao mês do serviço, para pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo Primeiro - Por ocasião dos pagamentos, o CONTRATANTE poderá efetuar o desconto dos valores de multas aplicadas O CONTRATADO, em função de inadimplência na execução do contrato e outras despesas.

Parágrafo Segundo - Serão processadas as retenções a título de contribuição previdenciária, conforme Instrução Normativa MPS/ SRP n. 03, de 14 de julho de 2005, ou outras que virem a regular a matéria.

CLÁUSULA SÉTIMA - São obrigações do CONTRATADO:

- a) Cumprir o trajeto e itinerário fixado pelo CONTRATANTE;
- b) Buscar os alunos nos locais determinados pelo CONTRATANTE;
- c) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos transportados, os

servidores encarregados da coordenação do transporte e os fiscais do Município;

d) Responder, direta ou indiretamente, por qualquer dano causado ao CONTRATANTE, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;

e) Cumprir as determinações do CONTRATANTE;

f) Alterar os itinerários e os horários, a pedido da administração, assim como executar eventual itinerário não descrito no presente Edital, quando se relacionar a atividades extra-curriculares a critério da Secretaria Municipal da Educação, com a consequente repactuação das alterações e dos valores acordados, quando for necessário;

g) Submeter o veículo à vistoria técnica quando solicitado pela Comissão Fiscalizadora em órgão ou empresa autorizada pela autoridade de trânsito;

h) Manter o veículo de acordo com os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e demais normas aplicadas à espécie, inclusive quanto às novas disposições legais que venham a ser editadas;

i) Manter o veículo sempre limpo;

j) Manter o veículo em condições ideais de segurança;

l) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação inclusive os tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;

m) Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso ao veículo destinado à prestação dos serviços;

n) Manter atualizada a documentação exigida no Edital, relativa ao veículo, junto à Comissão de Licitações.

Parágrafo Único - O CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar a apresentação dos discos do tacógrafo do veículo utilizado no transporte escolar objeto do presente Contrato, exceto para veículos automóveis de menor capacidade de carga.

CLÁUSULA OITAVA - A presente contratação terá vigência a partir de 20 de março de 2014 até 31 de dezembro de 2014 ou até quando perdurar o ano letivo, podendo ser prorrogada a vigência deste Contrato até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Único - O CONTRATANTE, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá rescindir o contrato, na hipótese de assumir diretamente o transporte, com veículo próprio ou na concessão de linha municipal para terceiros.

CLÁUSULA NONA - É vedada a sub-contratação, com exceção ao previsto no parágrafo único desta cláusula.

Parágrafo Único - Será permitida a locação de veículos de terceiros para atender a necessidades decorrentes de urgências ou emergências que tornem o veículo utilizado para o transporte inoperante, sob a responsabilidade do CONTRATADO, observadas as condições exigidas neste Contrato quanto ao veículo e outras.

CLÁUSULA DÉCIMA - O CONTRATADO é responsável por todo o passageiro que transporta, bem como as verbas decorrentes de possíveis acidentes de trânsito ou outras que possam ocorrer na constância do transporte independente do título: lucros cessantes, perdas e danos, danos morais, estéticos, indenizações de qualquer ordem, entre outras, e, pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do inciso 1º, do art. 71, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Independentemente das sanções penais cabíveis, da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, a administração, no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma do art. 87, da lei régia, poderá aplicar as seguintes sanções, cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos equipamentos contratados;
- c) Multa moratória de 0,33% ao dia em relação ao atraso na execução do contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

Parágrafo Primeiro - A aplicação das sanções dos itens "d" ou "e" ou ambas importam em rescisão automática e obrigatória deste contrato.

Parágrafo Segundo - As multas aplicadas na forma do item "b" e "c" deverão ser recolhidas à Fazenda Municipal, até a data do primeiro pagamento a ser feito O CONTRATADO, após a aplicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os recursos necessários para atender as despesas advindas da contratação com base neste Pregão Presencial correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto/ Atividade 2.016 - Manutenção do Transporte Escolar

06.01.2.017.3.3.90.39.26.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 100);

06.01.2.017.3.3.90.39.26.00.00.00.0145 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 101).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE exercerá fiscalização dos serviços, durante toda a fase de execução contratual, através da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Parágrafo Único - Constatada qualquer irregularidade ao disposto neste contrato, o CONTRATANTE lavrará auto de Constatação de Irregularidade e notificará O CONTRATADO sobre eventuais providências que a mesma deva tomar para saná-las e das sanções administrativas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A comunicação entre as partes, quando necessária, será efetuada por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Para dirimir as dúvidas e controvérsias emergentes deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

E, por considerarem o presente instrumento de contrato conforme, subscrevem-no na presença e juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor.

Grão-Pará/SC, 20 de março de 2014.
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ - CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ROBSON GODINHO OENNING
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Contrato N 46-2014 Lourenço Müller
CONTRATO N. 46/2014
(21 de março de 2014)

TERMO DE CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E Sr. LOURENÇO MÜLLER, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REGÊNCIA DO CORAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE PARTITURAS, DISCRIMINADO NO EDITAL LICITATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, SOB Nº 31/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMILTON ASCARI.

CONTRATADO: LOURENÇO MÜLLER, residente na Rua Angelo Alberton Luiz, 405, Centro, Grão-Pará/SC, Portador do CPF 096.379.909-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REGÊNCIA DO CORAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE PARTITURAS, pelo período de 09 (nove) meses, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O pagamento será feito, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado de 9 (nove) meses, até 31/12/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes

com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2014, a saber:

(125)06.01.2.024.3.3.90.36.06.00.00.00.0000 - Valor previsto de: R\$ 10.800,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

a) Reger o Coral Municipal de Grão-Pará, editar e imprimir partituras, até 31 de dezembro de 2014;

b) Organizar e dirigir o Coral Municipal de Grão-Pará, com a característica de quatro naipes de coro misto (soprano, contralto, tenor e baixo);

c) Selecionar os integrantes aptos a participar do Coral;

d) Desenvolver atividades de técnica vocal junto ao Grupo;

e) Realizar os ensaios do Coral em horário e local a serem definidos junto ao Coral Municipal de Grão-Pará, até 31 de dezembro de 2014;

f) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 10/2014, Processo Licitatório nº 31/2014;

g) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;

h) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;

i) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os serviços prestados;

j) Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;

k) Prestar os serviços semanalmente e reger o Coral Municipal de Grão-Pará em todos os eventos que, porventura, o Coral Municipal se apresente/participe, seja em território municipal ou fora dele;

l) Ensaiar as músicas definidas pelo Coral Municipal de acordo com os eventos dos quais o Coral participará;

m) Participar, conjuntamente com o Coral Municipal, de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal em que esta, porventura, solicitar a participação do Coral Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar se os serviços contratados estão sendo prestados e a efetuar os pagamentos mensais ao CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

c) a lentidão de seu cumprimento;

d) aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e de suas alterações.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 21 de março de 2014.
AMILTON ASCARI LOURENÇO MÜLLER
Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS

.....
Nome: Nome:

CPF : CPF:

Contrato N 47-2014 Monteiro

CONTRATO N. 47/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e MONTEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA ME, empresa estabelecida na Rodovia SC 438, Km 29, Rio Bonito, Braço do Norte/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 80.416.647/0001-38, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Gerente, Senhor Moacir Monteiro,

brasileiro, CPF n. 344.504.839-87, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA APLICAÇÃO NA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL E DRENAGEM DE VIAS URBANAS, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 33/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 11/2014-PR, de 6 de março de 2014, no valor total de R\$ 88.381,00 (Oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e um reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal em exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à contratada para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

03.01.2.002.4.4.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 21);

04.01.2.008.3.3.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34);

10.01.2.029.3.3.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 155).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 33/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 11/2014-PR, de 6 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 26 de março de 2014.
HELIO MÜLLE BRATTI
Prefeito Municipal em Exercício

MOACIR MONTEIRO
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 48-2014 Stang **CONTRATO N. 48/2014**

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e LAJES STANG LTDA EPP, empresa estabelecida na Rua Governador Irineu Bornhauser, n. 4579, Rio Bonito, Braço do Norte, Santa Catarina, CEP 88.750-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.428.449/0001-79, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor RAMIRO BATISTA STANG, brasileiro, comerciante, portador do CPF 021.174.189-29, e RG 3.812.923, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA APLICAÇÃO NA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL E DRENAGEM DE VIAS URBANAS, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 33/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 11/2014-PR, de 6 de março de 2014, no valor total de R\$ 88.381,00 (Oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e um reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal em exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 26 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
 - II. Emitir ordem de compra à contratada para entrega dos materiais licitados.
- #### **CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;
 - II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
 - III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;
 - IV. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

- 03.01.2.002.4.4.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 21);
- 04.01.2.008.3.3.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34);
- 10.01.2.029.3.3.90.36.20.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 155).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 33/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 11/2014-PR, de 6 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 26 de março de 2014.
HELIO MÜLLE BRATTI
Prefeito Municipal em Exercício

RAMIRO BATISTA STANG
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 49-2014 Tcl CONTRATO N. 49/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e a empresa TRANSPORTES CAPIVARI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Januário Alves Garcia, 776, Centro, no Município de Tubarão/ SC, inscrita no CNPJ/ MF n. 86.428.661/0001-38, neste ato, representada pelo Senhor EDSON DE OLIVEIRA SOUZA, Representante da Contratada, inscrito no CPF/MF n. 767.570.809-15, portador da Cédula de Identidade n. 2.539.141, residente e domiciliado na Rua Antônio Hülse, 1980, Município de Tubarão/SC, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

ITEM 2, vencido pela Contratada no Processo de Licitação n. 35/2014 (CV 5/2014): AQUISIÇÃO MENSAL DE 390 (TREZENTOS E NOVENTA) PASSES ESCOLARES PARA ESTUDANTES QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR NO CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE (GRÃO-PARÁ A ORLEANS) DURANTE OS MESES DE MARÇO ABRIL, MAIO, JUNHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2014..

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pelas aquisições descritas nas Cláusulas I, a contratada receberá a importância mensal de R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta reais), o que totaliza R\$12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) o valor deste Contrato, já inclusos nesses valores os custos com comissões incidentes sobre mão-de-obra especializada, encargos sociais, impostos federais, estaduais e municipais, transporte, estadas, alimentação, frete, telefonemas, telex, fax e demais despesas necessárias à execução da locação ora contratada.

Parágrafo Único. O preço cotado no processo licitatório e homologado pelo Prefeito Municipal em Exercício é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir de 27 de março de 2014 e seu término será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos referentes à aquisição ora contratada.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fornecer, mensalmente, ao Município de Grão-Pará, a quantidade de passes ora contratada.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

06.01.2.019.3.3.90.30.49.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 108).

CLÁUSULA VIII - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA IX - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 35/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 7 de março de 2014.

CLÁUSULA X - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal em Exercício;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal em Exercício.

Parágrafo único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XI - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 27 de março de 2014.

HELIO MÜLLER BRATTI EDSON DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal em Exercício Representante da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 50-2014 Claytur

CONTRATO N. 50/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e a empresa CLAYTUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTADA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na AV GETULIO VARGAS, 1439, Santa Augusta, no Município de Braço do Norte/ SC, inscrita no CNPJ/ MF n. 95.832.960.0001/24, neste ato, representada pelo Senhor MANOEL FERANDES MARIANO, Sócio Administrador da Contratada, inscrito no CPF/MF n. 460.904.879-53, portador da Cédula de Identidade n. 1.346.668, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas, 1439, Santa Augusta, Braço do Norte/SC, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

ITEM 1, vencido pela Contratada no Processo de Licitação n. 35/2014 (CV 5/2014): AQUISIÇÃO MENSAL DE 615 (SEISCENTOS E QUINZE) PASSES ESCOLARES PARA ESTUDANTES QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DO SUL DE

SANTA CATARINA - UNISUL (GRÃO-PARÁ A TUBARÃO) DURANTE OS MESES DE MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2014.

CLÁUSULA II – DO VALOR

Pelas aquisições descritas nas Cláusulas I, a contratada receberá a importância mensal de R\$ 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais), o que totaliza R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) o valor deste Contrato, já inclusos nesses valores os custos com comissões incidentes sobre mão-de-obra especializada, encargos sociais, impostos federais, estaduais e municipais, transporte, estadas, alimentação, frete, telefonemas, telex, fax e demais despesas necessárias à execução da locação ora contratada.

Parágrafo Único. O preço cotado no processo licitatório e homologado pelo Prefeito Municipal em Exercício é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do “caput” da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir de 27 de março de 2014 e seu término será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes à aquisição ora contratada.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Fornecer, mensalmente, ao Município de Grão-Pará, a quantidade de passes ora contratada.

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

06.01.2.019.3.3.90.30.49.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 108).

CLÁUSULA VIII – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA IX – DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 35/2014 – Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 7 de março de 2014.

CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- Advertência escrita;
- Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal em Exercício;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal em Exercício.

Parágrafo único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XI – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 27 de março de 2014.
HELIO MÜLLER BRATTI
Prefeito Municipal em Exercício

MANOEL FERNANDES MARIANO
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 51-2014-Tavares
CONTRATO N. 51/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS TAVARES LTDA ME, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 75.823.096/0001-97, estabelecida na Rua Lindolfo Abílio Albino Corrêa, 26, Bairro São Martinho, Município de Tubarão/ SC, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por sua Sócia-Administradora, Senhora ROSELI MIRIAM BARATTO, portadora do CNPF n. 305.663.989-15, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS (LÂMINAS, PARAFUSOS E DENTES) PARA MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal em Exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor em 28 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;

II. Emitir ordem de compra à CONTRATADA para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da CONTRATANTE;

III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

10.01.2.029.3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 155);

05.01.2.012.3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 49).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste Contrato o Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e

aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o Contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 28 de março de 2014.
HELIO MÜLLER BRATTI
Prefeito Municipal em Exercício

ROSELI MIRIAM BARATTO
Sócia Administradora da Empresa CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Contrato N 52-2014-Perkson CONTRATO N. 52/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.444.086/0001-41, estabelecida na AV Santos Dumont, 1592, São Luiz, Criciúma/SC, 88.803-200, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio-Administrador, Senhor ARMANDO PEREIRA FILHO, portadora do CNPJ n. 289.345.129-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS (LÂMINAS, PARAFUSOS E DENTES) PARA MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014, no valor total de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal em Exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor em 28 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à CONTRATADA para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da CONTRATANTE;
- III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

10.01.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 155);

05.01.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 49).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste Contrato o Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o Contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 28 de março de 2014.

HELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

ARMANDO PEREIRA FILHO

Sócio Administrador da Empresa CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Contrato N 53-2014-Julio Silvestri Filho Me

CONTRATO N. 53/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e JULIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050, Humaitá, Tubarão/SC, CEP 88.890-000, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio-Administrador, Senhor JULIO SILVESTRI FILHO, portadora do CNPJ n. 912.281.669-00, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS (LÂMINAS, PARAFUSOS E DENTES) PARA MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014, no valor total de R\$ 15.590,00 (quinze mil quinhentos e noventa reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal em Exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor em 28 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;

II. Emitir ordem de compra à CONTRATADA para entrega dos

materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da CONTRATANTE;

III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

10.01.2.029.3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 155);

05.01.2.012.3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 49).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste Contrato o Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar

em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o Contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 28 de março de 2014.

HELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

JULIO SILTRI FILHO

Sócio Administrador da Empresa CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Contrato N 54-2014-Gamape

CONTRATO N. 54/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e GAMAPE COMERCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 02.341.788/0001-25, estabelecida na Rod. Luiz Rosso, 880, Sala 01, Fabio Silva, Criciúma/SC, CEP 88.803-470, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio-Administrador, Senhor RAFAEL JERONIMO LOPES GAMBA, portadora do CNPJ n. 006.474.099-41, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS (LÂMINAS, PARAFUSOS E DENTES) PARA MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV,

de 6 de março de 2014, no valor total de R\$ 1.450,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal em Exercício serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor em 28 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à CONTRATADA para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da CONTRATANTE;
- III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.:

10.01.2.029.3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 155);

05.01.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 49).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste Contrato o Processo de Licitação n. 32/2014 - Edital de Convite n. 4/2014-CV, de 6 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o

Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o Contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 28 de março de 2014.

HELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

RAFAEL JERONIMO LOPES GAMBA

Sócio Administrador da Empresa CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Contrato N 55-2014 Edi Carlos
CONTRATO N. 55/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu

Prefeito Municipal em Exercício, Senhor HELIO MÜLLER BRATTI, e o Sr. EDI CARLOS GARCIA DE QUEIROZ, residente na Rua Julieta Della Giustina Meurer, s/n, Lado da União, Braço do Norte, Cep. 88.750-000, portador do CPF 032.218.989-67 e RG 4.491.417, doravante denominado de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CRIAÇÃO DE ÁUDIO, VÍDEOS E REGISTRO DE INFORMAÇÕES ESCRITAS E FOTOGRAFICAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, PARA ATUALIZAÇÃO CONSTANTE EM MÍDIA REGIONAL, ASSIM COMO TAMBÉM REALIZAÇÃO DE FILMAGENS JUNTO AOS GRUPOS DE JOVENS PARA RESGATE HISTÓRICO DE COMUNIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O resgate histórico de Comunidades do Interior do Município será feito apenas nas Comunidades em que os Grupos de Jovens demonstrem interesse e estejam devidamente organizados.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará ao contratado, como preço da prestação dos serviços dispostos no caput da Cláusula I, a importância fixa de R\$ 7.830,00 (sete mil, oitocentos e trinta reais), pagos em 9 (nove) parcelas mensais, no valor de R\$ 870,00 (oitocentos e setenta reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal descrito no caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da data de assinatura e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se:

Envidar esforços na execução dos serviços ora contratados;

Fornecer todo e qualquer material e/ ou documentos, mesmo que em posse de terceiros, bem como ambiente adequado para execução dos serviços, quando estes necessitarem de serem realizados dentro de seus estabelecimentos.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Efetuar todos os serviços descritos na Cláusula I, deste Contrato; Prestar os serviços conforme solicitado pelo contratante.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

02.01.2.024.3.3.90.39.59.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

(Código Reduzido: 125).

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o contratado sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal em Exercício;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal em Exercício.

Parágrafo Único. O contratado não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA IX - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato a Dispensa de Licitação n. 20/2014-DL, Processo Licitatório n. 44/2014, de 31/03/2014.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que à parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar à parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 31 de março de 2014.
HELIO MÜLLER BRATTI
Prefeito Municipal em Exercício

EDI CARLOS GARCIA DE QUEIROZ
Contratado

TESTEMUNHAS

Contrato N 56-2014 Madeira-Rafaela
CONTRATO N. 56/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SERRARIA E COMERCIO DE MADEIRAS COSTA E DACOREGIO LTDA ME, empresa estabelecida na Estrada Geral Rio Pequeno, s/n Grão Pará, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.085.554/0001-55, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora Srª RAFAELA DA COREJO COSTA, brasileira, solteira, inscrito no CPF n. 056.898.499-44, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, de acordo com as especificações técnicas, espécies e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 39/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2014-PR, de 12 de março de 2014, no valor total de R\$ 139.360,00 (cento e trinta e nove mil, trezentos e sessenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A madeira será fornecida, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma, e deverá ser entregue nos respectivos locais indicados pela Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 120 (cento e vinte) dias após a entrega da madeira e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 02 de abril de 2014 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes à madeira adquirida;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega da madeira licitada.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer a madeira sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque da madeira, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer a madeira fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

04.01.2.008.3.3.90.30.51.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34);

05.01.2.011.3.3.90.30.51.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 49);

10.01.2.029.4.4.90.51.99.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 155).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 39/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2014-PR, de 12 de março de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 2 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI RAFAELA DA COREJO COSTA

Prefeito Municipal Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 58-2014 J Malucelli Pá Carregadeira

CONTRATO N. 58/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e J. MALUCELLI EQUIPAMENTOS S/A, empresa estabelecida em Rod. Rua Vicente de Carvalho, 69, Parque Res. Laranjeiras, CEP 29.165-320, inscrita no CNPJ/MF sob n. 95.424.321/0009-87, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Diretor Presidente Sr. RAFAEL MALUCELLI, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador CI/RG nº 4.446.7658 SSP/PR, portador do CPF Nº 031.712.769-17, em conjunto com seu Diretor Vice-Presidente Sr. LUIZ HENRIQUE DAL MOLIN MOLINARI, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador do CI/RG 4.480.922-2 SSP/PR e CPF 792.301.729-87, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E/OU CAMINHÕES PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.

Item 1 - AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA NOVA, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM 06 (SEIS) CILINDROS, TURBOALIMENTADO, MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA DE, NO MÍNIMO, 152HP, COM CAÇAMBA PARA, NO MÍNIMO, 1,9M3, USO COM DENTES, CABINE FECHADA, COM AR CONDICIONADO, ALAVANCAS MECÂNICAS, PAINEL DE INSTRUMENTOS, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 10.000KG

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 36/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2014-PR, de 12 de março de 2014, no valor total de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e

irreajustáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DAS MÁQUINAS E CAMINHÕES e apresentação das respectivas notas fiscais, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 09 de abril de 2014, com vigência de 08 (oito) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes às máquinas e aos caminhões a serem adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, as máquinas e caminhões com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais das máquinas e caminhões a serem entregues;

III. Prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento dos objetos, acrescida da garantia legal de que trata do CDC;

IV. Prestar a capacitação necessária aos operadores de máquina e motoristas que irão operar/conduzir as respectivas máquinas e caminhões.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0025 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 46);

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 151);

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 153).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 36/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2014-PR, de 12 de março de 2014, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 9 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI RAFAEL MALUCELLI

Prefeito Municipal Diretor Presidente da Contratante

HENRIQUE DAL MOLIN MOLINARI
Diretor Vice-Presidente da Contratante

TESTEMUNHAS

Contrato N 57-2014 Arbitragem

CONTRATO Nº 57/2014

(de 4 de abril de 2014)

Termo de contrato de prestação de serviços técnicos de arbitragem, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ, sob nº 40/2014, Pregão Presencial nº 14/2014, que fazem entre si o Município de GRÃO-PARÁ e a empresa RAJI PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.906.002/0001-93, estabelecida na Rua João Wessler, 453, Centro, Município de São Ludgero/ SC.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, CEP 88.890-000, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, HELIO MÜLLER BRATTI.

CONTRATADO: RAJI PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.906.002/0001-93, estabelecida na Rua João Wessler, 453, Centro, Município de São Ludgero/ SC, representada por seu Sócio Administrador, Senhor LENOAR GONÇALVES DA ROSA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do CPF nº 713.293.239-04 e do RG nº 2.546.752, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM, VISANDO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/ SC, contemplando as seguintes categorias: Campeonato Municipal de Campo 2014, Campeonato Municipal Suíço, Campeonato Municipal Futsal Masculino e Feminino e outras categorias que, porventura, sejam do interesse da comunidade e sejam realizadas pela Comissão Municipal de Esportes.

Item	Qtde	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	42 Jogos	Arbitragem para o FUTEBOL DE CAMPO com a Equipe Técnica de 02 Árbitros, 2 Assistentes e 1 Mesário	R\$ 346,00	R\$ 14.532,00
2	70 Jogos	Arbitragem para INTER-BAIROS, com a Equipe Técnica de 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 207,00	R\$ 14.490,00
3	49 Jogos	Arbitragem para o FUTSAL ABERTO, com a Equipe Técnica 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 207,00	R\$ 10.143,00
4	26 Jogos	Arbitragem para o FUTEBOL SUÍÇO com a Equipe Técnica de 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 207,00	R\$ 5.382,00
5	23 Jogos	Arbitragem para o FUTSAL INTER-TORCIDAS com a Equipe Técnica de 02 Árbitros e 1 Mesário.	R\$ 207,00	R\$ 4.761,00
Total Geral	210 Jogos			R\$ 49.308,00

TOTAL GERAL R\$ 49.308,00 (Quarenta e nove mil, trezentos e oito reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela prestação dos serviços, o valor total de R\$ 49.308,00 (Quarenta e nove mil, trezentos e oito reais), o qual será pago por evento realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Documento Hábil especificando os serviços prestados e os respectivos preços. A CONTRATANTE efetuará o pagamento em 120 (cento e vinte) dias, com vencimento, sempre após o dia 10 do mês subsequente ao dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O prazo para execução do presente contrato é da data de sua assinatura até o dia 31/12/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2014, a saber:

07.01.2.027.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 140)

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 14/2014, Processo Licitatório nº 40/2014;
- Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;
- Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na cláusula primeira deste Contrato;
- Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórios aos fins do CONTRATANTE;
- Emitir documento hábil dos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. É dever do CONTRATANTE:

- exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pelo CONTRATADO, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, §§ 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;
- cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou por qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

GRÃO-PARÁ/ SC, 4 de abril de 2014.

HELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

LENOAR GONÇALVES DA ROSA

Contratado

TESTEMUNHAS

Contrato N 59-2014 Someval Caminhao

CONTRATO N. 59/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, empresa estabelecida na Rodovia BR 101, s/n, Km 336, Loja 01, Bairro São João, Município de Tubarão/SC, CEP: 88708-352, inscrita no CNPJ/MF sob n. 83.706.788/0002-64, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor LUCIANO MENEZES, brasileiro, casado, inscrito no CNPF n. 774.023.759-00, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E/OU CAMINHÕES PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.

Item 3: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES NOVOS, ZERO QUILOMETRO, 4X2, TOCO, CARROCERIA METÁLICA BASCULANTE, MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA DE 220 CV, COM INJEÇÃO ELETRÔNICA, 6 CILINDROS, 06 MARCHAS À FRENTE (SINCRONIZADAS) E 01 MARCHA À RÉ, CABINE AVANÇADA, VIDROS ELÉTRICOS, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO A AR, COR BRANCO, EIXO TRASEIRO DE DUPLA VELOCIDADE (SIMPLES E REDUZIDO COM BLOQUEIO), CAPACIDADE DE CARGA - PESO BRUTO TOTAL - MÍNIMO DE 16.000 KG, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA 6M3, PODENDO CHEGAR ATÉ O MÍNIMO DE 8M3, SE APOSTA UMA TÁBUA À CARROCERIA.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 36/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2014-PR, de 12 de março de 2014, no valor total de R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e

irreajustáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DAS MÁQUINAS E CAMINHÕES e apresentação das respectivas notas fiscais, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 9 de abril de 2014, com vigência de 08 (oito) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes às máquinas e aos caminhões a serem adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, as máquinas e caminhões com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais das máquinas e caminhões a serem entregues;

III. Prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento dos objetos, acrescida da garantia legal de que trata do CDC;

IV. Prestar a capacitação necessária aos operadores de máquina e motoristas que irão operar/conduzir as respectivas máquinas e caminhões.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0025 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 46);

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 151);

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 153).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes

em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 36/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2014-PR, de 12 de março de 2014, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 9 de abril de 2014.
AMILTON ASCARI LUCIANO MENEZES
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratante

TESTEMUNHAS

Contrato N 60-2014 Bmc Retroescavadeira
CONTRATO N. 60/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BMC HYUNDAI S/A, empresa estabelecida Rod. Presidente Dutra, s/n, KM 315, Itatiaia/RJ, CEP 27580-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 14.168.536/0001-25, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor AILTON MARTINS GENERINO, brasileiro, divorciado, supervisor de vendas, portador da cédula de identidade 6.843.095-SSP-SC e CPF 101.304.938-13, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E/OU CAMINHÕES PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.

Item 2: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA NOVA, 4 X 4, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTOR A DIESEL TURBOALIMENTADO, POTÊNCIA DE, NO MÍNIMO, 85HP, COM CAÇAMBA FRONTAL PARA CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,95M3, CABINE FECHADA, COM AR CONDICIONADO, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 6.900KG

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 36/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2014-PR, de 12 de março de 2014, no valor total de R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DAS MÁQUINAS E CAMINHÕES e apresentação das respectivas notas fiscais, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 9 de abril de 2014, com

vigência de 08 (oito) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes às máquinas e aos caminhões a serem adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, as máquinas e caminhões com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais das máquinas e caminhões a serem entregues;

III. Prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento dos objetos, acrescida da garantia legal de que trata do CDC;

IV. Prestar a capacitação necessária aos operadores de máquina e motoristas que irão operar/conduzir as respectivas máquinas e caminhões.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.00025 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 46);

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 151);

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 153).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 36/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 12/2014-PR, de 12 de março de 2014, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 9 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI AILTON MARTINS GENERINO
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 61-2014 Folha O Jornal

CONTRATO Nº 61/2014
(9 de abril de 2014)

Termo de contrato para divulgação dos atos legais e/ou oficiais do Município de Grão-Pará, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, sob nº 43/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, que fazem entre si o Município de Grão-Pará e a empresa FOLHA O JORNAL EDITORA LTDA - ME.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal

CONTRATADO: FOLHA O JORNAL EDITORA LTDA-ME, estabelecida na Av. Felipe Schmidt, nº 2244, Salas 13,14 e 15, Bairro Centro, Braço do Norte, CEP 88.750-000, inscrita no CNPJ 01.749.601/0001-64, neste ato representada por seu Sócio Administrador Sr. Fernando de Medeiros Freitas, portador do CPF 909.855.679-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE JORNAL PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS LEGAIS E OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA O ANO DE 2014, conforme item(ns) adiante descrito(s).

Item 4: Publicação de atos oficiais em veículo de comunicação escrita cuja circulação seja bissemanal regional (Campanhas de IPTU, Meio Ambiente, Educacionais, Culturais, Campanhas da Saúde, bem como Prestação de Contas do Município), sendo 6.000 centímetros/coluna a quantidade deste item e R\$ 5,44 (cinco reais e quarenta e quatro centavos) por centímetro/coluna o preço máximo, que totaliza o valor de R\$ 32.640,00 (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta reais) considerados 6.000 centímetros/coluna de publicação.

Parágrafo único. As quantidades de centímetros/coluna são meramente estimativas, sendo possibilitado ao Município o pagamento de apenas os centímetros/coluna utilizados. Em caso de não serem utilizadas as quantidades de centímetros/coluna ora contratadas, o Município ficará isento do pagamento dos centímetros/coluna não utilizados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 32.640,00 (Trinta e dois mil, seiscentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os serviços de publicação prestados e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor da prestação dos serviços conforme emissão das notas fiscais.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias da data de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura, vigendo até 31/12/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2014, a saber:

03.01.2.003.3.3.90.39.90.00.00.00.0000-(Código Reduzido 8);

06.01.2.015.3.3.90.39.90.00.00.00.0001-(Código Reduzido 86);

15.01.2.031.3.3.90.39.90.00.00.00.0000-(Código Reduzido 179).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- a) Divulgação dos atos conforme objeto contratual, atendendo sempre ao interesse do CONTRATANTE no prazo necessário;
- b) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 15/2014, Processo Licitatório nº 43/2014;
- c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação, contrato firmado e leis sanitárias;
- d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por funcionários do CONTRATADO ou pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;
- e) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os produtos fornecidos;
- f) Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;
- g) Prestar os serviços no prazo máximo estipulado pelo CONTRATANTE;
- h) Lançar Nota Fiscal de acordo com a quantidade dos serviços prestados;
- i) Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº14, Processo de Licitação nº 44, origem deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a repassar todos os atos a serem publicados, com antecedência razoável, para que seja possível ao CONTRATADO a prestação do serviço no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e de suas alterações.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei,

sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/ SC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 9 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI Fernando de Medeiros Freitas

Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS**Contrato N 62-2014 Britador**

CONTRATO N. 62/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BRUCH E RAUBER MECÂNICA PESADA LTDA-ME, empresa estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 316, Bairro Aimoré, Arroio do Meio/RS, CEP 95.940-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 12.989.602/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor ISMAEL ISIDORO BRUCH, brasileiro, empresário, portador do RG 3.092.077.217, CPF 836.534.300-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) BRITADOR MÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.

Item 1: CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL NOVO, EQUIPADO COM 01 (UM) BRITADOR DE MANDÍBULAS DE, NO MÍNIMO, 500X300, MONTADO SOBRE CHASSI EM CHAPA DE "U" E 300X80MM DE AÇO CARBONO 1020, COM 01 (UM) RODADO DUPLO NA TRASEIRA E 01 (UM) RODADO SIMPLES NA DIANTEIRA, COM SISTEMA DIRECIONAL DE ENGATE, ACIONADO POR MOTOR A DIESEL DE 06 (SEIS) CILINDROS, COM POTÊNCIA DE, NO MÍNIMO, 99CV, SISTEMA ELÉTRICO, PAINEL DE CONTROLE, ALIMENTADOR VIBRATÓRIO ACIONADO HIDRAULICAMENTE COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE, NO MÍNIMO, 3M3, CORREIA TRANSPORTADORA ACIONADA HIDRAULICAMENTE, PROTEÇÃO PARA

SEGURANÇA OPERACIONAL, COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE, NO MÍNIMO, 12M3/HORA, COM PENEIRA DE CLASSIFICAÇÃO DE TRÊS MATERIAIS E RESPECTIVAS ESTEIRAS TRANSPORTADORAS.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 45/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 16/2014-PR, de 1 de abril de 2014, no valor total de R\$ 254.600,00(duzentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais). Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega/instalação deverá ocorrer no local indicado pela CONTRATANTE, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 60 (SESSENTA), 90 (NOVENTA) E 120 (CENTO E VINTE) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DO BRITADOR e apresentação da respectiva nota fiscal, com recursos próprios e com recursos oriundos do Governo Estadual, por meio do Convênio n. 2013TR003770, firmado entre o Município de Grão-Pará e o Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Braço do Norte, Programa Transferência 20130000717. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 16 de abril de 2014, com vigência de 08 (oito) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes à aquisição do britador a ser adquirido e verificar se o mesmo encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente.

II. Indicar à CONTRATADA o local para instalação do britador e indicar, no máximo, 03 (três) servidores para participarem da capacitação.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. instalar, em local indicado pela municipalidade, o britador, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura dos Contratos;

II. emitir nota fiscal do objeto entregue;

III. prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento do objeto, acrescida da garantia legal de que trata o CDC;

IV. prestar a capacitação necessária aos servidores indicados pelo Município para operador o equipamento de que trata este Edital, não podendo ser a capacitação inferior a 02 (dois) dias.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.2.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);

05.01.2.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0025 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 46).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 45/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 16/2014-PR, de 1 de abril de 2014, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 16 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI ISMAEL ISIDORO BRUCH

Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 63-2014 Geração Catarinense

CONTRATO N. 63/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o CONJUNTO MUSICAL GERAÇÃO CATARINENSE LTDA, com sede na Rua André Spricigo, 490, Bairro Lomba, Município de Orleans/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 04.617.640/0001-04, neste ato, representado pelo Sócio Administrador, Sr. CLEITON COELHO CARRER, brasileiro, solteiro, músico, portador do CPF 036.315.529-55 e do RG 6/R 4.367.949, doravante denominada de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE AULA DE MÚSICA PARA AULAS DE ACORDEOM E TECLADO PARA PESSOAS INTERESSADAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

Parágrafo Único. As aulas objeto deste Contrato deverão ocorrer nas quartas-feiras (das 18:00h às 21 h), na Escola Municipal "Prof. Gregório Wessler", situada no Centro da Cidade de Grão-Pará.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, o CONTRATADO receberá a o Valor Global de R\$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta reais), sendo a Primeira parcela de R\$ 180,00 e 7 (sete) Parcelas no Valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, até 30/11/2014.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor a partir de 22 de abril de 2014 e o seu término será em 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA V - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

O contratado obriga-se a prestar os serviços nos dias e locais ora contratados, sob pena de desconto no pagamento dos dias em que não efetuar os serviços contratados.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente, como segue:

06.01.2.024.3.3.90.39.99.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 125).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irredutível.

CLÁUSULA IX - DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 50/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 21/2014-DL, de 22 de abril de 2014.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o CONTRATADO sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a contratante rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 22 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI CLEITON COELHO CARRER

Prefeito Municipal Sócio Administrador do Contratado

TESTEMUNHAS

Contrato N 64-2014 Francisco R Borguett

CONTRATO N. 64/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente de LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e FRANCISCO RAIMUNDO BORGERT, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Localidade de "Represa", local como é conhecido, Município de Braço do Norte/ SC, portador do CPF n. 070.638.579-91, doravante denominado de LOCADOR,

mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Locação de acesso para extração de saibro em área registrada pelo Município no DNPM sob o nº 815213/2010, conforme Licença Ambiental Prévia nº 820/2014, concedida pela FATMA ao Município de Grão-Pará, situada a área de extração na Estrada Geral de Represa, s/n, Represa, Município de Braço do Norte/SC, em terreno de propriedade do Sr. Francisco Raimundo Borget, Conforme Matrícula nº 24.547, registrada devidamente no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte.

CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, o locador receberá a importância global de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), sendo a primeira no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e 8 (oito) parcela no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), que é o valor mensal deste Contrato.

CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor tratado no caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês subsequente.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 22 de abril de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada nos termos da Lei, nos exercícios seguintes, havendo interesse entre as partes.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
II. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

I. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e emolumentos existentes sobre o imóvel ora locado;
II. Permitir a entrada das pessoas designadas pela locatária na propriedade citada e facilitar a sua instalação, bem como do material e tudo o mais que for julgado necessário à execução do trabalho, a ser executado dentro das normas que o seguem;
III. Em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir, na escritura respectiva, uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:
10.01.2.029.3.3.90.36.15.00.00.00.0044 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 159).

CLÁUSULA VIII – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º - O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pela locatária, de acordo com sua conveniência, independente de verificação da inadimplente prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia da locatária ao

locador, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba ao locador qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 51/2014 – Edital de Dispensa de Licitação n. 22/2014-DL, de 22/04/2014.

CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
b) Advertência escrita;
c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XI – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 22 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI FRANCISCO RAIMUNDO BORGERT
Prefeito Municipal Locador

TESTEMUNHAS

Contrato N 65-2014 Radio Verde Vale

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº65/2014

Termo de Contrato de Credenciamento da Rádio RADIO VERDE VALE LTDA - EPP, para Prestação de Serviços de Radiodifusão, para o Município de GRÃO-PARÁ, conforme discriminado no Processo de Licitação nº 42/2014, Modalidade Chamada Pública nº 1/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, AMILTON ASCARI.

RÁDIO CREDENCIADA: RADIO VERDE VALE LTDA, estabelecida na Rua Vereador Severiano Francisco Sombrio, 684, Centro, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 75.796.372/0001-69, neste ato, representada por seu Procurador Senhor Sávio Müller, portador do RG n. 1.348.535-0, doravante denominada de CREDENCIADA.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1ª. CREDENCIAMENTO DA RÁDIO RADIO VERDE VALE LTDA QUE

POSSUI SINAL NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO.

Cláusula Segunda - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2ª. O CONTRANTE pagará à RÁDIO CREDENCIADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 18,00(dezoito reais)/ por minuto utilizado. O pagamento será mensal, conforme a utilização dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2014, a partir da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no Edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento próprio, discriminados pelos seguintes elementos:

03.01.2.003.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8);

06.01.2.015.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido:86);

15.01.2.031.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido:179).

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA RÁDIO CREDENCIADA

6ª. São obrigações da RÁDIO CREDENCIADA:

a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

b) Assumir inteira responsabilidade sob a execução plena do objeto do Contrato, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições constantes do Edital de Chamada Pública nº 1/2014, Processo Licitatório nº 42/2014;

c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, Edital convocatório de licitação, contrato firmado e legislação nacional;

d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados diretamente pela RÁDIO CREDENCIADA ou pela omissão ou inadequada prestação de serviços, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;

e) Divulgar as matérias encaminhadas pelo Município no horário escolhido por este;

f) Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de todas as matérias informativas de interesse público divulgadas;

g) Aceitar e colaborar com os métodos de supervisão das atividades adotadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7ª. É dever do CONTRATANTE:

a) exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, § 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;

b) cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Oitava - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por expressão por parte da Administração Municipal ou qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

§ 1º. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a RÁDIO CREDENCIADA, a Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

§ 2º. Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato antecipadamente nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato;

b) o cumprimento irregular das cláusulas deste Contrato;

c) a lentidão de seu cumprimento.

§ 3º. A rescisão contratual será precedida de notificação extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

Cláusula Nona - DAS PRERROGATIVAS

9ª. São prerrogativas do presente Contrato as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, conferindo ao CONTRATANTE todos os direitos que lhe são devidos.

Cláusula Décima - DO FORO

10. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Décima Primeira - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste contrato de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

GRÃO-PARÁ/ SC, 28 de abril de 2014.
AMILTON ASCARI Sávio Müller
Prefeito Municipal Procurador da Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome: _____
CPF : _____

Contrato N 66-2014 Hiperativa
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº66/2014

Termo de Contrato de Credenciamento da Rádio NOVO SÉCULO LTDA-ME, para Prestação de Serviços de Radiodifusão, para o Município de GRÃO-PARÁ, conforme discriminado no Processo de Licitação nº 42/2014, Modalidade Chamada Pública nº 1/2014.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, AMILTON ASCARI.

RÁDIO CREDENCIADA: NOVO SÉCULO LTDA - ME estabelecida na Rua Raulino Horn, 305 Centro, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 03.839.524/0001-69, neste ato, representada por seu Sócio Administrador Senhor Elidio Uliano, portador do RG n. 1.561.015-2, doravante denominada de CREDENCIADA.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1ª. CREDENCIAMENTO DA RÁDIO RADIO VERDE VALE LTDA QUE POSSUI SINAL NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO.

Cláusula Segunda - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2ª. O CONTRANTE pagará à RÁDIO CREDENCIADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 18,00(dezoito reais)/ por minuto utilizado. O pagamento será mensal, conforme a utilização dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2014, a partir da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no Edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento próprio, discriminados pelos seguintes elementos:

03.01.2.003.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8);

06.01.2.015.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código Reduzido:86);

15.01.2.031.3.3.90.39.88.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código

Reduzido:179).

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA RÁDIO CREDENCIADA

6ª. São obrigações da RÁDIO CREDENCIADA:

a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

b) Assumir inteira responsabilidade sob a execução plena do objeto do Contrato, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições constantes do Edital de Chamada Pública nº 1/2014, Processo Licitatório nº 42/2014;

c) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, Edital convocatório de licitação, contrato firmado e legislação nacional;

d) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais, morais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados diretamente pela RÁDIO CREDENCIADA ou pela omissão ou inadequada prestação de serviços, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;

e) Divulgar as matérias encaminhadas pelo Município no horário escolhido por este;

f) Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório de todas as matérias informativas de interesse público divulgadas;

g) Aceitar e colaborar com os métodos de supervisão das atividades adotadas pelo CONTRATANTE.

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7ª. É dever do CONTRATANTE:

a) exercer ampla e irrestrita fiscalização dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA, de acordo com as regras do art. 67, 68, 73, inciso I, § 2º e 3º, e 76 da Lei 8.666/93;

b) cumprir os prazos de pagamento dos serviços realizados pela RÁDIO CREDENCIADA.

Cláusula Oitava - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, por razões de interesse público, por supressão por parte da Administração Municipal ou qualquer hipótese prevista no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, ou, ainda, por acordo amigável entre as partes ou decisão judicial, conforme art. 79, da Lei 8.666/93.

§ 1º. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo a RÁDIO CREDENCIADA, a Prefeitura Municipal de GRÃO-PARÁ poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

§ 2º. Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato antecipadamente nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato;

b) o cumprimento irregular das cláusulas deste Contrato;

c) a lentidão de seu cumprimento.

§ 3º. A rescisão contratual será precedida de notificação

extrajudicial, seguindo as regras dos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93.

Cláusula Nona - DAS PRERROGATIVAS

9ª. São prerrogativas do presente Contrato as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, conferindo ao CONTRATANTE todos os direitos que lhe são devidos.

Cláusula Décima - DO FORO

10. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Décima Primeira - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste contrato de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

GRÃO-PARÁ/ SC, 28 de abril de 2014.
AMILTON ASCARI ELIDIO ULINO
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome: _____
CPF : _____

Contrato N 67-2014 Perecíveis Super Lider Robson CONTRATO N. 67/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e empresa SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, 1473, Rio Bonito, Braço do Norte / SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 07.605.075/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor ROBSON INACIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n. 087.624.369-37, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 47/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 17/2014-PR, de 09 de abril de 2014, no valor total de R\$ 20.304,60 (vinte mil, trezentos e quatro reais e sessenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 30 de agosto de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte dias) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 29 de abril de 2014 e o seu vencimento em 30 de agosto de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

- 06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 66);
- 06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 67);
- 06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0109 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 76);
- 06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 78);
- 06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 85);
- 06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0111 - Aplicações Diretas

(Código reduzido: 87);

15.01.2.032.3.3.90.30.07.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 184).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 47/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 17/2014-PR, de 09 de abril de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana

dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 29 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI ROBSON INACIO DA SILVA
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS
CLAYTON BIANCO
OAB/SC 15.174
Assessor Jurídico

Contrato N 68-2014 Agricultura Familiar Cooper Família

CONTRATO N. 68/2014

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.558.149/0001-55, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, doravante denominado CONTRATANTE, e, por outro lado, COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIO FORTUNA E TODA SANTA CATARINA- COOPERFAMILIA, com sede em Rua Padre Rademacker, 186, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 09.263.339/0001-55, neste ato, pela sua Presidente, Senhora ARLETE BLOEMER DE SOUZA, doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e na Chamada Pública nº 02/2014, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais de Ensino, a serem pagos com verba do FNDE/PNAE, a partir da assinatura deste Contrato até 31/12/2014, de acordo com a Chamada Pública nº 02/2014, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato, denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Os CONTRATADOS FORNECEDORES deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar em, no máximo, 30 dias, após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

A entrega do produto inicia-se, imediatamente, após assinatura deste Contrato, sendo o prazo final do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2014.

a. A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais, dias e

quantidades de acordo com a Chamada Pública nº 02/2014.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLAUSULA SEXTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 68.542,50 (sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme listagem anexa na página seguinte:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	6.Qtde/ Unid	7. Preço Proposto	8. Valor Total
GILMAR COSTA KOCH	018.321.109-07	SDW0018321109071102111103	POUPA DE FRUTAS	KG	1.500	R\$ 10,00	R\$ 15.000,00
			CHUCHU	KG	1.250	R\$ 3,40	R\$ 4.250,00
			MORANGA	KG	250	R\$ 3,00	750,00
			KABOTIÁ				
TOTAL Sr. GILMAR COSTA KOCH							20.000,00
OSMAR BOEING	154.712.849-68	SDW0154712849681212130210	OVOS DE GALINHA	DZ	400	R\$ 5,50	R\$ 2.200,00
TOTAL Sr. OSMAR BOEING							R\$ 2.200,00
MILTON GAZINSKI KRAIESKI	656.514.139-87	SDW0656514139871406121046	CAQUI	KG	1000	R\$ 4,00	R\$ 4.000,00
			AIPIM DESCASCADO	KG	500	R\$ 3,50	R\$ 1.750,00
			BANANA BRANCA	KG	1.500	R\$3,50	R\$ 5.250,00
			BATATA INGLESA	KG	1.500	R\$ 3,50	5.250,00
			MAMÃO	KG	500	R\$ 4,00	2.000,00
TOTAL Sr. MILTON GAZINSKI KRAIESKI							R\$ 18.250,00
VILSON OENNING MICHELS	041.525.299-70	SDW0041525299702111120844	BETERRABA	KG	750	R\$ 3,50	R\$ 2.625,00
			CEBOLA	KG	250	R\$ 3,50	R\$ 875,00
			CENOURA	KG	750	R\$ 3,50	R\$ 2.625,00
			MELANCIA	KG	1.000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
			MAÇA	KG	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
TOTAL Sr. VILSON OENNING MICHELS							R\$9.625,00
MARIA THOMAZ FRANÇA	028.654.899-22	SDW0028654899220912110944	ALFACE	UNI	500	R\$ 1,90	R\$ 950,00
			ALHO	KG	80	R\$ 12,25	R\$ 980,00
			COUVE BRÓCOLIS	UNI	300	R\$ 4,00	R\$1.200,00
			COUVE FOLHA	UNI	250	R\$ 1,50	R\$ 375,00
			REPOLHO	UNI	100	R\$ 2,50	R\$ 250,00
			TEMPERO VERDE	UNI	250	R\$ 1,75	R\$ 437,50
			LARANJA LIMA	KG	500	R\$ 3,80	R\$ 1.900,00
			LARANJA PERA	KG	500	R\$ 2,30	R\$ 1.150,00
TOTAL Srª MARIA THOMAZ FRANÇA							R\$ 7.242,50
MOISES RUZANSKI SELINGER	020.695.079-98	SDW002069500799808112090850	SUCO DE UVA	UNID	500	R\$ 10,50	R\$ 5.250,00
TOTAL Sr. MOISES RUZANSKI SELINGER							R\$ 5.250,00
JOSE KRAIESKI	415.747.539-91	SDW0415747539910305100143	TOMATE	KG	1.250	R\$ 4,50	R\$ 5.625,00
			PEPINO	KG	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
TOTAL Sr. JOSE KRAIESKI							R\$ 5.975,00
TOTAL GERAL							R\$ 68.542,50

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula sexta, estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLAUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0060 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 66);
06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 70);
06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 76);
06.01.2.014.3.3.90.30.07.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 80);
06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 85);
06.01.2.015.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 89);
06.01.2.022.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 116);
06.01.2.022.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 119).

CLÁUSULA NONA

A CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

A CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento ao CONTRATADO FORNECEDOR deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20, da Lei nº 11.947/2009, e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A CONTRATANTE em razão de interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- modificar, unilateralmente, o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir, unilateralmente, o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através da Nutricionista alocada na Secretaria referida, e do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 02/2014, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamentar, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Este Contrato poderá ser aditado, a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

As comunicações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício ou carta, que somente terá validade se enviado/a mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício ou carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

É competente o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 30 de abril de 2014.

AMILTON ASCARI ARLETE BLOEMER DE SOUZA

Prefeito Municipal Presidente da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 69-2014Lubrificantes

CONTRATO N. 69/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos,s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

A compradora irá adquirir da vendedora os itens dos quais foi vencedora no Processo de Licitação n. 48/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 18/2014-PR, de 22 de abril de 2014, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes do Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pelo fornecimento dos itens referidos na Cláusula I, a compradora pagará à vendedora os preços homologados no Processo de Licitação n. 48/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 18/2014-PR, de 22 de abril de 2014, constantes do Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor) em anexo, parte deste contrato, no valor total de R\$ 87.940,00 (oitenta e sete mil, novecentos e quarenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão reajustados de acordo com os índices oficiais determinados pelo Governo da União.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

PARAGRAFO ÚNICO - As Compras Efetuadas através do Fundo Municipal de Saúde Deverão ter seus documentos fiscais respectivamente.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 9 de maio de 2014 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos combustíveis adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos combustíveis licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos combustíveis, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os combustíveis fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- V. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 18/2014, Processo de Licitação nº 48/2014.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

05.01.2.011.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 49);

06.01.2.016.3.3.90.30.01.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 93);

10.01.2.029.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 155).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 48/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 18/2014-PR, de 22 de abril de 2014.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os combustíveis em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 09 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI DAILTON DORIGON DE SOUZA
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Chamada Publica 3/2014 Rádios

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 52/2014

Edital de CHAMADA PÚBLICA n. 3/2014

Objeto: CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS PARTICULARES CUJO SINAL TENHA ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INFORMATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO Data e Horário de Abertura: 03/06/2014, às 13:30 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Comissão de Licitação.

Grão-Pará/ SC, 13 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato de Rateio 1-2014 FMS

CONTRATO DE RATEIO	Contrato Administrativo nº 1/2014 Município de Grão Pará
--------------------	---

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 82.558.149/ 0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, nº 187 – Centro, Grão Pará (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Amilton Ascari, CPF nº. 342.927.059-68, através do FMS-PM de Grão Pará, aqui representado pelo seu gestor, o Sr. Marcio Borba Blasius, neste ato denominado de MUNICÍPIO e, de outro lado, o

CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 02.715.882/0001-05, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Armazém, o Sr. Jaime Wensing, neste ato denominado de CONSÓRCIO,

considerando o disposto no Protocolo de Intenções ratificado neste Município pela Lei nº. 1539/2008, bem como na Lei Federal nº. 11.107/05 e alterações posteriores, resolvem formalizar o presente CONTRATO DE RATEIO, nos termos a seguir dispostos.

A - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO:

1. O presente contrato tem por objeto o repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, referente ao rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

B - NATUREZA DAS DESPESAS:

2. As despesas cujos valores serão repassados ao CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes a:

I - Despesas de Pessoal e Encargos, referente ao custeio das despesas de pessoal do CONSÓRCIO, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;

II - Despesas com contratos de prestadores, outras despesas administrativas e operacionais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados a ressarcir prestadores pelo serviço contratado, despesas administrativas e de manutenção do consórcio;

III - Despesas com Investimentos, para bens patrimoniais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento do CONSÓRCIO;

C - INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESPESA:

3. Os valores a serem repassados ao CONSÓRCIO para execução dos seus objetivos estatutários em favor deste MUNICÍPIO, são aqueles autorizados pela Lei Municipal nº. 1.937/2013, de 11 de dezembro de 2013, que trata do Orçamento para o exercício 2014, totalizando R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), assim detalhado:

ÓRGÃO : 14.00 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

Unid. Orçam. : 14.01 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

Proj./Atividade : 2.034 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA

Elem. Desp. : 3.1.71.00 Transferência à Consórcios Públicos R\$ 3.000,00

Elem. Desp. : 3.3.71.00 Transferência à Consórcios Públicos R\$ 60.000,00

Elem. Desp. : 4.4.71.00 Transferência à Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
TO TAL R\$ 64.000,00

4. Em relação as despesas com a contratação dos serviços pelos prestadores credenciados, cujos Procedimentos serão tão somente os estruturados na forma organizacional contidos desta forma na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do SUS, nos termos da Portaria SAS/MS 494 de 10 de setembro de 2008, sendo admitidas atualizações posteriores, assim agrupados:

SIGTAP SUS – FORMA DE ORGANIZAÇÃO (<http://sigtap.datasus.gov.br/>),

GRUPO – 02 – Procedimentos com finalidade diagnóstica

Sub-Grupo – 01 – Coleta de material
Sub-Grupo – 02 – Diagnóstico em laboratório clínico
Sub-Grupo – 03 – Diagnóstico por anatomia patológica e citopatológica
Sub-Grupo – 04 – Diagnóstico por radiologia
Sub-Grupo – 05 – Diagnóstico por ultra-sonografia
Sub-Grupo – 06 – Diagnóstico por tomografia
Sub-Grupo – 07 – Diagnóstico por ressonância magnética
Sub-Grupo – 08 – Diagnóstico por medicina nuclear in vivo
Sub-Grupo – 09 – Diagnóstico por endoscopia
Sub-Grupo – 10 – Diagnóstico por radiologia intervencionista
Sub-Grupo – 11 – Métodos diagnósticos em especialidades
Sub-Grupo – 12 – Diagnóstico e procedimentos especiais em hemoterapia
Sub-Grupo – 13 – Diagnóstico em vigilância epidemiológica e ambiental
Sub-Grupo – 14 – Diagnóstico por teste rápido

GRUPO – 03 – Procedimentos clínicos

Sub-Grupo – 01 – Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos
Sub-Grupo - 02 – Fisioterapia
Sub-Grupo - 03 – Tratamentos Clínicos (outras especialidades)
Sub-Grupo - 04 – Tratamento em oncologia
Sub-Grupo - 05 – Tratamento em Nefrologia
Sub-Grupo - 06 – Hemoterapia
Sub-Grupo - 07 – Tratamentos odontológicos
Sub-Grupo - 08 – Tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de c. e...
Sub-Grupo - 09 – Terapias especializadas
Sub-Grupo - 10 – Parto e nascimento

GRUPO – 04 – Procedimentos cirúrgicos

Sub-Grupo – 01 – Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa
Sub-Grupo – 02 – Cirurgia de glândulas endócrinas
Sub-Grupo – 03 – Cirurgia do sistema nervoso central e periférico
Sub-Grupo – 04 – Cirurgia das vias aéreas superiores, da cabeça e do pescoço
Sub-Grupo – 05 – Cirurgia do aparelho da visão
Sub-Grupo – 06 – Cirurgia do aparelho circulatório
Sub-Grupo – 07 – Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal
Sub-Grupo – 08 – Cirurgia do sistema osteomuscular
Sub-Grupo – 09 – Cirurgia do aparelho geniturinário
Sub-Grupo – 10 – Cirurgia de mama
Sub-Grupo – 11 – Cirurgia obstétrica
Sub-Grupo – 12 – Cirurgia torácica
Sub-Grupo – 13 – Cirurgia reparadora
Sub-Grupo – 14 – Cirurgia oro-facial
Sub-Grupo – 15 – Outras cirurgias
Sub-Grupo – 16 – Cirurgia em oncologia
Sub-Grupo – 17 – Anestesiologia
Sub-Grupo – 18 – Cirurgia em nefrologia

D - REPASSE DOS VALORES:

5. O repasse financeiro do valor orçado para suporte dos procedimentos pretendidos, referente ao mês em que serão autorizados os serviços, será realizado até o último dia do mês anterior, por meio de depósito bancário em conta corrente nº. 47.000-7 do CIS/Amurel, no Banco do Brasil S.A., agência 0201-1, Tubarão (SC), conforme programação financeira e/ou operacional do MUNICÍPIO.

6. Havendo necessidade de modificação dos valores acordados ou a alteração de destinação, as partes deverão formalizar tal ajuste por meio de termo aditivo.

E - PAGAMENTOS:

7. O CONSÓRCIO, em razão dos serviços que forem prestados pelos credenciados, efetuará os respectivos pagamentos diretamente ao prestador, fazendo uso dos recursos repassados na forma do item anterior, ou eventuais saldos existentes.

8. O CONSÓRCIO somente poderá utilizar os recursos do MUNICÍPIO para pagar os serviços por ele utilizados, sendo vedado qualquer remanejamento entre entes consorciados.

9. O CONSÓRCIO, após efetuado o pagamento ao prestador do serviço, remeterá ao MUNICÍPIO os respectivos documentos comprobatórios.

F - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

I - elaborar a seu critério a planilha bimestral nas formas da FPO-SUS, relacionando procedimentos e quantidades dentro do orçamento financeiro autorizado por Lei Municipal;

II - repassar ordinariamente ao CONSÓRCIO, valores acordados neste instrumento para ter direito ao acesso continuado aos serviços pretendidos;

III - informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências;

IV - denunciar ao CONSÓRCIO quaisquer irregularidades de natureza financeira, no atendimento pelos prestadores por ventura apresentados para cobrança do cidadão/paciente ou do próprio MUNICÍPIO;

V - incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO;

VI - apresentar ao seu legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato;
V - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Quarta e suas sub-cláusulas.

11. São obrigações do CONSÓRCIO:

I - gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovado em Assembleia Geral;
II - aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas as normas da contabilidade pública;
III - executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;
II - apresentar em assembleia geral ordinária aos MUNICÍPIOS, relatório contábil bimestral, bem como relatório discriminando serviços contratados, utilizado e os respectivos valores;
III - prestar informações pertinentes quando solicitado;
IV - controlar a utilização dos serviços do Município em função do repasse de valores efetivado;

G - VIGÊNCIA

12. Este contrato terá vigência desde a data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

H - INADIMPLÊNCIA

13. A inadimplência do MUNICÍPIO importará na suspensão de sua participação no Consórcio, bem como sua exclusão, conforme disciplina constante do Protocolo de Intenções.

I - DESLIGAMENTO DO MUNICÍPIO

14. Havendo o desligamento do MUNICÍPIO, e a consequente perda da condição de integrante do presente Consórcio, ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento.

15. A retirada ou exclusão do MUNICÍPIO, ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo MUNICÍPIO, ficando este obrigado a repassar os valores referentes a serviços que tenham sido utilizados, bem como a parcela proporcional às despesas administrativas.

J - REPASSE DE INFORMAÇÕES

16. O Consórcio, nos termos do Protocolo de Intenções, fornecerá todas as informações necessárias para que os entes possam contabilizar, nos termos da legislação vigente, as despesas realizadas com recursos entregues em razão do contrato de rateio.

K - FORO

17. Fica eleito o foro da Comarca de Tubarão (SC) para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Tubarão (SC), 03 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO CONTRATANTE

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal de Grão Pará	MARCIO BORBA BLASIU Gestor do Fundo Municipal de Saúde
---	---

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL

JAIME WENSING
Presidente do Consórcio
Prefeito Municipal de Armazém

TESTEMUNHAS

Nome: Ramon Correa Mendes Nome: Edson Nunes
CPF: 055.473.999-22 CPF: 252.318.719-15

Contrato N 1-2014 Abc Farma

CONTRATO Nº 1/2014

(de 28 de Janeiro de 2014)

Termo de contrato de fornecimento de medicamentos com vistas ao atendimento emergencial de pacientes do Município de Grão-Pará, conforme discriminado no Edital Licitatório do Fundo Municipal de Saúde, sob nº 1/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 1/2014, que fazem entre si o Município de Grão-Pará e a empresa FARMÁCIA PICKLER BRATTI LTDA ME

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. ELIO MÜLLER BRATTI

CONTRATADO: FARMÁCIA PICKLER BRATTI LTDA ME, estabelecida na Rua Presidente Vargas nº 597, Sala 02- Centro, Grão-Pará/SC, CEP 88.890-000, neste ato, representado por Sua Sócia Administradora Senhora ANA LUIZA GALVANI PICKLER BRATTI, portadora do CPF 690.537.409-10

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

1ª. O CONTRATADO fornecerá medicamentos com vistas ao atendimento emergencial de pacientes do Município de Grão-Pará, relacionados no "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico).

Parágrafo Único. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada, parceladamente, conforme necessidade da Unidade Básica de Saúde de Grão-Pará, até 31/12/2014. As entregas deverão ser realizadas diretamente ao Paciente, mediante a apresentação das requisições autorizativas emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 240.075,00 (duzentos e quarenta mil e setenta e cinco reais), ficando os preços dos medicamentos sujeitos à variação da tabela referência, relacionados no "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3ª. O pagamento se efetivará após a entrega dos medicamentos, reunidos em lotes mensais, apresentação das notas fiscais, com vencimento sempre após o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre após o dia 10 (dez) do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 31/12/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os preços ofertados são variáveis, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>, ficando, porém, os preços dos medicamentos sujeitos ao desconto de 4% (quatro pontos percentuais), conforme Pregão Presencial nº 1/2014, do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, dispõe dos recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2014, conforme descrição abaixo:

14.01.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11);

14.01.2.036.3.3.90.00.00.00.00.00002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 14);

14.01.2.036.3.3.90.00.00.00.00.00064 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 15).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7ª. O inadimplemento de qualquer das partes, implicará no pagamento de multa administrativa de 10 % do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) se o CONTRATADO não seguir as normas de segurança e inspeção do Governo Federal.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9ª. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e,

na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/ SC, 28 de Janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

ANA LUIZA GALVANI PICKLER BRATTI

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 2-2014 Registro de Preço Amurel Altermed

CONTRATO N. 2/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR CNPJ/MF n.º 00.802.002./0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-000, neste ato, representada pelo Sr. Edivan Szumasnski, portador do CPF 370.418.290-34 doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2.Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo

ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas

embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois de vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer momento solicitar amostras para análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto

pendente de liquidação, quaisquer o obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do

medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5. forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado

o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n.

10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Edivan Szumasnski

Prefeito Municipal em Exercício

Representante da Contratada

Contrato N 3-2014 Registro de Preço Amurel Prosaude

CONTRATO N. 3/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF nº. 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uruguai, 1538 d, Bairro Maria Gorete, Chapecó/SC, CEP 89.801-447, neste ato, representada pelo Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA JORDANI, portador do CPF 076.332.029-39 doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes,

tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois de vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá ser substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de

tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceite as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA JORDANI

Sócio Gerente da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 4-2014 Registro de Preço Amurel Mauro Marciano com

CONTRATO N. 4/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF nº 94.894.169/0001-86, estabelecida na Rua Samuel Kruschim, 200, Patronato, CEP 97.020-670, neste ato, representada pelo Sr. DANIEL DEZIDERIO, portador do CPF 046.812.778-00 doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante se- guem:

2.Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL

- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do

produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou géleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente

aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente

do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou

Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

DANIEL DEZIDERIO

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 5-2014 Registro de Preço Amurel Cristália CONTRATO N. 5/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/MF nº. 44.734.671/0001-51, estabelecida na Rodovia Itapira Lindóia, Km 14, Bairro Itapira Lindóia, Itapira/SP, CEP 13970-970, neste ato, representada pelo Sr. SANDERSON ANTONIO DA SILVEIRA, portador do CPF 025.214.579-8,1 doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do

art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar-lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo

pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa

não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou

nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

SANDERSON ANTONIO DA SILVEIRA

Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 6-2014 Registro de Preço Amurel Santa Cruz

CONTRATO N. 6/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/ MF n.º 94.516.671/0002-34, estabelecida na Rua Coronel Oscar Rafael Jost, 1955, Centro, Santa Cruz do Sul/RS, CEP 96.815-010,

neste ato, representada pelo Sr. CIDONIA SCHUSTER, portador do CPF 172.803.700-04 doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº

802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto

neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo

funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às

atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão

Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

CIDONIA SCHUSTER

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 7-2014 Registro de Preço Amurel Wincorp Farmacêutica

CONTRATO N. 7/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e WINCORP FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/MF nº 12.573.787/0001-60, estabelecida Avenida João Sacavem, 318 2º Andar Salas 201 e 206, Centro, Navegantes/SC, CEP: 88370-438, neste ato, representada pelo Sra. ANA PAULA VITASKI, portadora do CPF 008.487.469-45, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente

da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou géleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da

conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições

estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a

XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

ANA PAULA VITASKI

Prefeito Municipal em Exercício

Procuradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 8-2014 Registro de Preço Amurel Dimaster

CONTRATO N. 8/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Vasco da Gama, 33, Centro, Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-00, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 02.520.829/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor RENAN JOSE GIACOMEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPF n. 020.502.160-33, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela

CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas

deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em

atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável,

ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento

equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI RENAN JOSE GIACOMEL
Prefeito Municipal em Exercício Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 9-2014 Registro de Preço Amurelextra CONTRATO N. 9/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, empresa estabelecida na Rua Rui Barbosa, 69, Bairro Centro, Cidade de Araranguá/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 06.035.038/0001-86, CEP 88.900-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor ADROALDO MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPF n. 910.323.859-87, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar-lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos

medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá

solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de

pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da

Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI ADROALDO MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N10-2014 Registro de Preço Amurel (Gesser) CONTRATO N. 10/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e GESSER MEDICAL LTDA EPP CNPJ/MF nº 14.855.685/0001-62, estabelecida Rua: Bento Gonçalves, nº 33 - Sala 02 - Glória, - Joinville / SC, CEP 89216-110, neste ato, representada pelo Sr. JOSÉ PAULO GESSER, portador do CPF 541.063.899-91 e Carteira de Identidade 1.545.724-9 doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar-lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus

para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer o brigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução,

inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ PAULO GESSER

Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 11-2014 Registro de Preço Amurel(Promefarma)

CONTRATO N. 11/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ/MF nº 81.706.251/0001-98, estabelecida Rua Professor Leonidas Ferreira da Costa, 847, Parolim, Curitiba, Paraná/Pr, CEP.: 80220-410, neste ato, representada pelo Sr. ELCIO LUIS BORDIGNON, portador do CPF972.234.769-15, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa

deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar-lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante

fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação,

obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver

a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por

conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

ELCIO LUIS BORDIGNON

Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 12-2014 Registro de Preço Amurel(Centermedi)

CONTRATO N. 12/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Adão Welker, 90, Sala 2, Centro, Cidade de Barão de Cotegipe/ RS, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 03.652.030/0001-70, CEP 99740-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor DOUGLAS MARTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPJ n. 014.887.280-89, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto

era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2.Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e

o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou gélias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado

deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios

defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a

data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer o obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de

habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data apazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.
ELIO MÜLLER BRATTI DOUGLAS MARTIN
Prefeito Municipal em Exercício Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 13-2014 Registro de Preço Amurel(Andomedra)

CONTRATO N. 13/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF nº 13.568.558/0001-10, estabelecida Rua Curitiba, 255 D, Bairro Universitário, Chapecó/SC, CEP: 89.801-341, neste ato, representada pela Sra. Ijowi Tobin Dilda, portadora do CPF 040.293.519-56, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7º da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar-lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou géleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e

aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

- 1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;
- 1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento

equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5. forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de

Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

IJOWI TOBIN DILDA

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 14-2014 Registro de Preço Amurel(Ciamed)

CONTRATO N. 14/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/MF n.º 05.782.733/0001-49, estabelecida Rua Severino Augusto Pretto, 560, Bairro Santo Antônio - Encantado / RS, CEP 95.960-000, neste ato, representada pelo Sra. RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, portadora do CPF 488.351.100-68, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos,

contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da

Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou géleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos

medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em

laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto

pendente de liquidação, quaisquer o obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do

medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5. forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado

o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n.

10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

RENATA CASAGRANDE GALIOTTO

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 15-2014 Registro de Preço Amurel(Rioclarensense)

CONTRATO N. 15/2014

1. O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, Bairro Centro, Grão-Pará(SC), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº. 82.558.149/0001-55, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, neste ato representado pelo Sr. ELIO MÜLLER BRATTI Prefeito Municipal em Exercício, ora denominado de CONTRATANTE e COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, empresa estabelecida na Rua da Saudade, 45-A, Campo da Mogiana, Poços de Caldas, Minas Gerais, CEP 37701-331, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 67.729.178/0004-91, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor JOSÉ DE OLIVEIRA SAMPAIO, brasileiro, casado, representante de vendas, inscrito no CNPJ n. 335.878.330-87, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2013, cujo objeto era o Registro de Preços de medicamentos para os Municípios consorciados, resolvem formalizar o presente CONTRATO, segundo as cláusulas e condições que adiante seguem:

2. Fundamento legal da contratação

A presente contratação tem por fundamento as regras constantes da lei 11.107/05, bem com o disposto no parágrafo primeiro do art. 112 da lei 8.666/93, e ainda, o disposto constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013, oriunda no Pregão Presencial nº. 02/2013, formalizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos, por meio do Registro de Preço realizado pelo CIS/AMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amurel, nas especificações e quantidades relacionadas às partes contratantes, que constam da Autorização de Fornecimento em anexo, a qual integra o presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

1. Os valores unitários dos medicamentos são aqueles constantes da Autorização de Fornecimento em anexo, expedida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1 - Os medicamentos deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades do Município Contratante, devendo ser entregue num prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega por e-mail, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo VIII do Edital, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

3. Aceito e oficializado por escrito, pelo Setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

4. As entregas serão conforme a necessidade CONTRATANTE, no local definido no edital do Pregão 02/2013/CISAMUREL, devendo o CONTRATADO realizar a respectiva entrega, independentemente da quantidade autorizada ou requerida pelo CONTRATANTE.

5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário estipulado pelos municípios. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos medicamentos se dará pelo farmacêutico ou técnico responsável da Secretaria Municipal de Saúde.

6. Quando a empresa participante for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Port. MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802, de 07/04/99).

7. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

8. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

9. Os medicamentos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para os municípios, observando-se o prazo de trinta

dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

10. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do

Consumidor.

11. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

12. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

13. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde.

14. As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

15. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentarlacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

16. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou géleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

17. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

18. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

19. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o licitante vencedor obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Contratante.

20. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

21. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para os municípios e cumprindo o prazo previsto neste Edital para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

22. As caixas e volumes nos quais os medicamentos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado.

23. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas as penalidades previstas.

24. Caso não cumpridas as exigências deste Edital, o licitante fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para os municípios.

25. O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes

produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

26. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam interferir ou alterar características físico-químicas dos medicamentos.

27. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte dos medicamentos, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para os municípios.

28. A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

29. A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a data e a hora em que a entrega dos medicamentos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

30. A entrega será feita à pessoa responsável pelo recebimento, no endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital e seus anexos, bem como deste contrato.

31. O setor competente terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

32. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 03 (três) dias.

33. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

34. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado pelo período remanescente, na hipótese de vigência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUINTA - DA ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS

1. Os medicamentos somente serão considerados devidamente aceitos depois vistoriado e aprovado pelo servidor responsável do CONTRATANTE, especialmente designado para o seu recebimento, no prazo e forma previstos neste contrato.

2. Caso os medicamentos venham a ser rejeitados deverá substituído pela CONTRATADA, na forma e nos prazos previstos neste

contrato, dentro das mesmas características e especificações exigidas no contrato ou documento equivalente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. Os medicamentos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e, sempre que necessário, a Unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

4. A CONTRATADA deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS

(Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais e aplicação das sanções cabíveis.

5. O CONTRATANTE poderá a qualquer a qualquer momento solicitar amostras para

análise, a fim de comprovar a qualidade do produto ofertado, subsidiando assim a opção técnica.

CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos medicamentos, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos medicamentos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do CONTRATANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar necessariamente o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade da CONTRATANTE, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento, incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pela legislação municipal, ou, em sua falta, pelo mesmo índice adotado pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não

cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes no edital e seus anexos.

5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES

1. Do CONTRATANTE:

1.1. Atestar às notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à CONTRATADA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do CONTRATO ou documento equivalente;

1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da CONTRATADA:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, no contrato ou documento equivalente, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os medicamentos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

2.5. Fornecer os medicamentos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato ou documento equivalente, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato ou documento equivalente, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do medicamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato ou documento equivalente, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos medicamentos não serem entregues a partir da data aprazada.

III - suspensão do direito de contratar com a Administração Pública, por até 2 (dois) anos,

em caso de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, ou reiterados atrasos na entrega dos bens contratados.

IV - declaração de inidoneidade, na hipótese de inexecução, total ou parcial, do objeto contratual, em que haja verificação de fraude ou qualquer outro ato ilícito, que venha a causar prejuízo às atividades da Administração.

2.1 A sanção de multa poderá ser aplicada de forma cumulativa à suspensão do direito de contratar ou declaração de inidoneidade.

3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA NONA - DA RESCISÃO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser rescindido, quando:

1.1. A CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes da ata, deste contrato, ou ainda, a hipótese de rescisão ou cancelamento do registro de preços.

1.2. A CONTRATADA não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração,

sem justificativa aceitável;

1.3. A CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

1.5 forem verificadas quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da lei 8.666/93;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência

com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser

formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos medicamentos, objeto deste contrato, somente será possível a partir da comunicação formal, pelo Órgão Gerenciador, do conteúdo da ata, inclusive no que se refere aos quantitativos das aquisições.

1.1. O CONTRANTE deverá informar mensalmente as aquisições realizadas para que o

Órgão Gerenciador da ata tenha controle sobre o saldo dos quantitativos de cada ente consorciado.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, ou nota de empenho de despesa, ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

(Código Reduzido: 43);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram este contrato, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus anexos e a proposta da Detentora da ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 371/2009, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste instrumento, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

GRÃO-PARÁ - SC, 28 de janeiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ DE OLIVEIRA SAMPAIO

Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 16-2014 Valmor E Valdiria

CONTRATO N. 16/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ELIO MÜLLER BRATTI, e Senhor VALMOR HEINZEN, brasileiro, casado, residente na cidade de Grão-Pará/ SC, portador do CPF n. 415.763.309-15, e S/M Senhora VALDIRIA BUSSOLO HEINZEN, brasileira, casada, residente na cidade de Grão-Pará/ SC, portador do CPF n.824.728.669-68 doravante denominados LOCADORES, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

LOCAÇÃO DE UM APARTEAMENTO N. 204, SITUADO NO TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DOS LOCADORES, COM ENDEREÇO NA RUA NEREU RAMOS, QUADRA 04, SETOR 03, LOTE 58, CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, EDIFÍCIO N. N380, PARA MORADIA DE 2 MÉDICOS CUBANOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO, CONFORME AUTORIZAÇÃO CONSTANTE NA LEI MUN. 1.942/2014.

CLÁUSULA II - DO VALOR

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais).

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 03 de fevereiro de 2014 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;

efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água do apartamento ora locado;

não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;

manter em perfeitas condições de higiene e conservação do apartamento ora locado, e assim restituí-la ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;

efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;

em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

14.01.2.034.3.3.90.36.15.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 10).

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrealizável.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º - Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º - O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA X - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 4/2014 - Edital de Dispensa de Licitação n. 1/2014-DL, de 3/02/2014

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

Advertência escrita;

Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal em Exercício;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal em Exercício.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 3 de fevereiro de 2014.

ELIO MÜLLER BRATTI

VALMOR HEINZEN

Prefeito Municipal em Exercício

Locador

VALDIRIA BUSSOLO HEINZEN

Locadora

TESTEMUNHAS

Contrato N 17 -2014 Fisioterapia

CONTRATO N. 17/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CLÍNICA DE FISIOTERAPIA GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Álvaro de Oliveira Souza, 299, Bairro Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 07.384.708/0001-32, neste ato, representada pelas Senhoras CARLA VOLPATO, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do CPF 044.673.579-55 e do RG

4.490.877-6, e RAINILDE COLONETTI BACK, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do CPF 463.939.439-04 e do RG 6/R-1.529.051-0, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 2/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 2/2014-PR, de 21 de janeiro 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no Valor Unitário de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), Valor total de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), totalizando 1.000 sessões.

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os serviços serão prestados, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de serviço expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviços e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 11 de fevereiro de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos serviços prestados;
- II. Emitir ordem de serviço à contratada para realização dos serviços contratados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não prestar os serviços sem a devida ordem e nas especialidades solicitadas;
- II. Não prestar os serviços fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- III. Atender às ordens de serviço no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.39.50.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 11).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 2/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 2/2014-PR, de 21 de janeiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. prestar os serviços em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/

SC.

Grão-Pará/SC, 11 de fevereiro de 2014.

AMILTON ASCARI CARLA VOLPATO

Prefeito Municipal Sócia Administradora da Contratada

RAINILDE COLONETTI BACK

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 18 -2014 Altermed

CONTRATO N. 18/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, brasileiro, representante comercial, inscrito no CNPF n. 517.236.469-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

Os Medicamentos constantes do item 245 a 325, do anexo são medicamentos fornecidos a pacientes de uso contínuos, sendo assim, deverão ter as especificações constantes no anexo, por serem de Processos Judiciais, (NÃO PODE SER GENÉRICO/ SIMILAR OU TROCAR O NOME).

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 61.036,35 (sessenta e um mil, trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 17 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;

II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 10);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 14);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 43);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 62);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencialn. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2014.

AMILTON ASCARI PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 19 -2014 Centermed

CONTRATO N. 19/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Adão Welker, 90, Sala 2, Centro, Cidade de Barão de Cotegipe/ RS, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 03.652.030/0001-70, CEP 99740-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor DOUGLAS MARTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPF n. 014.887.280-89, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

Os Medicamentos constantes do item 245 a 325, do anexo são medicamentos fornecidos a pacientes de uso contínuos, sendo assim, deverão ter as especificações constantes no anexo, por serem de Processos Judiciais, (NÃO PODE SER GENÉRICO/ SIMILAR OU TROCAR O NOME).

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 38.992,30 (Trinta e oito mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 17 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.º:

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 10);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 14);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 43);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 62);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n.º 5/2014 - Edital de Pregão Presencial n.º 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2014.

AMILTON ASCARI DOUGLAS MARTIN
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS**Contrato N 20 -2014 Dimaster**

CONTRATO N. 20/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n.º 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, empresa estabelecida na Rua Vasco da Gama, 33, Centro, Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 99.740-00, inscrita no CNPJ/ MF sob n.º 02.520.829/0001-40, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor RENAN JOSE GIACOMEL, brasileiro, solteiro, inscrito no

CNPJ n. 020.502.160-33, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

Os Medicamentos constantes do item 245 a 325, do anexo são medicamentos fornecidos a pacientes de uso contínuos, sendo assim, deverão ter as especificações constantes no anexo, por serem de Processos Judiciais, (NÃO PODE SER GENÉRICO/ SIMILAR OU TROCAR O NOME).

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 37.606,50 (Trinta e sete mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 17 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;

II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do

orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 10);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 14);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 43);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 62);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a

CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2014.

AMILTON ASCARI RENAN JOSE GIACOMEL
Prefeito Municipal Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

Contrato N 21 -2014 Extra

CONTRATO N. 21/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP, empresa estabelecida na Rua Rui Barbosa, 69, Bairro Centro, Cidade de Araranguá/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 06.035.038/0001-86, CEP 88.900-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor ADROALDO MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CNPF n. 910.323.859-87, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

Os Medicamentos constantes do item 245 a 325, do anexo são medicamentos fornecidos a pacientes de uso contínuos, sendo

assim, deverão ter as especificações constantes no anexo, por serem de Processos Judiciais, (NÃO PODE SER GENÉRICO/ SIMILAR OU TROCAR O NOME).

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencial n. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de R\$ 46.890,00 (quarenta e seis mil, oitocentos e noventa reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2014, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 120 (cento e vinte) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 17 de março de 2014 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;

II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;

II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob o n.:

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 10);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 13);

14.01.2.034.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 14);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 42);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 43);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 60);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 61);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 62);

14.01.2.041.3.3.90.30.09.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 34).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 5/2014 - Edital de Pregão Presencialn. 3/2014-PR, de 24 de fevereiro de 2014, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA,

as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2014.

AMILTON ASCARI ADROALDO MACHADO

Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação FMAS 06

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº. 01/2014.

O município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com fundamento no Artigo 24 Inciso X da Lei nº. 8666/93 comunica a locação de imóvel adequado para o funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo imóvel situado na Rua Jorge Lacerda, 577, Sala 02, Condomínio Boa Vista, Centro, Sala Comercial com área de 69,27 m², com duas frentes, térreo, de propriedade da Sra. Cleusa Regina Fritzen.

Valor Mensal - R\$ 724,00

Guarujá do Sul, SC, 13 de maio de 2014.
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2640/2014

DECRETO Nº 2640, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 6.250,29 (Seis mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0206 - Sec. Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361- Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 1009 Aquis.Veículos Educação

Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0322-Exercício Anterior- Transf. Convênios - Educação

Valor: R\$ 6.250,29

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2641/2014

DECRETO Nº 2641, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0364 - Exer.Anterior Atenção Básica
Valor R\$ 15.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 30 DE ABRIL DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2642/2014

DECRETO Nº 2642, DE 02 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0205 SEC. M. INFR.,TRANSPORTES E OBRAS
Função: 26 TRANSPORTE
Subfunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS
Projeto/Atividade: 2023 MAN.SEC.INFR.,TRANSPORTES E OBRAS
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0300- Exerc.Anterior- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 43.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit

financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE MAIO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2643/2014

DECRETO Nº 2643, DE 02 DE MAIO DE 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVENIO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Convênio nº TR 2014001048 por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos no valor de R\$ 99.960,00 (Noventa e nove mil novecentos e sessenta reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0205 - Sec. M. de Infraestrutura, Obras e Transportes
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Programa: 2601 - Estradas Vicinais
Projeto/Atividade: 2023 - Man.Sec. Infraestrutura Transp. e Obras
Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0124 - Transferências de Convênios Outros
Valor R\$ 99.960,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação convênio nº TR2014001048 .

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE MAIO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota**PREFEITURA****Chamamento Público Para Novos Fornecedores E Atualização do Cadastro dos Fornecedores Existente**
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA NOVOS FORNECEDORES E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DOS FORNECEDORES EXISTENTE.

O Município de Ilhota, através do seu setor de compras, em atenção ao disposto no Art. 34, §§ 1º e 2º da Lei Federal 8.666 e suas alterações posteriores, torna público o presente chamamento para que os seus fornecedores cadastrados atualizem seus dados junto ao município bem como busca o cadastramento de novos fornecedores.

Endereço para contatos: Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - CEP 88320.000 -Centro - Ilhota/SC.

Fone: (047) 3343-8800

Ilhota, em 13 de maio de 2014
Setor de Compras.

Extrato de Contrato Nº 016/2014 - PMI

Extrato de Contrato nº 016/2014 - PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 016/2014 - PMI
Processo: Pregão Presencial nº 003/2014 - PMI

Objeto: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPACTÁVEIS DOMICILIARES, COMERCIAL-INDUSTRIAIS (COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES).

Fornecedor: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

Valor: R\$ 672.000,00 (seiscentos e setenta e dois mil reais)

Assinatura: 06/05/2014.

Vigência: 12 meses da assinatura do contrato.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****Homologação- Processo Seletivo Simplificado Edital PMI/Cersp/SEDUCE 07/ 2014**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 07/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA (em exercício), Senhor ELISIO SGROTT, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Leis n.º(s) 1.144, e Lei Complementar n.º 3.135/2007; 3.330/2008; 3436/2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 07/2014. Determina, por sua vez, a publicação no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 12 de maio de 2014.
Elisio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em Exercício)

Edital SEAGP Nº 074/2014

EDITAL SEAGP Nº 074/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 11 de junho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de

Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário da Administração e Gestão Pública
(Interino)

EDITAL SEAGP Nº 074/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Daiana Ribeiro Zanatta

Edital SEAGP Nº 075/2014

EDITAL SEAGP Nº 075/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 11 de junho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido

perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário da Administração e Gestão Pública
(Interino)

EDITAL SEAGP Nº 075/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico Em Enfermagem

Márcia Keller Duarte Ferreira

Edital SEAGP Nº 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Gerência de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 076/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 11 de junho 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário da Administração e Gestão Pública
(Interino)

EDITAL SEAGP Nº 76/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

BALSEIRO
Danilo Ribeiro Soares

Rua Ernani Cotrin, 601 - Centro - Fone/Fax: 0 ** 48 33558100 -
Cx. Postal D-71
CNPJ 82.909.409/0001-90 - CEP 88780-000 - Imbituba SC - www.imbituba.sc.gov.br

Editais SEAGP Nº 077/2014

EDITAL SEAGP Nº 077/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO Nº 006/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 004/2014, de 26 de março de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2014, de 04 de abril de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 11 de junho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 12 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário da Administração e Gestão Pública

(Interino)
EDITAL SEAGP Nº 077/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde-Área 09
Sabrina Borges Dos Reis

Editais SEAGP Nº 078/2014

EDITAL SEAGP Nº 078/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 7 de junho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário da Administração e Gestão Pública
(Interino)

EDITAL SEAGP Nº 079/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS
Agente De Combate a Endemias
Angelita Monteiro

Edital SEAGP Nº 079/2014

EDITAL SEAGP Nº 079/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 07 de junho no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro De Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

EDITAL SEAGP Nº 079/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo

Edna dos Santos Souza Demétrio

Edital SEAGP Nº 080/2014

EDITAL SEAGP Nº 080/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010,

divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de maio a 06 de junho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro De Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

EDITAL SEAGP Nº 080/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Biólogo

Hemerson Mafra

Edital SEAGP Nº 081/2014

EDITAL SEAGP Nº 081/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionado (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso

Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 13 de maio a 12 de junho de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro De Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

EDITAL SEAGP Nº 081/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Civil

Eduardo Dos Passos Nunes

Decreto PMI Nº 091.2014

DECRETO PMI Nº 091, de 09 de maio de 2014.

Constitui o Conselho da Medalha Henrique Lage e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 3.334, de 27 de maio de 2008, que criou a Medalha Henrique Lage,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage com a seguinte composição:

I - Jaison Cardoso de Souza, Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - Elísio Sgrott, Vice-Prefeito;

III - Titulares das Secretarias Municipais:

Dorvalino Pedro de Mello Filho, Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública-Interino;

Michela Da Silva Freitas, Secretária Municipal de Educação;

Eduardo dos Passos Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

Adilson Silvestre, Secretário Municipal de Turismo;

Evaldo de Souza, Secretário Municipal de Agricultura e Pesca;

Maria Martins dos Passos Souza, Secretária Municipal de Saúde;

Ivan Vitório, Secretário Municipal da Fazenda;

José Afonso de Carvalho, Secretário Municipal de Infraestrutura;
Selma Elias Westphal, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;

Valéria F. Correa Rodrigues, Secretária Municipal de Cultura;

Omar Pacheco, Secretário Municipal de Esportes;

IV - Dr. Luiz Dário Rocha, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Imbituba;

V - Representantes dos movimentos sociais juridicamente constituídos no município:

a) Sandra Leal, integrante da Indústria da Solidariedade; e

b) Jandir Silva de Aguiar, integrante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

§ 1º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage será presidido pelo Chefe do Poder Executivo, que indicará o Secretário do referido colegiado.

§ 2º O Vice-Prefeito substituirá o Chefe do Poder Executivo na presidência do Conselho Municipal, nas ausências do mesmo.

§ 3º Os membros do Conselho Municipal não serão remunerados pelo exercício da função.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage:

I - elaborar seu regimento;

II - aprovar o nome dos candidatos indicados para receber a Medalha;

III - zelar pelo prestígio da Medalha;

IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da Medalha, nos termos do regimento;

VI - manter acervo atualizado de objetos e publicações referentes ao homenagem;

VII - manter livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha e seus dados biográficos.

§ 1º Constarão no regimento do Conselho Municipal as especificações de tamanho e desenho da Medalha e do Diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

§ 2º A concessão da Medalha será aprovada pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal.

§ 3º O "quorum" para deliberação do Conselho Municipal é de dois terços de seus membros.

Art. 3º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage se reunirá ordinariamente, conforme determinar o regimento, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Art. 4º Compete aos membros do Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage a indicação dos nomes dos candidatos ao seu recebimento.

Parágrafo único. A indicação conterá o nome completo e a qualificação do candidato à homenagem, seus dados biográficos, a relação de serviços por ele prestados ao desenvolvimento do município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública-Interino

Decreto PMI Nº 092.2014

DECRETO PMI Nº 092, de 9 de maio de 2014.

Cria Grupo de Trabalho Multi-Institucional para elaboração do PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera", no âmbito das tratativas para o Acordo Parcial na Ação Civil Pública nº 2006.72.16.002813-6, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as tratativas junto ao Ministério Público Federal para viabilizar Acordo Parcial no âmbito da Ação Civil Pública nº 2006.72.16.002813-6, mediante a elaboração de PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera";

CONSIDERANDO que a municipalidade é parte ré na ACP supra mencionada e que constitui-se em interesse público a busca de uma solução conciliatória para equacionar o embargo que incorre no referido Empreendimento Urbanístico;

CONSIDERANDO os múltiplos interesses no desfecho do referido imbróglio judicial, ante a necessária intervenção dos poderes públicos objetivando a proteção do meio ambiente, nas suas vertentes do meio ambiente construído e natural, de modo a promover um novo padrão de desenvolvimento urbano sustentável, que concilie métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica;

CONSIDERANDO que, na forma da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba, compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável desenvolver as atividades relacionadas com a elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de

desenvolvimento sustentável do Município; a elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável; a coordenação do planejamento físico-territorial do município; o desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos; a gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos; zelar pela aplicação do plano diretor do município; a coordenação da execução da política municipal de saneamento; a elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento; a gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana; e zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Complementar nº 3.968, de 14 de outubro de 2011, que instituiu o regime urbanístico municipal de Imbituba;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 3.896, de 18 de maio de 2011, trata da regularização de obras de construção, modificação ou acréscimo já executados em edificações;

CONSIDERANDO os condicionantes tributários encetados na Lei Complementar nº 3.019, 28 de dezembro de 2006, que instituiu o Código Tributário do Município de Imbituba.

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um planejamento consensuado para que o Empreendimento Urbanístico "loteamento Praia de Ibiraquera" torne-se sustentável sob o aspecto ambiental e urbanístico;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho Multi-Institucional - GTMI para elaboração do PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera", no âmbito das tratativas para o Acordo Parcial na Ação Civil Pública nº 2006.72.16.002813-6.

Art. 2º O GTMI será composto por membros do Poder Executivo Municipal e por representantes de instituições públicas e privadas.

§ 1º O GTMI fica constituído pelos seguintes integrantes:

I - Engº Eduardo dos Passos Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, que o coordenará;

II - Geom. Leonardo da Silva Teixeira, técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

III - Arq. Augusto Marques, técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, cedido à Câmara Municipal de Imbituba;

IV - Dra. Clara Regina Martins, Procuradora Municipal;

V - Arq. Miguel von Behr, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - APA da Baleia Franca;

VI - Simão Marrul Filho, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - APA da Baleia Franca;

VII - Engº Amb. Eduardo Canarin, técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

VIII - Biól. Emerson Mafra, técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

IX - Pedro Silva, Presidente da Associação de Moradores e Amigos da Praia da Barra de Ibiraquera; e

X - Dr. João Ghisleni Filho, membro da Associação de Moradores e Amigos da Praia da Barra de Ibiraquera.

XI - Adm. João Geraldo Della Giustina, membro da Associação de Moradores e Amigos da Praia da Barra de Ibiraquera;

§ 2º Poderão, ainda, integrar o GTMI outras instituições a critério do Chefe do Poder Executivo, mediante solicitação das instituições interessadas, especialmente o Ministério Público Federal, no que entender necessário.

§ 3º O Coordenador do GTMI poderá designar servidor para atuar como Secretário(a) Executivo(a) do GTMI, visando salvaguardar as informações e decisões decorrentes das reuniões, bem como, na agilização das atividades e comunicações entre os membros.

Art. 3º Caberá ao GTMI à elaboração de estudos e pesquisas visando estabelecer critérios, condicionantes e sugestões para a implantação regular do EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera", sob os condicionantes da sustentabilidade ambiental e urbanística.

Art. 4º O GTMI se reunirá periodicamente para:

I - planejamento e deliberação das estratégias, metas e providências a serem tomadas em relação à implantação regular do EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera";

II - avaliação dos dados, informações, documentos, mapas, normas e proposições que incidirem sobre o objeto do estudo;

III - conformação e redação do PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera", para apresentação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, ao Ministério Público Federal e demais órgãos pertinentes.

Parágrafo único. A participação no GTMI ocorrerá sem prejuízo das funções normais de seus integrantes e não importará no recebimento de nenhuma remuneração ou gratificação.

Art. 5º O GTMI permanecerá em atividade até o final do prazo para o estabelecimento do Acordo Parcial entabulado no âmbito da Ação Civil Pública nº 2006.72.16.002813-6 e deverá:

I - programar formas e mecanismos de articulação com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou com entes da Administração Pública direta ou indireta para consecução dos objetivos;

II - solicitar ou receber dos órgãos de execução e auxiliares do Poder Executivo Municipal, de pessoas físicas ou jurídicas privadas, de agentes, autoridades, entidades e órgãos da Administração Pública direta ou indireta, meios, dados, informações, documentos, mapas, normas e proposições necessários à consecução de seus objetivos.

Art. 6º Ao final dos trabalhos o GTMI elaborará PROTOCOLO DE SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO "loteamento Praia de Ibiraquera", encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo Municipal para conhecimento e adoção das medidas legais cabíveis junto ao Ministério Público Federal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário de Administração e Gestão Pública-Interino

Decreto PMI Nº 093.2014

DECRETO PMI Nº 093, de 9 de maio de 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com:

a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;

b) a habitação e regularização fundiária;

II – implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;

III – formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;

IV - elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:

a) dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

b) da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

c) defesa da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

V - elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

VI - manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;

VII - apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;

VIII - promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

IX - desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação-tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência de Proteção Básica

1. Coordenadoria do CRAS

2. Coordenadoria de Benefícios Eventuais e Continuada

2.1 Supervisão de Transferência e Complementação de Renda

2.2 Supervisão de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda

2.3 Supervisão de Segurança Alimentar e Nutricional

b) Departamento de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade

1. Coordenadoria do CREAS

2. Coordenadoria do Programa Acalento

c) Gerência de Monitoramento, Controle e Avaliação

1. Coordenadoria de Elaboração e Monitoramento de Programas

1.1 Supervisão do Cadastro Socioeconômico

d) Departamento Administrativo e Financeiro

1. Supervisão de Controle Administrativo

e) Gerência de Desenvolvimento Habitacional

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Assistência Social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Conselho Municipal de Habitação;

d) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

e) Conselho Municipal do Idoso;

f) Conselho Municipal Antidrogas;

g) Conselho Municipal da Juventude;

h) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Assistência Social e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

II – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		VALOR DA FG (R\$)	
Gerente	3	75% do salário-base do servidor de carreira	
Coordenador(a)	5	50% do salário-base do servidor de carreira	
Supervisor(a)	5	25% do salário-base do servidor de carreira	

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 064, de 07 de abril de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014.

Imbituba, 9 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino
Anexo Único

(Decreto PMI nº 093/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

– formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com:

a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;

b) a habitação e regularização fundiária;

– implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;

– formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;

- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:

a) dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

b) da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

c) defesa da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social e promover a execução das ações

respectivas, de forma direta ou indireta;

- manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao

cidadão, com maior eficiência e eficácia;

- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento,

encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Portaria PMI/DGP Nº 173/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 173, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora TANIA BERNARDO, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 455.101.309-97, admitida em 16 de agosto de 1984, contrato nº 532, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.09.2014 a 30.09.2014
	02.01.2015 a 31.01.2015
	02.03.2015 a 31.03.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 174/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 174, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MICHELE FERREIRA DA SILVA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 020.014.579-79, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 398, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	01.09.2014 a 29.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 175/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 175, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ADRIANE ONDINA DA SILVA DE SOUZA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 764.570.609-00, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 16, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.05.2014 a 30.07.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 176/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 176, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA DE LOURDES

GONÇALVES, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 016.815.989-90, admitida em 21 de fevereiro de 2008, contrato nº 4055, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	02.05.2014 a 30.07.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 177/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 177, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor EDISON LUIS DA SILVA, Professor II - 20h, inscrito no CPF sob o n.º 454.862.809-63, admitido em 02 de março de 1998, contrato nº 125, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	03.03.2014 a 31.05.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 178/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 178, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora IVONETE MORAES PEREIRA, Professora II - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 754.550.059-87, admitida em 17 de fevereiro de 1994 (Matrícula nº 197) e admitida em 06 de março de 2003 (Matrícula nº 1891), referente aos quinquênios devidos, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009 (Matr. nº 197)	
2003 a 2008 (Matr. nº 1891)	01.09.2014 a 29.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 179/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 179, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora INÁCIA MARTINS DA SILVA, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 952.312.939-20, admitida em 18 de fevereiro de 1999, contrato nº 614, referente aos quinquênios devidos, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009	
2009 a 2014	05.05.2014 a 31.10.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Portaria PMI/DGP Nº 180/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 180, de 13 de maio de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor EDINEI DE OLIVEIRA, Auxiliar de Enfermagem - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 289.094.709-25, admitido em 15 de maio de 1998, contrato nº 124, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	01.08.2014 a 29.10.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Publicação de Extrato de Inexigibilidade 04/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 67/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2014

Objeto: Fornecimento de serviços de viagens e turismo para Prefeitura de Imbituba de acordo com o artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93.

Empresa: Da Luz - Eventos, Turismo e Viagens Ltda ME.
Valor Total: 16.235,82.
Fundamento: Artigo 25, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de maio de 2014.
Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal

Portaria PMI/DGP Nº 181/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 181, de 13 de maio de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Janaina dos Santos Vieira Kunzler	Agente Comunitário de Saúde - PACS	008.664.679-63	16/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.
Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 182/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 182, de 13 de maio de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ana Lúcia Geresias da Silva	Técnica em Enfermagem	084.029.599-54	02/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 183/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 183, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Técnico em Agrimensura, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ramon Correia	Técnico em Agrimensura	056.044.029-40	10/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 184/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 184, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Balseiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Ramon da Silveira Calônico	Balseiro	076.534.209-07	11/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 185/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 185, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Atendente de Consultório Odontológico, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Liliane de Souza Miguel Américo	Atendente de Consultório Odontológico	051.879.469-51	11/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 186/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 186, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de

abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rosana Bernardino Limas	Servente Merendeira	028.741.919-30	10/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 187/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 187, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Valquíria Cardoso de Souza	Psicóloga	052.249.099-96	26/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 188/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 188, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Fiscal Ambiental, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Igor Romualdo Sá Rufino	Fiscal Ambiental	059.942.079-00	24/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 189/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 189, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Estela Maris de Souza	Técnica em Enfermagem	983.803.209-30	01/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Edital 2014 - Convocação Conselho Municipal de Esportes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE
EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO
PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS REMANESCENTES DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE

O Secretário Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba, Presidente da Comissão Eleitoral, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto na legislação vigente, torna público para o conhecimento dos interessados, o presente Edital de Regulamentação e Convocação para Eleição e Preenchimento das vagas REMANESCENTES de Representantes da Sociedade Civil que irão compor o Conselho Municipal do Esporte - CME, para o biênio 2014/2016.

I. DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

1.1. Os integrantes do CME que representam a Sociedade Civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de 2 (dois) anos, renovável, uma vez, por igual período.

1.2. A representação da sociedade civil no CME deve contemplar os diversos segmentos esportivos na sua composição.

1.3. As vagas em questão serão as remanescentes que não foram preenchidas nas Plenária do dia 10 de maio de 2014, para membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil, serão escolhidos em plenárias para cada um dos segmentos a seguir nominados:

- a) Representante dos atletas com deficiência (para-atletas);
- b) Representante dos clubes esportivos;
- c) Representante da imprensa desportiva;

1.4. A eleição para preenchimento das vagas remanescentes dos representantes da Sociedade Civil para integrar o CME ocorrerá no dia 17 de maio de 2014 (sábado), a partir das 14h, no Ginásio de Esportes Olivar Francisco, situado na Praça Tomé Manoel dos Santos, Centro, Imbituba, SC.

1.5. Havendo apenas um candidato à cadeira pretendida, o mesmo deverá ser submetido à votação com o intuito de validar sua indicação devendo conter pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos eleitores presentes, registrando-se em ata o resultado.

1.6. Caso haja mais de um candidato habilitado em seus respectivos segmentos, a eleição será feita por votação secreta, na plenária do respectivo segmento esportivo, registrando-se em ata o resultado.

1.7. No caso de não haver candidato à eleição de qualquer um dos segmentos, será convocada, pela Comissão Eleitoral, nova plenária para a eleição do respectivo segmento.

1.8. Os eleitores manifestar-se-ão mediante voto secreto.

1.9. O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

1.10. Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

1.11. Os interessados nas respectivas eleições poderão inscrever sua candidatura em apenas um segmento esportivo.

1.12. Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos, mas só poderão concorrer como candidatos os maiores de 18 (dezoito) anos.

1.13. Do resultado da eleição caberá recurso direcionado à Comissão Eleitoral, até o encerramento da plenária respectiva.

2. DAS VAGAS

2.1. As vagas remanescentes da Sociedade Civil para a composição do CME serão preenchidas conforme segue:

SEGMENTO ESPORTIVO	VAGAS	
	TITULAR	SUPLENTE
Representante dos atletas com deficiência (para-atletas)	1 (uma)	1 (uma)
Representante dos clubes esportivos	1 (uma)	1 (uma)
Representante da imprensa desportiva	1 (uma)	1 (uma)

2.2. Considera-se como pretendo habilitado a eleitor e/ou candidato o indivíduo que se reconheça como pertencente ao respectivo segmento, por declaração no ato de inscrição como eleitor.

2.3. A declaração de pertencimento aos respectivos segmentos poderá ser contestada por qualquer eleitor habilitado, cabendo à Comissão Eleitoral decidir.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O eleitor/candidato deverá efetuar sua inscrição no período compreendido entre a abertura do processo eleitoral (14h) e o início da respectiva plenária do segmento, onde estarão disponíveis as fichas de inscrição.

3.2. Os interessados em se habilitar como eleitor ou candidato deverão apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada;
- b) original e cópia do documento oficial de identificação que contenha fotografia;
- c) cópia do comprovante de endereço ou declaração que confirme sua residência e domicílio no Município de Imbituba;

3.3. Os documentos deverão ser entregues, no ato da inscrição, no local mencionado no subitem 1.4, juntamente com a ficha de inscrição.

3.4. A conferência e a análise dos documentos acima especificados serão realizadas no momento da inscrição pela Comissão Eleitoral.

3.5. As plenárias dos segmentos esportivos a serem preenchidos acontecerão simultaneamente, em espaços distintos, no local mencionado no subitem 1.4.

3.6. Será designada uma mesa de recepção e apuração composta pelos membros da Comissão Eleitoral.

3.7. Os candidatos farão, em no máximo 5 minutos, exposição verbal sobre o seu currículo e os motivos para a candidatura.

3.8. Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

3.9. Serão considerados eleitos os 2 (dois) candidatos com maior votação em cada segmento, sendo consignada a vaga de Titular para o mais votado e a de Suplente para o segundo mais votado.

3.10. Em caso de empate, a vaga para titular e/ou suplente será definida por sorteio.

4. DA COMISSÃO ELEITORAL

4.1. A Comissão Eleitoral será constituída pelos seguintes servidores municipais:

- a) Omar Pacheco, que a Presidirá;
- b) Nilo Pittigliani de Carvalho, que a Secretariará; e
- c) Nazareno Heleodoro de Souza.

4.2. A Comissão eleitoral é soberana em suas decisões e atos.

4.3. Caberá à Comissão Eleitoral fiscalizar e acompanhar as votações.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Os incidentes e as impugnações ocorridos durante o curso das plenárias e votações serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

5.2. Encerrado o processo eleitoral, a Comissão Eleitoral encaminhará, em 48 (quarenta e oito) horas, à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer o resultado da Eleição, para providenciar a nomeação doseleitos.

5.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Imbituba/SC, 12 de maio de 2014.

Omar Pacheco

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

ESPORTE

Presidente da Comissão Eleitoral

Publicação de Revogação de Pregão Presencial 13/2014 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 14/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 13/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 14 de maio de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Editai Nº 02.2014 - Sefaz Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2014.

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais munícipes, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 29 de Maio de 2014, 18 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de discutir a 1º Quadrimestre do ano Fiscal 2014.

Imbituba - SC, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Interino

Av. Dr. João Rimsa, 601 - Centro - Fone/Fax: 0 ** 48 3558100 - Cx. Postal D-71

CNPJ 82.909.409/0001-90 - CEP 88780-000 - Imbituba SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Lei Complementar 4.396.2014

Lei Complementar nº 4.396, de 13 de maio de 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O parágrafo 3º do art. 63 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passará a ter a seguinte redação:

“§ 3º O crédito consolidado na forma deste artigo cujo montante for:

a) inferior a 20.000 UFM's (vinte mil unidades fiscais do município) poderá ser parcelado em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, com vencimento da 1ª (primeira) parcela para o dia 10 (dez) do mês subsequente, ou antes, considerando a data da concessão do parcelamento; as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias;

b) igual ou superior a 20.000 UFM's (vinte mil unidades fiscais do município) poderá, a critério da Secretaria Municipal da Fazenda, da autoridade fazendária, ser parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, com vencimento da 1ª (primeira) parcela para o dia 10 (dez) do mês subsequente, ou antes, considerando a data da concessão do parcelamento; as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

Art. 2º Fica criado o Parágrafo 3º-A, no art. 63 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passará a ter a seguinte redação:

§3-A Os parcelamentos feitos acima de 10 (dez) prestações serão efetuados através do Sistema de Prestação Constante (PRICE) corrigidos com juros de 0,1% ao mês”.

Art. 3º O parágrafo único do art. 186 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passará a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. As decisões do Conselho serão tomadas em caráter coletivo e encaminhadas à autoridade fazendária, a quem caberá o cumprimento das mesmas na forma desta Lei.”

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

Lei Complementar Nº 4.397.2014

Lei Complementar nº 4.397, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Imbituba e dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar nº 1.145/91 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizado a revisão geral anual da remuneração dos servidores de carreira da Câmara Municipal de Imbituba no percentual apurado pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), correspondente à revisão geral anual da remuneração dos servidores referente ao período de 1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014.

Art. 2º Consoante modificação imposta pelo Art. 1º desta Lei Complementar, fica atualizado, no percentual estabelecido pelo caput do Art. 1º, o valor do Piso Salarial dos servidores públicos de carreira da Câmara de Municipal de Imbituba, conforme disposto no §1º do Art. 21. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, passando a produzir seus efeitos a partir de 1º de maio de 2014.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

Lei Nº 4.398.2014

Lei nº 4.398, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Manutenção e Modernização Administrativa			
01.031.0001.2.001			
3.3.90.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	150.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	50.000,00	
Total		200.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara			
01.031.0001.1.001			
4.4.90.00.00.00.00.0080	Aplicações Diretas	200.000,00	
Total		200.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

Lei Nº 4.399.2014

Lei nº 4.399, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre a celebração de convênio entre o Município de Imbituba, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, e a Casa Lar Irmã Carmem de Araranguá - SC.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio entre o Município de Imbituba e a Casa Lar Irmã Carmem de Araranguá, inscrita no CNPJ sob o nº 00.900.930/0001-00, com o objetivo de acolhimento por tempo indeterminado de crianças e adolescentes em situação de risco (violação de direitos), com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS.

Art. 2º O Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS repassará à Casa Irmã Carmem a importância de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) no Exercício de 2014, pela disponibilização de cinco (05) vagas para atender crianças e/ou adolescentes oriundos de Imbituba -SC.

Parágrafo único. A importância mencionada no caput será repassada mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao do efetivo acolhimento.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

Decreto PMI Nº 097.2014

DECRETO PMI Nº 097, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.398, de 13 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Manutenção e Modernização Administrativa			
01.031.0001.2.001			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	50.000,00
Total			200.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
Ampliação e Reforma da Sede da Câmara			
01.031.0001.1.001			
4.4.90.00.00.00.00.00.0080		Aplicações Diretas	200.000,00
Total			200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

Decreto PMI Nº 094.2014

DECRETO PMI Nº 094, de 9 de maio de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e das outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ			
Manutenção da Secretaria da Fazenda			
04.123.0004-2.004			
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0015)		Aplicações Diretas	200.000,00
Total			200.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública-Interino

Decreto PMI Nº 095.2014

DECRETO PMI Nº 095, de 9 de maio de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.759,99 (dezesesseis mil e setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.90.00.00.00.00.00.0779 (0029)		Aplicações Diretas	16.759,99
Total			16.759,99

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos do Convênio para Benefícios Eventuais - NOB/SUAS apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de maio de 2014.

Elísio Sgrott
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública-Interino

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 216/2014 de 12 de Maio de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADRIANA BORTOLANZA, matrícula 1852-0, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 06/07/2012 a 05/07/2013 e gozo de 05/05/2014 a 19/05/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12/05/2014.

Ipumirim - SC, 12 de maio de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 217/2014 de 12 de Maio de 2014.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDREIA VITTO, Matrícula 2160-1, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 3.942.181 e do CPF 051.968.579-23, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 265/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12 de maio de 2014.

Ipumirim - SC, 12 de maio de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº 218/2014 de 12 de Maio de 2014

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais.

SUBSTITUI

Art. 1 - Em função da substituição de alguns membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, ficam nomeados os seguintes representantes para comporem o C A E do Município de

Ipumirim - SC.

I) - Representante do Poder Executivo:

Titular: Jucilene Goldoni Calari

Suplente: Fernanda Paludo.

II) - Representante de docentes, discentes, ou trabalhadores na área de Educação:

Titular: Vanderson Cerutti

Suplente: Marizete Bonissoni Cagol.

Titular: Neusa Schvierk

Suplente: Inair de Souza

III) - Representante de pais e alunos.

Titular: Juliane Marta Barazetti Tremea

Suplente: Edna Luciane Sartori

Titular: Marina Fister Pegorini.

Suplente: Rosane Neis.

IV) - Representante da Sociedade Civil.

Titular: Werenise S. Ludescher

Suplente: Vilma Santana Simon

Titular: Iraci Baron

Suplente: Jurandi Bogoni Locatelli.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 12 de Maio de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 219/2014 de 13 de Maio de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GENOIR GERMANO BERNARDI, matrícula 40-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 22/04/2013 a 21/04/2014 e gozo de 13/05/2014 a 11/06/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13/05/2014.

Ipumirim - SC, 13 de maio de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 220/2014 de 13 de Maio de 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NOMEADO EM CARGO POLITICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SERGIO LUIZ BERNARDI, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2013/2014 e gozo de 13/05/2014 a 01/06/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13/05/2014.

Ipumirim - SC, 13 de Maio de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 37/2014, Pregão Presencial Nº 18/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2014

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 27/05/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 27/05/2014. Objeto da licitação: contratação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos de Futebol Suíço, Futebol de Campo, Futsal e vôlei de areia e de quadra para Campeonatos Municipais. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 13/05/2014

Valdir Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N. 2.060 de 13 de Maio de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 50.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 31, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.3.0005, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta das seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0005, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 50.000,00

TOTAL GERAL R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de maio de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 13 de maio de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 2.061 de 13 de Maio de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 50.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do art. 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da transposição de recursos da seguinte dotação orçamentária:

I - Código reduzido 3, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 13 de maio de 2.014.

Ipumirim-SC, 13 de maio de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Resolução Nº 01/2014 - CMI

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE MAIO DE 2014

Aprova a composição da Diretoria do Conselho Municipal do Idoso do Município de Irineópolis - SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, de Irineópolis-SC, na forma da Lei nº 1.778/2014 de 27/04/2014, em reunião ordinária no dia 29 de abril de 2014, registrada na Ata nº 01/2014, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica instituída a diretoria do Conselho Municipal do Idoso: Presidente: Geni Marques, Vice-Presidente: Gleide Kaschuk, Secretário: Ruben Schaikoski.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 09 de Maio de 2014.

GENI MARQUES

Presidente - CMI.

Extrato Processo Licitatório 33/2014 - Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2014

RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 26 de maio de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e nº 8.666/93, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO MOTOR, DO TORK E DA BOMBA INJETORA DA PÁ CARREGADEIRA CASE W20E.. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 09 de maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato Processo Licitatório 32/2014 - Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2014

RETIFICAÇÃO

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que o processo que seria realizado no dia 23 de maio de 2014 será então realizado no dia 27 de maio de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando aquisição de 10 caçambas e 01 poliguindaste para recolhimento de podas e entulhos de construção do município, com entrega e instalação. O Edital de Licitação encontra-se

a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 08 de maio de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 42/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 42/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Borini & Cia Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima Sexta do Contrato nº. 19/2014, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira do Contrato nº. 19/2014. CLÁUSULA SEGUNDA - Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 1.146,10 (Um mil cento e quarenta e seis reais e dez centavos) conforme abaixo discriminado:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	800	Unidade	Tijolo 6 furos	Rio Grande	0,49	392,00
02	20	Barra	Ferro 4/2	Votorago	5,40	108,00
09	10	M³	Areia	Hobi	54,05	540,50
			Caibro com 03 metros			
16	24	Metro	Zandonai		4,40	105,60
Valor Total R\$						1.146,10

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 08 de maio de 2014.

Juliano Pozzi Pereira Município de Irineópolis	Alexandre Vilmar Borini Borini & Cia Ltda - ME
Contratante	Contratada

Itá

PREFEITURA

Adendo 01 PL 010/2014 FMS, PP 006/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº010/2014 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014 - FMS
ADENDO Nº 001

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá - Santa Catarina torna público que promoveu alteração na data de abertura da licitação, modalidade Pregão Presencial, para aquisição equipamentos, veículo e material permanente para as unidades de saúde do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 27 de maio de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508/9543.

Itá SC, 13 de maio de 2014.
NÉVIO ANTONIO MORTARI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Adendo 01 PL 021/2014 PP 017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014
ADENDO Nº 001

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que promoveu alteração na data de abertura da licitação, modalidade Pregão Presencial, para a aquisição de um trator agrícola, novo, e uma ensiladeira colhedora de forragens em linha, nova, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 783944/2013/MAPA/CAIXA. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 28 de maio de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9543.

Itá SC, 13 de Maio de 2014.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Aviso de Processo Licitatório Nº 022/2014, Inexigibilidade Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a inexigibilidade de licitação nº 001/2014, com o objetivo de acompanhamento jurídico até o trânsito em

julgado e desenvolvimento de todas as ações e medidas necessárias referente a Apelação Cível Originária nº 1911, cujo requerente é o Município de Garruchos - RS e, como requerido o Município de Itá - SC, conforme Art. 25, inciso II da Lei nº 8.666/93 em prol da empresa PAULO TATIM & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S, CNPJ 02.045.254/0001-51, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

Itá - SC, 13 de maio de 2014.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Licitação Nº 17/2014

Processo Licitatório nº 17/2014, Pregão Presencial nº 05/2014. Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de escritório e expediente para uso, consumo e distribuição nas Unidades Sanitárias e PSF's - Farmácia Básica - Secretaria Municipal da Saúde. Entrega dos Envelopes: Até às 08:30 horas do dia 28 de Maio de 2014; Abertura dos Envelopes: as 08:45 horas do dia 28 de Maio de 2014 na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site www.itaioptolis.sc.gov.br - fone 47 3652 1787.

Gervásio Uhlmann,
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Licitação Nº 73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 62/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 62/2014, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada, de materiais e equipamentos de informática, para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 07 de maio de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 15 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Decreto Nº 69, de 2 de Maio de 2014

DECRETO Nº 69, DE 2 DE MAIO DE 2014.

Disciplina os procedimentos para Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens sob a responsabilidade do Município de Itapiranga.

O Prefeito de Itapiranga, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 59, c/c o artigo 75 da LOM e visando atender ao disposto nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nos. 1.136/08 e 1.137/08, de 21 de novembro de 2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade T 16.9 e 16.10, bem como o disposto no art. 50, § 3º, VI, da Lei Complementar n. 101/2000, que visa garantir a manutenção do Sistema de Custos;

DECRETA:

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Os órgãos do Poder Executivo Municipal, inclusive os fundos, deverão desenvolver ações no sentido de promover a avaliação, reavaliação, redução do valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade nos termos deste Decreto, para fins de garantir a manutenção do sistema de contabilidade e de custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por:

I - avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado da Comissão constituída nos termos do artigo 13, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos;

II - mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III - reavaliação: adoção do valor de mercado ou fixado pela Comissão instituída pelo artigo 13 para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IV - redução ao valor recuperável: ajuste ao valor de mercado ou fixado pela Comissão instituída pelo artigo 13 para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

V - valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou fixado pela Comissão instituída pelo artigo 13, com base em laudo técnico;

VI - valor de aquisição: soma do preço de compra de bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VII - valor de mercado ou valor justo: valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

VIII - valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX - valor líquido contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X - valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XI - amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XII - depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIII - exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XIV - valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XV - valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

XVI - vida útil:

a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou

b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo; e

XVII - Laudo técnico: documento hábil, com as informações necessárias ao registro contábil.

Capítulo II

Da avaliação, reavaliação e redução ao valor recuperável

Art. 3º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de janeiro de 2010 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo I, dispensando-se a prévia reavaliação.

Parágrafo único. A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 4º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 1º de janeiro de 2010 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do Anexo II, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 3º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens móveis recebidos por doação bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Município através de tombamento, aplicando-se os critérios do

art. 7º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do Município.

Art. 5º Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Art. 6º Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data do respectivo parecer técnico, observando-se também os critérios estabelecidos no art. 7º deste Decreto.

Art. 7º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas por meio de parecer técnico com base nos seguintes parâmetros e índices:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo IV deste Decreto;

III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - obsolescência tecnológica, em anos; e,

V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 8º Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 7º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 9º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes.

Art. 10. A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 5 (cinco) anos, de modo a manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 7º deste Decreto.

Parágrafo único. A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no art. 4º deste Decreto.

Art. 11. Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão emitidos critérios específicos constantes dos anexos deste Decreto, com a finalidade de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 12. A primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Município será feita até o final do exercício de 2014.

Art. 13. Compete ao Município a nomeação da comissão encarregada do procedimento de avaliação, reavaliação e de redução ao valor recuperável, que poderá ser realizada através da elaboração de um laudo técnico por perito ou empresa especializada contratada, ou ainda através de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores composta por no mínimo 3 (três)

servidores.

Capítulo III

Da Depreciação, Amortização e Exaustão

Art. 14. O valor depreciado, amortizado ou exaurido, dos bens móveis ou imóveis, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º Deverá ser adotado para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes.

§ 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens móveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Art. 15. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV - animais que se destinam à exposição e à preservação; e

V - terrenos rurais e urbanos.

Art. 16. A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

Parágrafo único. Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

I - capacidade de geração de benefícios futuros;

II - o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III - a obsolescência tecnológica; e

IV - os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Art. 17. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

Capítulo IV

Dos Bens de Uso Comum do Povo

Art. 18. Os bens de uso comum do povo são entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.

§ 1º Os bens que trata o caput deste artigo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural:

I - Ativos de Infraestrutura: Os ativos denominados de infraestrutura, tais como redes rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia e rede de comunicação, estão abrangidos na definição de ativos imobilizados, devendo, portanto, ser contabilizados conforme os procedimentos descritos neste Decreto. Para ser classificados como ativos de infraestrutura, os

mesmos deverão ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e não possuírem usos alternativos.

II - Bens do Patrimônio Cultural: Ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental e incluem monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais.

§ 2º O reconhecimento e a mensuração dos ativos de infraestrutura são obrigatórios e seguem a mesma base utilizada para os ativos imobilizados.

§ 3º O reconhecimento e a mensuração ativos do patrimônio cultural são facultativos e podem seguir bases outras que não as utilizadas para os ativos imobilizados. Porém, caso sejam registrados pelo ente, devem ser evidenciados conforme as normas apresentadas nesse Decreto.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 2 de maio de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS

Descrição	Taxa anual de depreciação ou amortização	Prazo de vida útil (Anos)
Aparelhos de medição e orientação	10%	10
Aparelhos e equipamentos de comunicação	20%	5
Aparelhos Equip. Utens. Méd. Odont. Lab. Hospitalares	10%	10
Coleções e Materiais Bibliográficos	0%	--
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10%	10
Instrumentos Musicais e artísticos	10%	10
Máquinas e Equipamentos Gráficos	10%	10
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	20%	5
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	10%	10
Equipamentos de Processamento de dados	20%	5
Máquinas, Instalações e Utens. De Escritório	10%	10
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10%	10
Mobiliário em Geral	10%	10
Obras de Arte e Peças de Museus	0%	--
Veículos do Fundo da Saúde	20%	5

Veículos diversos	10%	10
Máquinas pesadas e caminhões	10%	10
Outros Bens Móveis	10%	10

Fica estipulado como valor residual o percentual de 5% do valor do bem.

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1) Veículo automotor:

a) A reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de usos do veículo;

b) O valor de referencia de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual se confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo de Reavaliação emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela do Anexo III.

2) Máquinas pesadas:

a) A reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de usos da máquina.

3) Equipamentos e Mobiliários em geral:

a) A reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios artigo 7º deste Decreto, com base na Tabela do Anexo IV.

4) Equipamentos de processamento de dados, aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos, de comunicação, medição e orientação.

a) A reavaliação necessitará de parecer técnico elaborado por comissão integrada por servidores com conhecimento técnico especializado, informando o estado de conservação.

ANEXO III
LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO

Marca/Modelo/ Ano:				Placa:	
Valor de Mercado:				KM:	
Percentuais				Avaliação R\$	Custo de recuperação R\$
Mecânica	Motor 30%	Funciona	30%		
		Não Funciona	15%		
		Desmontado	10%		
	Caixa 15%	Funciona	15%		
		Não Funciona	7%		
		Desmontado	2%		
	Demais partes 10%	Funciona	10%		
		Não Funciona	5%		
		Desmontado	2%		

	Lataria 30%	Boa		30%		
		Razoável		20%		
		Ruim		10%		
		Péssima		5%		
	Vídeos	Bons		12%		
	Estofa- mentos	Razoá- veis		10%		
	Painel	Ruís		6%		
	Acessó- rios 12%	Péssimos		3%		
	Pneus 3%	Bons		3%		
	Ruins		1%			

Valor do Veículo	
------------------	--

	Bom	100%		
Agregado (aces- sórios) Descrição:	Razoável	50%		
	Ruim	25%		
Valor de Mercado:	Péssimo	12%		

Indicar danos
accidente(total/parcial)

Mecânica:

Estrutura:

Depreciação devido a acidente

Totais		
--------	--	--

Valor Reavaliado:

Novo prazo de vida útil:

- O valor de mercado atribuído com base na Tabela FIPE

- Custo de recuperação sobre o valor de mercado obtido pela média 3 orçamentos

Itapiranga, ____/____/____

Membro da Comissão	Membro da Comissão	Membro da Comissão
--------------------	--------------------	--------------------

ANEXO IV

FATORES DE INFLUENCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL

Estado de Conservação do Bem - EC		Período de vida útil do bem (já utilizado) - PVU		Período de utilização Futura do Bem - PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	10	10 anos	1	10 anos	10
Bom	8	09 anos	2	09 anos	9
Regular	5	08 anos	3	08 anos	8
Péssimo	2	07 anos	4	07 anos	7
		06 anos	5	06 anos	6
		05 anos	6	05 anos	5
		04 anos	7	04 anos	4
		03 anos	8	03 anos	3
		02 anos	9	02 anos	2
		01 ano	10	01 ano	1

Fator de reavaliação = 4 EC + 6 PVU - 3 PUB

Valor reavaliado = valor do bem novo X fator de reavaliação

100

Portaria Nº 113/2014

Portaria nº 113 de 9 de maio de 2014.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Nélcio Weigner, matrícula nº 4114/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 9/5/2014 até 8/8/2014, referente o período aquisitivo de 8/5/1995 até 7/5/2000.

Art. 2º. Converter o período de 9/5/2014 até 8/7/2014 correspondente a 2/3 (dois terços) da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de maio 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 114/2014

Portaria nº 114 de 12 de maio de 2014.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Bernadete Mueller Schnorrenberger, matrícula nº 10301/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 12/5/2014 até 11/8/2014, referente o período aquisitivo de 1º/4/2006 até 31/3/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 12 de maio 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 115/2014

Portaria nº 115 de 13 de maio de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Neusa Lavisch sob matrícula nº 14311/01, a partir de 13/5/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 13 de maio de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 116/2014

PORTARIA Nº 116 de 13 de maio de 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Constantina Hickmann Rauber, matrícula nº 1289/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 117/2014

PORTARIA Nº 117 de 13 de maio de 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Cléria Maria Deters Klein, matrícula nº 13445/11, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 118/2014

PORTARIA Nº 118 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Daniel Skrsypcsak, matrícula nº 11834/02, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 119/2014

PORTARIA Nº 119 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Elenice Ana Kirchner, matrícula nº 7579/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 120/2014

PORTARIA Nº 120 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Clevison Gabriel, matrícula nº 14588/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 121/2014

PORTARIA Nº 121 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Fernanda Grasel, matrícula nº 1607/13, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 122/2014

PORTARIA Nº 122 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Élio José Spaniol, matrícula nº 10252/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 123/2014

PORTARIA Nº 123 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Anisia Loewenstein Spies, matrícula nº 9973/16, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 124/2014

PORTARIA Nº 124 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Liege Eli Jurach, matrícula nº 12456/06, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 125/2014

PORTARIA Nº 125 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Elisabete da Rosa, matrícula nº 13759/06, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 126/2014

PORTARIA Nº 126 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Denise Friedrich, matrícula nº 1603/12, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 127/2014

PORTARIA Nº 127 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Nelson Klein, matrícula nº 6128/01, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 128/2014

PORTARIA Nº 128 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento ao servidor municipal Baltazar Delany Bertol, matrícula nº 14129/03, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 129/2014

PORTARIA Nº 129 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Cursos de Aperfeiçoamento à servidora municipal Daniela Welter, matrícula nº 10055/04, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos a partir de 1º/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 13 de maio de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 130/2014

PORTARIA Nº 130 de 13 de maio de 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação à servidora municipal Ivanete Führ, sob matrícula nº 14214/05, em conformidade com o Art. 21, inciso II e requisitos estabelecidos pelos Art. 22 e 23 da Lei Municipal nº 2.153 de 15 de dezembro de 2003 e em conformidade com o anexo XII da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/05/2013, condicionada a sua publicação no DOM.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 06 de maio de 2013.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Notificação Convite Nº08/2014

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa: AIRTON SERGIO PAIVA LTDA

O Município de Itapoá, através da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto a licitação na modalidade Convite nº 08/2014 - Processo nº 46/2014, para a Contratação de empresa para prestação de serviço de sucção de dejetos das fossas sépticas das unidades escolares da Rede Municipal de ensino, do centro de preparo e distribuição da Merenda Escolar e do Centro de Formação de professores, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, sendo que não houve apresentação de recurso conforme prazo findo em 08/05/2014, a sessão pública para abertura de envelope da proposta habilitada fica estipulada para dia 22/05/2014 às 09h em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, sala de reuniões.

Atenciosamente,

Itapoá, 13 de maio de 2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Errata ao Pregão Nº 28/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 20 de maio de 2014 - Horário de entrega de envelopes até: 09h:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014- PROCESSO Nº 49/2014 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para lavagem dos veículos da frota municipal, conforme especificações constantes no anexo V do edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 21/05/2014 com recebimento de envelopes de habilitação e propostas até 09h:00min de possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 09h:30min a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 13 de maio de 2014.
Sérgio Ferreira de Aguiar
Município de Itapoá
Prefeito Municipal

Ata de Sessão Pública Para Abertura de Envelope de Habilitação E Proposta- Pregao Nº 31/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 13/05/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 31/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE UNIDADES CONDICIONADORAS PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO E CONSELHO TUTELAR. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
VIENAU REFRIGERACAO LTDA - ME
TECNOPONTO ELETRODOMESTICOS E ELETRONICOS LTDA - EPP
DSM- DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP
AWD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA
MULTI ELETRO COMERCIAL LTDA ME
LEONARDO LUIZ DA COSTA ME

Representantes (Credenciados)
RUY BATALHA DE CAMARGO FILHO
ROBSON PATRIK SOARES
ELDER DA SILVA
WALTER DYBAS
JOEL DA SILVA FARIA
JOSE LUIZ DA COSTA JUNIOR

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

Empresas (Não Credenciadas)	Motivo:
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Descumpriu o item 5.6.1 do edital
REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA-EPP	Descumpriu o item 5.6.1 do edital
NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME	Descumpriu o item 5.6.1 do edital

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	AWD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	14.850,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
AWD COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	14.850,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 13/05/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK
JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA

Assinantes	
Representantes	Assinatura
VIENAU REFRIGERACAO LTDA - ME	
DSM- DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENT	
AWD COMERCIO DE ELETRODO-MESTICOS LTDA	

Errata A Ata de Sessão Pública - Dispensa Nº 05/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA A ATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014- DISPENSA Nº 05/2014- PROCESSO Nº41/2014

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 29 de abril de 2014.

HORÁRIO: 09h:00min (abertura)

OBJETO: CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O Município de Itapoá torna público as seguintes considerações a ATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014- DISPENSA Nº 05/2014- PROCESSO Nº41/2014 - Análise de Propostas e Habilitação:

AONDE LÊ-SE

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
1	Aipim, descascado, congelado. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de no máximo 3kg. Rotulagem conforme legislação.	kg	1500	R\$ 4,40	R\$ 6.600,00	EDIVALDO FRISANCO
8	Milho verde em espiga. Espigas limpas, empacotadas em embalagens transparentes próprias para alimentos.	kg	1600	R\$ 8,00	R\$ 12.800,00	
Total					R\$ 19.400,00	

PASSA A INCLUIR:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
1	Aipim, descascado, congelado. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de no máximo 3kg. Rotulagem conforme legislação.	kg	1500	R\$ 4,40	R\$ 6.600,00	EDIVALDO FRISANCO
8	Milho verde em espiga. Espigas limpas, empacotadas em embalagens transparentes próprias para alimentos.	kg	1600	R\$ 6,35	R\$ 10.160,00	
Total					R\$ 16.760,00	

Justificam-se os termos dessa errata como erro material, ficando ratificadas as demais informações contidas na referida ata.

Itapoá, 13 de maio de 2013.

FERNANDA CRISTINA ROSA

VICE- PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato Nº32/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: PEDRO SOUZA SPECK, grupo informal, com sede a Rua Estrada Geral do Sai Mirim, s/n, neste Município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 2R.2765103 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 777.724.409-44, Inscrito na DAP/PRONAF SC42058030301124900000068.
Licitação: Chamada Pública nº 02/2014 - Dispensa de licitação nº 05/2014 - Processo nº 41/2014
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2014.
Valor total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Data da assinatura: 06/05/2014;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2014.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº33/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: EDIVALDO FRISANCO, produtor rural, grupo informal, com sede a Rua Estrada Geral do Sai Mirim, s/n, neste Município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 4362673 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 054.971.209-70, Inscrito na DAP/PRONAF SDW0054971209702807100638.
Licitação: Chamada Pública nº 02/2014 - Dispensa de licitação nº 05/2014 - Processo nº 41/2014
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2014.
Valor total: R\$ 19.400,00 (dezenove mil e quatrocentos reais).
Data da assinatura: 06/05/2014;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2014.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº34/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO, produtor rural,

grupo informal, com sede a Rua Estrada Geral do Sai Mirim, Primeiro de Julho, neste Município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 1400962 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº.183.357.309-97, Inscrito na DAP/PRONAF SDW0183357309971902111002.
Licitação: Chamada Pública nº 02/2014 - Dispensa de licitação nº 05/2014 - Processo nº 41/2014
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2014.
Valor total: R\$ 19.997,50 (dezenove mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
Data da assinatura: 06/05/2014;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2014.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº35/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: VIVIAN DOS SANTOS PINHEIRO, grupo informal, Estrada Geral Primeiro de Julho, s/n, neste município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 4336722 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 047.028.579-69, Inscrito na DAP/ SDW00470285796701021203-20.
Licitação: Chamada Pública nº 02/2014 - Dispensa de licitação nº 05/2014 - Processo nº 41/2014
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2014.
Valor total: R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta).
Data da assinatura: 06/05/2014;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2014.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº36/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: IVO CECCATO, grupo informal, Estrada do Quiriri, s/n, Pirabeiraba, Joinville/SC, inscrito no CI.RG. 1.131.511 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº.442.314.589-87, Inscrito na DAP/PRONAF SDW0442314589873108090426.
Licitação: Chamada Pública nº 02/2014 - Dispensa de licitação nº 05/2014 - Processo nº 41/2014
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de

educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2014.
Valor total: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
Data da assinatura: 06/05/2014;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2014.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº37/2014

Prefeitura Municipal de Itapoá
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: JOSÉ DONIZETE SPECK, produtor rural, grupo informal, com sede a Rua Estrada Geral do Sai Mirim, s/n, neste Município de Itapoá/SC, inscrito no CI.RG. 3001604 SSP/SC e do CNPJ/MF sob o nº. 693.579.259-91, Inscrição na DAP/PRONAF SDW0693579359911006100416
Licitação: Chamada Pública nº 02/2014 - Dispensa de licitação nº 05/2014 - Processo nº 41/2014
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2014.
Valor total: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Data da assinatura: 06/05/2014;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e findará com o término da prestação do serviço ou até 31/12/2014.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 36/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014
PROCESSO Nº 65/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:30min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:00min do dia 28 de maio de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de 01 (uma) CABINE NOVA para Motoniveladora Caterpillar-140G série 5MD00909, conforme especificações constantes no anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 13 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

Lei Nº 2.546, de 12 de Maio de 2014.

LEI Nº 2.546, de 12 de maio de 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a proceder a baixa de restos a pagar processados dos exercícios financeiros de 2009 e 2010 da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Ituporanga/SC, e dá outras providências".

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam cancelados os restos a pagar processados dos exercícios financeiros de 2009 e 2010 da Entidade Fundo Municipal de Saúde, conforme relação abaixo:

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2009				
Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Órgão: 09 – Secretaria da Saúde				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Nº	Empe- nho	Data	Valor	Empresa
1	647	31/12/2009	R\$ 2.207,22	SILVEIRA RAMOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA
2	1196	21/09/2009	R\$ 134,05	EDITE ROLING E OUTROS
		TOTAL	R\$ 2.341,27	
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2010				
Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Órgão: 09 - Secretaria da Saúde				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Nº	Empe- nho	Data	Valor	Empresa
1	1022	27/08/2010	R\$ 902,03	POLO ODONTO MÉDICO MEDICAMENTOS LTDA ME
2	1566	31/12/2010	R\$ 13.050,31	I.N.S.S.
		TOTAL	R\$ 13.952,34	
		TOTAL GERAL	R\$ 16.293,61	

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de maio de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município de Ituporanga

Lei Nº 2.547, de 12 de Maio de 2014

LEI Nº 2.547, de 12 de maio de 2014

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita em exercício do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2014 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.493, de 30 de outubro de 2013 e LEI Nº 2.515, de 20 de dezembro de 2013) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Entidade 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

Órgão: 13 - Secretaria de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 1.010 - Aquisição de Equipamentos, Veículos, Construção e Reformas de Imóveis

Ficha 111

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 37.000,00
(Recurso 0080 - Recursos Próprios)

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2014 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.493, de 30 de outubro de 2013 e LEI Nº 2.515, de 20 de dezembro de 2013) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - Secretaria de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Ativ.: 1.010 - Aquisição de Equipamentos, Veículos, Construção e Reformas de Imóveis

Ficha XXX

4.4.90.00.00.00.00.00153 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

(Recurso 0153 - Transferência de Convênio - Assistência Social)

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional especial de R\$ 75.000,00, ficará condicionada a Proposta de Transferência (CONVÊNIO), do Governo do Estado de Santa Catarina - Fundo Social, nos termos do artigo 43, inciso II da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação"). Já os recursos para a realização de abertura de crédito adicional suplementar (contrapartida) no valor de R\$ 37.000,00, nos termos do artigo 43, inciso III, da Lei 4.320/64 ("os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei") ficará por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

Órgão: 13 - Secretaria de Assistência Social

Unidade: 05 - Fundo Municipal de Habitação

Proj./Ativ.: 1.011 - Construção de Casas Populares

Ofic. 096

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 37.000,00
(Recurso 0080 - Recursos Próprios)

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de maio de 2014.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

Errata Extrato Contrato 24/2013/FMS - TA 1

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 24/2013/FMS - TA 1, publicado no DOM em 13/03/2014.

1) Na cláusula primeira, onde se lê:

"A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 26 de março de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93";

Leia-se:

"A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 25 de março de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Extrato PL 3/2014/FMAS - PP 2/2014/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2014/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014/FMAS

Objeto: Registro de Preços para a contratação eventual e futura de viagens especiais para o transporte dos usuários e alunos das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação, na participação em eventos, ações ou projetos desenvolvidos pelas mesmas. Data da abertura: Dia 27/05/2014, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 27/05/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 13 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PL 43/2014/PMJ - PP 32/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, de forma parcelada, de 300 (trezentas) toneladas de Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinadas às obras de

pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 28/05/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 28/05/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 13 de maio de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Edital de Processo Seletivo Secretaria de Educação

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
EDITAL Nº 01/2014, de 13 de maio de 2014**

**PROCESSO SELETIVO
EDITAL 01 – ABERTURA**

O Prefeito do Município de Joaçaba, do Estado de Santa Catarina, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica de Joaçaba, bem como tendo em vista o contido no art. 37, X, da Constituição da República e na Lei Municipal 1.939/93, TORNA PÚBLICO a realização de processo seletivo simplificado, para contratação por TEMPO DETERMINADO, para os cargos de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS E PROFESSOR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, para o exercício de 2014, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 meses, conforme necessidade e conveniência do interesse público, objetivando substituições que venham a ocorrer durante o ano letivo, reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente. Os candidatos habilitados e classificados neste processo Seletivo, dentro o número de vagas previstas, serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004, para desempenhar funções junto a Secretaria Municipal de Educação.

A execução da prova objetiva e a avaliação dos títulos serão de responsabilidade da Empresa PIASCON – Sociedade Pi de Assessoria e Consultoria LTDA com supervisão, através de Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Público nomeada pela Portaria Municipal n. 2.476, de 22/04/2014.

No painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Joaçaba constarão todas as divulgações oficiais deste certame e dos demais atos referentes às etapas dele, bem como no sítio **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** e no sítio www.piascon.com.br, em caráter meramente informativo.

Os extratos do jornal serão publicados no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO I – DOS CARGOS, DAS VAGAS, DA JORNADA E DA REMUNERAÇÃO

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes, de acordo com a tabela de cargos abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade do Processo Seletivo, conforme quadro abaixo:

Empregos	Requisitos obrigatórios no ato da contratação ⁽¹⁾	Vagas	Vencimento ⁽²⁾ / Jornada ⁽³⁾	Tipo de Prova	Taxa de inscrição
Auxiliar de Serviços Internos	Ensino Fundamental Completo ou Cursando	01 vaga	R\$ 783,74	Objetiva	R\$ 30,00
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, no Componente Curricular de Ciências	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	01 vaga para cada cargo	R\$ 1.697,00	Objetiva e Títulos	R\$ 40,00
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, na componente curricular de Língua Portuguesa					
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, na componente curricular de Língua Estrangeira / Inglês					
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, na componente curricular de Arte					
Professor de Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, na componente curricular de História					
Professor de Ensino Fundamental, de 6º ao 9º ano, na componente curricular de Geografia					
Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais					
Professor de Educação Infantil					
Professor de Informática					
Professor de Dança					

Professor de Música (com habilidade em trabalhar com Fanfarra)					
Professor de Ensino Fundamental – Educação Física	Licenciatura em Educação Física e Registro no Órgão.	01 vaga	R\$ 1.697,00	Objetiva e Títulos	R\$ 40,00
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, na componente curricular de Matemática	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	Cadastro reserva	R\$ 1.697,00	Objetiva e Títulos	R\$ 40,00

Observações:

- (1) Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do emprego/função deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato requisito exigido para o Cargo Público.
- (2) O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.
- (3) Dependendo da necessidade da Administração, a carga horária pode variar, entre 10h, 20h, 30h e/ou 40h.

CAPÍTULO II – DO CRONOGRAMA

2.1. O processo seletivo ocorrerá segundo o cronograma abaixo, devendo ser respeitado obrigatoriamente as datas previstas:

ATIVIDADES	DATA
Publicação do Extrato do Edital no Jornal	13/05/2014
Inscrições	14/05/2014 a 26/05/2014
Último dia para pagamento do Boleto	27/05/2014
Divulgação do Pedido de Condições Especiais para Prova	03/06/2014
Homologação das inscrições	03/06/2014
Recursos <i>ONLINE</i> contra não-homologação das inscrições	04/06 e 05/06/2014
Resultado dos recursos e homologação final das inscrições	06/06/2014
Divulgação do ensalamento dos candidatos	06/06/2014
Prova escrita, com a entrega dos Títulos	08/06/2014
Gabarito	08/06/2014
Recursos <i>ONLINE</i> contra gabarito e questões da prova	09/06 e 10/06/2014
Resultado dos Recursos e Resultado preliminar	16/06/2014
Recursos contra resultado preliminar	17/06 e 18/06/2014
Homologação final do resultado no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba e Diário Oficial	27/06/2014

2.2. O cronograma acima poderá ser alterado dependendo do número de recursos, candidatos inscritos, e em casos extremamente necessários, baseado em decisão da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Público e da Empresa PIASCON.

CAPÍTULO III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. INSCRIÇÕES DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1.1. Às pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89, é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.1.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

3.1.3. Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o emprego ou função.

3.1.4. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

3.1.5 Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

3.1.6. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de

aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial, FORNECIDA PELA EMPRESA PIASCON.

3.1.7. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.1.8. Serão reservados aos portadores de deficiência os direitos relacionados às condições especiais para realização de inscrição da prova objetiva.

3.1.9. O candidato que necessitar de condição para realização da prova deverá informar no formulário das inscrições, descrevendo a espécie e o grau de deficiência, sua identificação e a Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência. O pedido de condição ou prova especial, formalizado pela empresa executora, será examinado para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.1.10. O candidato deverá encaminhar via SEDEX para a Prefeitura Municipal de Joaçaba – Secretaria Municipal de Educação aos cuidados da Comissão Examinadora do Processo Seletivo 01/2014, no endereço: Rua 15 de novembro, 378 CEP: 89600000 - CIDADE DE JOAÇABA, até o último dia de inscrição, na via original ou cópia reprográfica autenticada:

- a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.
- b) Solicitação de prova especial, se necessário.
- c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer providência.

3.1.11. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

3.1.12. Ao ser convocado para investidura no cargo, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.1.13. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do emprego, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

3.1.14. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

3.1.15. Após o ingresso do candidato portador de necessidades especiais, a mesma não poderá ser argüida para justificar a concessão de readaptação do emprego, e de aposentadoria por invalidez.

CAPÍTULO IV – DAS INSCRIÇÕES

4.1. Período de Inscrições: As inscrições serão exclusivamente através da internet pelo site www.piascon.com.br no período de **14/05/2014 a 26/05/2014**.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi concedido igualdade nas condições previstas no artigo 12; inciso II, & 1º da Constituição Federal de 1988. O candidato deve observar os itens a seguir, referentes à inscrição:

- 4.2.1. Verificar se possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, descritas no item 1 do Edital. Não haverá devolução da taxa de Inscrição, salvo se for cancelada a realização do Concurso.
- 4.2.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo da Prefeitura do Município de Joaçaba - SC;
- 4.2.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha DE INSCRIÇÃO ONLINE, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer;
- 4.2.4. Imprimir o boleto bancário;
- 4.2.5. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até A DATA DE VENCIMENTO DO BOLETO.
- 4.2.6. Para o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, somente podendo ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.
- 4.2.7. OS CANDIDATOS QUE NÃO TIVEREM ACESSO À INTERNET PODERÃO USAR UM COMPUTADOR QUE SERÁ DISPONIBILIZADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, SITO A AV. XV DE NOVEMBRO, 378 – CENTRO – JOAÇABA/ SC, NOS SEGUINTE HORÁRIOS: DAS 13h ÀS 17h DURANTE O PERÍODO ESTABELECIDO NO ITEM 4.1 DESTA EDITAL, EXCETO NOS FINAIS DE SEMANA.

4.3. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

4.4. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

4.5. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

4.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feito no site www.piascon.com.br, no Diário Oficial do Município e no site do Município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

4.7. É obrigação do candidato conferir as informações no ato de Inscrição, bem como tomar conhecimento do local, data e horário de realização de cada etapa do processo seletivo, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.

4.8. Não serão aceitas inscrições: com falta de documentos; por via postal; por telex ou via fax; e-mail; extemporâneas e/ou condicionais, bem como não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

4.9. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Públicas, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

4.10. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF - Cadastro de Pessoa Física, regularizado. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.

4.11. Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que utilizar o CPF de terceiro.

4.12. Após o encerramento do período de inscrições, não serão aceitos pedidos de alterações das opções do cargo.

4.13. As informações prestadas na ficha de inscrição, bem como o preenchimento dos requisitos exigidos serão de total responsabilidade do candidato ou seu procurador.

CAPÍTULO V – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. No dia 03/06/2014 será divulgado edital de homologação das inscrições. O candidato deverá acompanhar esse edital; bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido homologada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital. **Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito à devolução da taxa de inscrição.**

5.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelo site www.joacaba.sc.gov.br e no sítio www.piascon.com.br ou dirigindo-se pessoalmente no Mural de Publicações do Município.

CAPÍTULO VI – DAS ETAPAS E PROVAS DE SELEÇÃO

6.1. A prova será no dia **08 de JUNHO de 2014, às 9h** e terá a duração de 2h30min, sendo realizada junto ao Prédio do CERT- Centro de Educacional Roberto Trompowsky, Avenida Santa Terezinha, 49, Município de Joaçaba/SC.

6.2. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a organizadora do Processo Seletivo e a Prefeitura Municipal de Joaçaba poderão alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através dos sites <http://www.joacaba.sc.gov.br>, www.piascon.com.br e no Diário Oficial do Município.

6.3. Para o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, o processo seletivo constará de PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação exigida e com as atribuições dos empregos.

6.4. Para os cargos de Professor, o processo seletivo constará de PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos empregos; bem como de PROVAS DE TÍTULOS, os quais deverão ser entregues **exclusivamente na data da prova**, nos termos do presente edital.

6.5. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem 2,5 pontos ou mais na Prova Objetiva de Auxiliar de Serviços Internos e 3,0 pontos ou mais na nota final da prova objetiva para Professor.

6.6. O Município, reserva-se o direito de indicar nova data para a realização da Prova Escrita, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação em jornal de circulação local, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização das mesmas.

6.7. O processo seletivo acontecerá com prova objetiva, de caráter eliminatório/classificatório através de 50 questões de múltipla escolha composta de 04 alternativas (A, B, C e D) para o emprego de professor e 40 questões para o emprego de Auxiliar de Serviços Internos, conforme programa (ANEXO II) e a tabela a seguir.

6.8. Estará automaticamente **ELIMINADO** do processo de seleção o candidato que faltar ao dia da prova, bem como aquele que não atingir a pontuação mínima na prova objetiva.

CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS					
ETAPAS	Conteúdo	Nº de questões	Valor de cada questão	Nota mínima na Prova	Nota máxima na Prova
PROVA OBJETIVA	Língua Portuguesa	20	2,5	2,5	100,0
	Matemática	10			
	Conhecimentos Gerais/Legislação	10			
CARGO DE PROFESSOR					
ETAPAS	Conteúdo	Nº de questões	Valor de cada questão	Nota mínima na Prova	Nota máxima na Prova
PROVA OBJETIVA	Língua Portuguesa	10	2,0	3,0	90,0
	Matemática	10	1,0		
	Conhecimentos Gerais	10	2,0		
	Conhecimentos Específicos	20	2,0		
PROVA DE TÍTULOS	Pontuação conforme CAPÍTULO VIII			----	18,0

CAPÍTULO VII – DOS CUIDADOS NO DIA DA PROVA

7.1. Os candidatos terão que comparecer ao local da prova com 50 (cinquenta) minutos de antecedência. O acesso ao local de prova se dará 45 minutos antes do horário da prova. Os portões de acesso aos locais de prova serão fechados 05 minutos antes do horário de início da prova. Os candidatos que chegarem após o fechamento dos portões estarão vetados de fazer a prova, independente do motivo do atraso.

7.2. A duração da prova será de 2h e 30 min, incluindo o preenchimento do cartão-resposta. Esgotado este tempo o cartão-resposta será recolhido pelo fiscal da sala.

7.3. Somente será permitido ao candidato entregar a sua prova após 1h de prova. Após a entrega da prova o candidato não poderá permanecer no local de sua aplicação. Nesse momento entregará obrigatoriamente ao fiscal de sala o seu cartão resposta.

7.4. Será permitido após 1h30 do início da prova, levar o caderno de questões, ou após esse horário, à medida do término da prova.

7.5. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

7.6. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

7.7. Não será permitida, durante a realização da prova a comunicação com outro candidato, bem como, portando aparelhos eletrônicos, tais como máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod*, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, *bipe*, *notebook*, *palmtop*, *walkman*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto ou borracha. Não poderão ser utilizados anéis, relógios, pulseiras, brincos. Os candidatos com cabelo comprido deverão estar com os mesmos presos com as orelhas descobertas. Todo e qualquer tipo de metal não deverá ser utilizado. Para aqueles que não tiverem como prender os mesmos serão fornecidos atilhos para prendê-los.

7.8. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da mesma; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

7.9. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o **documento de identidade que originou a inscrição** e o documento de inscrição no Processo Seletivo, podendo, a critério da organização do presente Processo Seletivo, ser dispensada a apresentação do documento de inscrição, desde que comprovada a efetiva inscrição do candidato.

7.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo da prova da candidata.

7.12. Será excluído do certame, o candidato que:

- for considerado culpado por causar transtornos durante a realização das provas.
- for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma.
- for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal.
- ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.
- negar-se a fazer a identificação quando solicitado pela coordenação local do Processo Seletivo.
- faltar ao dia da prova.

g) não alcançar a pontuação mínima após a divulgação dos resultados oficiais.

CAPÍTULO VIII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

8.1. Será aplicada prova de títulos aos candidatos os cargos de PROFESSOR deste processo seletivo, sob responsabilidade da Empresa PIASCON - Sociedade Pi de Assessoria e Consultoria LTDA.

8.2. Somente serão considerados os Títulos abaixo relacionados para efeito de pontuação na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR (cumulativos, se for o caso)
DOUTORADO	10 (DEZ) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	5 (CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	3 (TRÊS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

8.3. Somente serão aceitos títulos de especialização 'latu sensu' com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.

8.4. Serão pontuados como títulos certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

8.5. A somatória total dos títulos não poderá ultrapassar 18 (dezoito) pontos.

8.6. Sobre a nota obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva serão somados aos pontos referentes aos títulos para a classificação final.

8.7. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

8.8. Os candidatos inscritos deverão protocolar, PARA A EQUIPE COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO, NO MESMO DIA DE APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA, em até 30 minutos após o HORÁRIO FINAL DE REALIZAÇÃO das provas, CÓPIA REPROGRAFADA AUTENTICADA EM CARTÓRIO de eventuais títulos que possuam.

8.9. Os títulos deverão ser entregues em envelope A SER LACRADO NA HORA, identificado com nome, cargo e identificação, preenchendo a ficha de identificação (Anexo IV), conforme modelo: Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma ou fora do dia determinado.

8.10. Os candidatos deverão levar duas vias do ANEXO IV preenchidas. Uma ficará com a banca e outra com o candidato, como comprovação da entrega dos títulos.

TÍTULOS	PROCESSO SELETIVO 01/2014 Prefeitura Municipal de JOAÇABA-SC. Cargo: Nome do Candidato: RG nº :
---------	---

8.11. Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos DIFERENTES DO ESPECIFICADO NO ITEM 8.2.

8.12. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório. NÃO será dado "CONFERE COM O ORIGINAL" no ato da entrega.

8.13. Não haverá segunda chamada para entrega de títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentou no dia e formas determinado, já que o direito de entrega preclui após a data da prova.

IX – DOS RECURSOS

9.1. Após cada etapa de resultado será aberto o prazo para recursos contra a mesma. O recurso deverá ser realizado EXCLUSIVAMENTE ONLINE, pelo e-mail contato@piascon.com.br, enviando como anexo o formulário de recurso (ANEXO III) totalmente preenchido. Recursos feitos sem o formulário anexado serão desconsiderados, não sendo aceito recurso com argumentação no corpo do e-mail.

9.2. Será admitido recurso quanto:

- a) A NÃO-HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO
- b) GABARITO QUESTÃO DA PROVA ESCRITA
- c) CONTRA GABARITO DE QUESTÃO
- d) CONTRA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS
- e) CONTRA RESULTADO PRELIMINAR

9.3. Todos os recursos deverão ser interpostos conforme as datas previstas no item 2.1, sendo considerada a data de envio do e-mail de recurso.

9.4. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos candidatos, independente de terem recorrido, mesmo aqueles que deixaram em branco.

9.5. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

9.6. Será indeferido o pedido de recurso apresentado fora do prazo estabelecido.

9.7. Os recursos deverão estar de acordo com modelo disponível neste edital, devendo ser observado os seguintes requisitos:

- a) ser fundamentado com argumentação lógica e consistente.
- b) ser apresentado separadamente para cada questão ou demandas diferentes.

9.8. Havendo necessidade o requerente poderá anexar ao seu recurso o material que julgar necessário em meio eletrônico.

CAPÍTULO X – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E RESULTADOS

10.1. **PARA OS CARGOS DE PROFESSOR:** Em havendo empate na pontuação final dos candidatos serão usados os seguintes critérios na escala de prioridade do 1º ao 6º, o candidato com:

- 1º - Idade igual ou maior de 60 anos (Estatuto do Idoso)
- 2º - Nota maior na parte da prova de Conhecimentos Específicos.
- 3º - Nota maior na prova de Conhecimentos Gerais.
- 4º - Nota maior na prova de Língua Portuguesa.
- 5º - Maior idade, considerando dia, mês e ano.
- 6º - Persistindo empate, será realizado sorteio em sessão pública.

10.2. **PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS:** Em havendo empate na pontuação final dos candidatos serão usados os seguintes critérios na escala de prioridade do 1º ao 6º, o candidato com:

- 1º - Idade igual ou maior de 60 anos (Estatuto do Idoso)
- 2º - Nota maior na parte da prova de Conhecimentos Gerais/Legislação.
- 3º - Nota maior na prova de Língua Portuguesa.
- 4º - Nota maior na prova de Matemática.
- 5º - Maior idade, considerando dia, mês e ano.
- 6º - Persistindo empate, será realizado sorteio em sessão pública.

10.3. O resultado será publicado em ordem decrescente da pontuação obtida, sendo que os candidatos excedentes ao número de vagas previsto no edital constituirão cadastro reserva, além do próprio cadastro reserva previsto neste edital.

CAPÍTULO XI – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final que será obtida soma dos resultados das provas objetivas para Auxiliar de Serviços Internos, e provas objetivas e de títulos, para Professores.

11.2. Os candidatos classificados serão enumerados em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial (portadores de deficiência).

11.3. Não ocorrendo inscrição neste Processo Seletivo a aprovação de candidatos portadores de deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.

CAPÍTULO XII – DA HOMOLOGAÇÃO FINAL

12.1. No dia **27 de junho de 2014**, será publicado no Diário Oficial do Município de Joaçaba/SC, o resultado final do processo seletivo, bem como no sítio www.joacaba.sc.gov.br e, em caráter meramente informativo, no sítio www.piascon.com.br.

CAPÍTULO XIII – DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

13.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

13.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto ao Setor Pessoal na Prefeitura Municipal.

13.3. Os candidatos aprovados serão chamados para a contratação conforme a classificação e quantidade de vagas, para se apresentar ao Setor Competente, por todos os meios disponíveis. O candidato que não obedecer ao prazo de 05 dias úteis, passará para o final da lista dos aprovados, para concorrer a novo chamamento uma só vez, facultando à Administração Pública/Secretaria Municipal de Educação o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

13.3.1 Desde já ficam convocados os candidatos aprovados para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura de Joaçaba, conforme segue:

- 30 de junho de 2014 – às 13h 30min – Auxiliar de Serviços Internos;
- 30 de junho de 2014 – às 17h – Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- 01 de julho de 2014 – às 17h – Educação Infantil;
- 02 de julho de 2014 – às 17h – Ensino Fundamental Anos Finais: Português, Inglês, História e Geografia;
- 03 de julho de 2014 – às 17h – Ensino Fundamental Anos Finais: Educação Física, Ciências, Música, Artes e Informática.

13.3.2 – O NÃO COMPARECIMENTO DAS DATAS ACIMA MENCIONADAS IMPLICA NA TÁCITA DESISTÊNCIA DA VAGA.

13.4. O Processo Seletivo terá validade por 1 (um) ano a partir da data de homologação dos resultados, prorrogável uma única vez por mais 1 (um) ano, a critério da Municipalidade. A contratação também terá validade de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período.

13.5. São requisitos básicos para investidura no cargo:

- a) Aprovação neste Processo Seletivo;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
- d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- f) Ser aprovado em exame médico pré-admissional;
- g) Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;
- h) O candidato que, no decorrer do processo desistir da ocupação da vaga, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo.

13.6. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da Compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

13.7. Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- CPF, em situação regular;
- Título de Eleitor c/ comprovante da última votação;
- Carteira de Identidade RG;
- Carteira de Trabalho CTPS
- Certificado de Escolaridade ou Diploma;
- Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
- Certificado Militar (se homem);
- Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- 1 Foto 3X4
- Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside.
- Declaração de Bens.
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar em função pública.

OBSERVAÇÃO: O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo. A administração reserva-se ao direito de solicitar mais documentos se julgar necessário.

CAPÍTULO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A aprovação no processo seletivo gera apenas expectativa de ser convocado, uma vez que se destina à formação de cadastro reserva, ficando a concretização desse ato condicionada ao surgimento de vaga e aprovação.

14.2. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação da Homologação Final.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços, telefone e e-mails.

14.4. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

14.5. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

14.6. A inexistência das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

14.7. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

14.8. Não será admitido às provas, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

14.9. O candidato que deixar de comparecer à prova será considerado reprovado.

14.10. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

14.11. O CARTÃO DE RESPOSTAS é o único documento válido para correção, devendo ser preenchido com bastante atenção. Ele não pode ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

14.12. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

14.13. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

14.14. Ao final da prova escrita, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, sendo liberados quando concluído.

14.15. As questões de Língua Portuguesa seguirão o novo acordo ortográfico.

14.16. Alterações em Legislação, se existirem, serão cobradas aquelas que tenham ocorrido até a data de abertura das inscrições.

14.17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão promotor, em conjunto com a empresa responsável pela realização do Processo Seletivo.

14.18. Faz parte do presente Edital:

ANEXO I – Atribuições dos Cargos.

ANEXO II – Conteúdo Programático.

ANEXO III – Modelo de Formulário de Recurso.

ANEXO IV – Ficha de Identificação - Títulos

Prefeitura Municipal de Joaçaba, 13 de maio de 2014.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rafael Laske

Prefeito Municipal de Joaçaba



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
EDITAL Nº 01/2014, de 13 de maio de 2014
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DO EMPREGO PÚBLICO

Nos termos do Anexo III, da Lei Complementar n. 210/2011, bem como do Anexo II da Lei Complementar n. 211/2011.

AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS	Fazer os serviços de faxina em geral. Remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos. Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Limpar, arrumar e desinfetar banheiros e toaletes. Auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama. Lavar e encerrar assoalhos. Lavar e passar vestuários, roupas de cama e mesa. Coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados. Lavar vidros, espelhos, persianas. Varrer pátios. Fazer café e similares, servindo-os. Abrir e fechar portas, janelas e outras vias de acesso. Operar elevadores. Preparar e servir alimentos. Executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios. Limpar e preparar cereais, vegetais, carnes de variadas espécies para cozimento. Auxiliar no preparo de dietas especiais e normais. Preparar refeições rápidas. Preparar e servir merendas. Proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos. Auxiliar no controle do estoque de material e gêneros alimentícios. Manter a higiene em locais de trabalho. Guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados. Fazer o serviço de limpeza em geral. Executar outras tarefas afins.
PROFESSOR	<ul style="list-style-type: none"> · Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino. · Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola. · Zelar pela aprendizagem dos alunos. · Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e para-didático, dentro da legislação educacional vigente. · Ministras aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente. · Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. · Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos. · Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico. · Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos. · Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo. · Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas. · Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção. · Participar de cursos encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros. · Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico. · Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno. · Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento. · Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente. · Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis. · Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado. · Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. · Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. · Ministras treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. · Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
EDITAL Nº 01/2014, de 13 de maio de 2014
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS

1. LÍNGUA PORTUGUESA – 01. Compreensão e interpretação de textos. 02. Tipologia textual. 03. Ortografia oficial. 03. Semântica. 04. Acentuação gráfica. 05. Pontuação. 06. Significação das palavras. 07. Flexão nominal e verbal. 08. Pronomes: Emprego, formas de tratamento e colocação.

2. MATEMÁTICA – 01. Operações com conjuntos. 02. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos. 03. Teoria dos conjuntos. 04. Operações Aritméticas com números Reais. 05. Operações com frações. 06. Potenciação e radiciação. 07. Grandezas proporcionais. 08. Regra de três. 09. Razão e proporção. 10. Porcentagem. 11. Juro simples. 12. Equações e sistema de equações. 13. Problemas com equações. 14. Produtos notáveis. 15. Expressões algébricas 16. Sistema métrico decimal. 17. Geometria Plana.

3. CONHECIMENTOS GERAIS/LEGISLAÇÃO – 01. Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas, Internet e redes sociais. 02. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. 03. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. 04. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. 05. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Joaçaba. 06. Conceitos Básicos e Modos de Utilização de Tecnologias, 07. Ferramentas, Aplicativos e Procedimentos de Informática: Tipos de Computadores, Conceitos de Hardware e de Software; 08. Sistemas Operacionais; 09. Aplicativos (Editor de Textos e Editor de Planilhas); 10. Internet e Gerenciamento de E-mails; 11. Procedimentos para o Armazenamento de Dados e para a Realização de Cópia de Segurança (backup). 12. Lei Orgânica do Município de Joaçaba; 13. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 14. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990);

CARGO: PROFESSOR

1. LÍNGUA PORTUGUESA – 01. Análise e Interpretação de texto, (compreensão geral do texto; ponto de vista ou idéia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos). 02. Tipologia e gêneros textuais. 03. Emprego dos pronomes demonstrativos. 04. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância, etc.) 05. Relações de sinonímia e antonímia. 06. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação). 07. Emprego do acento grave. 08. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto. 09. Ortografia. 10. Concordância Verbal e Nominal. 11. Regência Verbal e Nominal. 12. Emprego de tempos e modos verbais. 13. Será cobrado o conhecimento da Nova Ortografia, conforme o Decreto nº 6.853/2008.

2. MATEMÁTICA – 01. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 02. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de Morgan; diagramas lógicos. 03. Lógica de primeira ordem. 04. Princípios de contagem e probabilidade. 05. Operações com conjuntos. 06. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. 07. Composição de funções. 08. Função inversa. 09. Principais funções elementares: 1º grau, 2º grau. 10. Médias aritméticas e geométricas. 11. Progressões aritméticas e geométricas. 12. Trigonometria. 13. Geometrias Plana, Espacial e Analítica. 14. Regra de Três Simples e Composta. 15. Juros e Porcentagem.

3. CONHECIMENTOS GERAIS – 01. Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas, Internet e redes sociais. 02. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. 03. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. 04. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. 05. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Joaçaba. 06. Conceitos Básicos e Modos de Utilização de Tecnologias, 07. Ferramentas, Aplicativos e Procedimentos de Informática: Tipos de Computadores, Conceitos de Hardware e de Software; 08. Sistemas Operacionais; 09. Aplicativos (Editor de Textos e Editor de Planilhas); 10. Internet e Gerenciamento de E-mails; 11. Procedimentos para o Armazenamento de Dados e para a Realização de Cópia de Segurança (backup).

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR ÁREA

Aspectos Gerais

01. Legislação: Lei Orgânica do Município de Joaçaba; **02. Constituição da República Federativa do Brasil** - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais. **03. Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990); **04. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**; **05. Fundamentos da Educação:** Constituição Federal (1988) capítulo III – Da Educação, da Cultura e do desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96; Parecer nº 04/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; Deliberação nº 16/99 do Conselho Estadual de Educação – Regimentos Escolares; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90; Lei nº 11.114/2005 – Ensino Fundamental de 9 anos; Parecer 07/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; Emenda Constitucional Nº 53, De 19 De Dezembro De 2006; Educação Inclusiva. **06. Educação: teorias e concepções pedagógicas:** A Educação e suas relações sócio-

11/15

econômico-político e culturais; A função da escola: o saber popular, o conhecimento científico e os conteúdos escolares; A história institucional da escola pública e seu compromisso social; **07. Análise crítica da estrutura educacional brasileira:** A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro: níveis e modalidades de ensino.

Aspectos Específicos da Área de Atuação

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Reflexões sobre novos olhares de alfabetização, letramento, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil, O comportamento infantil, A criança e as normas escolares. Critérios para seleção dos conteúdos de ensino. - Planejamento de atividades de ensino. Critérios para análise e seleção de livros didáticos e outros recursos. Metodologia do Ensino e Conteúdos Básicos de: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Artística, Educação Física/Recreação e Alfabetização. Tecnologias Audiovisuais e informática voltada à Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO: Reflexões sobre novos olhares de alfabetização, letramento, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil - 1ª ao 5º ano, O comportamento infantil - 7 a 10 anos, A criança e as normas escolares. Critérios para seleção dos conteúdos de ensino. - Planejamento de atividades de ensino. Critérios para análise e seleção de livros didáticos e outros recursos. Metodologia do Ensino e Conteúdos Básicos de: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Artística, Educação Física/Recreação e Alfabetização. Tecnologias Audiovisuais e informática voltada à Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA: Conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização do Sistema Operacional Windows XP. Configurações Básicas do Windows XP. Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad). Instalação, configuração e utilização: Processador de Textos Microsoft Word (a partir da versão 2000) e Planilha Eletrônica Excel (a partir da versão 2000). Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (Adobe Reader 7.0). Configuração de Impressoras. Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0) Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook. Parâmetros Curriculares Nacionais. Lei de Diretrizes e Bases.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS: BIOLOGIA. Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo. Seres Vivos: vírus; estudo dos reinos Monera, dos Fungos, Protozoários; estudos dos vegetais, classificação, organologia, fisiologia; estudos dos animais, características gerais e classificação. Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia. Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia. QUÍMICA. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças. Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônica por camadas ou níveis. Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletronegatividade e eletropositividade; ligações químicas. Noções Químicas (Noções): ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatometria. Ondulatória: onda (conceito e classificação). Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes; eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Contextualização sócio - política da Educação Física. Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora), A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar na escola de Ensino Fundamental, O jogo: Características sócio - afetivas, motoras e cognitivas, Jogo cooperativo, O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos, Seleção de conteúdos, Parâmetros Curriculares Nacionais. VOLEIBOL: - Regras, sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. BASQUETEBOL: - Regras e Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos, Histórico. HANDEBOL: - Regras, Competições, Sistemas de ataque e defesa, Histórico. ATLETISMO: - Regras, Provas: corridas, saltos, arremessos, Competições: Jogos Regionais - Abertos - Olimpíadas, Materiais. NATAÇÃO: - Regras, Estilos, Largadas, Viradas, Índices Técnicos, revezamento, Jogos Regionais - Abertos - Competições - Olimpíadas. FUTEBOL DE SALÃO: - Regas, Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. FUTEBOL: - Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA: GEOGRAFIA GERAL E REGIONAL - O Espaço Natural em Transformação, Localização e fusos horários no espaço geográfico, O interior da Terra e a crosta terrestre, Dinâmica climática, formações vegetais e paisagens naturais, Hidrosfera - Importância das águas no espaço geográfico; Representação do espaço, Noções cartográficas, Noções de sensoriamento remoto, A organização do Espaço Mundial, O espaço geográfico, Os elementos do espaço geográfico (sócio-econômico-naturais); A população Mundial, Estrutura, crescimento e distribuição populacional, A explosão demográfica X problemas de alimentação, Dinâmica e conflitos; Atividades industriais, Elementos básicos para industrialização, Tipos de indústrias, Processos de industrialização e urbanização, Atividades agropecuárias e sua evolução, Os modos e sistemas de produção (jardinagem, coletivista, comercial, subsistência, "plantation", intensivo e extensivo), A questão agrária; O espaço de Circulação, Fluxos comerciais de transportes e comunicações, O sistema financeiro internacional, O processo de globalização e suas implicações, Blocos econômicos; GEOGRAFIA DO BRASIL - A organização do Espaço Brasileiro, Posição geográfica do Brasil, A divisão regional (divisão do IBGE e geoeconômica), O espaço colonial e o espaço atual, O Brasil no contexto mundial, Recursos Naturais, Apropriação da natureza (noções de relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos), A questão ambiental brasileira; Composição e a ocupação populacional, O crescimento, a dinâmica e a distribuição populacional, Dinâmica dos conflitos populacionais; A atividade industrial brasileira e sua evolução, Estrutura e distribuição industrial, Fontes energéticas e os recursos minerais, O processo de urbanização e suas consequências, Formas de organização do capital (estatal, privado nacional e transnacional), As atividades agrárias, Sistema de uso da terra e tipos de cultura, Modos de produção, Questões agrárias (estrutura agrária, reforma agrária e as relações de trabalho), Agricultura alternativa; Os fluxos nacionais e internacionais, A importância dos meios de comunicação, Os transportes e o comércio na organização do espaço. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE HISTÓRIA: Fundamentos teóricos do pensamento histórico - História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. TRABALHO E SOCIEDADE - Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. CULTURA - Representações culturais, mudanças culturais relacionadas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais. Lei 10639/2003 e Lei 11645/2008. IDÉIAS E PRÁTICAS REVOLUCIONÁRIAS - Tecnológicas: industrial e dos meios de comunicação. Sociais: movimentos feministas e de jovens; ascensão do proletariado; as lutas étnicas. Políticas e ideológicas: grupos e correntes de contestação. PODER E VIOLÊNCIA - Regimes autoritários do mundo contemporâneo e poder dos grupos organizados. Movimentos de resistências e reivindicatórios. GLOBALIZAÇÃO - Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. NAÇÃO E NACIONALIDADE - O princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. CIDADANIA - O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. Movimentos de preservação da memória nacional e dos grupos sociais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA: FONÉTICA: Letra e Fonema; Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Silaba; Acentuação Gráfica; novo acordo ortográfico; MORFOLOGIA: Estrutura e processos da formação de palavra; Classes de palavras: Substantivos: classificação, flexão e grau; Adjetivo: classificação, flexão e grau; Pronomes: classificação, flexão e grau; Verbos: classificação, conjugação, vozes; ANÁLISE SINTÁTICA: Frase, oração e período; Termos da oração; Tipos de período: Orações coordenadas, subordinadas e reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; PRÁTICA DE LEITURA, PRODUÇÃO DE TEXTOS E CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS; LITERATURA: História literária; Teoria da literatura; A literatura infantil e juvenil na escola; O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE INGLÊS: Interpretação: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos. Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos. Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação. Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto. Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos). Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo. Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês). Flexão do verbo. Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares. Regência e concordância nominal/verbal. Preposições de tempo/lugar. Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição. Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação. Orações relativas. Pronomes interrogativos. Frases interrogativas. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA: Sistema de numeração decimal; Operações com números naturais; Divisibilidade; Números racionais absolutos; Noções de reta, semi-reta e segmento de reta; Circunferência - superfície esférica, esfera; Números inteiros e racionais; Cálculo literal; Medidas de ângulo; Verificação experimental e demonstração do Teorema a soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo; Equações e inequações do 1º grau; Proporcionalidade; Razões e proporções; Áreas e perímetros - Teorema de Pitágoras, verificação experimental; Números Irracionais; Fatoração e expressões algébricas; Equações do 2º grau; Noções de estatística; Teorema fundamental da proporcionalidade; Teorema de Tales; Demonstração do Teorema de Pitágoras; Progressão aritmética; Trigonometria da 1ª volta e funções circulares; Análise combinatória; Geometria espacial e analítica; Sistemas lineares; Matemática Financeira; Números Complexos; Função Logarítmica; Função Exponencial; Probabilidade; Função do 1º e 2º Grau; Progressão Geométrica. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE ARTES: A especificidade do conhecimento artístico e estético; A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, culturas; identidade e diversidade cultural; A contextualização conceitual, social, política, histórica, filosófica e cultural da produção artístico-estética da humanidade. ARTE - LINGUAGEM: O homem - ser simbólico; arte: sistema semiótico de representação; os signos não verbais; as linguagens da arte: visual, audiovisual, música, teatro e dança; construção/produção de significados nas linguagens artísticas; leitura e interpretação significativas de mundo; a fruição estética e o acesso aos bens culturais; percepção e análise; elementos e recursos das linguagens artísticas; ARTE E EDUCAÇÃO: O papel da arte na educação; o professor como mediador entre a arte e o aprendiz; o ensino e a aprendizagem em arte; fundamentação teórico - metodológica; o fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade, na sala de aula. Parâmetros Curriculares Nacionais.

PROFESSOR DE DANÇA: Contextualização sócio - política da Educação Física. Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora), A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar na escola de Ensino Fundamental, O jogo: Características sócio - afetivas, motoras e cognitivas, Jogo cooperativo, O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos, Seleção de conteúdos, Parâmetros Curriculares Nacionais. VOLEIBOL: - Regras, sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. BASQUETEBOL: - Regras e Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos, Histórico. HANDEBOL: - Regras, Competições, Sistemas de ataque e defesa, Histórico. ATLETISMO: - Regras, Provas: corridas, saltos, arremessos, Competições: Jogos Regionais - Abertos - Olimpíadas, Materiais. NATAÇÃO: - Regras, Estilos, Largadas, Viradas, Índices Técnicos, revezamento, Jogos Regionais - Abertos - Competições - Olimpíadas. FUTEBOL DE SALÃO: - Regas, Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. FUTEBOL: - Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos.

PROFESSOR DE MÚSICA (COM HABILIDADE PARA FANFARRA) - Práticas educativas relacionadas ao ensino de Música: noções elementares sobre o ensino de música; pedagogos musicais - suas propostas e metodologias. 2. Linguagem e Teoria Musical: conhecimentos sobre os elementos da linguagem e das formas musicais; função destes elementos para a decodificação e entendimento do discurso musical. 3. História da Música: noções básicas sobre os períodos e estilos da história da música; compreensão de suas principais características. Práticas relacionadas à regência de fanfarra.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
EDITAL Nº 01/2014, de 13 de maio de 2014
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

ANEXO III- REQUERIMENTO DE RECURSO

OBS.: CADA RECURSO É INDIVIDUAL POR CANDIDATO. SE O CANDIDATO QUISER IMPETRAR MAIS DE UM RECURSO, ESSES DEVERÃO SER FEITOS SEPARADAMENTE.

1. DADOS DO RECURSO:

1.1. PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2014

1.2. NOME DO CANDIDATO: _____

1.3. NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

2. TIPO DE RECURSO (Assinale somente um tipo de recurso)

2.1. () CONTRA NÃO- HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

2.2. () CONTRA QUESTÃO DA PROVA ESCRITA

2.2.1. Questão nº: _____

2.3. () CONTRA GABARITO DA PROVA ESCRITA

2.3.1. Questão nº: _____ 2.3.2. Gabarito Preliminar: _____

2.4. () CONTRA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

2.5. () CONTRA RESULTADO PRELIMINAR

3. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO:

4. ANEXOS:

4.1. ESSE RECURSO APRESENTA ANEXO? () SIM: _____ folhas
() NÃO

5. RESULTADO DO RECURSO:

() DEFERIDO

() INDEFERIDO

6. PARECER DA BANCA:

JOAÇABA, ____ de ____ de 20 ____

Assinatura do candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
EDITAL Nº 01/2014, de 13 de maio de 2014
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

ANEXO IV- FICHA DE IDENTIFICAÇÃO – TÍTULOS

1. DADOS DO CANDIDATO:

1.1. PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2014

1.2. NOME DO CANDIDATO: _____

1.3. NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

2. DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO CANDIDATO:

2.1. DOUTORADO: _____ (10 pontos)

2.2. MESTRADO: _____ (5 pontos)

2.3. PÓS-GRADUAÇÃO: _____ (3 pontos)

3. RESULTADO DOS TÍTULOS:

PONTUAÇÃO FINAL:

4. PARECER DA BANCA:

JOAÇABA, ____ de _____ de 20 ____

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

Edital de Processo Seletivo Secretaria de Saúde - SAMU

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE JOAÇABA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2014

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

CONSIDERANDO o término do prazo do contrato dos servidores temporários que exercem atividades no SAMU;

CONSIDERANDO que o Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU esta em processo de reestruturação;

CONSIDERANDO que a portaria nº 356 de 08 de abril de 2013 do Ministério da Saúde, estabelece a mudança de cargos no SAMU;

CONSIDERANDO a possibilidade de alteração na forma da prestação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência para o próximo exercício;

CONSIDERANDO que o Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia com equipes de profissionais de saúde que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, ginec. Obstétrica e de saúde mental da população;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC 119/2006 e nº 97/2005, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas, em caráter emergencial e para formação de Cadastro de Reserva - CR para Motorista Socorrista e Técnico de Enfermagem para atuar no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Secretário Municipal de Saúde, nomeado pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site joacaba.sc.gov.br e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter de emergência e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade e/ou exoneração.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito, com o respectivo aviso prévio; e

III - por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

1.9. O prazo para chamamento deste seletivo será de 01 (um) ano.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 14 a 23 de maio de 2014, das 8:30h às 11h e da 13h às 16:30h, no Departamento de Recursos Humanos, 2º andar, da Secretaria de Saúde de Joaçaba - SC, situada na Av. XV de Novembro, n.º 223, devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;

- CPF;

- Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);

- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

- Comprovante de regularidade no CPF.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva - CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias, afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Motorista Socorrista SAMU	01 + CR	40 h	R\$ 1.010,06
Técnico de Enfermagem SAMU	01 + CR	40 h	R\$ 1.087,76

(*) O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para Urgência e Emergência, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição

4.6. O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 27 de maio de 2014 no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no Diário Oficial dos Municípios.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do concurso, será considerada data da publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço na área de saúde vinculado à Urgência e Emergência;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;
- Escolaridade em conformidade com habilitação exigida (Ensino Médio Completo);
- Apresentar registro no respectivo órgão de classe - COREN, para o cargo de Técnico de Enfermagem SAMU;
- Carteira Nacional de Habilitação - CNH, tipo "D", devidamente válida, para o cargo de Motorista Socorrista SAMU;
- Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;
- Conta corrente individual em banco designado pelo Município.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site joacaba.sc.gov.br.

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos simplificados.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 13 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Motorista Socorrista	Conduzir veículos de urgência padronizados pelo código sanitário (transporte de pacientes), obedecendo aos padrões de capacitação, possuir equilíbrio emocional e autocontrole, realizar transporte de pacientes com condução de maca rígida e/ou outro equipamento para transporte do paciente imobilizado, disposição para cumprir ações orientadas e capacidade de trabalhar em equipe.	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação - CNH, tipo "D"+
Técnico de Enfermagem	Além das atribuições previstas para o cargo de Técnico de Enfermagem, na Lei Complementar nº 211/2011, são as seguintes: realizar procedimentos de enfermagem dentro de suas competências técnicas e àquelas previstas na Política Nacional de Atenção às Urgências - Portaria GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002.	Ensino Médio Completo e registro no respectivo órgão de classe - COREN.

ANEXO II

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Curso em Urgência e Socorrismo com carga mínima de 10 horas	0,2 (cada 10 horas)	2,0
Curso de Capacitação Inicial do SAMU	1,0	1,0
Suporte Básico de Vida (SBV) ou Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e/ou Atendimento Prévio Hospitalar (APH)	1,0 (cada módulo)	4,0
Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem atuando na área.	0,5 (cada seis meses)	1,0
Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem (UTI Móvel) e/ou urgência e emergência(móvel) e em urgência e emergência/UTI em instituição hospitalar.	0,5 (cada ano)	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		10,0

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO (Urgência, emergência e socorrismo).

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Curso em Urgência e Socorrismo com carga mínima de 10 horas	0,2 (cada 10 horas)	2,0
Curso de Capacitação Inicial do SAMU	1,0	1,0
Suporte Básico de Vida (SBV) ou Reanimação Cardiopulmonar (RCP) e/ou Atendimento Prévio Hospitalar (APH)	1,0	3,0
Tempo de Serviço como Motorista em atendimento médico pré-hospitalar (UTI Móvel) na atividade de motorista Socorrista	0,5 (cada ano)	1,0
Tempo de Serviço como Motorista SAMU na (USB Móvel)	0,5 (cada ano)	2,0
Curso de condutor de veículo de emergência regulamentado pelo DETRAN	1,0	1,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		10,0

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

ANEXO III FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE JOAÇABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 005/2014

Nº de inscrição _____ Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição:

- () Carteira de Identidade;
() Cadastro de Pessoa Física - CPF;
() Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral (primeiro e segundo turno);
() Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
() Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
() Comprovante de regularidade no CPF.

Joaçaba - SC, ____/____/2014.

Assinatura do Candidato Assinatura do(a) responsável pela inscrição

Nº de inscrição _____ Cargo: _____

Nome: _____

Joaçaba - SC, ____/____/2014.

Assinatura do recebedor

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 005/2014

Cargo: _____

Nº da inscrição: _____

Nome do candidato: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO				(deixar em branco)	
Nº	Nº de horas	Histórico / resumo	Pré - pontuação		
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
PONTUAÇÃO TOTAL					

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 02 (duas) vias, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: _____ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

Decreto Nº 4.572 de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.572 DE 09 DE MAIO DE 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.616/99, Decretos nº 2.050 e nº 2051/2001 e a Lei Federal nº 9.503 de 23.09.1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o Senhor Cássio Cecconello pela Senhora Paula Geovana Kleber na representação do Poder Executivo Municipal de Joaçaba(SC) na JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, de que trata o Decreto nº 3.189 de 02 de junho de 2008, por força do art. 7º do REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 09 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PLASS**Resolução Nº. 02/2014/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS

Av. XV de Novembro, 378 - Centro

89600-000 - Joaçaba - SC

Fone/Fax: 49 - 3527 8804

E-mail - plassjba@gmail.com

RESOLUÇÃO N.º 02/2014

"FIXA VALOR DE PROCEDIMENTOS HOSPITALARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 28 de abril de 2014, conforme ATA nº 309/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar a seguinte TABELA PARA PROCEDIMENTOS HOSPITALARES a serem praticados pelo PLASS a partir de 01 de maio de 2014.

PROCEDIMENTOS	VALOR
DIÁRIA	
Diária - Quarto com Banheiro	114,95
Diária - Quarto com banheiro, fracionada na saída do paciente.	41,78
Diária de U.T.I. - Unidade de Terapia Intensiva.	253,94
Diária Acompanhante - Pernoite com café da manhã	39,47
Diária acompanhante completa	70,13
Hospital Dia	69,24
Berço Aquecido - por dia	17,22
Plantão 12 horas - UTI	118,77
SALA DE CIRURGIA OU PARTO	
Porte 0 - Uso	34,14
Porte 1 - Uso	60,53
Porte 2 - Uso	94,68
Porte 3 - Uso	162,98

Porte 4 - Uso	223,51
Porte 5 - Uso	262,33
Porte 6 - Uso	287,35
Porte 7 - Uso	335,01
Porte 8 - Uso	510,36
Porte 9 - Uso	583,26
Porte 10 - Uso	656,14
Porte 11 - Uso	801,97
SALA DE OBSERVAÇÃO	
Ambulatório/Pronto-Socorro até 6 horas	24,82
Sala de Gesso	24,82
SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS ANESTESIA CENTRO CIRÚRGICO	
Local - Uso	4,34
Sedação - Uso	8,44
Bloqueio de Plexos - Uso	12,88
Peridural e/ou Raquiana - Uso	17,07
Geral - Uso	21,42
TAXAS DIVERSAS	
Curativo pequeno - unidade	9,16
Curativo médio - unidade	16,60
Curativo grande - unidade	20,95
Curativo especial - unidade	26,39
Nebulização	6,59
Taxa de monitor por dia - UTI	32,43
Taxa de monitor por Uso - centro cirúrgico	27,62
Taxa de bisturi	13,79
OXIGÊNIO	
UTI, Centro Cirúrgico, Quarto e Ambulatório litros/minuto, conforme consumo.	0,027
Ozoto (gás anestésico), cód. 04.00.006 litro/minuto, conforme consumo.	0,162
Intensificador de imagens - nas cirurgias	96,31

DIÁRIAS

Estão incluídos no preço da diária:

- Aposentos;
- Os registros hospitalares;
- Dieta normal progressiva (líquida, branda e normal) de acordo com o cardápio.

Não estão incluídos no preço da diária

- Refeições de acompanhantes e pedidos extras;
- Sangue, medicamentos, materiais descartáveis e outros;
- Uso de salas especiais cirúrgicas, obstétricas;
- Honorários médicos;
- Exames complementares de diagnósticos e terapêuticos;
- Ligações telefônicas;
- Outros serviços extras.

1. A diária vence às 12:00 horas do dia seguinte ao internamento.

2. No caso de transferência do paciente para UTI ou CTI, os familiares que optarem pelo uso continuado da unidade normal de internação deverão fazê-lo formalmente, responsabilizando-se pelo pagamento, o qual será efetuado em separado.

MEDICAMENTOS/ MATERIAIS

1. Os medicamentos utilizados serão cobrados conforme Brasíndice, preço máximo ao consumidor.

2. Os materiais descartáveis, preço Brasíndice.

3. Órtese, Próteses e materiais especiais, com prévia autorização do PLASS, conforme lista de preços no mercado, mediante a

apresentação da Nota Fiscal de aquisição ou negociados e pagos diretamente aos fornecedores.

HONORÁRIOS MÉDICOS

Os honorários médicos serão pagos diretamente aos médicos conveniados e/ou ao hospital, de acordo com a tabela AMB/PLASS.

PRAZO

As contas serão entregues mensalmente, até o dia 18, com os valores expressos em reais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 01 de maio de 2014, revogada a Resolução nº. 01/2014.

Joaçaba - SC, 30 de abril de 2014.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

Aviso de Homologação Inexigibilidade Nº 03/2014/PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2014/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Termo inexigibilidade de licitação nº 03/2014/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

- Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, conforme descrito no edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

- Empresas Vencedoras:

FISIOCENTER FISIOTERAPIA & ACADEMIA LTDA - Lote 4

FAHECE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON - Lote 4

COMUNIDADE TERAPEUTICA DIGNIDADE PARA VIDA - Lote 1

- Valor total global estimado referente ao exercício 2014: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 13 de maio de 2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Processo de Licitação Nº 03/2014/PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2014/PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014/PLASS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia,

nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

FISIOCENTER FISIOTERAPIA & ACADEMIA LTDA, CNPJ sob nº 79.312.336/0001-40, tendo como representante legal o Sr. Gilmar Strohdiek, com CPF nº 622.998.919-00 e o Sr. Gilberto Strohdiek, com CPF nº 651.846.709-63, estabelecida a Rua Francisco Lidner, 525 Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

FAHECE - FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON, CNPJ sob nº 86.897.113/0001-57, tendo como representante legal o Sr. Teruliano Xavier de Britto, inscrito no CPF sob nº 005.479.649-00, estabelecido a Rua Presidente Coutinho, 160, Centro, na cidade de Florianópolis.

COMUNIDADE TERAPEUTICA DIGNIDADE PARA VIDA, CNPJ sob nº 10.615.019/0001/04, tendo como representante legal a Sra. Marines Sandrini, com CPF nº 838.581.059-53, estabelecido a Linha Maragata, Interior, na cidade de Erval Velho-SC.

4 - DO VALOR CONTRATADO

O custo estimado desta contratação é aquele disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2014/PLASS.

Para o exercício 2014, a estimativa é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 6 deste instrumento.

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2014:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.0.1.201 - Outras despesas correntes - aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 13 de maio de 2014

Julio César Bissani

Diretor Executivo - PLASS

SIMAE**Ata Registro de Preços - Asfalto**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2014

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0005/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/02/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Asfalto Quente, Emulsão e Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2014.
1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Asfalto (CBUQ), Quantidade - 200, Unidade de medida - Tonelada.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$260,00 (Duzentos e sessenta reais);

Item 02 - Emulsão Asfalto RR - 1C, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Litro.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$4,00 (Quatro reais);

Item 03 - Pó de Pedra, Quantidade - 50, Unidade de medida - Metro Cúbico (M³).

1º. Colocado - PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, no valor unitário de R\$43,80 (Quarenta e três reais e oitenta centavos);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e Pó de Pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes

das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0005/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 O Pó de Pedra deverá ser entregue, conforme a necessidade do SIMAE, que procederá Solicitação de Entrega, na Rua Francisco Sartori em Herval do Oeste, próximo a Lagoa de Tratamento de Esgoto.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NF'e correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis

correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.
ELEMENTO: 3390.30.51.00

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 14 de Fevereiro de 2014.
Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio
Ana Paula Pereira João Carlos Ungericht

Volnei Jorvani Fabrício
SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Rudi Ohlweiler Junior
PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

Resumo do Contrato Jhl0033/2014

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0033/2014
TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL0112/2013
TOMADA DE PREÇOS JHL0009/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2013
PROTOCOLO Nº 3107/2013

Data: 14/05/2014

Objeto: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso II da Lei 8.666/93, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato aditado.

Programa: 14.01.1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.80.00

Prazo de vigência: 15/05/2014 a 13/06/2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

Rerratificação Pe 11-2014 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2014 SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA ATENDER PROCESSOS JUDICIAIS

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as novas datas do edital em comento:

- Impugnação, até às 23:59 h do dia 21/05/2014;

Apresentação de pedidos de esclarecimentos, para até às 23:59 h do dia 20/05/2014;

Credenciamento, para até às 23:59 h do dia 25/05/2014;

Recebimento das Propostas e Abertura da Sessão Pública, até às 09:00 h do dia 26/05/2014;

Oferecimento de Lances, das 09:30 h às 10:30 h do dia 26/05/2014, acrescido do período aleatório.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 12 de maio de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Extrato de Contrato Nº 039/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 039/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para ABRIGO Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 19.493,51 (dezenove mil quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos).

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 040/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 040/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrita no CNPJ n.º 82.894.718/0001-33, com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos, 242 - Bairro São Cristóvão, CEP 88509-340 - na cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para ABRIGO Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 18.224,94 (dezoito mil duzentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos)

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 041/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 041/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS CORAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 80.142.730/0001-66, com sede a Avenida Luiz de Camões. 715 - Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para Abrigo Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 042/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 042/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Senior, 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para ABRIGO Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.431,00 (dois mil quatrocentos e trinta e um reais)

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 043/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 043/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 02.315.593/0001-00, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, CEP: 88870-000 - Orleans/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para ABRIGO Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 7.310,85 (sete mil trezentos e dez reais e oitenta e cinco centavos)

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 044/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 044/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede a Rua 24 de Outubro 1162- Centro - Bom Retiro/SC, CEP: 88680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para ABRIGO Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 41.846,18 (quarenta e um mil oitocentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos)

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº 045/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 045/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: KLEBER MACHADO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.118.645/0001-40, com sede a Avenida Luiz de Camões. 939 - Sala 04, Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, Expediente e Consumo para ABRIGO Municipal, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á em até 05 dias uteis da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2.1 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.229,49 (três mil duzentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos).

Lages. 30 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 049/2014

DECRETO Nº 049/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 10

3.3.71.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 280.000,00

Total: R\$ 280.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 0003.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 050/2014

DECRETO Nº 050/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.015 - Gerenciamento e Manut. Dos Serviços de Saúde

DOTAÇÃO 10

3.3.71.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 280.000,00

Total: R\$ 280.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

06.02 - SECRETARIA MUN. DO TURISMO, CULTURA E DO DESENV. ECONOMICO

06.02 - Departamento de Cultura

2.026 - Manutenção de Atividades Culturais

DOTAÇÃO 110

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

06.02 - SECRETARIA MUN. DO TURISMO, CULTURA E DO DESENV. ECONOMICO

06.02 - Departamento de Cultura

2.032 - Manutenção de Atividades Culturais

DOTAÇÃO 109

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 10.000,00

Total: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto Nº 051/2014

DECRETO Nº 051/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de

11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 604.000,00 (Seiscentos e Quatro Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.03 - SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

1.047 - Construção de Ginásios de Esportes

DOTAÇÃO 61

4.4.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

DOTAÇÃO 62

4.4.90.00.00.1172 - Aplicação Direta R\$ 584.000,00

Total: R\$ 604.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação nas fontes 0003 e 1172.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Leoberto Leal

PREFEITURA

Tomada de Preços Nº 001/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Objetivando a contratação de empresa para construção do Centro de Convivência dos Idosos, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 30 de maio de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 13/05/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA.

Prefeita Municipal

Decreto N.º 040/2014

DECRETO Nº 040, DE 13 DE MAIO DE 2.014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.716,76
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.716,76
Função	08	Assistência Social	4.716,76
Sub-função	244	Assistência Comunitária	4.716,76
Programa	08	Assistência ao menor com Responsabilidade	4.716,76
Atividade	2.039	Gestão do Índice de Gestão Descentralizada - IGD - Bolsa Família-BF e Sistema Único de Assistência Social-SUAS	4.716,76
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.716,76
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.716,76
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.716,76

		Índice de Gestão Descentralizada - IGD - Bolsa Família	
Fonte de Recursos	0.3.0063.308		4.716,76
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			4.716,76

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Índice de Gestão Descentralizada - IGD - Bolsa Família	0.1.0063.308	4.716,76
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		4.716,76

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de maio de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Portaria 084/14

PORTARIA Nº 084/14 de 02 de maio de 2014.

“ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR, temporariamente, até 19 de dezembro de 2014, CARGA HORÁRIA da servidora GIOVANE APARECIDA AMARAL MAYER, Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental, de 20 horas semanais para 25 horas semanais, para trabalhar com atividades do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, em conformidade com o §1º do art.12 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, a partir de 02 de maio de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de maio de 2014, revogada a Portaria nº 064/14 de 06 de março de 2014.

Luzerna(SC),
02 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 085/14

PORTARIA Nº 085/14 de 05 de maio de 2014.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, TATIANE LURDES BRUNETTO TESSARI, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em substituição a LURDES RODRIGUES DOS SANTOS, em licença saúde, com remuneração do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe “A”, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 008/2013 de 29 de novembro de 2013, homologado em 03 de fevereiro de 2014, a partir de 05 de maio de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de maio de 2014.

Luzerna(SC),
05 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 086/14

PORTARIA Nº 086/14 de 12 de maio de 2014.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA E ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º-CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, NOELI SALETE SCHEUER ZARDO, para exercer as funções de Professora Não Habilitada, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em substituição a JAQUELINE BRESSAN DA SILVA, em licença saúde e posterior licença maternidade, com remuneração equivalente a 54,91163% (art.9º, §7º LC nº 033/03) do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe “A”, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 008/2013 de 29 de novembro de 2013, homologado em 03 de fevereiro de 2014, a partir de 12 de maio de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º-ATRIBUIR, temporariamente, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 20 horas semanais, passando de 20 horas semanais para 40 horas semanais, à servidora NOELI SALETE SCHEUER ZARDO, Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, em substituição a ROSANGELA APARECIDA GOULART RIBEIRO, em licença saúde, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, a partir de 15 de maio de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de maio de 2014.

Luzerna(SC),
05 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 087/14

PORTARIA Nº 087/14 de 12 de maio de 2014.

“DECLARA VACÂNCIA DO EMPREGO PÚBLICO POR MOTIVO DE FALECIMENTO”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DECLARAR VACÂNCIA do emprego público ocupado por NEUSA FIORIN SPIER, Auxiliar de Serviços Gerais Nível 1, Classe “B”, do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, 44 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 097/11 de 11 de abril de 2011, em razão de seu falecimento, em conformidade com o art.23, inciso VII, da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 12 de maio de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de maio de 2014.

Luzerna(SC),
12 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Portaria 088/14

PORTARIA Nº 088/14 de 13 de maio de 2014.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ADÃO CEZAR DE OLIVEIRA, para exercer as funções de Professor II - Xadrez, 10 horas semanais, sendo 08 horas de trabalho com alunos e 02 horas de trabalho pedagógico, em substituição a GABRIELA LETÍCIA DE OLIVEIRA, em licença sem vencimentos, com remuneração do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe “A”, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovado no Processo Seletivo Edital nº 003/2014 de 28 de abril de 2014, homologado em 05 de maio de 2014, a partir de 13 de maio de 2014 até 19 de dezembro de 2014 ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de maio de 2014.

Luzerna(SC),
13 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1802

DECRETO Nº 1802 de 12 de maio de 2014.

“NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA de LUZERNA(SC), na forma do art.15 da Lei nº 045 de 26.05.97 e alterações posteriores, ficando assim constituído:

I - Representantes da Prefeitura Municipal de Luzerna:
REGINA CARIN JACOBY CUREAU - Titular

CHEILA PEGORARO - Suplente

JOANA REGENSBURGER - Titular

NEUSA ARENHART - Suplente

SÍLVIA MIAZZI PEREIRA - Titular

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA - Suplente

II - Representantes da Pastoral da Criança de Luzerna:

LUCILA JUNGES - Titular

SANDRA REGINA STOCCO TOALDO - Suplente

III - Representantes das Associações de Moradores:

MARLENE WEIRICH BALLER - Titular

NAIR MOTTA- Suplente

ELAINE WEIRICH - Titular

EVANIR FELDERCHICHER - Suplente

IV - Representantes da Cruz Vermelha:

ADILES BEAL - Titular

EDIR BEAL - Suplente

V - Representantes das APP's - Associações de Pais e Professores:

SILVANA GAB - Titular

ROSIILEINE KRUG VALMÓRMIDA - Suplente

VI-Representantes da APROSSMOSC - Associação dos Profissionais de Serviço Social do Meio Oeste de Santa Catarina:

MICHELE TEDESCO - Titular

JOVIANE COLOMBELLI - Suplente

VII - Representantes de crianças e adolescentes

ADRIAN VICENTE PRESSEL ARENHART - Titular

JHENIFER VITÓRIA CORREA DELAVY - Suplente

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC),
12 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1803

DECRETO Nº 1803 de 13 de maio de 2014.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte abaixo

relacionada, criando a Modalidade de Aplicação e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Projeto - 1301.10.301.0016.1020 - Renovação da Frota para Atendimentos à Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte de Recursos - 0.3.64 - Cofinanciamento R\$ 5.300,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC),
13 de maio de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Licitação Deserta - PL 048/2014 - PP 009/14 - Construção de Galeria de Águas Pluviais E Reposição de Pavimentação - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO - LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 048/2014 - PML
Tomada de Preço nº 009/2014 - PML

O Prefeito Municipal de Luzerna, MOISÉS DIERSMANN no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 048/2014, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 22 de abril de 2014; Mural Público a partir do dia 17 de abril de 2014 e no site do Município no dia 17 de abril de 2014, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC),
12 de maio de 2014.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Licitação Fracassada - PL 045/2014 - TP 008/2014 - Esgoto Fundo de Lote-PML

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO - LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 0045/2014 - PML
Tomada de Preço nº 0008/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado deflagrou-se fracassado, uma vez que aberta o envelope contendo a documentação relativa à 1ª. Fase/Habilitação os mesmos encontraram-se em desacordo com os ditames do edital.

Luzerna,
02 de maio de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decisão Administrativa | Processo Licitatório Nº 053/2014 - PML | Pregão Presencial Nº 026/2014 - PML

Processo Licitatório PML nº 0053.2014
Pregão Presencial para Registro de Preço PML nº 0026.2014
Parecer Jurídico nº 006/2014/ ASS.JUR.SEN.
Interessado(a)(s): Turbo Auto Peças e Acessórios LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC por intermédio de seu Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados,

DECISÃO ADMINISTRATIVA,

Exarada nos Autos do Processo Licitatório em epigrafe, nos termos que segue:

EMENTA: IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. DECLARAÇÃO DO FABRICANTE DE QUE OS PNEUS SÃO HOMOLOGADOS PELAS MONTADORAS NACIONAIS OU INSTALADOS NO BRASIL, CITANDO OS NOMES DAS MONTADORAS. CERTIFICADO DE REGULARIDADE EXPEDIDO PELO IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. MANUTENÇÃO DAS EXIGÊNCIAS. RECURSO QUE SE CONHECE E NEGA-SE PROVIMENTO.

DECISÃO: Diante do exposto, decide-se conhecer e indeferir o recurso interposto por, diferentemente do alegado não haver qualquer ilegalidade ou irregularidade nas exigências apresentadas.

INTEGRA DA DECISÃO: www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700

Macieira

PREFEITURA

LRF 2 Bimestre 2014

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	396.969,07	69.069,18	327.899,89	5.324.302,72
2014	410.286,65	288.022,89	122.263,76	5.446.566,48
2015	396.912,16	331.968,43	64.943,73	5.511.510,21
2016	405.154,87	368.968,08	36.186,79	5.547.697,00
2017	418.805,75	415.234,11	3.571,64	5.551.268,64
2018	438.284,12	461.233,76	-22.949,64	5.528.319,00
2019	424.524,28	505.746,72	-81.222,44	5.447.096,56
2020	439.610,06	541.366,17	-101.756,11	5.345.340,45
2021	437.954,51	568.328,20	-130.373,69	5.214.966,76
2022	457.491,79	595.671,96	-138.180,17	5.076.786,59
2023	461.188,64	632.696,42	-171.507,78	4.905.278,81
2024	465.238,16	680.494,27	-215.256,11	4.690.022,70
2025	472.410,27	732.553,85	-260.143,58	4.429.879,12
2026	484.475,45	774.936,58	-290.461,13	4.139.417,99
2027	486.165,48	813.424,20	-327.258,72	3.812.159,27
2028	487.993,91	851.743,41	-363.749,50	3.448.409,77
2029	506.951,72	901.187,68	-394.235,96	3.054.173,81
2030	521.787,39	953.364,44	-431.577,05	2.622.596,76
2031	518.093,77	1.008.966,87	-490.873,10	2.131.723,66
2032	516.728,55	1.054.357,89	-537.629,34	1.594.094,32
2033	522.426,80	1.087.630,44	-565.203,64	1.028.890,68
2034	535.712,71	1.113.649,88	-577.937,17	450.953,51
2035	527.538,06	1.139.708,28	-612.170,22	-161.216,71
2036	529.590,01	1.168.614,81	-639.024,80	-800.241,51
2037	526.563,46	1.191.140,77	-664.577,31	-1.464.818,82
2038	535.699,87	1.206.855,64	-671.155,77	-2.135.974,59
2039	533.371,59	1.222.440,32	-689.068,73	-2.825.043,32
2040	526.746,57	1.232.900,76	-706.154,19	-3.531.197,51
2041	525.306,65	1.240.100,86	-714.794,21	-4.245.991,72
2042	528.279,25	1.246,87	527.032,38	-3.718.959,34
2043	530.199,13	1.260.116,03	-729.916,90	-4.448.876,24
2044	522.130,90	1.269.466,61	-747.335,71	-5.196.211,95
2045	273.255,59	1.270.883,63	-997.628,04	-6.193.839,99
2046	268.222,65	1.260.679,76	-992.457,11	-7.186.297,10
2047	262.834,48	1.241.250,39	-978.415,91	-8.164.713,01
2048	257.532,94	1.216.441,07	-958.908,13	-9.123.621,14
2049	251.645,51	1.189.181,57	-937.536,06	-10.061.157,20
2050	245.614,24	1.160.743,37	-915.129,13	-10.976.286,33
2051	239.436,21	1.131.550,60	-892.114,39	-11.868.400,72
2052	233.076,79	1.101.497,10	-868.420,31	-12.736.821,03
2053	226.553,10	1.070.666,80	-844.113,70	-13.580.934,73
2054	219.892,50	1.039.189,49	-819.296,99	-14.400.231,72
2055	213.125,37	1.007.208,75	-794.083,38	-15.194.315,10
2056	206.280,24	974.859,35	-768.579,11	-15.962.894,21
2057	199.402,82	942.357,35	-742.954,53	-16.705.848,74
2058	192.455,11	909.523,21	-717.068,10	-17.422.916,84
2059	185.406,78	876.213,52	-690.806,74	-18.113.723,58
2060	178.246,53	842.374,88	-664.128,35	-18.777.851,93
2061	171.002,65	808.141,07	-637.138,42	-19.414.990,35
2062	163.694,88	773.605,27	-609.910,39	-20.024.900,74
2063	155.575,57	735.234,24	-579.658,67	-20.604.559,41
2064	148.363,92	701.152,72	-552.788,80	-21.157.348,21
2065	141.184,34	667.222,80	-526.038,46	-21.683.386,67
2066	134.085,12	633.672,59	-499.587,47	-22.182.974,14
2067	127.079,18	600.563,22	-473.484,04	-22.656.458,18
2068	120.152,08	567.826,45	-447.674,37	-23.104.132,55
2069	113.319,67	535.537,18	-422.217,51	-23.526.350,06
2070	106.639,43	503.967,08	-397.327,65	-23.923.677,71
2071	100.163,44	473.362,21	-373.198,77	-24.296.876,48
2072	93.950,38	443.999,90	-350.049,52	-24.646.926,00

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	87.959,90	415.689,52	-327.729,62	-24.974.655,62
2074	82.195,29	388.446,55	-306.251,26	-25.280.906,88
2075	76.648,73	362.234,06	-285.585,33	-25.566.492,21
2076	71.393,17	337.396,83	-266.003,66	-25.832.495,87
2077	66.426,64	313.925,54	-247.498,90	-26.079.994,77
2078	61.800,31	292.061,94	-230.261,63	-26.310.256,40
2079	57.505,93	271.767,14	-214.261,21	-26.524.517,61
2080	53.500,59	252.838,35	-199.337,76	-26.723.855,37
2081	49.762,16	235.170,87	-185.408,71	-26.909.264,08
2082	46.297,09	218.795,33	-172.498,24	-27.081.762,32
2083	43.149,90	203.922,02	-160.772,12	-27.242.534,44
2084	40.293,58	190.423,36	-150.129,78	-27.392.664,22
2085	37.677,32	178.059,17	-140.381,85	-27.533.046,07
2086	35.334,79	166.988,62	-131.653,83	-27.664.699,90
2087	33.242,32	0,00	33.242,32	-27.631.457,58

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	167.600,00	-167.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	167.600,00	-167.600,00
TOTAL	0,00	167.600,00	-167.600,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	500,00	0,00	0,00	500,00
Investimentos	500,00	0,00	0,00	500,00
TOTAL	500,00	0,00	0,00	500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	167.600,00	167.600,00

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	287.000,00	287.000,00	85.345,59	29,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	20.000,00	20.000,00	10.481,26	52,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	8.850,08	22,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	80.000,00	80.000,00	7.073,64	8,84
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	58.632,95	43,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	9.000,00	9.000,00	307,66	3,42
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.297.000,00	9.297.000,00	3.233.818,26	34,78
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	2.036.863,65	33,95
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	15,45	0,10
Cota-Parte IPVA	90.000,00	90.000,00	34.103,87	37,89
Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	1.032.799,51	35,61
Cota-Parte IPI-Exportação	46.000,00	46.000,00	15.082,16	32,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	246.000,00	246.000,00	114.953,62	46,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	3.344,37	20,90
Outras	230.000,00	230.000,00	111.609,25	48,53
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.584.000,00	9.584.000,00	3.319.163,85	34,63

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	515.800,00	515.800,00	152.124,48	29,49
Provenientes da União	515.800,00	515.800,00	152.124,48	29,49
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	12.100,00	12.100,00	2.761,67	22,82
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	527.902,00	527.902,00	154.886,15	29,34

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.272.550,00	2.383.826,22	978.199,28	41,03	813.295,18	34,12
Pessoal e Encargos Sociais	1.613.000,00	1.613.000,00	632.799,13	39,23	624.099,13	38,69
Outras Despesas Correntes	659.550,00	770.826,22	345.400,15	44,81	189.196,05	24,54

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	78.602,00	268.269,50	185.562,24	69,17	97.451,04	36,33
Investimentos	78.602,00	268.269,50	185.562,24	69,17	97.451,04	36,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.351.152,00	2.652.095,72	1.163.761,52	43,88	910.746,22	34,34
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	515.902,00	770.026,48	243.339,99	20,91	154.994,75	17,02
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	515.800,00	724.924,48	198.243,39	17,03	151.838,75	16,67
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	102,00	45.102,00	45.096,60	3,88	3.156,00	0,35
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	515.902,00	770.026,48	243.339,99	20,91	154.994,75	17,02
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.835.250,00	1.882.069,24	920.421,53	22,97	755.751,47	17,32
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100⁶]						
257.876,89						

Continua 2/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		
	0,00			0,00		
	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica	2.323.752,00	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.200,00		2.568.268,67	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)
Vigilância Sanitária	12.200,00		6.019,24	0,00	0,00	99,44
Vigilância Epidemiológica	10.000,00		65.115,41	1.775,52	0,15	0,00
			12.692,40	4.601,33	0,40	0,17
TOTAL	2.351.152,00		2.652.095,72	1.163.761,52	100,00	910.746,22
						100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/100i

Continua 3/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	10.500.418,00
Previsão Atualizada		—	10.500.418,00
Receitas Realizadas		1.726.105,90	3.813.556,40
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	199.668,49
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	10.500.418,00
Créditos Adicionais		—	1.518.581,10
Dotação Atualizada		—	12.018.999,10
Despesas Empenhadas		2.067.048,10	4.902.876,26
Despesas Liquidadas		1.525.538,14	3.014.930,07
Superavit Orçamentário		—	798.626,33
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.067.048,10	4.902.876,26
Despesas Liquidadas		1.525.538,14	3.014.930,07
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			9.579.078,63
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		171.207,54	312.813,30
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		26.121,21	48.553,53
Liquidadas		26.121,21	48.553,53
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		145.086,33	264.259,77
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-607.821,95
Resultado Primário		0,00	542.415,60
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	913.513,20	25%	28,48
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	121.182,02	60%	43,67
Liquidadas	566.566,08		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		252.345,16	1.389.753,23
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2047
Receitas Previdenciárias (IV)	410.286,65	457.491,79	516.728,55
Despesas Previdenciárias (V)	288.022,89	595.671,96	1.054.357,89
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	122.263,76	-138.180,17	-537.629,34
			-978.415,91

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		167.600,00	-167.600,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	755.751,47	15,00	22,77
Liquidadas	755.751,47		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.223.418,00	11.741.999,10	2.011.708,34	4.783.647,58	1.470.198,38	2.896.430,14	96,07	24,67	8.845.568,96	
Legislativa	570.000,00	570.000,00	91.322,03	166.231,09	88.566,68	154.925,42	5,14	27,18	415.074,58	
Ação Legislativa	570.000,00	570.000,00	91.322,03	166.231,09	88.566,68	154.925,42	5,14	27,18	415.074,58	
Administração	1.208.500,00	1.238.500,00	150.659,59	739.475,83	197.772,71	485.019,11	16,09	39,16	753.480,89	
Administração Geral	1.208.500,00	1.238.500,00	150.659,59	739.475,83	197.772,71	485.019,11	16,09	39,16	753.480,89	
Segurança Pública	14.680,00	14.680,00	2.369,00	3.716,87	2.664,87	3.526,87	0,12	24,03	11.153,13	
Policimento	14.680,00	14.680,00	2.369,00	3.716,87	2.664,87	3.526,87	0,12	24,03	11.153,13	
Assistência Social	255.501,00	280.774,51	24.710,82	89.659,51	32.265,41	56.691,30	1,88	20,19	224.083,21	
Assistência ao Idoso	43.000,00	43.000,46	2.347,91	3.425,91	2.347,91	3.425,91	0,11	7,97	39.574,55	
Assistência à Criança e ao Adolescente	9.500,00	9.500,00	0,00	2.900,00	500,77	1.050,29	0,03	11,06	8.449,71	
Assistência Comunitária	203.001,00	228.274,05	22.362,91	83.333,60	29.416,73	52.215,10	1,73	22,87	176.058,95	
Previdência Social	135.000,00	135.000,00	25.934,63	49.386,95	26.121,21	48.553,53	1,61	35,97	86.446,47	
Previdência do Regime Estatutário	135.000,00	135.000,00	25.934,63	49.386,95	26.121,21	48.553,53	1,61	35,97	86.446,47	
Saúde	2.334.653,00	2.637.535,21	425.370,57	1.130.885,17	422.804,79	875.060,15	29,02	33,18	1.762.475,06	
Atenção Básica	2.248.752,00	2.493.268,67	410.060,97	1.110.279,98	408.164,76	858.531,50	28,48	34,43	1.634.737,17	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.200,00	6.019,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.019,24	
Vigilância Sanitária	12.200,00	65.115,41	1.086,52	1.775,52	1.420,60	1.545,60	0,05	2,37	63.569,81	
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	12.692,40	4.531,33	4.601,33	3.494,43	3.564,43	0,12	28,08	9.127,97	
Alimentação e Nutrição	57.500,00	59.438,49	9.691,75	14.228,34	9.725,00	11.418,62	0,38	19,21	48.019,87	
Abastecimento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00	
Educação	2.325.352,00	2.865.660,17	726.321,38	1.229.493,92	349.274,64	561.190,29	18,61	19,58	2.304.469,88	
Ensino Fundamental	2.304.352,00	2.844.660,17	719.778,88	1.222.128,07	348.732,14	559.824,44	18,57	19,68	2.284.835,73	
Ensino Médio	5.000,00	5.000,00	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Ensino Superior	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Educação Infantil	5.000,00	5.000,00	92,50	465,85	92,50	465,85	0,02	9,32	4.534,15	
Educação Especial	6.000,00	6.000,00	4.050,00	4.500,00	450,00	900,00	0,03	15,00	5.100,00	
Cultura	85.000,00	55.000,00	4.150,00	4.150,00	4.150,00	4.150,00	0,14	7,55	50.850,00	
Difusão Cultural	85.000,00	55.000,00	4.150,00	4.150,00	4.150,00	4.150,00	0,14	7,55	50.850,00	
Urbanismo	232.923,00	232.923,00	0,00	208.907,60	33.300,97	51.671,36	1,71	22,18	181.251,64	
Infra-Estrutura Urbana	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002,00	
Serviços Urbanos	227.921,00	227.921,00	0,00	208.907,60	33.300,97	51.671,36	1,71	22,67	176.249,64	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	10.223.418,00	11.741.999,10	2.011.708,34	4.783.647,58	1.470.198,38	2.896.430,14	96,07	8.845.568,96
Habituação Urbana	10.201,00	10.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.201,00
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
Gestão Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Agricultura	700.001,00	1.167.553,89	339.910,01	510.930,32	92.323,05	204.215,03	6,77	963.338,86
Promoção da Produção Vegetal	20.001,00	487.553,89	253.100,00	253.100,00	0,00	0,00	0,00	487.553,89
Produção Industrial	680.000,00	680.000,00	86.810,01	257.830,32	92.323,05	204.215,03	6,77	475.784,97
Indústria	20.001,00	4.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.001,00
Promoção Industrial	20.001,00	4.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.001,00
Comércio e Serviços	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Transporte	1.229.103,00	1.427.667,32	180.514,16	469.446,58	163.699,93	328.689,10	10,90	1.098.978,22
Transporte Rodoviário	1.229.103,00	1.427.667,32	180.514,16	469.446,58	163.699,93	328.689,10	10,90	1.098.978,22
Desporto e Lazer	27.001,00	27.001,00	1.277,76	12.094,76	1.520,18	10.113,45	0,34	16.887,55
Desporto Comunitário	27.001,00	27.001,00	1.277,76	12.094,76	1.520,18	10.113,45	0,34	16.887,55
Encargos Especiais	383.000,00	383.000,00	39.168,39	169.268,98	55.733,94	112.624,53	3,74	270.375,47
Outros Encargos Especiais	383.000,00	383.000,00	39.168,39	169.268,98	55.733,94	112.624,53	3,74	270.375,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.000,00	685.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	277.000,00	277.000,00	55.339,76	119.228,68	55.339,76	118.499,93	3,93	158.500,07
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	1.457,50	3.050,42	1.457,50	2.321,67	0,08	7.678,33
Administração	10.000,00	10.000,00	1.457,50	3.050,42	1.457,50	2.321,67	0,08	7.678,33
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	5.218,45	12.640,81	5.218,45	12.640,81	0,42	12.359,19
Saúde	25.000,00	25.000,00	5.218,45	12.640,81	5.218,45	12.640,81	0,42	12.359,19
Atenção Básica	75.000,00	75.000,00	19.228,96	47.104,69	19.228,96	47.104,69	1,56	27.895,31
Educação	75.000,00	75.000,00	19.228,96	47.104,69	19.228,96	47.104,69	1,56	27.895,31
Ensino Fundamental	82.000,00	82.000,00	15.597,90	28.007,39	15.597,90	28.007,39	0,93	53.992,61
	82.000,00	82.000,00	15.597,90	28.007,39	15.597,90	28.007,39	0,93	53.992,61

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	277.000,00	55.339,76	119.228,68	55.339,76	118.499,93	3,93	42,78
Agricultura	25.000,00	25.000,00	6.665,30	11.986,48	6.665,30	11.986,48	0,40	47,95
Produção Industrial	25.000,00	25.000,00	6.665,30	11.986,48	6.665,30	11.986,48	0,40	47,95
Transporte	60.000,00	60.000,00	7.171,65	16.438,89	7.171,65	16.438,89	0,55	27,40
Transporte Rodoviário	60.000,00	60.000,00	7.171,65	16.438,89	7.171,65	16.438,89	0,55	27,40
TOTAL (III) = (I + II)	10.500.418,00	12.018.999,10	2.067.048,10	4.902.876,26	1.525.538,14	3.014.930,07	100,00	25,08

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA	EDEMAR NICOLAU KUHN
PREFEITO MUNICIPAL	CONTABILISTA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Mar/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	966.613,93	908.222,04	702.510,21	846.263,67	879.362,61	788.530,37	943.772,49	1.237.542,46	1.076.544,90	1.153.159,96	885.867,99	1.053.422,25	11.441.812,88	12.036.800,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.792,67	15.921,21	14.982,22	12.500,83	24.720,05	13.916,91	12.267,72	10.823,49	22.356,09	29.284,17	14.596,23	24.398,62	221.552,21	310.000,00
IPTU	5.845,45	839,37	562,19	339,40	224,47	0,00	0,00	272,57	0,00	0,00	0,00	10.481,26	18.564,71	20.000,00
IRRF	10.028,38	10.864,18	9.364,47	9.721,51	9.979,33	9.658,28	9.907,24	6.490,72	14.029,15	23.173,03	10.704,79	10.725,98	134.667,06	136.000,00
I.S.S.	4.994,71	1.507,66	4.012,63	610,91	11.780,09	1.522,11	1.528,08	3.440,31	562,09	3.152,27	1.402,11	1.957,17	36.470,14	80.000,00
LT.B.I.	3.850,90	1.650,00	902,93	1.248,26	2.250,00	2.456,52	408,84	0,00	5.372,00	1.332,07	1.493,10	652,91	21.618,53	40.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.063,23	640,00	140,00	580,75	486,16	280,00	422,56	619,89	2.394,85	1.626,80	1.396,23	581,30	10.231,77	34.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.374,91	12.984,85	13.243,40	12.919,27	10.591,13	11.423,45	11.224,33	10.632,77	23.274,64	12.637,49	15.993,51	21.512,94	170.212,69	168.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.882,85	-5.150,90	8.028,25	3.403,77	2.209,08	10.780,09	9.454,23	50.572,65	7.053,78	69.156,74	26.917,40	64.751,79	251.059,73	455.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.008,31	4.387,03	3.171,98	3.045,93	6.405,89	4.282,14	2.368,03	1.148,11	482,00	2.115,66	967,61	1.626,94	34.009,63	29.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	914.408,57	877.330,20	659.538,27	804.056,94	831.890,64	743.927,26	905.593,06	1.147.874,91	1.011.466,23	1.038.458,52	767.194,25	939.349,82	10.641.088,67	11.013.000,00
Cota-Parte do FPM	548.966,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	480.576,88	505.983,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	5.497.072,19	6.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	234.800,80	219.394,03	216.319,63	228.992,37	243.205,50	236.453,78	283.109,13	265.228,72	268.387,11	254.984,24	257.344,06	252.084,10	2.939.753,47	2.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	10.021,05	9.966,39	9.666,39	7.044,45	8.767,51	7.406,73	5.336,70	3.000,06	4.283,37	6.626,70	9.169,63	14.023,97	95.312,00	90.000,00
Cota-Parte do ITR	96,15	20,19	35,33	10,60	2.026,61	7.430,30	93,78	19,06	0,00	15,45	0,00	0,00	9.747,47	15.000,00
Outras Transferências Correntes	54.292,08	124.921,60	46.205,78	77.983,39	161.090,01	77.281,03	76.125,52	306.339,79	65.960,43	65.859,43	54.742,00	172.157,52	1.282.568,58	1.196.000,00
Transferências da LC 61/1989	3.416,40	3.556,27	3.504,98	3.750,36	3.411,43	3.646,85	4.045,30	4.323,55	4.216,63	3.571,60	3.489,91	3.802,02	44.739,30	46.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.074,77	1.074,77	1.074,77	1.074,77	1.074,77	1.074,77	1.074,77	1.074,77	1.114,79	1.114,79	0,00	1.114,79	11.942,53	16.000,00
Transferências do FUNDEB	62.140,85	60.191,16	54.815,57	59.161,23	59.636,52	57.950,09	65.231,98	64.895,30	72.670,54	71.093,41	65.655,16	66.121,32	759.563,13	750.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.156,62	3.149,65	3.546,09	10.936,93	3.545,82	4.200,52	2.865,12	16.490,53	11.910,16	1.507,38	59.798,99	1.762,14	123.889,95	57.900,00
DEDUÇÕES (II)	171.820,08	149.174,96	122.508,35	143.604,68	130.979,93	130.639,99	161.726,06	163.650,98	195.485,41	190.519,72	143.371,22	169.352,87	1.862.734,25	1.951.400,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	12.225,08	10.731,63	10.805,12	10.222,33	8.747,27	8.900,95	8.879,06	8.323,26	20.918,52	10.218,72	13.911,94	19.138,97	143.022,85	138.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	159.595,00	138.443,33	111.703,23	133.382,35	122.232,66	121.739,04	152.847,00	155.327,72	174.566,89	180.301,00	129.559,28	140.213,90	1.719.711,40	1.813.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	794.793,85	759.047,08	580.001,86	702.658,99	748.382,68	657.890,38	782.046,43	1.073.891,48	881.059,49	962.640,24	742.596,77	894.069,38	9.579.078,63	10.085.400,00

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUNH
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	538.000,00	538.000,00	114.818,70	211.410,93	126.536,50
RECEITAS CORRENTES	538.000,00	538.000,00	114.818,70	211.410,93	126.536,50
Receita de Contribuições dos Segurados	138.000,00	138.000,00	33.050,91	64.188,15	40.406,20
Pessoal Civil	138.000,00	138.000,00	33.050,91	64.188,15	40.406,20
Ativo	130.000,00	130.000,00	33.050,91	64.188,15	38.215,80
Inativo	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	2.190,40
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	81.767,79	147.222,78	86.130,30
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	400.000,00	400.000,00	81.767,79	147.222,78	86.130,30
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37	60.067,95
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	815.000,00	815.000,00	171.207,54	312.813,30	186.604,45
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	135.000,00	135.000,00	26.121,21	48.553,53	23.527,89
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	23.527,89
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	23.527,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	135.000,00	135.000,00	26.121,21	48.553,53	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	23.909,63	43.661,95
Aposentadorias	0,00	0,00	23.909,63	43.661,95
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	135.000,00	135.000,00	2.211,58	4.891,58
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	135.000,00	135.000,00	2.211,58	4.891,58
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	135.000,00	135.000,00	26.121,21	48.553,53
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	680.000,00	680.000,00	145.086,33	264.259,77
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				Até o Bimestre/2014
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor				680.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2014	2013	
Bancos Conta Movimento	1.540.594,25	1.568.603,88	1.566.761,59	
Investimentos	3.665.990,32	3.740.181,64	3.592.951,44	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37
RECEITAS CORRENTES (VIII)	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37
Receita de Contribuições Patronais	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37
Pessoal Civil	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37
Ativo	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	277.000,00	277.000,00	56.388,84	101.402,37

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA PREFEITO MUNICIPAL	EDEMAR NICOLAU KUHN CONTABILISTA
---------------------------------------	-------------------------------------

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	321.296,77	285.919,71	250.542,65
DEDUÇÕES (II)	938.139,54	1.427.218,76	1.475.207,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	938.139,54	1.554.497,89	1.570.078,25
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	127.279,13	94.870,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-616.842,77	-1.141.299,05	-1.224.664,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-616.842,77	-1.141.299,05	-1.224.664,72

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	-83.365,67	-607.821,95

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
Passivo Atuarial	4.978.947,30	4.978.947,30	4.978.947,30
DEDUÇÕES (VIII)	5.043.247,59	5.162.697,61	5.308.060,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.507.773,72	1.529.224,82	1.568.603,88
Investimentos	3.535.473,87	3.633.472,79	3.740.181,64
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	725,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-64.300,29	-183.750,31	-329.113,22
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-64.300,29	-183.750,31	-329.113,22

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.044.500,00	1.634.436,71	3.478.076,69	2.915.955,61
Receita Tributária	310.000,00	39.394,85	91.037,11	75.460,90
I.P.T.U.	20.000,00	10.481,26	10.481,26	7.934,44
I.S.S.	80.000,00	3.359,28	7.073,64	8.270,14
I.T.B.I.	40.000,00	2.146,01	8.850,08	15.590,77
I.R.R.F.	136.000,00	21.430,77	58.632,95	36.282,90
Outras Receitas Tributárias	34.000,00	1.977,53	5.999,18	7.382,65
Receita de Contribuição	445.000,00	93.895,29	174.820,95	109.894,96
Receitas Previdenciárias	415.000,00	89.439,75	165.590,52	100.474,15
Outras Contribuições	30.000,00	4.455,54	9.230,43	9.420,81
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	455.900,00	91.669,19	167.879,71	99.820,54
(-) Aplicações Financeiras	455.900,00	91.669,19	167.879,71	99.820,54
Transferências Correntes	9.199.600,00	1.436.970,89	3.132.027,75	2.713.802,57
F.P.M.	4.800.000,00	645.471,56	1.629.491,03	1.451.689,92
I.C.M.S.	2.320.000,00	407.542,89	826.240,18	696.866,35
Convênios	80.000,00	0,00	0,00	16.353,10
Outras Transferências Correntes	1.999.600,00	383.956,44	676.296,54	548.893,20
Demais Receitas Correntes	89.900,00	64.175,68	80.190,88	16.797,18
Dívida Ativa	10.000,00	307,66	307,66	3.610,18
Diversas Receitas Correntes	79.900,00	63.868,02	79.883,22	13.187,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	0,00	167.600,00	150,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	167.600,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	0,00	0,00	150,00
Convênios	18,00	0,00	0,00	150,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	0,00	0,00	150,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.044.518,00	1.634.436,71	3.478.076,69	2.916.105,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.691.900,71	1.361.389,02	2.762.584,91	2.590.918,28
Pessoal e Encargos Sociais	5.663.308,52	831.270,80	1.904.552,71	1.555.220,56
Juros e Encargos da Dívida (IX)	43.000,00	3.791,33	8.514,86	14.614,12
Outras Despesas Correntes	3.985.592,19	526.326,89	849.517,34	1.021.083,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.648.900,71	1.357.597,69	2.754.070,05	2.576.304,16
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.642.098,39	164.149,12	252.345,16	177.343,46
Investimentos	1.346.898,39	98.772,06	151.591,04	101.441,67
Inversões Financeiras	65.200,00	30.000,00	30.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	65.200,00	30.000,00	30.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	230.000,00	35.377,06	70.754,12	75.901,79
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.412.098,39	128.772,06	181.591,04	101.441,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	685.000,00	-	-	-

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	685.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.745.999,10	1.486.369,75	2.935.661,09	2.677.745,83
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.701.481,10	148.066,96	542.415,60	238.359,78
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	199.668,49	0,00
Superávit Financeiro	-	-	199.668,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo		Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHIN
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	288.000,00	288.000,00	37.724,98	85.345,59	29,63
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	31.000,00	31.000,00	10.788,92	10.788,92	34,80
1.1.1- IPTU	20.000,00	20.000,00	10.481,26	10.481,26	52,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.000,00	8.000,00	307,66	307,66	3,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	2.146,01	8.850,08	22,13
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	2.146,01	8.850,08	22,13
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	81.000,00	81.000,00	3.359,28	7.073,64	8,73
1.3.1- ISS	80.000,00	80.000,00	3.359,28	7.073,64	8,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	136.000,00	136.000,00	21.430,77	58.632,95	43,11
1.4.1- IRRF	136.000,00	136.000,00	21.430,77	58.632,95	43,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.067.000,00	9.067.000,00	1.347.868,07	3.122.209,01	34,43
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	806.839,39	2.036.863,65	33,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	806.839,39	2.036.863,65	33,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	509.428,16	1.032.799,51	35,61
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	1.114,79	3.344,37	20,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	46.000,00	46.000,00	7.291,93	15.082,16	32,79
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	0,00	15,45	0,10
2.6- Cota-Parte IPVA	90.000,00	90.000,00	23.193,80	34.103,87	37,89
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.355.000,00	9.355.000,00	1.385.593,05	3.207.554,60	34,29
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	112.000,00	112.000,00	3.776,00	41.756,11	37,28
5.1- Transferências do Salário-Educação	90.000,00	90.000,00	0,00	37.980,11	42,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	22.000,00	22.000,00	3.776,00	3.776,00	17,16
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.002,00	80.002,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	80.002,00	80.002,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	272.500,00	272.500,00	116.120,08	116.791,52	42,86
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	464.502,00	464.502,00	119.896,08	158.547,63	34,13
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.813.400,00	1.813.400,00	269.573,18	624.441,07	34,43
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	161.367,83	407.372,62	33,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	580.000,00	580.000,00	101.885,27	206.559,33	35,61
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	222,95	668,85	20,90
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	9.200,00	9.200,00	1.458,38	3.016,42	32,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	0,00	3,09	0,10
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	18.000,00	18.000,00	4.638,75	6.820,76	37,89
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	754.000,00	754.000,00	132.953,52	277.493,95	36,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	750.000,00	750.000,00	131.776,48	275.540,43	36,74
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	1.177,04	1.953,52	48,84
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.063.400,00	-1.063.400,00	-137.796,70	-348.900,64	32,81
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	677.400,00	693.208,52	62.784,26	121.182,02	17,48
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	677.400,00	693.208,52	62.784,26	121.182,02	17,48
14- OUTRAS DESPESAS	76.600,00	76.600,00	44.785,55	44.785,55	58,47
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	76.600,00	76.600,00	44.785,55	44.785,55	58,47
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	754.000,00	769.808,52	107.569,81	165.967,57	21,56
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					165.967,57
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					43,67
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					16,14
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					40,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.338.750,00	2.338.750,00	346.398,26	801.888,65	34,29
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.000,00	5.000,00	92,50	465,85	9,32
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.174.350,00	2.206.158,52	342.784,94	566.100,23	25,66
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	754.000,00	769.808,52	107.569,81	165.967,57	21,56
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.420.350,00	1.436.350,00	235.215,13	400.132,66	27,86
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.179.350,00	2.211.158,52	342.877,44	566.566,08	25,62
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-348.900,64
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.953,52
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-346.947,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					913.513,20
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,48
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.000,00	91.060,49	4.065,10	4.251,60	4,67
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	194.502,00	704.879,65	27.655,00	29.798,62	4,23
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	285.502,00	795.940,14	31.720,10	34.050,22	4,28
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.464.852,00	3.007.098,66	374.597,54	600.616,30	19,97

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	275.540,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.953,52	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	277.493,95	0,00

Macleira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA EDEMAR NICOLAU KUHN
PREFEITO MUNICIPAL CONTABILISTA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.642.098,39	252.345,16	0,00	1.389.753,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.642.098,39	252.345,16	0,00	1.389.753,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.642.098,39	-252.345,16		-1.389.753,23

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.223.418,00	10.223.418,00	1.669.717,06	16,33	3.712.154,03	36,31	6.511.263,97
	10.223.400,00	10.223.400,00	1.669.717,06	16,33	3.544.554,03	34,67	6.678.845,97
	310.000,00	310.000,00	39.394,85	12,71	91.037,11	29,37	218.962,89
	276.000,00	276.000,00	37.417,32	13,56	85.037,93	30,81	190.962,07
	14.000,00	14.000,00	1.977,53	14,13	5.999,18	42,85	8.000,82
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	168.000,00	168.000,00	37.506,45	22,33	73.418,58	43,70	94.581,42
	138.000,00	138.000,00	33.050,91	23,95	64.188,15	46,51	73.811,85
	30.000,00	30.000,00	4.455,54	14,85	9.230,43	30,77	20.769,57
	455.900,00	455.900,00	91.669,19	20,11	167.879,71	36,82	288.020,29
	455.900,00	455.900,00	91.669,19	20,11	167.879,71	36,82	288.020,29
	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
	29.000,00	29.000,00	2.594,55	8,95	5.192,21	17,90	23.807,79
	9.199.600,00	9.199.600,00	1.436.970,89	15,62	3.132.027,75	34,05	6.067.572,25
	9.119.600,00	9.119.600,00	1.436.970,89	15,76	3.132.027,75	34,34	5.987.572,25
	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
	57.900,00	57.900,00	61.581,13	106,36	74.998,67	129,53	-17.098,67
	13.000,00	13.000,00	2.562,48	19,71	3.235,11	24,89	9.764,89
	14.000,00	14.000,00	4.710,99	33,65	7.412,61	52,95	6.587,39
	10.000,00	10.000,00	307,66	3,08	307,66	3,08	9.692,34
	20.900,00	20.900,00	54.000,00	258,37	64.043,29	306,43	-43.143,29
18,00	18,00	0,00	0,00	167.600,00	111,11	-167.582,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	167.600,00	0,00	-167.600,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	167.600,00	0,00	-167.600,00	
18,00	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	18,00	
18,00	18,00	18,00	0,00	0,00	0,00	18,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	277.000,00	277.000,00	56.388,84	20,36	101.402,37	36,61	175.597,63
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	56.388,84	20,36	101.402,37	36,61	175.597,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	56.388,84	20,36	101.402,37	36,61	175.597,63
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	277.000,00	277.000,00	56.388,84	20,36	101.402,37	36,61	175.597,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.500.418,00	10.500.418,00	1.726.105,90	16,44	3.813.556,40	36,32	6.686.861,60

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.500.418,00	10.500.418,00	1.726.105,90	3.813.556,40	36,32	6.686.861,60
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.500.418,00	10.500.418,00	1.726.105,90	3.813.556,40	36,32	6.686.861,60
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	341.046,23	—	199.668,49	—	—
Superávit Financeiro	—	341.046,23	—	199.668,49	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)		% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.223.418,00	1.518.581,10	11.741.999,10	2.011.708,34	4.783.647,58	1.470.198,38	2.896.430,14	24,67	8.845.568,96
DESPESAS CORRENTES	9.097.500,00	317.400,71	9.414.900,71	1.127.668,12	3.731.050,22	1.306.049,26	2.644.084,98	28,08	6.770.815,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.369.000,00	17.308,52	5.386.308,52	772.215,69	1.809.289,25	775.931,04	1.786.052,78	33,16	3.600.255,74
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	43.000,00	0,00	43.000,00	3.791,33	8.514,86	3.791,33	8.514,86	19,80	34.485,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.685.500,00	300.092,19	3.985.592,19	351.661,10	1.913.246,11	526.326,89	849.517,34	21,31	3.136.074,85
DESPESAS DE CAPITAL	440.918,00	1.201.180,39	1.642.098,39	884.040,22	1.052.597,36	164.149,12	252.345,16	15,37	1.389.753,23
INVESTIMENTOS	194.718,00	1.152.180,39	1.346.898,39	818.663,16	951.843,24	98.772,06	151.591,04	11,25	1.195.307,35
INVERSOES FINANCEIRAS	16.200,00	49.000,00	65.200,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	46,01	35.200,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	230.000,00	0,00	230.000,00	35.377,06	70.754,12	35.377,06	70.754,12	30,76	159.245,88
RESERVA DE CONTINGENCIA	685.000,00	0,00	685.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	277.000,00	0,00	277.000,00	55.339,76	119.228,68	55.339,76	118.499,93	42,78	158.500,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	277.000,00	0,00	277.000,00	55.339,76	119.228,68	55.339,76	118.499,93	42,78	158.500,07

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	277.000,00	0,00	277.000,00	55.339,76	119.228,68	55.339,76	118.499,93	42,78
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.500.418,00	1.518.581,10	12.018.999,10	2.067.048,10	4.902.876,26	1.525.538,14	3.014.930,07	25,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.500.418,00	1.518.581,10	12.018.999,10	2.067.048,10	4.902.876,26	1.525.538,14	3.014.930,07	25,08
SUPERÁVIT (XIII)		—	—	—	—	—	798.626,33	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.500.418,00	1.518.581,10	12.018.999,10	2.067.048,10	4.902.876,26	1.525.538,14	3.813.556,40	25,08

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 264.259,77

FONTE:

Macieira, 12/05/2014

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
CONTABILISTA

Mafra**PREFEITURA****Termo de Convocação****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.808, de 13 de Abril de 2012 que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca a cidadã a seguir relacionada aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 001/2013 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os CANDIDATOS CONVOCADOS a seguir:

01- Agentes Comunitários de Saúde- Comparecer até dia 16.05.2014 (para manifestar interesse pela vaga)

Bairro/ Localidade	Nome
Vila Nova	Cledson Agostinho Ribeiro
Vila Nova	Joanita Savitski Gabardo
Saltinho do Canivete	Josiane Saibot
Vila Ferroviária	Salete Gruber Piske
Alto de Mafra	Noeli Maria Frago
Vila Das Flores	Viviane Fuchs Goulart Pereira

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 001/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Após concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-la pela classificação no Processo Seletivo nº 001/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 09 de Maio de 2014

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Tadeu David Geronasso
Secretário Municipal de Administração

Extrato de Dispensa de Licitação Nº 231/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 231/2014.

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEÍCULOS S/A.

CNPJ: 85.131.704/0001-56.

OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos veículos Kombi placas BRE 2235 e BRE 2241, pertencentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, considerando o período de garantia dos veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 472,00 (Quatrocentos e setenta e dois reais).

Mafra, (SC)

13 de maio de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 074/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de aparelhos e equipamentos odontológicos destinados a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 27/05/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 13 de maio de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Lei Municipal Nº. 4020

LEI MUNICIPAL Nº. 4020

DE 07 DE MAIO DE 2014.

DISPÕES SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS, REVOGA A LEI 3678/11 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a conceder incentivos às empresas, obedecido ao disposto nesta lei.

Art. 2º - Os incentivos de que trata esta lei destinam-se às empresas que venham a contribuir para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento do município e que estejam:

I - Instalando-se no município de Mafra, ou;
II - Ampliando ou expandindo suas instalações ou atividades, o que importe no aumento da área construída e no aumento do número de empregos gerados, ou;
III - Mudando de endereço no Município de Mafra, estando o endereço de origem em desacordo com a legislação e o endereço de destino em consonância com a legislação deste município, ou;
IV - Reativando suas atividades empresariais, desde que estejam paralisadas por no mínimo 01(um) ano.

Art. 3º - Os incentivos de que trata esta lei são:

I - Incentivos imobiliários;
II - Incentivos físicos;

III - Incentivos tributários.

Parágrafo único - Os incentivos de que trata esta lei ficam condicionados a disponibilidade de recursos físicos, humanos e financeiros do Poder Executivo.

DOS INCENTIVOS IMOBILIÁRIOS

Art. 4º - Os incentivos imobiliários de que trata esta lei são:

- I - A concessão do direito real de uso de imóveis públicos;
- II - A venda de imóveis públicos;
- III - A doação de imóveis públicos.

Art. 5º - A doação de imóvel público somente será permitida em caso de relevante interesse público devidamente justificado com expressa autorização legislativa.

Art. 6º - Os incentivos imobiliários descritos nesta Lei serão precedidos dos requisitos na ordem abaixo estabelecidos:

- I - Avaliação do Imóvel;
- II - Aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra - CODEM da proposição encaminhada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- III - Autorização legislativa;
- IV - Processo licitatório na modalidade de concorrência pública, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93.

Parágrafo único - O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra - CODEM deve manifestar seu posicionamento em relação ao encaminhamento da proposição descrita no inciso II deste artigo no prazo máximo de trinta dias contados a partir da data do seu recebimento.

Art. 7º - As empresas participantes do certame licitatório descrito no inciso IV do Art. 6º ficam obrigadas a apresentar projeto de instalação da empresa e poderão ter seu incentivo cancelado, com o retorno do imóvel ao patrimônio municipal, sem direito de reembolso de qualquer benfeitoria ou de valores eventualmente pagos, se não implementarem no prazo estabelecido o projeto apresentado.

DOS INCENTIVOS FÍSICOS

Art. 8º - Os incentivos físicos serão concedidos por ato do Poder Executivo, após avaliação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e poderão ser:

- I - Serviços de infra-estrutura, de terraplanagem, aterramento e fornecimento de cascalho para o terreno;
- II - Obras necessárias para o escoamento das águas pluviais e acesso ao terreno.

§ 1º - Os serviços descritos no inciso I deste artigo serão realizados mediante o recolhimento de preços públicos praticados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, fixados por decreto do chefe do Poder Executivo, com 10% (dez por cento) de subsídio a título de incentivo.

§ 2º - O subsídio previsto neste artigo poderá ser de até 100% (cem por cento) mediante a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra - CODEM.

Art. 9º - Os incentivos físicos ficam estendidos a todas as empresas instaladas no município que estiverem em dia com os tributos municipais.

DOS INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS

Art. 10 - Os incentivos tributários serão concedidos através de

autorização legislativa após a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra - CODEM e poderão contemplar:

- I - isenção total ou parcial da taxa para expedição do alvará de construção;
- II - isenção total ou parcial da taxa para expedição da licença sanitária;
- III - isenção total ou parcial da taxa para expedição do alvará de localização e funcionamento;
- IV - isenção total ou parcial do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
- V - isenção total ou parcial do imposto sobre serviços (ISS).

Art. 11 - Os incentivos tributários serão concedidos pelo período de até dez anos considerando os percentuais de redução e o prazo do benefício conforme a aprovação do CODEM.

DAS SOLICITAÇÕES

Art. 12 - A solicitação para a concessão de incentivos físicos será formalizada junto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através de requerimento devidamente justificado.

Parágrafo único - A Secretaria de Desenvolvimento Econômico deverá analisar e encaminhar as solicitações de incentivos físicos aprovadas para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a qual executará os serviços mediante o recolhimento dos valores devidos.

Art. 13 - A solicitação para a concessão de incentivos tributários e a solicitação de subsídios nos incentivos físicos acima de 10% será encaminhada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através de requerimento da empresa interessada, acompanhada dos seguintes documentos:

- I - formulário de solicitação de incentivos, fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- II - cópia do Ato Constitutivo e de sua última alteração;
- III - último balanço ou balancete;
- IV - cópia do Alvará de Licença;
- V - certidão Negativa de Débitos Municipais, Estaduais e Federais;
- VI - cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

Art. 14 - Compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

- I - promover e divulgar pesquisa, estudo e análise, com vistas do desenvolvimento das potencialidades econômicas do Município;
- II - divulgar, no âmbito empresarial, o resultado obtido das suas análises, quanto às oportunidades de investimentos;
- III - orientar e divulgar, no âmbito empresarial, os procedimentos para utilização dos incentivos;
- IV - analisar tecnicamente os documentos apresentados pelas empresas que solicitaram incentivos tributários e após, juntamente com o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Mafra - CODEM, fazer a avaliação dos incentivos que poderão ser concedidos, elaborando um relatório e encaminhando-os ao Executivo Municipal, para a decisão final;
- V - encaminhar à Secretaria de Finanças solicitação formal devidamente embasada, para a emissão de ato de isenção do incentivo fiscal, bem como de sua suspensão, quando for o caso.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Lei 3678 de 03 de junho de 2011 e demais disposições em contrário.

Mafra / SC, 07 de maio de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Decreto Legislativo Nº 02/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02, DE 28 DE ABRIL DE 2014.
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NESTA REPARTIÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roldinei Dassoler da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, que no dia 01 de maio de 2014 é feriado nacional em comemoração ao dia do trabalhador;

CONSIDERANDO, que o Poder Executivo instituiu ponto facultativo nas repartições públicas, conforme Decreto Nº 29 de 28 de abril de 2014;

CONSIDERANDO, que a prática administrativa tem demonstrado que a adoção da medida de que trata esse decreto, em circunstâncias análogas, gera economia ao erário público;

CONSIDERANDO, a necessidade de atender e regulamentar os serviços públicos, notadamente os essenciais;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse da Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, no dia 02 de maio de 2014, feriado dia do trabalho, durante todo o expediente.

Parágrafo único. No dia 05 de Maio de 2014 o expediente retornará a sua normalidade das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Maracajá, 28 de ABRIL de 2014.
Roldinei Dassoler da Silva
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 28 de abril de 2014.

Maria Aparecida de Souza Freitas
1ª Secretária

Portaria Legislativa Nº 01/2014

PORTARIA Nº. 01 DE 22 DE JANEIRO DE 2014.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso das atribuições previstas no artigo 31, V, da Resolução nº 04/93 (Regimento Interno) e artigo 5º da Lei nº 683 de 28 de fevereiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Nº. 07 de 04 de maio de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá,
em 22 de janeiro de 2014.
ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria da Câmara Municipal em 22 de janeiro de 2014.

MARIA APARECIDA FREITAS DE SOUZA
1ª Secretária

Portaria Legislativa Nº 02/2014

PORTARIA Nº. 02 DE 22 DE JANEIRO DE 2014.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso das atribuições previstas no artigo 31, V, da Resolução nº. 04/93 (Regimento Interno) e artigo 5º da Lei nº. 683 de 28 de fevereiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a concessão de gratificação de 90% (noventa por cento) concedida ao Servidor Jorge Acir Cordeiro, nomeado no cargo em comissão de Assessor Jurídico pela Portaria Nº. 02 de 07 de janeiro de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO: Permanece no cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal, Jorge Acir Cordeiro, ocupante de cargo de provimento em comissão, símbolo CC-2, do quadro permanente de pessoal do Poder Legislativo a partir de 07 de janeiro de 2011, com remuneração normal definida em lei, sem gratificação para o desempenho de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá,
em 22 de janeiro de 2014.
ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria da Câmara Municipal em 22 de janeiro de 2014.

MARIA APARECIDA FREITAS DE SOUZA
1ª Secretária

Portaria Legislativa Nº 04/2014

PORTARIA Nº 004 DE 01 DE ABRIL DE 2014.

Nomeia Geovana Trevisol Teixeira para exercer o Cargo de Diretora Financeira.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 970, de 21 de março de 2014,

Resolve:

Art. 1º Nomear GEOVANA TREVISOL TEIXEIRA, Brasileira, casada, nascida em 13.09.1982, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 044.673.819-02, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Financeira, Nível CC-3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, a partir de 01 de abril 2014.

Art. 2º Conceder gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre seus vencimentos a título de vantagem e dedicação exclusiva.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá,
em 01 de abril de 2014.
ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, em 01 de abril de 2014.

Mª APARECIDA DE SOUZA FREITAS
1º Secretário

Portaria Legislativa Nº 05/2014

PORTARIA Nº 005 DE 01 ABRIL DE 2014.

Nomeia Andréia Marques para exercer o Cargo de Assessora Legislativa.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 970, de 21 de março de dezembro de 2014,

Resolve:

Art. 1º Nomear ANDREIA MARQUES, Brasileira, divorciada, nascida em 17.02.1972, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 767.414.199-34, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Legislativa, Nível CC-2, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Conceder gratificação de 60% (sessenta por cento) sobre seus vencimentos a título de vantagem e dedicação exclusiva.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá,
em 01 de abril de 2014.
ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, em 01 de abril de 2014.

Mª APARECIDA DE SOUZA FREITAS
1º Secretário

Portaria Legislativa Nº 06/2014

PORTARIA Nº 006 DE 01 DE ABRIL DE 2014.

Nomeia Elizabete Maria de Souza para exercer o Cargo de Diretora Administrativa.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 970, 21 de março de 2014,

Resolve:

Art. 1º Nomear ELIZABETE MARIA DE SOUZA, Brasileira, solteira, nascida em 26.03.1983, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 039.962.509-75, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Administrativa, Nível CC-3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá,
em 01 de abril de 2014.
ROLDINEI DASSOLER DA SILVA
Presidente

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, em 01 de abril de 2014.

Mª APARECIDA DE SOUZA FREITAS
1º Secretário

Portaria Legislativa Nº 07/2014

PORTARIA Nº. 007 DE 01 DE ABRIL DE 2014

Concede gratificação a servidor que especifica, ocupante de cargo em comissão do quadro de pessoal do poder legislativo.

ROLDINEI DASSOLER DA SILVA, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº. 970, de 21 de março de 2014,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao servidor Jorge Acir Cordeiro, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor jurídico, gratificação de 80% (oitenta por cento) sobre seus vencimentos a título de vantagem e dedicação exclusiva, conforme autoriza a Lei Municipal nº 970 de 21 de março de 2014 em seu artigo 23.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Maracajá,
em 01 de abril de 2014.
Roldinei Dassoler da Silva
Presidente

Registrada e publicada a presente Portaria nesta Secretaria, em 01 de abril de 2014

Mª Aparecida de Souza Freitas
1ª Secretária

Decreto Nº 32/2014

DECRETO Nº 32 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 978 de 24 de abril de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de

Maracajá, no valor de R\$ 1.052.607,11 (um milhão, cinquenta e dois mil, seiscentos e sete reais, onze centavos), assim classifica-

do:
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Órgão: 07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

Proj. Atividade: 1.027 - Aquisição de Equipamentos e Construção do Centro de Triagem

4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.00.1080 - Aplicações Diretas .R\$ 985.764,86
4.4.90.00.00.00.00.00.00.1080 - Aplicações Diretas .R\$ 66.842,25

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I - Próprios/Contrapartida: do excesso de arrecadação de receitas orçamentárias (superávit financeiro do exercício anterior);

II - Convênio: proveniente de recursos do Governo Federal - Ministério da Saúde - Fundação Nacional de Saúde, através do Convênio nº 234/2012.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
30 de Abril de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 30 de abril de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Lei Nº 981/2014

LEI Nº 981 DE 07 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Financeira no Município de Maracajá/SC com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá, inscrita no CNPJ sob o número 82.549.247/0001-26, estabelecido na Rua João Carradore, nº 196, Centro de Maracajá/SC, representada pelo seu presidente.

Art. 2º A cooperação financeira do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o exercício de 2014, pagos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para fazer face ao auxílio de custeio de despesa com a prestação de serviços de assistência social relativos a saúde dos associados ao Sindicato.

Art. 3º O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de

Maracajá, prestará contas até 30 (dias) após o repasse de cada parcela, nos termos da legislação vigente e normas estabelecidas pela administração municipal de Maracajá.

Parágrafo Único - Não haverá nova liberação de recursos à entidade beneficiada, se esta não fizer a prestação de contas, dentro do prazo estabelecido no referido Termo de Convênio.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fiscalizar e a celebrar com a entidade subvencionada, o respectivo convênio, disciplinando o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por esta Lei.

Art. 5º A celebração do termo de convênio será firmado desde que o Sindicato Rural de Maracajá atenda aos seguintes pré-requisitos:

I - Não estar em débito com o município referente a prestação de contas no exercício de 2013;

II - Apresentar todos os documentos solicitados pelo Decreto nº 12/2014;

III - Não possuir débitos com a União, Estado e Município.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do ano de 2014.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
07 de Maio de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 07 de maio de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Lei Nº 982/2014

LEI Nº 982 DE 07 DE MAIO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 29 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Altera a redação do Art. 6º, da Lei Complementar nº 29, de 16 de Fevereiro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º A Assistência à saúde compreende, dentro dos recursos técnicos existentes no Município e mediante convênio ou credenciamento, a prestação dos seguintes serviços:

I - consultas médicas;

II - exames complementares de diagnóstico."

Art. 2º Altera a redação do Art. 8º, da Lei Complementar nº 29, de 16 de Fevereiro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O segurado participará das despesas de que trata o art. 6º, nas seguintes condições e proporções:

I - 50% (cinquenta por cento) do valor das consultas;

II - 50% (cinquenta por cento) do valor dos exames complementares;

Art. 3º Altera a redação do Art. 10, da Lei Complementar nº 29, de 16 de Fevereiro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 Os segurados contribuirão obrigatoriamente com o Fundo de que trata esta Lei, mediante consignação em folha de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, no percentual de 4% (quatro por cento), sobre seu vencimento base ou provento.

Parágrafo único - No caso de afastamento para o exercício de mandato eletivo, os valores da contribuição serão determinados como se este em exercício estivesse.”

Art. 4º Altera a redação do Art. 11, da Lei Complementar nº 29, de 16 de Fevereiro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 O Município, compreendendo a Administração Direta, indireta e Fundacional, contribuirá, obrigatoriamente, com 4% (quatro por cento) sobre o valor dos vencimentos base ou proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas, a título de contribuição patronal.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
em 07 de Maio de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 07 de maio de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Portaria Nº 103/2014

Portaria nº 103 de 3 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SILVANA LAURENTINO COSTA, brasileira, maior, nascida em 14 de novembro de 1974, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 016.576.969-60, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 3 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 3 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 104/2014

PORTARIA Nº. 104 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Oriosvaldo Vany Florentino, ocupante do Cargo de Motorista II, referente ao período aquisitivo de 30/12/2011 à 29/12/2012, com gozo em 17/2/2014 e término em 26/2/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 3 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 105/2014

Portaria nº 105 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear FLAVIA SUZETI ROCHA, brasileira, maior, nascida em 16 de março de 1975, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 066.607.139-05, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 106/2014

Portaria nº 106 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARLENE MAFIOLETTI, brasileira, maior, nascida em 5 de maio de 1974, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 023.803.169-10, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 107/2014

Portaria nº 107 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JAIR DA ROSA, brasileiro, maior, nascido em 25 de junho de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 702.961.119-53, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 108/2014

Portaria nº 108 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SUZANA APARECIDA FARIA DA SILVA MARTINS, brasileira, maior, nascida em 8 de junho de 1973, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 051.063.029-43, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 109/2014

Portaria nº 109 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear NIVALDO JOÃO MARTINS, brasileiro, maior, nascido em 10 de janeiro de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 845.911.539-91, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos

Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 110/2014

Portaria nº 110 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA APARECIDA DA COSTA, brasileira, maior, nascida em 11 de setembro de 1985, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 073.316.359-99, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 111/2014

Portaria nº 111 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA DE LOURDES PEREIRA, brasileira, maior, nascida em 17 de dezembro de 1974, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 845.918.979-15, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade,

conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 112/2014

Portaria nº 112 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JORGE MANOEL ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 29 de março de 1962, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 501.649.709-59, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 113/2014

Portaria nº 113 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear AMANDIO SANTOS DE FREITAS, brasileiro, maior, nascido em 1º de abril de 1949, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 062.221.219-26, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 114/2014

Portaria nº 114 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA TEREZINHA DE MEDEIROS, brasileira, maior, nascida em 28 de setembro de 1960, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 693.746.359-68, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar no Centro de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 115/2014

Portaria nº 115 de 10 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 11 de fevereiro de 2014, CLAUDIONOR CANDIDO, brasileiro, maior, nascido em 9 de abril de 1969, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 621.033.859-34, para exercer o cargo de Motorista de Ambulância - ACT, 40 horas, no período de 11 de fevereiro de 2014 podendo

vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido adicional de alimentação e insalubridade de 20% para o servidor por prestar seus serviços no Departamento de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 10 de fevereiro de 2014.
WAGNAR DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 116/2014

Portaria Nº 116, de 11 de fevereiro de 2014.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, CRISTIANE MASIERO DA ROCHA CPF 009.692.999-58, matrícula Nº 1711, nascida em 22 de agosto de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 072/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 117/2014

Portaria Nº 117, de 11 de fevereiro de 2014.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, ROSELI MONTEIRO DOS SANTOS CPF 041.797.749-25, matrícula Nº 1715, nascida em 31 de março de 1981.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 076/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria Nº 118/2014

Portaria Nº 118, de 11 de fevereiro de 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, IRENE TEREZINHA MEDEIROS GOBBO CPF 887.401.709-00, matrícula Nº 1679, nascida em 4 de dezembro de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 033/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria Nº 119/2014

Portaria Nº 119, de 11 de fevereiro de 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 10 de fevereiro de 2014, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, MARIA GLACI BATISTA CPF 887.359.669-04, matrícula Nº 1732, nascida em 5 de setembro de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 093/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria Nº 120/2014

Portaria Nº 120, de 11 de fevereiro de 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, GISELE ACORDI DA ROCHA DE OLIVEIRA CPF 005.856.309-17, matrícula Nº 1714, nascida em 30 de junho de 1979.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 075/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria Nº 121/2014

Portaria nº 121 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SANDRA REGINA BARCELOS ROSA, brasileira, maior, nascida em 15 de abril de 1960, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 434.378.429-00, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 5 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 5 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria Nº 122/2014

Portaria nº 122 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DAIANE SILVEIRA FLORIANO, brasileira, maior, nascida em 15 de fevereiro de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 005.489.909-56, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 5 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 5 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 123/2014

Portaria nº 123 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear WANICE LEMOS VALÉRIO, brasileira, maior, nascida em 3 de maio de 1988, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 060.577.339-40, para exercer o cargo de Farmacêutica - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 124/2014

Portaria nº 124 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ALEX MOREIRA, brasileiro, maior, nascido em 10 de setembro de 1982, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 038.666.059-00, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 125/2014

Portaria nº 125 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear CEZINALDO DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 21 de março de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 799.698.609-68, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 126/2014

Portaria nº 126 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear PAULO RICARDO OCHOA, brasileiro, maior, nascido em 9 de março de 1960, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 823.666.329-91, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 127/2014

Portaria nº 127 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JAIRO PEDRO DA SILVA, brasileiro, maior, nascido em 20 de novembro de 1986, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 062.572.549-22, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 128/2014

Portaria nº 128 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear CRISLAINE DONDOSSOLA DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 24 de julho de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 062.666.339-30, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. MAG. 80%, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 129/2014

Portaria nº 129 de 11 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA, brasileira, maior, nascida em 14 de abril de 1962, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 984.138.219-91, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 11 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 11 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 170/2014

Portaria nº 170 de 13 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear AURIDÉIA RÉUS CARDOSO MORAES, brasileira, maior, nascida em 21 de janeiro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 001.196.060-46, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 13 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 13 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 171/2014

Portaria nº 171 de 13 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SAMIRA MATIAS DE ALMEIDA, brasileira, maior, nascida em 5 de outubro de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 033.736.569-58, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 13 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 13 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 172/2014

Portaria nº 172 de 13 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear EDITE SCARDUELLI, brasileira, maior, nascida em 10 de agosto de 1961, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 442.780.559-00, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 13 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 13 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 173/2014

Portaria nº 173 de 17 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SINARA ROCHA DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 23 de março de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 004.844.099-05, para exercer o cargo de Professor - ACT, 10 horas, ref. MAG 80%, no período de 17 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 174/2014

Portaria nº 174 de 17 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear KATYELE LAURENTINO ESPINDULA, brasileira, maior, nascida em 8 de julho de 1991, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 078.837.629-23, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. MAG 80%, no período de 17 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 175/2014

Portaria nº 175 de 17 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JOSÉ PEDRO DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 9 de março de 1950, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 461.203.869.04, para exercer o cargo de Vigia - ACT, 40 horas, no período de 17 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 176/2014

Portaria nº 176 de 17 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ROSANE ARMINDA JACOBS, brasileira, maior, nascida em 29 de setembro de 1969, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 031.511.059-71, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição ao servidor Rafael Batista Prudêncio que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 177/2014

Portaria nº 177 de 17 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ELISA MARIA PEDRO, brasileira, maior, nascida em 27 de agosto de 1962, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 542.023.100-04, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição ao servidor Vanderlei de Souza que se encontra de licença.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar junto a Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 178/2014

Portaria nº 178 de 17 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear LUZIA FELISBERTO BILÉSIMO, brasileira, maior, nascida em 13 de dezembro de 1955, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 417.029.569-20, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição ao servidor João Carradore que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 179/2014

PORTARIA Nº 179 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA DANIELA REJANE FYSZER ROXO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 17 de fevereiro de 2014, a servidora DANIELA REJANE FYSZER ROXO, ocupante do cargo de Professor - ACT, a contar de 17/2/2014 a 16/6/2014, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 17 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 180/2014

Portaria nº 180 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear TAMIRES GRIGIO WATERKEMPER, brasileira, maior, nascida em 15 de setembro de 1993, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 089.610.739-66, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição a servidora Maria Juraci Machado que se encontra de licença.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por atuar junto a Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 181/2014

Portaria nº 181 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ANDRÉ ZÉLIO PEREIRA, brasileiro, maior, nascido em 16 de junho de 1974, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 812.054.309-20, para exercer o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 182/2014

Portaria nº 182 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ADRIANO ZÉLIO PEREIRA, brasileiro, maior, nascido em 16 de junho de 1974, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 812.054.499-49, para exercer o cargo de Mecânico - ACT, 40 horas, no período de 10 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 40% de insalubridade, conforme LTCAT, ao servidor nomeado para o cargo de Mecânico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 183/2014

Portaria nº 183 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SUZEN DA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 28 de setembro de 1991, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 080.576.109-80, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. MAG 80%, no período de 7 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 7 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 184/2014

Portaria nº 184 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear VANUZA FERNANDES, brasileira, maior, nascida em 28 de outubro de 1972, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 658.260.940-87, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. MAG 80%, no período de 13 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 185/2014

Portaria nº 185 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear LIZETE PEREIRA DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 31 de agosto de 1970, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 691.320.469-87, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição a servidora Lucinara da Conceição que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 186/2014

Portaria nº 186 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear GESIANE BASILIO DE ALMEIDA SOMARIVA, brasileira, maior, nascida em 7 de abril de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 030.521.839-58, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 18 de fevereiro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 187/2014

Portaria nº 187 de 18 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear TATIANA DOS SANTOS DA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 7 de abril de 1995, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 092.911.929-02, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição a servidora Lucia de Fátima Leandro dos Santos que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 18 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 188/2014

Portaria nº 188 de 19 de fevereiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MURILO MANOEL DA SILVA FREITAS, brasileiro, maior, nascido em 12 de setembro de 1989, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 068.909.069-26, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. MAG 80%, no período de 19 de fevereiro de 2014 até 16 de junho de 2014, ou enquanto houver impedimentos, em substituição a servidora Daniela Rejane Fyszer Roxo que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá,
em 19 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria Nº 189/2014

PORTARIA Nº. 189 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor que se relaciona:

Antonio Joelson Peruchi, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 1º/7/2012 a 30/6/2013, com gozo em 3/2/2014 e término em 4/3/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 3 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 19 de fevereiro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Marema**PREFEITURA****Pregão Presencial N. 014/2014. Seguros III**

Município de Marema - Pregão Presencial n. 014/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 025/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2014, para contratação de seguro de veículos, bens moveis e imóveis. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 28/05/2014, às 09h00min e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 28/05/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 13 de maio de 2014

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Massaranduba**PREFEITURA****Decreto Nº 2903 de 08 de Maio de 2014**

DECRETO Nº 2903 DE 08 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 36401 - Piso de Atenção Básica - PABR\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba,
em 08 de Maio de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2904 de 08 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2904 DE 08 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.120,33 (Dezesseis mil, cento e vinte reais e trinta e três centavos) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0033.2016 - Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 32254 - Transferências Convênios UniãoR\$ 16.120,33

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Massaranduba,
em 08 de Maio de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2905 de 09 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2905 DE 09 DE MAIO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.000,00 (Sessenta e oito mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 32355 - Transferência Convênios do Estado - Saúde
..... R\$ 68.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba,
em 09 de Maio de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Licitação 36/2014 Pregão 16/2014 - Errata 1 - Manutenção da Frota Municipal

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2014 - multientidade
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014-PMM
ERRATA 1

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS de MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, ao longo de 12 (doze) meses.

ONDE SE LÊ:
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 19/05/2014.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 19/05/2014.

LEIA-SE:
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 02/06/2014.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 02/06/2014.

Acrescido ANEXO IX - controle de horas para execução dos serviços.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Massaranduba,
13 de Maio de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Errata

ERRATA

As Portarias nº 197/2014 e nº 198/2014 publicadas no DOM, edição nº 1483, do dia 12/05/2014, onde se lê JAQUELINE MARTINS VALNIER, ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO e OSÉIAS CORRENTE, leia-se conforme abaixo.

NOME	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
JAQUELINE MARTINS VALNIER	4D	4E
ENEDIR MIZEGESKI CARVALHO	3A	3B
OSÉIAS CORRENTE	5A	5B

Meleiro,
13 de Maio de 2014
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Convite

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
CONVITE

JONNEI ZAZETTE, Prefeito Municipal, vem por meio deste convidar Vossa Senhoria para Audiência Pública no dia 27.05.2014, às 18:00 hs, na dependência da Câmara Municipal de Meleiro, para demonstração das metas fiscais do 1º Quadrimestre de 2014, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00 e a discussão para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o Ano de 2015.

Certo de seu comparecimento antecipo agradecimento.

Meleiro (SC),
02 de Maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Decisão do Recurso Interposto No Pregão Presencial Nº. 034/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
DECISÃO DO RECURSO INTERPOSTO NO PREGÃO PRESENCIAL nº. 034/2014

O Prefeito Municipal de Meleiro o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores comunica que o recurso interposto pela empresa NAPOLY COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA referente ao Pregão Presencial nº 034/2014 merece provimento, conforme decisão do parecer jurídico anexado no processo, sendo que fica decidido pela ANULAÇÃO do seguinte processo.

Meleiro/SC,
12 de maio de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 164/2014

Decreto nº 164/2014 de 12/04/14

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2014, credencia os proponentes habilitados, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Edital de Credenciamento Nº 001/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º- Ficam credenciadas as empresas citadas abaixo para o objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2118/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013:

Credenciados	Descrição	Unidade	Valor (R\$)
*JACOBY & JACOBY LTDA *POSTO MODELO LTDA ME	ÓLEO DIESEL	LITROS	2,51
*JACOBY & JACOBY LTDA *NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	HORAS	195,00
*NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	TRATOR DE ESTEIRA	HORAS	200,00
*JACOBY & JACOBY LTDA *NC TRANSPORTES & SERVIÇOS LTDA ME	RETRO ESCAVADEIRA	HORAS	97,50
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	AVEIA CRIOLA	KG	2,45
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	AVEIA PRETA	KG	1,34
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	AZEVÉM	KG	3,61
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	MILHETO MELHORADO	KG	4,60
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	AVEIA DE VERÃO	KG	2,56
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	ADUBO 9.33.12	SACA 50 KG	67,83
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	ADUBO 3.20.20	SACA 50 KG	61,50
*AURI ADEMIR JUNG ME *COOPERATIVA REGIO- NAL ITAIPU	URÉIA 45% NITRO- GÊNIO	SACA 50 KG	67,83

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC,
Segunda-Feira, 12 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Navegantes

PREFEITURA

Ata de Recebimento E Abertura de Documentação 64/2014 - Super Light

Prefeitura Municipal de Navegantes

Pregão nº 64/2014 PMN

O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO INFORMA QUE NO DIA 12/05/2014 ABRIU O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA 4º COLOCADA EMPRESA barki, POIS A 3º COLOCADA não APRESENTOU AMOSTRA da cesta básica conforme EDITAL, APOS ABERTURA FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA barki apresentou certidão municipal em desacordo ao edital sendo ela inabilitada , após procedeu-se a abertura do envelope de habilitação da 5º colocada empresa SUPERLIGHT e constatado que a mesma ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL ABRINDO PRAZO DO EDITAL PARA A MESMA APRESENTAR AMOSTRA.

Pregoeiro e equipe de apoio,
Navegantes 12 de maio de 2014

Portaria 1832 Instauração de Processos Administrativos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1832 DE 9 DE ABRIL DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pelo servidor BALDUÍNO DE SOUZA.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes,
9 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N º 1833 DE 9 DE ABRIL DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pela servidora LUCILENE FELÍCIO LEAL.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N º 1834 DE 9 DE ABRIL DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

para apurar possível não exoneração de servidor ao completar 70 anos.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 3251 de 17/9/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N º 1835 DE 9 DE ABRIL DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo da servidora KARINA OLIVEIRA FERREIRA RÉGIS.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 3251 de 17/9/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 9 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2135 DE 13 DE MAIO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo do servidor SÉRGIO LUIZ FRANCISCO.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 3251 de 17/9/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2136 DE 13 DE MAIO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo da servidora FABIANA NASCIMENTO.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 3251 de 17/9/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2137 DE 13 DE MAIO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo da servidora EVELYN KLINKE NAZÁRIO.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 3251 de 17/9/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 13 de maio de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2138 DE 13 DE MAIO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana da Costa Succo - Analista Consultor Administrativo - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo da servidora SIMONE DE MARIA.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 3251 de 17/9/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,
13 DE MAIO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes,
13 de maio de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Ata - Tomada de Preço Nº 93/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes
Ata Tomada de Preço nº 93/2014 PMN
ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS ARTEFATOS DE CIM.SANTA TEREZINHA, BELGA CONSTR.TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E ARTEFATOS CIM. GASPAR (SEM CREDENCIADO PRESENTE) LAJETUBOS,(SEM CREDENCIADO PRESENTE).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, TODAS AS EMPRESAS VERIFICARAM A HABILITAÇÃO E A APÓS INFORMAÇÃO DE QUE TODAS FORAM HABILITADAS AS MESMAS ABRIRAM MÃO DE INTERPOR RECURSO.

SEGUINDO, JÁ NA ABERTURA DAS PROPOSTAS FOI VERIFICADO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A ARTEFAT. CIMENTO SANTA TEREZINHA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 445.197,43

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Navegantes, 13 de maio de 2014

Ata - Tomada de Preço Nº 95/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Tomada de Preço nº 95/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS CR ARTEFATOS DEVIDAMENTE CREDENCIADA E EMPRESAS ARTEFATOS DE CIM.SANTA TEREZINHA, BELGA CONSTR. LAJETUBOS E ARTEFATOS CIMENTO GASPAR SEM CREDENCIADOS PRESENTES.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, TODAS AS EMPRESAS VERIFICARAM A HABILITAÇÃO E A APÓS INFORMAÇÃO DE QUE TODAS FORAM HABILITADAS AS MESMAS ABRIRAM MÃO DE INTERPOR RECURSO.

SEGUINDO, JÁ NA ABERTURA DAS PROPOSTAS FOI VERIFICADO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 498.182,50, a segunda colocada foi a santa terezinha R\$ 539.518,30, 3º colocada lajetubos R\$ 546.091,59, 4º colocada gaspar R\$ 549.382,70, 5º colocada Belga R\$ 595.730,81.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Navegantes, 09 de maio de 2014

Ata - Tomada de Preço Nº104/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Tomada de Preço nº 104/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (NÃO CREDENCIADA - NÃO APRESENTOU DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO -AUSENTE); e ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR, ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA , BELGA CONSTRUÇÕES E CONSTRUTORA SANTA FÉ DEVIDAMENTE CREDENCIADAS.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE A EMPRESA SANTA FÉ APRESENTOU CERTIDÃO DE PESSOA JURIDICA EM NOME DE EMERSON KROENKE COMO RESPONSÁVEL TECNICO ENTRETANTO NA CERTIDÃO DE ACERVO TECNICO DO MESMO NÃO CONSTA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA E DRENAGEM, foi apresentado contrato de prestação de serviços cujo responsável técnico é o sr Helio Gonçalves , entretanto o mesmo não consta no certificado de pessoa jurídica da empresa santa fé, quanto a certidão de acervo técnico do sr. Hélio também não consta objeto compatível com a licitação (drenagem e pavimentação), o testado de capacidade tecnica da empresa santa fé também não tem drenagem - DESTA FORMA A EMPRESA SANTA FÉ FOI INABILITADA, CONFORME DECISÃO DA COMISSÃO FORAM CLASSIFICADAS AS EMPRESAS ART. CIMENTO GASPAR, ART. SANTA TEREZINHA E BELGA CONST. SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES. SEGUINDO FOI COMUNICADO AOS PRESENTES QUE SERIA SUSPENSA A SESSÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS NO DIA 23/05/2014 AS 17:00 HORAS.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Comissão Permanente e Presidente,
Navegantes 13 de maio de 2014

Ata - Tomada de Preço Nº 105/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Tomada de Preço nº 105/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA E ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR (NÃO CREDENCIADAS -AUSENTES); E ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA , BELGA CONSTRUÇÕES DEVIDAMENTE CREDENCIADAS.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE TODAS AS EMPRESAS FORAM HABILITADAS, AS PRESENTES RENUNCIARAM AO RECURSO ATRAVÉS DA ATA E AS AUSENTES RENUNCIARAM EXPRESSAMENTE AO RECURSO.

SEGUINDO FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS SENDO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A BELGA CONSTRUÇÕES COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 215.067,68

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Comissão Permanente e Presidente,
Navegantes 13 de maio de 2014

Ata - Tomada de Preço Nº 107/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Tomada de Preço nº 107/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA E ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR, BELGA CONSTRUÇÕES (NÃO CREDENCIADAS -AUSENTES); E ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA DEVIDAMENTE CREDENCIADA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE TODAS AS EMPRESAS FORAM HABILITADAS, AS EMPRESAS AUSENTES RENUNCIARAM EXPRESSAMENTE AO RECURSO.

SEGUINDO FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS SENDO QUE A EMPRESA VENCEDORA FOI A ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 112.199,52

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Comissão Permanente e Presidente,
Navegantes 13 de maio de 2014

Aviso de Licitação Tomada de Preço 06/2014 FUMREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2014 FUMREBOM

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO DOMINGOS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/05/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 29/05/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 13 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Concorrência Nº 113/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRENCIA Nº 113/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO DA REDE DE AGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTES, RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE AGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AFERIÇÃO DE HIDROMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES E MANUTENÇÃO ELETROMECANICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/06/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 13/06/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes,

13 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 06/2014 Fmv

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014 FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/05/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 26/05/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes,

13 de maio de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 17/2014 FMS (Retificado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014 FMS

(retificado)

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE OCULOS DE GRAU COMPOSTO DE ARMAÇÃO E LENTE PARA OS PACIENTES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAUDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 26/05/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 26/05/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes,
9 de abril de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Ata Registro de Preços FMAS 007/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMAS 007/2014
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº FMAS 007/2014, relativa ao Pregão Presencial nº FMAS 007/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Fornecedor: Barki Distribuidora Ltda.
Valor: R\$ 44.023,00 (quarenta e quatro mil e vinte e três reais).
Vigência: 28/04/2015.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Ata Registro de Preços FMAS 002/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMAS 002/2014
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº FMAS 002/2014, relativa ao Pregão Presencial nº FMAS 002/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Fornecedor: Jean Carlos Pereira Nunes Me.
Valor: R\$ 24.518,60 (vinte e quatro mil quinhentos e dezoito reais e sessenta centavos).
Vigência: 28/04/2015.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado Final E Homologação - TP 007/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2014
HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
OBJETO: Execução de serviços, com fornecimento de material para Reforma e Ampliação da Casa Dei Nonni Páscoa Voltolini no Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), Planilhas e Minuta Contratual. O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:
EMPRESA VENCEDORA: PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ nº 01.262.927/0001-62). Valor: R\$ 147.408,19 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e oito reais e dezenove centavos).

Nova Trento/SC, 09 de maio de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Resultado Final E Homologação - TP 008/2014

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2014
HOMOLOGAÇÃO: 09/05/2014
OBJETO: Execução de serviços para Reforma e Ampliação de galpão existente aos fundos do Ginásio de Esportes Inácio Gullini, visando instalação de Cancha de Bocha Municipal, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), Planilhas e Minuta Contratual no município de Nova Trento/SC. O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:
EMPRESA VENCEDORA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA TRENTINA LTDA ME (CNPJ nº 07.475.564/0001-20). Valor: R\$ 212.415,85 (Duzentos e doze mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

Nova Trento/SC, 09 de maio de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Edital de Concorrência Pública Nº 002/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/2014
CONFORME LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Senhor ELI MARIOTT, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, tipo MENOR PREÇO DAS TARIFAS em regime de VALOR GLOBAL, para a CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, CONSISTINDO NA REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, POR INFRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, NAS VIAS PÚBLICAS ABERTAS E DE LIVRE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, e que estará recebendo os invólucros de habilitação e propostas até às 08:50 horas, do dia 30 de Junho de 2014, na Sala de Licitações e Compras, junto ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Jose Fabro, 01, nesta cidade, na mesma data em que efetuará a abertura dos invólucros contendo a documentação de habilitação às 09:00 horas, regendo-se o processo licitatório pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Municipal nº 468 de 21 de Março de 2013 e demais atos legais aplicáveis à espécie, em especial pelo constante no respectivo Edital. O edital e as informações poderão ser obtidas pelo fone: (49) 3362 0024; e-mail: gabinete@novohorizonte.sc.gov.br; licitacao@novohorizonte.sc.gov.br, site: www.novohorizonte.sc.gov.br.

Novo Horizonte/SC,
em 14 de Maio de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 1424/2014.

PORTARIA Nº. 1424/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERLANES BURATTO, matrícula nº. 300160, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/10/2006 a 12/10/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 31/03/2014 à 31/04/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1425/2014.

PORTARIA Nº. 1425/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO FERNANDO MAGNI, matrícula nº. 800736, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 22/04/2014 à 22/07/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1426/2014.

PORTARIA Nº. 1426/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SCHEILA DOS PASSOS, matrícula nº. 800478, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/11/2006 a 04/11/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/04/2014 à 07/05/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1427/2014.

PORTARIA Nº. 1427/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EMILIA FILOMENA MARTINS, matrícula nº. 800028, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 28/09/2008 a 28/09/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/04/2014 à 15/07/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1428/2014.

PORTARIA Nº. 1428/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSVALDINO DE SOUZA matrícula nº. 500287, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2009 a 21/03/2014, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 02/04/2014 à 02/07/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1429/2014.

PORTARIA Nº. 1429/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA MARIA MACIEL, matrícula nº. 800432, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 21/04/2014 à 21/07/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1430/2014.
PORTARIA Nº. 1430/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VALDESIA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 800779, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03/02/2014, de acordo com às folhas 27 e 28.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
SRH - Expediente

Portaria Nº. 1431/2014.
PORTARIA Nº. 1431/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora KARLA STEINMETZ SPRICIGO, matrícula nº. 800418, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 04, item 03. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 14/03/2014, de acordo com às folhas 01 e 02.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
SRH - Expediente

Portaria Nº. 1432/2014.
PORTARIA Nº. 1432/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA, matrícula nº. 800300, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03/02/2014, de acordo com às folhas 44.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
SRH - Expediente

Portaria Nº. 1433/2014.

PORTARIA Nº. 1433/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA LUCIA SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 800801, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03/02/2014, de acordo com às folhas 26 e 28.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
SRH - Expediente

Portaria Nº. 1434/2014.

PORTARIA Nº. 1434/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora VANILDA DA SILVA MATOS, matrícula nº. 800381, titular

do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 04/02/2014, de acordo com às folhas 12 e 13.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
SRH - Expediente

Portaria Nº. 1435/2014.

PORTARIA Nº. 1435/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA DA LAPA LIMA SCHEIDET, matrícula nº. 800062 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03/02/2014, de acordo com às folhas 01 e 04.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
SRH - Expediente

Portaria Nº. 1436/2014.

PORTARIA Nº. 1436/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANGELITA DE FATIMA DE LIMA, matrícula nº. 801232, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 03/02/2014, de acordo com às folhas 35 e 37.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1437/2014.

PORTARIA Nº. 1437/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SILMAR PLACIDINO ELEUTERIO matrícula nº. 500034, titular do cargo de Técnico em Edificações, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/01/1997 a 04/01/2002, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 31/03/2014 à 31/04/2014.

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 31/03/2014 a 14/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1438/2014.

PORTARIA Nº. 1438/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a contar da 01 de março 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402317	Zenir dos Santos	R\$ 300,00

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Portaria Nº. 1439/2014.

PORTARIA Nº. 1439/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
402106	Alexandre Ise Firmino da Silva	907358724

Palhoça, SC,
em 31 de março de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretario de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Portaria Nº. 1440/2014.

PORTARIA Nº. 1440/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
800496	Geronimo Juttel	806549444

Palhoça, SC,

em 04 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Portaria Nº. 1441/2014.

PORTARIA Nº. 1441/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA MUNICIPAL:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem "Junta Médica Municipal" de acordo com a Lei nº. 157, de 27 de fevereiro 2014:

MATRICULA	SERVIDOR
251742	Leandro Rimolo Osorio
251750	Cibele de Oliveira França
370159	Gabriel Roussenq Stopazzolli

Palhoça, SC, em 04 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Portaria Nº. 1442/2014.

PORTARIA Nº. 1442/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ANDRESA DALILA GONZAGA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta

desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2014.

Palhoça, SC, em 04 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

Portaria Nº. 1443/2014.

PORTARIA Nº. 1443/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARISTELA APARECIDA DA SILVA TRUPPEL, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2014.

Palhoça, SC,

em 04 de abril de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

Portaria Nº. 1444/2014.

PORTARIA Nº. 1444/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DEBORA TEIXEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro

de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/04/2014.

Palhoça, SC,
em 08 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1445/2014
PORTARIA Nº. 1445/2014

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, ao servidor CACIO ABRAMO GASPERIM, de Encarregado de Engenharia, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2014 á 30/04/2014.

Palhoça, SC,
em 04 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1446/2014
PORTARIA Nº 1446/2014

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER GRATIFICAÇÃO para ADAIME BORGES DA ROSA, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, o

percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2001, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC,
em 04 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1447/2014.
PORTARIA Nº. 1447/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FRANCINY CORDIOLI DA ROSA, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/04/2014.

Palhoça, SC,
em 04 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 22/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1448/2014.
PORTARIA Nº. 1448/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CAROLINA LILIANA CORDOVA, titular do

cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2014.

Palhoça, SC,
em 04 de abril de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1449/2014.

PORTARIA Nº. 1449/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GRAZIELA NAZARE NUNIS, matrícula nº. 400333, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2001 a 16/04/2006 por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/04/2014 à 14/05/2014.

Palhoça, SC,
em 04 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Portaria Nº. 1450/2014.

PORTARIA Nº. 1450/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,
RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANEZIA ANITA DE SOUZA, matrícula nº. 400290, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010 por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/04/2014 à 25/05/2014.

Palhoça, SC,
em 04 de abril de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 04/04/2014 a 19/04/2014

Patrícia Schmitz
DG - Expediente

Lei Nº 4.036, de 09 de Maio de 2014

LEI Nº 4.036, DE 09 DE MAIO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Claudio da Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Claudio da Silveira, com extensão de 60,00 metros e 4,00 metros de largura, via pública localizada no Bairro Pinheira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça,
em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Prefeito Municipal e.e.

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Lei Nº 4.037, de 09 de Maio de 2014

LEI Nº 4.037, DE 09 DE MAIO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Raulino Guilherme Scheimann.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Raulino Guilherme Schemann, com extensão de 190,00 metros e largura 12 metros e início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça,
em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Prefeito Municipal e.e.

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Lei Nº 4.038, de 09 de Maio de 2014

LEI Nº 4.038, DE 09 DE MAIO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Janete Marilda de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Janete Marilda de Souza, com extensão de 190,00 metros e largura 12 metros e início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça,
em 09 de maio de 2014.
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Prefeito Municipal e.e.

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

Resultado Pregão 89-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
89/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto a aquisição de motos e televisores para premiação IPTU 2014 para Secretaria da Receita, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

DORVALINO MOTOS LTDA foi vencedora do item 01 totalizando R\$ 20.550,00 (vinte mil quinhentos e cinquenta reais) .

ZOOM TECNOLOGIA LTDA foi vencedora do item 02 totalizando R\$ 8.302,00 (oito mil trezentos e dois reais) .

Palhoça, 13 de maio de 2014

IPPA

Portaria 019/2014

PORTARIA Nº 019/2014

NILSON JOAO ESPÍNDOLA, Prefeito Municipal do Município de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 096 de 15 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para a Servidora CLEUSA DE ALBUQUERQUE MARTINS, titular do cargo de Técnico Previdenciário, do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Complementar 096/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar em 11/03/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto 1.304/2011.

Palhoça,
em 08 de maio de 2014.
Nilson João Espíndola
Prefeito Municipal em Exercício

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Portaria 020/2014

PORTARIA Nº 020/2014

NILSON JOAO ESPÍNDOLA, Prefeito Municipal do Município de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 096 de 15 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para a Servidora VALDIVIA CABRAL DE SOUZA, titular do cargo de Agente Previdenciário, do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Complementar 096/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar em 11/03/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto 1.304/2011.

Palhoça,
em 08 de maio de 2014.
Nilson João Espíndola
Prefeito Municipal em Exercício

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

CÂMARA MUNICIPAL**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 02/2014.**

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que a Câmara Municipal de Palhoça torna publico o Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/14 para contratação de empresa especializada para Aquisição de Equipamentos de Sistema IP completo, conforme descrição constante do ANEXO I do edital Devido ao reajuste do edital convocatório, bem como no Parágrafo Primeiro, Cláusula Sétima, do Contrato de Prestação de Serviços, ficam reajustados no percentual de 25%, os preços unitários mencionados nas Autorizações de Fornecimento, apensadas ao certame. Quaisquer informação, sito a Rua Joci José Martins, nº101, Loteamento Pagani, Passa Vinte, site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48)3242-1501.

Palhoça/SC, 13 de maio de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente Câmara Municipal de Palhoça

Papanduva

PREFEITURA

Decreto Nº 2409, de 13.05.2014 - Declara de Utilidade Pública Bem Imóvel Rural

DECRETO Nº 2409, DE 13.05.2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA BEM IMÓVEL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos V e VI do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, combinado com a alínea "h" do Art. 5º, mais o artigo 6º, ambos do Decreto-lei nº 3365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel rural situado neste Município de Papanduva/SC, com a área total de 7.158,99 m2 (sete mil cento e cinquenta e oito metros e noventa e nove decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 8.997 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, de propriedade de FERNANDO NUNES DA ROCHA, com as seguintes confrontações:

ÁREA TOTAL: 7.158,99 - CONFRONTANDO-SE:

FRENTE: 69,94 metros no AZ-115º33'14 com a Estrada Municipal PDV - 032, lado ímpar, no sentido NOVA CULTURA na Localidade de Rio das Pedras

FUNDOS: 53,79 metros no AZ 53,79 metros no AZ-297º45'34 com terras de Domingos Castilho

LADO DIREITO: 121,53 metros no AZ-182º57'35 com terras de Otacílio Rodrigues de Mello

LADO ESQUERDO: 126,82 metros no AZ-355º49'53 com terras do Espólio de Francisco Nalevaia e terras da Escola Estadual Irene Reva Zadorosny.

Art. 2º. O imóvel ora declarado de utilidade pública será utilizado para fins de construção de uma Escola.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2404, de 28 de abril de 2014..

Município de Papanduva,
13 de maio de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

1º Termo de Retificação - Tomada de Preços Nº 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º Termo de Retificação

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica administrativa Tipo: técnica e preço; Entrega dos envelopes: Até o dia 16/06/2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 16/06/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de maio de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Tomada de Preços Para Obras E Serviços de Engenharia Nº 063/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 063/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS - na localidade de Guarani, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. Tipo: Empreitada por Preço Global, Menor preço Global; Entrega dos envelopes: Até o dia 30/05/2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 30/05/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de maio de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Edital Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 003/2014

1 - Objetivo: Contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de atuar como, Motorista Veículo em Geral - CNH "D", Servente, Braçal, Guarda e Professor de Biologia nas Secretarias Municipais do Município de Passo de Torres.

2 - Amparo Legal: Leis Municipais nº 513 de 25 de agosto de 2005, 736, 737 de 29 de abril de 2011 e 922 de 16 de abril de 2014.

3 - Inscrições: 19 à 20 de maio de 2014.

4 - Outras informações: Edital Completo afixado no mural interno da Prefeitura Municipal, Sito à Rua Beira Rio, 20 - Centro - Passo de Torres.

Passo de Torres - SC 12 de maio de 2014.
Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado

Evandro Peres Cardoso
Secretário Municipal de Obras

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 1.537,71 (um mil quinhentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos).

Destinação: IGD - BOLSA FAMÍLIA

Data liberação: 13/05/2014

Passos Maia - SC,
13 de maio de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, Em Conformidade com O Disposto No Art. 2.º da Lei N.º 9.452/97, C/C Art. 89 da Lei Orgânica Municipal, Notifica Os Partidos Políticos, Os Sindicatos de Trabalhadores E As Entidades Empresariais, com Sede Nesse Município, do Recebimento dos Recursos Descritos Abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 936,55 (novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Destinação: IGD - SUAS

Data liberação: 13/05/2014

Passos Maia - SC,
13 de maio de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Destinação: CRAS.

Data liberação: 13/05/2014

Passos Maia - SC,
13 de maio de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº173 /2014

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 19/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Guilherme Pinheiro Prado, brasileiro, portador do CPF nº 807.654.320-72, Ensino Superior Completo, matrícula nº11026, para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2014 até 31/06/2014, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 09 de Maio de 2014.
Everaldo Evilasio dos Santos
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 172/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 172/2014

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Elizete Zanela dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 625.684.429-72, matrículas nº 15 e 10989, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 17/06/2014, conforme benefício nº 6060500157 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC,
em 09 de Maio de 2014.
Everaldo Evilasio dos Santos
Prefeito Municipal em Exercício

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 171/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CRIAR A COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPEUTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS); considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no Município para alcance da saúde individual e coletiva; considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde; considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais; considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade; considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde;

RESOLVE:

Artigo 1º - Criar a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes,

Artigo 2º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica será regida nos termos desta portaria.

Artigo 3º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes é uma instância colegiada, de caráter, deliberativo, normativo, consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos, relacionados a medicamentos e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Artigo 4º - São atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes:

I. Estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos;

II. Definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a relação municipal de medicamentos (REMUME), e avaliar solicitações de alteração nessa relação;

III. Estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos do Município;

IV. Elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais;

V. Fornecer informação sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe de saúde;

VI. Fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida à equipe de saúde;

VII. Assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;

Artigo 5º- A Comissão de Farmácia e Terapêutica de Paulo Lopes é composta de forma multidisciplinar, podendo ser integrada por profissionais de saúde servidores da Secretaria Municipal de Saúde (minimamente por farmacêuticos, médicos, odontólogos e enfermeiros).

Artigo 6º - Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.

§1º - Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão;

§2 - Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.

Artigo 7º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros efetivos, sendo que a primeira da lista exercerá a função de presidente da Comissão:

I - Saul Anderson Garcia de Athayde (Farmacêutico);

II - Iracema Kluwe Damiani (Médica);

III - Diego Vinuela (Médico);

IV - Wilson Batista (Cirurgião Dentista);

V - Cleusa Vieira (Enfermeira);

VI - Milena de Castro (Enfermeira);

Artigo 8º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros consultivos:

I - Adriano Villa (Médico) ;

II - Elize Terezinha Jorge (Enfermeira);

III - Rodrigo Dias Nunes (Médico);

IV - Fernanda Beria (Cirurgiã Dentista);

V - Aline Veiga Campos (Cirurgiã Dentista);

Artigo 9º - Em um prazo de até 45 dias a partir da publicação desta portaria a Comissão de Farmácia e Terapêutica deverá elaborar e apresentar, para homologação da Secretária Municipal de Saúde, a nova Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) do Município de Paulo Lopes.

Artigo 10º - A partir da data de publicação da REMUME referida no artigo anterior, a Comissão de Farmácia e Terapêutica terá um prazo de até 90 dias para elaboração e apresentação, para homologação da Secretária Municipal de Saúde, de uma proposta para o seu regimento interno.

Artigo 11º - Considerando-se o relevante interesse público relativo a Comissão de Farmácia e Terapêutica e inerência das atribuições dos membros às atividades do servidor da saúde, os membros da comissão não recebem nenhuma remuneração pelas atividades desempenhadas na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Artigo 12º - As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Farmácia e Terapêutica têm caráter normativo e devem ser publicadas, depois de homologadas pela Secretária de Saúde, e divulgadas nos serviços de saúde.

Artigo 13º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 07 de Maio de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

Contrato 17/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 08/2014 - FMAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º04/2014 - FMAS

Contrato: 17/2014 - FMAS

Contratado: AZENIR BERNARDO

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Itapocoroy, 2004, Arnação, Penha/SC, CEP: 88385-000, com uma casa de alvenaria de aproximadamente 120 m², com 03 (três) quartos, sendo 01 (uma) suíte, 01 (um) banheiro, sala cozinha, área de serviço, varanda, garagem.

Valor: R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) mensais

Vigência: 12 meses

Penha, 13 de Maio de 2014

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Decreto 2032/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2032/2014

Exonera a pedido o funcionário LUIZ HENRIQUE FERREIRA, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MEIO AMBIENTE I, da secretaria de Desenvolvimento Sustentável, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 1763/2013.

Penha/SC,

13 de Maio de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Licitação 34/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Tomada de Preços nº 02/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 34/2014 - Tomada de Preço 02/2014, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresas do ramo de engenharia e/ou construção civil para Execução de obra de Redes de Água para as Comunidades de Alto São Pedro, Linha Caravágio, Linha Maria Goretti, Linha Vila Nova e Linha São Miguel.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h30min do dia 30 de Maio de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h45min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC
em 13 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Licitação 35/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 35/2014 - Inexigibilidade de Licitação 03/2014.

Objeto: Contratação de grupo musical (Banda) PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NO 93º KERB FEST DE PERITIBA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 16 a 20 de Maio.

Dados do Contrato: Contrato nº 76/2014
Contratado: RAMIRO VIEIRA NETO ME
CNPJ: 17.728.562/0001-59
Data do Contrato: 13/05/2014
Valor do Contrato: 1.300,00 (Um mil e trezentos reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25, Inciso III.

Município de Peritiba - SC
em 13 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Licitação 36/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 36/2014 - Inexigibilidade de Licitação 04/2014.

Objeto: Contratação de grupo musical (Banda) PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NO 93º KERB FEST DE PERITIBA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 16 a 20 de Maio.

Dados do Contrato: Contrato nº 77/2014
Contratado: BANDA ORIGINAL LTDA ME
CNPJ: 17.282.926/0001-10
Data do Contrato: 13/05/2014

Valor do Contrato: 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).
Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25, Inciso III.

Município de Peritiba - SC
em 13 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Licitação 37/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:
Processo de Licitação 37/2014 - Inexigibilidade de Licitação 05/2014.

Objeto: Contratação de grupo musical (Banda) PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NO 93º KERB FEST DE PERITIBA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 16 a 20 de Maio.

Dados do Contrato: Contrato nº 78/2014
Contratado: JEAN CARL MINKS ME
CNPJ: 08.018.380/0001-01
Data do Contrato: 13/05/2014
Valor do Contrato: 3.000,00 (Três mil reais).
Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25, Inciso III.

Município de Peritiba - SC
em 13 de Maio de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Resumo de Licitação 38/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

RESUMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 38/2014 - Inexigibilidade de Licitação 06/2014.

Objeto: Contratação de grupo musical (Banda) PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NO 93º KERB FEST DE PERITIBA, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 16 a 20 de Maio.

Dados do Contrato: Contrato nº 79/2014

Contratado: ELORI PORT 34793631991

CNPJ: 18.793.024/0001-00

Data do Contrato: 13/05/2014

Valor do Contrato: 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25, Inciso III.

Município de Peritiba - SC

em 13 de Maio de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 2-2014**

PORTARIA 2-2014 Peritiba, 13 de maio de 2014.

CONCEDE CESTA BÁSICA AOS SERVIDORES.

Mara Regina Hermes Petter, Presidente da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XIII do Regimento Interno desta Casa e em conformidade com a Lei Municipal nº 1906,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01(uma) cesta básica para cada servidor da Câmara Municipal de Peritiba, conforme valor estabelecido na Lei Municipal nº 1906.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 13 de maio de 2014.

Mara Regina Hermes Petter

Presidente da Câmara Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Decreto Nº 4.005, de 24 de Abril de 2014.**

DECRETO Nº 4.005, DE 24 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de Novembro de 2013; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo provável recebimento de convênio no valor de R\$ 19.937,56 (Dezenove mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos) vinculada à destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0203- Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1201 - Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2035 - Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Aplicações Diretas

Fonte 0122

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Termo de Compromisso PAR nº 201306558 celebrado entre o Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, destinado a aquisição de material didático pedagógico para Educação Infantil do município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
24 DE ABRIL DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 151/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 151/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO de medicamentos manipulados,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 088/2014.

EMPRESA CONTRATADA: FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os medicamentos para a secretaria da saúde, no valor de R\$ 1.297,40 (um mil duzentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 28 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 158/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 158/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO de Nitrogênio para a Secretaria da Agricultura,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 090/2014.

EMPRESA CONTRATADA: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGRO-PECUÁRIOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

DATA DO CONTRATO: 28 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 152/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 152/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONserto DO EQUIPAMENTO DISTRIBUIDOR DE ADUBO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 089/2014.

EMPRESA CONTRATADA: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.530,00 (um mil quinhentos e trinta reais).

DATA DO CONTRATO: 28 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 161/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 161/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SALA PARA FERRAMENTAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 093/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUSUL-ANDERSON MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.011,20 (dois mil e onze reais e vinte centavos).

DATA DO CONTRATO: 29 DE Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 160/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 160/2014.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE DUPLA SERTANEJA PARA SHOW E MISSA CAIPIRA EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DO MUNICÍPIO,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 092/2014.

EMPRESA CONTRATADA: AGENOR GOBBI

VALOR DO CONTRATO: - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

DATA DO CONTRATO: 29 de Abril de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 112/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 112/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto E MANUTENÇÃO DO VEICULO ONIBUS PLACA IFF-0302,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 055/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 4.303,00 (quatro mil trezentos e três reais).

DATA DO CONTRATO: 25 de Março de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 169/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 169/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE INSTALAÇÃO E AQUISIÇÃO DE CAMERAS DE RÉ PARA VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 098/2014.

EMPRESA CONTRATADA: IMPACT SOUND LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, no valor de R\$ 2.675,00 (dois mil seiscentos e setenta e cinco reais).

DATA DO CONTRATO: 06 DE MAIO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 167/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 167/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO VEICULO PLACA MCB-0487, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 096/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 1.007,00 (um mil e sete reais).

DATA DO CONTRATO: 06 de Maio de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 150/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos equipamentos da Secretaria de Transportes e Obras,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 087/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 5.933,50 (cinco mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 25 DE ABRIL DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 146/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 146/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Secretaria da Saúde,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 083/2014.
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços de conserto, no valor de R\$ 3.334,93 (três mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos.)

DATA DO CONTRATO: 25 DE ABRIL DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 127/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 127/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO de material de uso veterinário para a secretaria de agricultura,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 066/2014.
EMPRESA CONTRATADA: SEIVA AGROPECUÁRIA LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais).

DATA DO CONTRATO: 07 DE ABRIL DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 168/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 168/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEICULO PLACA IFE-7886, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 096/2014.
EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

DATA DO CONTRATO: 06 de maio de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 170/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 170/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE CONserto NO EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA 04, DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 099/2014.
EMPRESA CONTRATADA: PARANA EQUIPAMENTOS S.A CHAPECO
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor de R\$ 4.508,00 (quatro mil quinhentos e oito reais).

DATA DO CONTRATO: 06 DE MAIO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Contrato Administrativo N.º 159/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 159/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de SERVIÇOS DE PLOTAGEM NOS VEICULOS DA SECRETARIA DA SAUDE- DOBLO E CORSA SEDAN,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 091/2014.
EMPRESA CONTRATADA: VOCE LUMINOSOS E PUBLICIDADE
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 2.102,00 (dois mil cento e dois reais).

DATA DO CONTRATO: 30 DE ABRIL DE 2014..

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Portaria Nº 199, de 07 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 199, DE 07 DE MAIO DE 2014.

DESIGNA MAÍRA MARIANI OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR DE CADASTRO GERAL, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA CONFORME DETERMINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e no disposto da Lei Complementar nº198, de 09 de Abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º.- DESIGNAR, a partir de 15 de Abril, MAÍRA MARIANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 066.130.439-66, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cadastros Gerais, para exercer função gratificada de Serviços de Imprensa e Propaganda Institucional, nível FG-05.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal,
07 de Maio de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 001/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2014.

ALTERA O LOCAL DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CAMARA DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 48, I, da Lei Orgânica do Município e nos arts. 8º, § 2º, art. 23, XXVI e art. 166, V, todos do Regimento Interno e,

Considerando que a Câmara Municipal de Pinheiro Preto vem utilizando a Casa do Idoso, a título gratuito como sede, desde que foram iniciadas as obras para a reforma das suas instalações na Rua Artur Costa e Silva, nº 111, Bairro Centro, no Edifício do Centro Administrativo Municipal, na cidade de Pinheiro Preto - SC, CEP 89.570-000;

Considerando que as reformas urgentes (teto, estrutura e forração) já foram concluídas nas instalações da Câmara Municipal de Pinheiro Preto;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a mudança da sede da Câmara Municipal de Vereadores, a qual está localizada na Casa do Idoso, para a Rua Artur Costa e Silva, nº 111, Bairro Centro, no Edifício do Centro Administrativo Municipal, na cidade de Pinheiro Preto - SC, CEP 89.570-000.

Art. 2º Fica autorizado o Presidente da Casa, a promover as mudanças necessárias internamente na sede da Câmara para melhor atender às funções do Poder Legislativo bem como efetuar as despesas necessárias para a mudança da sede da Câmara Municipal.

Art. 3º As despesas com a transferência da sede da Câmara Municipal correrão à conta de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões de Pinheiro Preto (SC),
12 Maio de 2014.
ODAIR VAILATI
Presidente

IVAN BOGONI
Vice- Presidente

EDISON LUIZ CARDOSO DE AGUIAR
1º Secretário

ADEMIR LUIZ FONTANA
2º Secretário

Pomerode**PREFEITURA****Extrato do Contrato Administrativo N.º 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2014

Processo Administrativo n.º 001/2014.

Pregão Presencial n.º 001/2014 - Registro de Preços.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL.

Contratado: LIGA POMERODENSE DE DESPORTOS - LDP
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER A DEMANDA DOS ESPORTES COMUNITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, DENTRE OUTROS EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS E PROMOVIDOS PELA FUNPEEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL (TERMO DE REFERÊNCIA), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.
Valor Total contratado: R\$181.480,00 (cento e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta reais).

Prazo de vigência: 12 meses.

Pomerode/SC, 01 de Abril de 2014.
CÉLIO SCHLINGMANN
Presidente da FUNPEEL

Extrato do Contrato Administrativo N.º 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2014

Processo Administrativo n.º 003/2014.

Pregão Presencial n.º 002/2014 - Registro de Preços.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER - FUNPEEL.

Contratado: LIGA POMERODENSE DE DESPORTOS - LDP
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DESPORTIVA PARA ATENDER A DEMANDA DOS 38º JOGOS ESTUDANTIS DE POMERODE, CAMPEONATO ESCOLAR DE FUTEBOL MOLEQUE BOM DE BOLA - ETAPA MUNICIPAL, 6º FESTIVAL DE ATLETISMO DE POMERODE, 3º JOGOS DO PARADESPORTO ESCOLAR DE POMERODE - PARAJEP E PARA OS 1º JOGOS DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POMERODE - JICOP, EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS E PROMOVIDOS PELA FUNPEEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL (TERMO DE REFERÊNCIA), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.
Valor Total contratado: R\$38.690,00 (trinta e oito mil e seiscentos e noventa reais).
Prazo de vigência: 12 meses.

Pomerode/SC, 22 de Abril de 2014.
CÉLIO SCHLINGMANN
Presidente da FUNPEEL

**Comunicado de Suspensão - Processo Administrativo
N.º 020/2014 Pregão Presencial N.º 010/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 020/2014
PREGÃO PRESENCIAL n.º 010/2014
COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, através da Diretoria de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por PREGÃO PRESENCIAL n.º 010/2014, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE 02 TRATORES AGRÍCOLAS DE PNEU E 01 RETROESCAVADEIRA DE PNEU PARA USO NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO - CONTRATO DE REPASSE N.º 778999/2012/MAPA/CAIXA, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, que o mesmo encontra-se SUSPENSO, em função de recomendação de alterações a serem feitas no edital de licitação pelo Ministério Público da Comarca de Pomerode.

Ressaltamos que a nova data para recebimento e abertura dos envelopes "Credenciamento", "Proposta Comercial" e "Habilitação", será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Sem mais para o momento,

Pomerode/SC, 12 de Maio de 2014.
MOACIR BAUMANN
Pregoeiro Oficial

Ponte Serrada

PREFEITURA

Licitação 45/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0045/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0015/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando A CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO DE RÁDIO DIFUSÃO AM OU FM COM ABRANGÊNCIA EM TODO TERRITÓRIO MUNICIPAL, E CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

Recebimento de Envelopes: até as 08h50min do dia 27/05/2014.
Abertura: às 09h00min horas do dia 27/05/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada,
13 de Maio de 2014.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

Termo de Homologação Pregão Presencial 007/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 010/2014 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 007/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Ade Comércio de Frutas e Verduras Ltda
Center Sul Comércio e Distribuição Ltda - ME
Integra Comercial Ltda
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP
Mercado Kosera Ltda - ME
Supermercado Dukelli Ltda

Porto União SC, 09 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 034/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 034/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Center Sul Comércio e Distribuição Ltda - ME
Objeto: fornecimento de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor total R\$ 17.397,16 (dezesete mil trezentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos).
Vigência: será até 31 de julho de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Center Sul Comércio e Distribuição Ltda - ME
Contratada

Extrato de Contrato 033/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 033/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa ADE Comércio de Frutas e Verduras Ltda
Objeto: fornecimento de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor total R\$ 21.015,54 (vinte e um mil quinze reais e cinquenta e quatro centavos).
Vigência: será até 31 de julho de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

ADE Comércio de Frutas e Verduras Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 035/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 035/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Integra Comercial Eireli - EPP.
Objeto: fornecimento de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor total R\$ 25.850,93 (vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).
Vigência: será até 31 de julho de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Integra Comercial Eireli - EPP
Contratada

Extrato de Contrato 032/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 032/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Mercado Kosera Ltda - ME.
Objeto: fornecimento de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor total R\$ 36.662,03 (trinta e seis mil seiscentos e sessenta e dois reais e três centavos).
Vigência: será até 31 de julho de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda - ME.
Contratada

Extrato de Contrato 031/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 031/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP.
Objeto: fornecimento de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor total R\$ 39.887,10 (trinta e nove mil oitocentos e oitenta e sete reais e dez centavos).
Vigência: será até 31 de julho de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP.
Contratada

Extrato de Contrato 036/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 036/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Supermercado Dukelli Ltda.
Objeto: fornecimento de produtos para manutenção da Alimentação Escolar.
Valor total R\$ 36.906,90 (trinta e seis mil novecentos e seis reais e noventa centavos).
Vigência: será até 31 de julho de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 007/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 09 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda
Contratada

Termo de Homologação Tomada de Preços 003/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 024/2014 - CARONA
Tomada de Preços 003/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa GG Net Telecomunicações Ltda EPP

Porto União SC, 16 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 008/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 008/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa GG Net Telecomunicações Ltda EPP.
Objeto: contratação de serviços de provedor de internet.
Valor mensal R\$ 99,90 (noventa e nove reais e noventa centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.
Base legal: Tomada de Preços 003/2014 - PREFEITURA Lei 8.666/93

Porto União SC, 16 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

GG Net Telecomunicações Ltda EPP
Contratada

Extrato de Contrato 005/2014 Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 005/2014 - CULTURA
Partes: Município de Porto União e a empresa GG Net Telecomunicações Ltda EPP.
Objeto: contratação de serviços de provedor de internet.
Valor mensal R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.
Base legal: Tomada de Preços 003/2014 - PREFEITURA Lei 8.666/93

Porto União SC, 16 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

GG Net Telecomunicações Ltda EPP
Contratada

Extrato de Contrato 055/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 055/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa GG Net Telecomunicações Ltda EPP.
Objeto: contratação de serviços de provedor de internet.
Valor mensal R\$ 308,90 (trezentos e oito reais e noventa centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.
Base legal: Tomada de Preços 003/2014 - PREFEITURA Lei 8.666/93

Porto União SC, 16 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

GG Net Telecomunicações Ltda EPP
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 032/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 032/2014 - CARONA
Pregão Presencial 014/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Laurinda Nazaré Heiden

Porto União SC, 25 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 048/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 048/2014 - Educação
Partes: Município de Porto União e a empresa Laurinda Nazaré Heiden.
Objeto: prestação de serviços de recarga de toners e cartuchos de impressoras

Valor total R\$ 29.773,50 (vinte e nove mil setecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 014/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 25 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Laurinda Nazaré Heiden
Contratada

Extrato de Contrato 012/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa Laurinda Nazaré Heiden.
Objeto: prestação de serviços de recarga de toners e cartuchos de impressoras
Valor total R\$ 18.385,00 (dezoito mil trezentos e oitenta e cinco reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 014/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 25 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Laurinda Nazaré Heiden
Contratada

Extrato de Contrato 064/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 064/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Laurinda Nazaré Heiden.
Objeto: prestação de serviços de recarga de toners e cartuchos de impressoras
Valor total R\$ 32.506,10 (trinta e dois mil quinhentos e seis reais e dez centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 014/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 25 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Laurinda Nazaré Heiden
Contratada

Extrato de Contrato 015/2014 FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 015/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e a empresa Laurinda Nazaré Heiden.
Objeto: prestação de serviços de recarga de toners e cartuchos

de impressoras
Valor total R\$ 17.051,00 (dezessete mil e cinquenta e um reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 014/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 25 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Laurinda Nazaré Heiden
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 010/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 013/2014 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 010/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP
Mercado Koseira Ltda - ME
Supermercado Dukelli Ltda

Porto União SC, 22 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 047 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 047/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Supermercado Dukelli Ltda.
Objeto: aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação.
Valor total R\$ 3.010,10 (três mil dez reais e dez centavos).
Vigência: será até 30 de dezembro de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 010/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 046 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 046/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Mercado Koseira Ltda - ME.
Objeto: aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação.
Valor total R\$ 2.145,25 (dois mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: será até 30 de dezembro de 2014.

Base legal: Pregão Presencial 010/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda - ME.
Contratada

Extrato de Contrato 045 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 045/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP.
Objeto: aquisição de produtos alimentícios para manutenção dos cursos de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação.
Valor total R\$ 3.029,90 (três mil vinte e nove reais e noventa centavos).
Vigência: será até 30 de dezembro de 2014.
Base legal: Pregão Presencial 010/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 013/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 031/2014 - CARONA
Pregão Presencial 013/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda
Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli
Fenix Informática e Telefonia Ltda
Infotriz Comercial Ltda EPP
Luis Kaminski ME
Máxima Papelaria Eireli

Porto União SC, 22 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 011/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 011/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 010/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 010/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa Máxima Papelaria Eireli.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 2.402,80 (dois mil quatrocentos e dois reais e oitenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Máxima Papelaria Eireli
Contratada

Extrato de Contrato 009/2014 FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 009/2014 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e a empresa Luis Kaminski ME.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 1.656,55 (hum mil seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014 - CARONA, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Luis Kaminski ME
Contratada

Extrato de Contrato 062/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 062/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Infotriz Comercial Ltda EPP.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 12.846,10 (doze mil oitocentos e quarenta e seis reais e dez centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Infotriz Comercial Ltda EPP
Contratada

Extrato de Contrato 061/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 061/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 15.676,90 (quinze mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 060/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 060/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Luis Kaminski ME.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 12.013,83 (doze mil treze reais e oitenta e três centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Luis Kaminski ME.
Contratada

Extrato de Contrato 059/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 059/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Máxima Papelaria Eireli.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 15.399,20 (quinze mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Máxima Papelaria Eireli.
Contratada

Extrato de Contrato 058/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 058/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli.
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 8.894,00 (oito mil oitocentos e noventa e quatro reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Escrimate Comercial e Serviços de Informática Eireli
Contratada

Extrato de Contrato 057/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 057/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME
Objeto: aquisição de material de expediente.
Valor total R\$ 14.179,50 (quatorze mil cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 013/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 22 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME
Contratada

Termo de Homologação Pregão Presencial 009/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 012/2014 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 009/2014
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda EPP
Mercado Kosera Ltda - ME

Porto União SC, 17 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 044/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Mercado Kosera Ltda - ME
Objeto: aquisição de utensílios de cozinha para as Escolas da Rede Municipal de Ensino.
Valor total R\$ 12.918,60 (doze mil novecentos e dezoito reais e sessenta centavos).
Vigência: será de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 009/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 17 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda - ME
Contratada

Extrato de Contrato 043/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 043/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP
Objeto: aquisição de utensílios de cozinha para as Escolas da Rede Municipal de Ensino.
Valor total R\$ 6.903,47 (seis mil novecentos e três reais e quarenta e sete centavos).
Vigência: será de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do instrumento de contrato.
Base legal: Pregão Presencial 009/2014 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 17 de Abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP
Contratada

Extrato de Anulação Contratos Pregão Presencial 008/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 022/2014 - CARONA
Pregão Presencial 008/2014
Anula-se os contratos 005/2014 - FUNREBOM, 026/2014 - EDUCAÇÃO e 044/2014 firmados com a empresa "Rosane Rodrigues Ribeiro da Silva", com base na Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Termo de Revogação Pregão Presencial 003/2014 Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 005/2014 - CULTURA
Pregão Presencial 003/2014
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 05 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 049/2014- Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 049/2014 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 059/2012 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Leme & Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 60 (sessenta) dias.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 30 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Aditivo de Contrato 069/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 069/2014
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2013
Partes: Município de Porto União e Empreiteira de Mão de Obra Mohr Ltda - ME

CLAUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 11.625,00 (onze mil seiscentos e vinte e cinco reais) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 30 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação 009/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 043/2014
Dispensa de Licitação n.º 009/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar um

instrutor para ministrar atividades na área de Dança Folclórica junto aos grupos de Terceira Idade.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um instrutor para ministrar atividades na área de Dança Folclórica junto aos grupos de Terceira Idade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, incluindo a área urbana e rural deste município.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Tadeu Gonçalves Ribeiro inscrito no CPF 455.411.916-53, uma vez que o mesmo é apto a desenvolver as atividades, bem como possui disponibilidade para assistir todo o território do município.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), para o período de abril a dezembro de 2014.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200 - Poder Executivo Porto União
Atividade 2026 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas
Cod. 113
Complemento - 33903699 - Outros Servs. de Terceiros Pessoa Física

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 11 de abril de 2014
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 056/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 056/2014
Partes: Município de Porto União e Tadeu Gonçalves Ribeiro.
Objeto: contratação de um instrutor para ministrar atividades na área de Dança Folclórica junto aos grupos de Terceira Idade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, incluindo a área urbana e rural deste município.
Valor total R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).
Vigência: será até 31 de dezembro de 2014.
Base legal: Dispensa de Licitação 009/2014, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 22 de abril de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Tadeu Gonçalves Ribeiro
Contratada

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0536/RH

PORTARIA N. 0536/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor ELÍGIO LUIS PESSOA, matrícula n. 76279/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 123187/2010 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0537/RH

PORTARIA N. 0537/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora OLÍDIA TILLMANN, matrícula n. 172090/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 126248/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0538/RH
PORTARIA N. 0538/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 a 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor VALMIR DE SOUZA, matrícula n. 104647/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 124797/2011 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0549/RH
PORTARIA Nº 0549/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 06/05/2014 a 04/07/2014, concedida por meio da Portaria n. 0153/RH de 18/02/2014 ao servidor municipal ENIO WIGGERS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0539/RH
PORTARIA N. 0539/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor VILSON JOSE HILLESHEIM, matrícula n. 105040/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior de Direito, no processo n. 146173/2014, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2014, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0550/RH
PORTARIA Nº 0550/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 30/04/2014 a 28/06/2014, concedida por meio da Portaria n. 0151/RH de 04/10/2013 a servidora municipal NILVA WESSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0551/RH
PORTARIA Nº 0551/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 04/05/2014 a 02/07/2014, concedia por meio da Portaria n. 0152/RH de 18/02/2014 a servidora municipal DILZA BROERING, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0552/RH

PORTARIA Nº 0552/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 26/04/2014 a 24/06/2014 concedida por meio da Portaria n. 0097/RH de 04/02/2014 ao servidor municipal LUIZ GONZAGA MACANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0553/RH

PORTARIA Nº 0553/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 04/05/2014 a 02/06/2014, concedida por meio da Portaria n. 0187/RH de 21/02/2014 a servidora municipal SUELI JUNG, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0554/RH

PORTARIA Nº 0554/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/05/2014 a 29/07/2014, a servidora municipal MARIA APARECIDA DE LINO DAY, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Maio de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
TAS

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 216/2014

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 30/05/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN, portador(a) do CPF 915.043.509-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 06/05/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Pedro dos Santos, em substituição a Gloria Janaina Meriz Avi que está em Licença Maternidade".

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN
Contratado(a)

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 223/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DEOLA, portador(a) do CPF 042.181.269-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam, a partir de 09/05/2014, a vigorar com as seguintes redações:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII e III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, sendo 20 horas a serem desenvolvidas no(a) CE Ricardo Marchi, em substituição a Erondina Marchi, designada para ocupar cargo comissionado e 20 horas a serem desenvolvidas no CE Aníbal de Barba, em substituição a Marilene Marafigo, que está readequada.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.697,39 (mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul,
07 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MICHELE DEOLA
Contratado(a)

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 217/2014

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 30/05/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MILCE GOMES DE ALMEIDA MAÇANEIRO, portador(a) do CPF 915.043.509-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA - O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, respectivamente, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Aníbal de Barba, em substituição a Margarete Dubiela, que está readequada.

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul,
07 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MILCE GOMES DE ALMEIDA MAÇANEIRO
Contratado(a)

Portaria 0535/2014

PORTARIA Nº. 0535/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 29/04/2014 a 06/05/2014, de acordo com o Art. 253, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor DIRCEU RECH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática (20h), conforme certidão de nascimento 0043364 43 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de NICOLAS BUSARELLO RECH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,
08 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Decreto Nº 4026, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4026, de 05 de maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 207.593,48 (duzentos e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, para custeio do Piso Básico Fixo, Piso Básico Variável e do Piso Fixo de Média Complexidade, as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	Proteção Social Básica Federal		
1.071	Piso Básico Fixo - Pbf		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	72.000,00
1.072	Piso Básico Variável - Pbv		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	135.0000,00
50.03	Proteção Especial de Média Complexidade Federal		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmfc		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	593,48
	TOTAL	R\$	207.593,48

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4027, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4027, de 05 de maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 389.367,58 (trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior nas contas correntes nº 40.080-5,

47.139-9, 48.671-X, 49.911-0, 47.081-3, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.071	Piso Básico Fixo - Pbf		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
3520054	Convênios FNAS - Assist.Social - Exerc.Ant.	R\$	89.497,08
1.074	Igdbf - Bolsa Família		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03520054	Convênios FNAS - Assist.Social - Exerc.Ant.	R\$	37.981,39
1.108	Igdsuas - Índice de Gestão Descentralizada		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03520054	Convênios FNAS - Assist.Social - Exerc.Ant.	R\$	9.418,66
1.111	Acessuas - Trabalho		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03520054	Convênios FNAS - Assist.Social - Exerc.Ant.	R\$	197.431,78
50.03	PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmfc		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03520054	Convênios FNAS - Assist.Social - Exerc.Ant.	R\$	55.038,67
	TOTAL	R\$	389.367,58

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4024, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4024, de 05 de maio de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.470, de 29/04/2014;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 283.744,55 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
2.016			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	283.744,55
	TOTAL	R\$	283.744,55

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 283.744,55 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.208,27
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
04.01	Procuradoria Jurídica		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.672,50
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.01	Gabinete do Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente		
	Manutenção do Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
2.009			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	32.252,69
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.021	Manutenção do Gab. Do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	130.020,69
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	Gabinete do Secretário da Educação		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
09.01			
	Manutenção Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.00			
10.01	Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serv. Urbanos		
2.036			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	Gabinete do Secretário de Agricultura		
2.041	Manutenção do Gabinete Secretário de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
	TOTAL	R\$	283.744,55

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4025, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4025, de 05 de maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.471, de 29/04/2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto crédito especial no valor de R\$ 13.939,28 (treze mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos), referente Cofinanciamento Estadual para Custeio da Proteção Social Básica, como seguinte desdobramento no orçamento vigente do município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	Benefícios Eventuais Estado		
2.132	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ESTADUAL		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	13.939,28
	TOTAL	R\$	13.939,28

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
05 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4043, de 08 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4043, de 08 de maio de 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.
DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 166.645,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação de Recursos Federais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental e Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - PNAPE, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.052	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - Pnape		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
1620000	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$	35.460,00
2.123	Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - Pnae		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
1620000	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$	131.185,00
	TOTAL	R\$	166.645,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
08 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4047, de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4047, de 09 de maio de 2014.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 250.336,55 (duzentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior na conta corrente n. 39.042-9, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.126	Programa Nacional de Alimentação - Pnae - Fundamental Mais Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
3620000	Sup. Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. da Educ.	R\$	250.336,55
	TOTAL	R\$	250.336,55

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
09 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4045, de 09 de Maio de 2014.

Decreto Nº 4045, de 09 de maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 41.120,76 (quarenta e um mil, cento e vinte reais e setenta e seis centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior nas contas correntes nº 49.379-1, 46.471-6, 47.342-1, 46.472-4, 47.343-X, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.426/2013, visando à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
1.112	Co-financiamento Estadual		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
3520055	Outras Transf. de Rec. Fnas - Exerc. Anteriores	R\$	7.135,48
2.103	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		
03520055	Outras Transf. de Rec. Fnas - Exerc. Anteriores	R\$	561,79
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03520055	Outras Transf. de Rec. Fnas - Exerc. Anteriores	R\$	1.767,26
2.116	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		

03520055	Outras Transf. de Rec. Fnas - Exerc. Anteriores	R\$	18.570,76
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03520055	Outras Transf. de Rec. Fnas - Exerc. Anteriores	R\$	13.085,47
	TOTAL	R\$	41.120,76

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4044, de 09 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4044, de 09 de maio de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Carmela Suzana da Veiga Ferreira e Pâmela Priscila Eichholz para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 005/2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário, para o Programa "Melhor em Casa".

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4023, de 02 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4023, de 02 de maio de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carla Fabiana Ribeiro, Débora Roiwas, Carmela Suzana da Veiga Ferreira e Pâmela Priscila Eichholz para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 004/2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para a função de Profissional de Educação Física na Saúde, em caráter temporário.

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

02 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4036, de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4036, de 07 de maio de 2014.

“EXONERA E NOMEIA DANIELA APARECIDA VENTURI DA SILVEIRA”.

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 05/05/2014, a servidora DANIELA APARECIDA VENTURI DA SILVEIRA, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle, Avaliação e Processamento da Secretaria Municipal de Saúde e nomeada para a partir de 06/05/2014, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Controle, Avaliação e Processamento da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4035, de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4035, de 07 de maio de 2014.

“INCORPORA VEÍCULO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E CONCEDE POR TEMPO INDETERMINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incorporado ao patrimônio do Município, o veículo Chevrolet, modelo Spin 1.8L AT LTZ, placa MJT 7259, cor branca, ano/modelo 2013/2014, chassi 9BGJC75Z0EB225096, patrimônio nº 22775, renavam 596823932, frota 394.

Art. 2º - O veículo descrito no artigo 1º deste Decreto, fica concedido por tempo indeterminado ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

Art. 3º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, bem como as do motorista, correrão a conta das dotações específicas do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

07 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 4034, de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4034, de 07 de maio de 2014.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREAS DE TERRA.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município e do Decreto-Lei nº 3365/41, em seu art. 5º, alínea “i” com as alterações introduzidas pela Lei nº 2786/56,

DECRETA:

Art.1º - Ficam declaradas de Utilidade Pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, as seguintes áreas de terra:

ÁREA 01
Cad. Imobiliário do lote: 54945
Inscrição Imobiliária do lote: 01.06.020.0879
Localização: Rua Ruy Barbosa, 1051 - Bairro Sumaré
Área de 150,00m² pertencente a Sra. ADRIANA JUCELENE SERRANO e ao Sr. ALAURE DIMAS SERRANO JUNIOR, situada na Rua Ruy Barbosa, nesta cidade, matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca sob nº 12960, tendo a área desapropriada por este Decreto as seguintes confrontações, conforme transcrição da matrícula: - frente em 10,00m com o lado ímpar da Rua Ruy Barbosa; fundos em 10,00m com o Rio Itajaí do Sul; lado direito em 15,00m com terras de Jair da Silva e lado esquerdo em 15,00m com terras de Raulino Albino e dista a 75,00m de uma rua projetada.

ÁREA 02
Cad. Imobiliário do lote: 54944
Inscrição Imobiliária do lote: 01.06.020.0856
Localização: Rua Ruy Barbosa, 1051 - Bairro Sumaré

Área de 420,00m² pertencente ao Sr. SILVANO ADRIANO SERRANO e a Sra. ANA PAULA JACOMINI SERRANO, situada na Estrada do Bom Fim, nesta cidade, matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca sob nº 8019, tendo a área desapropriada por este Decreto as seguintes confrontações, conforme transcrição da matrícula:

- frente em 21,00m, com a Estrada do Bom Fim; fundos em 20,00m com o Rio Itajaí do Sul; lado direito em 20,00m com terras de José Miranda e lado esquerdo em 20,00 com terras de Egon Fritsche. Construído no imóvel desta Matrícula, um galpão em estrutura de alvenaria, com área de 150,75m².

ÁREA 03

Cad. Imobiliário do lote: 54942

Inscrição Imobiliária do lote: 01.06.020.0831

Localização: Rua Ruy Barbosa, 1095 - Bairro Sumaré

Área de 400,00m² pertencente ao Sr. PEDRO ALEXANDRE, situada na Rua Vicente Leite, fundos, nesta cidade, de acordo com certidão de transcrição nº 46097, junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca, tendo a área desapropriada por este Decreto as seguintes confrontações, conforme transcrição da matrícula:

- frente em 20,00m com a Rua Vicente Leite; fundos com o Rio Itajaí do Sul; estremando de um lado com terras da União Cristã e de outro lado com ditas de quem de direito.

ÁREA 04

Cad. Imobiliário do lote: 54941

Inscrição Imobiliária do lote: 01.06.020.0807

Localização: Rua Ruy Barbosa, 1123 - Bairro Sumaré

Área de 300,00m² pertencente ao Sr. HARRY ISIDIO DA CUNHA e a Sra. IVETE CURTIUS DA CUNHA, situada no lado ímpar da Rua Ruy Barbosa, nesta cidade, matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca sob nº 26641, tendo a área desapropriada por este Decreto as seguintes confrontações, conforme transcrição da matrícula:

- frente em 20,00m com o lado ímpar da Rua Ruy Barbosa; fundos em igual metragem com o Rio Itajaí do Sul; lado direito em 15,00m com terras de Hedewige Alexandre e lado esquerdo com igual metragem, com terras de Dilson Mateus Zette. Terreno este edificado com uma pequena casa de madeira, de nº 521.

ÁREA 05

Cad. Imobiliário do lote: 8257

Inscrição Imobiliária do lote: 01.06.020.0684

Localização: Rua Ruy Barbosa - Bairro Sumaré

Área de 10.740,00m² pertencente a COMERCIALEINDUSTRIAL SCHROEDER LTDA, situada ao lado ímpar da Rua Ruy Barbosa, nesta cidade, matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca sob nº 9795, tendo a área desapropriada por este Decreto as seguintes confrontações, conforme transcrição da matrícula:

- frente em 179,00m com o lado ímpar da Rua Ruy Barbosa; fundos em 181,00m com uma linha irregular, com o Rio Itajaí do Sul; lado direito em 30,00m com terras de Edmundo Gnewusch e Martha Harbs e lado esquerdo em 65,00m com terras de Werner Weiss.

Art. 2º - As áreas declaradas de Utilidade Pública no artigo anterior, devidamente identificadas nas plantas que integram o presente Decreto, destinam-se ao alargamento e pavimentação da Rua Ruy Barbosa.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão a conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de maio de 2014
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto Nº 4015, de 28 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4015, de 28 de abril de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Eletrônico nº 026/2014, de 18.03.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- TRIEL-HT INDÚSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
28 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4015/2014.

Pregão Eletrônico Nº 026/2014 de 18.03.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para o encarroçamento de 01 (um) Chassis de Caminhão Mercedes Benz em Caminhão de Combate à Incêndio tipo auto bomba tanque e resgate ABTR. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

Participantes:

- TRIEL-HT INDÚSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A;

- RONTAN ELETRO METALÚRGICA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- TRIEL-HT INDÚSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S/A.

Decreto Nº 4017, de 29 de Abril de 2014.

DECRETO Nº 4017, de 29 de abril de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 028/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 028/2014 de 31.03.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA;
 - EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA.
- Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
29 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4017

Pregão Presencial Nº 028/2014 DE 31.03.2014

Objeto da Licitação:

Aquisição de material, equipamentos e vestuário para compor o uniforme da Guarda Municipal. Gabinete do Prefeito.

Participantes:

- BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA;
- EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA;
- EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA RIOSUL LTDA

Concorrência Pública 076/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 076/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de muro de contenção de encosta em gabião e terramesh na Rua João Ledra, Bairro Taboão em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 10:30 horas do dia 13 de junho de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 10:30 horas do dia 13 de junho de 2014, na Sala de

Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Concorrência Pública 077/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 077/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de muro de contenção de encosta em gabião na Rodovia Municipal Lauro Pamplona, Bairro Valada Itoupava em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 14:00 horas do dia 13 de junho de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14:00 horas do dia 13 de junho de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Concorrência Pública 078/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 078/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de muro de contenção de encosta em gabião na rua Ernesto Michelson, Bairro Bela Aliança em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente

da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 16:00 horas do dia 13 de junho de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 16:00 horas do dia 13 de junho de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.470

LEI Nº 5.470, de 29 de abril de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 283.744,55 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	Gabinete do Secretário de Administração		
2.016	Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	283.744,55
	TOTAL	R\$	283.744,55

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 283.744,55 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	5.208,27
04.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		
04.01	Procuradoria Jurídica		
2.008	Manutenção da Procuradoria Jurídica		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	9.672,50
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.01	Gabinete do Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente		
2.009	Manutenção do Gabinete do Secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	32.252,69
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.021	Manutenção do Gab. Do Secretário da Fazenda		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	130.020,69
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.01	Gabinete do Secretário da Educação		
2.028	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO		
09.01	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
2.043	Manutenção Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.01	Gabinete do Secretário de Obras e Serviços Urbanos		
2.036	Manutenção do Gabinete do Secretário de Obras e Serv. Urbanos		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01	Gabinete do Secretário de Agricultura		
2.041	Manutenção do Gabinete Secretário de Agricultura		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	26.647,60
	TOTAL	R\$	283.744,55

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
29 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.471

LEI Nº 5.471, de 29 de abril de 2014.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica aberto crédito especial no valor de R\$ 13.939,28 (treze mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos), referente Cofinanciamento Estadual para Custeio da Proteção Social Básica, como seguinte desdobramento no orçamento vigente do município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
-------	---------------------------------------	--	--

50.05	Benefícios Eventuais Estado		
2.132	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ESTADUAL		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênio Estado	R\$	13.939,28
	TOTAL	R\$	13.939,28

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

29 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0216/RH

PORTARIA Nº. 0216/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, GIANNI MONTAGNA, para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de fevereiro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria Nº 0512/RH

PORTARIA Nº. 0512/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0464/2014/RH de 29/04/2014, a qual nomeia RAFAEL THEIS STADNICK para exercer o cargo de provimento efetivo FARMACÊUTICO, 40h, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0513/RH

PORTARIA Nº. 0513/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, PAOLA SOFKA para exercer o cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0515/RH

PORTARIA Nº. 0515/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0480/2014/RH de 29/04/2014, a qual nomeia GABRIELA PIRES RIBEIRO para exercer o cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO, 40h, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0516/RH

PORTARIA Nº. 0516/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, NATHALY HELENA BUTZKE GROSCH para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0517/RH
PORTARIA Nº. 0517/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

Nome	Lotação
DANIELA FERNANDES DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
DOMINGO SAVIO NICOLAU	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
GISELE EUNICE METZGER MARCOLA	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
HERCULES DINIZ RIBEIRO	Secretaria Municipal de Saúde
JANAINA WILLEMANN DE SOUZA	Secretaria Municipal de Saúde
LILIAN SABRINA KREUSCH	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
MARIA CRISTINA PACHECO MAFRA	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0518/RH
PORTARIA Nº. 0518/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0040/2014/RH de 16/01/2014, a qual nomeia EDNEI SANDRI para exercer o cargo de provimento efetivo ENGENHEIRO CIVIL, 40h em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cvsv

Portaria Nº 0528/RH
PORTARIA Nº. 0528/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0316/2014/RH de 19/03/2014, a qual nomeia JORGE LUIZ MICHAELL SCHRAMM para exercer o cargo de provimento efetivo MÉDICO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 0529/RH
PORTARIA Nº. 0529/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0317/2014/RH de 19/03/2014, a qual nomeia FABIOLA JAHN DESCHAMPS para exercer o cargo de provimento efetivo MÉDICO, 40h, em virtude da perda do prazo legal para posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011-Aline de Moraes Martins
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ALINE DE MORAES MARTINS, nomeado (a) pela Portaria n. 0379/RH, de 04/04/2014, publicada no DOM na data de 11/04/2014, para exercer o cargo efetivo de NUTRICIONISTA,

Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 12/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 09 de maio de 2014.
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício Concurso 001/2014 - Ramon Thiago da Silva Kissner TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) RAMON THIAGO DA SILVA KISSNER, nomeado (a) pela Portaria n. 0422/RH, de 17/04/2014, publicada no DOM na data de 29/04/2014, para exercer o cargo efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 001/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 12/05/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 09 de maio de 2014.
Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 311/2014 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA SILVEIRA RAMOS, portador(a) do CPF nº 506.259.779-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Osvaldo Cruz, nº 138 - Bairro Sumaré - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Pinguinho de Gente, em substituição a Daniela Paul Parma, que está em Licença Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/05/2014 e encerrando-se em 12/06/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 12 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ZILMA SILVEIRA RAMOS
Contratado (a)

Termos Aditivos Contratos Administrativos Nº 267/2014 A 244/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 16/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) INARA CRISTINA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 076.342.639-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 267/2014, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2014.

GIVANILDO SILVA INARA CRISTINA DOS SANTOS
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ISIANA LEAL portador(a) do CPF nº 042.003.569-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 250/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2014.
GIVANILDO SILVA ISIANA LEAL
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2013 firmado em 16/09/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) IVANIR LORENÇO portador(a) do CPF nº 824.723.199-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 297/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.
GIVANILDO SILVA IVANIR LORENÇO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 05/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) IVETE PEREIRA portador(a) do CPF nº 017.324.819-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 238/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul,
05/04/2014.

GIVANILDO SILVA IVETE PEREIRA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 10/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO portador(a) do CPF nº 082.962.939-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 256/2014, iniciando-se a prorrogação em 11/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/04/2014.

GIVANILDO SILVA JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 13/04/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE MARCHI portador(a) do CPF nº 041.839.719-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º

Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2014, iniciando-se a prorrogação em 14/04/2014 e encerrando-se em 15/08/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/04/2014.

GIVANILDO SILVA JAQUELINE MARCHI
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 06/04/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSEANY RODRIGUES portador(a) do CPF nº 049.840.349-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 054/2014, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2014 e encerrando-se em 06/07/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2014.

GIVANILDO SILVA JOSEANY RODRIGUES
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 11/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de

janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUCELIA VIEIRA WARMLING portador(a) do CPF nº 058.202.559-17, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 232/2014, iniciando-se a prorrogação em 12/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/04/2014.

GIVANILDO SILVA JUCELIA VIEIRA WARMLING
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2013 firmado em 21/10/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA CATAFESTA SCHMIDT portador(a) do CPF nº 067.094.799-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA JULIANA CATAFESTA SCHMIDT
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ portador(a) do CPF nº 070.327.789-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2014.

GIVANILDO SILVA JULIANA JANUARIO ALVES HEINZ
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 30/04/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 072/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
Secretário de Contratado(a)
Administração

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 275/2013 firmado em 12/08/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KARINA LEONILDA NIEMAYER MOSER portador(a) do CPF nº 074.671.919-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 275/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 275/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA KARINA LEONILDA NIEMAYER MOSER

Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 265/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 16/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LAISE VERSINO portador(a) do CPF nº 069.052.669-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 265/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 265/2014, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2014.

GIVANILDO SILVA LAISE VERSINO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..
CPF:..

Nome:..
CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 227/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 03/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LEONICE DA SILVA CAMARGO portador(a) do CPF nº 039.711.679-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 227/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 227/2014, iniciando-se a prorrogação em 04/04/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/04/2014.

GIVANILDO SILVA LEONICE DA SILVA CAMARGO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 04/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LETICIA MONIQUE DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 057.198.179-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LETICIA MONIQUE DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 222/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 02/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 006.315.849-35, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 222/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 222/2014, iniciando-se a prorrogação em 03/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 276/2014 firmado em 19/03/2014, com término previsto para 19/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCILENE VIOLANTE portador(a) do CPF nº 044.732.759-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 276/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 276/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCILENE VIOLANTE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCELA DE LIMA portador(a) do CPF nº 081.307.419-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 242/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARCELA DE LIMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 04/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DAS NEVES PEREIRA portador(a) do CPF nº 623.222.579-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 233/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARIA DAS NEVES PEREIRA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2014 firmado em 19/03/2014, com término previsto para 19/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA portador(a) do CPF nº 657.139.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2014 firmado em 19/03/2014, com término previsto para 19/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA HELENA MARTINS portador(a) do CPF nº 619.016.959-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 277/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 277/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/04/2014 e

encerrando-se em 27/06/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARIA HELENA MARTINS
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2013 firmado em 17/09/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSANA CONSTANTINO portador(a) do CPF nº 851.040.439-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARIA ROSANA CONSTANTINO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 18/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA SALETE ISIDORO portador(a) do CPF nº 383.854.659-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 270/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2013, iniciando-se a prorrogação em 19/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARIA SALETE ISIDORO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 243/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEIDE BRANGER DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 068.624.679-99, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 243/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 243/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARILEIDE BRANGER DE OLIVEIRA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 272/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 19/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE APARECIDA DE ANDRADE MORAES portador(a) do CPF nº 690.856.099-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 272/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 272/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA MARLENE APARECIDA DE ANDRADE MORAES
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 04/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DEOLA portador(a) do CPF nº 042.181.269-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 223/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2014.

GIVANILDO SILVA MICHELE DEOLA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 02/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA MACHADO portador(a) do CPF nº 692.423.999-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 229/2014, iniciando-se a prorrogação em 03/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/04/2014.

GIVANILDO SILVA MONICA MACHADO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 269/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 17/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NATHANIELY HELLMANN NIEHUES portador(a) do CPF nº 093.378.099-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 269/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 269/2014, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA NATHANIELY HELLMANN NIEHUES
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2014 firmado em 25/02/2014, com término previsto para 03/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO portador(a) do CPF nº 564.008.619-04, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 220/2014, iniciando-se a prorrogação em 04/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/04/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ORLANDINA PASCOALINA CHEQUETTO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014 firmado em 24/03/2014, com término previsto para 24/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA CRISTINE FILAGRANA portador(a) do CPF nº 057.620.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 281/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 281/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/04/2014 e encerrando-se em 05/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24/04/2014.

GIVANILDO SILVA PAMELA CRISTINE FILAGRANA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 19/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO portador(a) do CPF nº 043.362.189-35, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 273/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 273/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA ROSENILDA TEREZINHA SIMÃO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 327/2013 firmado em 05/11/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA BACK DE GOIS portador(a) do CPF nº 067.824.909-19, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 327/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 327/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA SABRINA BACK DE GOIS
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2014 firmado em 17/03/2014, com término previsto para 17/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETE MACHADO portador(a) do CPF nº 654.745.039-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 268/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2014, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2014 e encerrando-se em 30/05/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2014.

GIVANILDO SILVA SALETE MACHADO
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR portador(a) do CPF nº 005.346.739-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 236/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2014.

GIVANILDO SILVA SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 13/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA COSTA KRUGER portador(a) do CPF nº 812.171.109-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2014, iniciando-se a prorrogação em 14/04/2014 e encerrando-se em 09/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/04/2014.

GIVANILDO SILVA SANDRA REGINA COSTA KRUGER
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 226/2014 firmado em 26/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA INÊS WEBER PITZ portador(a) do CPF nº 743.367.389-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 226/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 226/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2014.

GIVANILDO SILVA SILVANA INÊS WEBER PITZ
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 12/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIRLEI TEREZINHA SENS portador(a) do CPF nº 690.215.119-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 262/2014, iniciando-se a prorrogação em 13/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/04/2014.

GIVANILDO SILVA SIRLEI TEREZINHA SENS
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2013 firmado em 19/08/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIA MARIA PEREIRA portador(a) do CPF nº 636.207.079-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 283/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 30/05/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SONIA MARIA PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 03/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUELEM FERNANDA CONZATTI portador(a) do CPF nº 690.215.119-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2014, iniciando-se a prorrogação em 04/04/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SUELEM FERNANDA CONZATTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 06/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUELY CRISTINA FIGUEIREDO portador(a) do CPF nº 901.619.049-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 257/2014, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2014 e encerrando-se em 01/07/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SUELY CRISTINA FIGUEIREDO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 16/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2014, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2014 e encerrando-se em 23/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TATIANE MACIEL DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 09/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIAN MARILDA MAYER portador(a) do CPF nº 034.258.719-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 244/2014, iniciando-se a prorrogação em 10/04/2014 e

encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VIVIAN MARILDA MAYER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

Portaria Nº 0532/RH

PORTARIA Nº. 0532/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, a partir de 12/05/2014, a servidora NEVANIR CORREIA MALHEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, do CEI Santa Galo para o CE Aníbal de Barba, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta - Ano 2014, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 08 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0545/RH

PORTARIA Nº. 0545/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, a partir de 02/05/2014, a servidora ALAÍDE FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, 20 horas, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, do CE Daniel Maschio para o CE Aníbal de Barba, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta - Ano 2014, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 09 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0546/RH

PORTARIA Nº. 0546/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, a partir de 06/05/2014, a servidora GLORIA JANAINA MERIZ AVI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, 40 horas, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, do CEI Sebastião Back para o CE Pedro dos Santos, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta - Ano 2014, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 09 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 0541/RH

PORTARIA N. 0541/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 04/05/2014 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2014, designada pela Portaria n. 0353/RH de 31/03/2014 (publicada em 04/04/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A./005/2014, de 08/05/2014, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0547/RH
PORTARIA N. 0547/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Interno CI Nº 012/2014 do Departamento de Controle Interno e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 013/2014, a fim de apurar a falta de manutenção do veículo Ônibus VW NEOBUS MEGA, Placas MCH 6798 e a legalidade dos pagamentos de diárias e horas extras efetuados.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar possíveis irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Salto Veloso**PREFEITURA****Lei Nº 1513/2014**

LEI Nº 1.513, DE 09 DE maio DE 2014.

Altera os artigos 21 e 26 da Lei Municipal 676/93 de 20 de abril de 1993, alterada pelas Leis Municipais 879/97 e 1.402/2010, que dispõe sobre a Política dos Direitos da Criança e Adolescente e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCO, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 21, incisos, da Lei Municipal 676/93, passa a vigorar modificado e acrescido da seguinte redação:

Artigo 21º - São requisitos para aqueles que pretendam exercer as funções do membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais da esfera estadual e federal;

II - Idade maior a 21 anos;

III - residir no Município de Salto Veloso, no mínimo há 2 (dois) anos;

IV - ter escolaridade de, no mínimo, ensino médio completo;

V - possuir carteira nacional de habilitação, no mínimo categoria B;

VI - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar;

VII- não estar sendo processado criminalmente;

VIII- comprovação, mediante atestado médico, estar em pleno gozo das aptidões físicas e mentais para o exercício do cargo de conselheiro tutelar;

IX - obrigatória aprovação em prova classificatória e eliminatória, de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

X - avaliação psicossocial, de caráter classificatório e eliminatório, por meio de equipe formada pelo CMDCA, assistentes sociais e psicólogos, objetivando avaliar critérios de raciocínio lógico para as ações cotidianas, aptidão para a função desejada; equilíbrio emocional; relacionamento interpessoal, entre outros para, ao final, formar prognóstico a respeito do desempenho, adaptação e adequação ao cargo proposto.

Art. 2º. O parágrafo primeiro, inciso I, do artigo 26 da Lei Municipal 676/93, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 26º - Os membros escolhidos para mandato de Conselheiros não serão considerados efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

§1º. Os conselheiros mais votados, obrigatoriamente serão os Conselheiros Tutelares, cujos cargos serão remunerados da seguinte forma:

I - 05 (cinco) Conselheiros Tutelares - 2,0 (dois) pisos mínimo

municipal;

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Salto Veloso/SC,
09 de maio de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 003, de 12 de Maio de 2014

PORTARIA Nº. 003, DE 12 DE MAIO DE 2014.

Nomeia servidora pública do quadro efetivo para compor a Diretoria Executiva do IPRESVEL.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o disposto na Legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada INTERINAMENTE como Diretora Executiva do IPRESVEL em conformidade com art. 76, da Lei Municipal nº 1.096/2003 de 24.06.2003, a servidora Tania Giacomini de Bortoli, a partir de 12/05/2014.

Art. 2º. Fica nomeado interinamente, em caráter excepcional e provisório, o Secretário de Administração e Finanças, José Carlos Oneda, para responder pela Controladoria Interna, a partir de 12/05/2014.

Art. 3º. Ambas as nomeações são de caráter transitório, ante o falecimento do Diretor Executivo do IPRESVEL e a falta de servidores efetivos do Poder Executivo, sem incompatibilidade com o Instituto de Previdência dos Servidores de Salto Veloso.

Artigo 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC,
12 de maio de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 002/2014, de 09 de Maio de 2014

PORTARIA Nº. 002/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014

Designa servidor para responder pela TESOUREARIA e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na Legislação vigente,

Resolve,

Artigo 1º. Fica designado para responder interinamente pelo cargo de TESOUREIRO, a contar de 12/05/2014, o Sr. ORLANDO ABATI, com as atribuições e prerrogativas previstas na legislação municipal.

Artigo 2º. A designação de servidor comissionado é justificada em razão do falecimento do servidor Gilmar Paulo Conte e se dará até a realização de concurso público para provimento do cargo.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC,
09 de maio de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contratos Nºs 078 À 100

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 078/2014

Processo de Licitação nº34/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CASA DO ÔNIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI-ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus e máquinas, incluindo o fornecimento de peças novas, aplicação de materiais diversos e serviços de mecânica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

VALOR: R\$ 82.370,00(Oitenta e dois mil, trezentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: 14/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2014

Processo de Licitação nº34/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: J.M. DÍESEL LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus e máquinas, incluindo o fornecimento de peças novas, aplicação de materiais diversos e serviços de mecânica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

VALOR: R\$ 105.860,00(Cento e cinco mil, oitocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 14/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2014

Processo de Licitação nº34/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FABIANO ROSSO TROMBIM-ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus e máquinas, incluindo o fornecimento de peças novas, aplicação de materiais diversos e serviços de mecânica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

VALOR: R\$ 102.501,00(Cento e dois mil, quinhentos e um reais)

VIGÊNCIA: 14/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2014

Processo de Licitação nº34/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FC BUS LTDA-ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, caminhões, ônibus, micro-ônibus e máquinas, incluindo o fornecimento de peças novas, aplicação de materiais diversos e serviços de mecânica necessários ao perfeito funcionamento dos mesmos.

VALOR: R\$ 133.475,00(Cento e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 14/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2014

Processo de Licitação nº37/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: TITA PINTOR SERVIÇOS DE PINTURA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de mão de obra de pintura e re-pintura, lavagem e pequenos reparos, destinados a conservação das repartições públicas do município.

VALOR: R\$ 66.024,00(Sessenta e seis mil e vinte e quatro reais)
VIGÊNCIA: 17/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2014

Processo de Licitação nº23/2013 - Pregão Presencial

Segundo termo aditivo ao contrato de nº 079/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Prorrogação da vigência contratual de 02/05/2014 até 31/12/2014, em conformidade com o disposto na Cláusula Segunda, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

VALOR: R\$ 37.691,04(Trinta e sete mil, seiscentos e noventa e um reais e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 23/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2014

LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MAURI TREVISOL

OBJETO: Contrato é a locação de 01 (um) imóvel, localizado à Natalino Teixeira da Rosa nº 101- Edifício Trevisol 246, apartamento 101- Centro - Santa Rosa do Sul-SC, com área de 98,00m², destinado a moradia. Conforme Lei municipal 934 de 12 de Novembro de 2013, para o "Programa Mais Médicos" disponibilizados no município.

VALOR: R\$ 4.960,00 (Quatro mil, novecentos e sessenta).

VIGÊNCIA: 23/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2014

Processo de Licitação nº38/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO RONEY DA SILVA SILVEIRA-ME

OBJETO: Contrato tem por objeto o fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes - PETI, o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 16.536,90(dezesseis mil, quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos)

VIGÊNCIA: 28/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2014

Processo de Licitação nº38/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME

OBJETO: Contrato tem por objeto o fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes - PETI, o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 22.069,30(vinte e dois mil, sessenta e nove reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2014

Processo de Licitação nº38/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FABIANO PEREIRA DA SILVA MEI

OBJETO: Contrato tem por objeto o fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes - PETI, o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 2.398,80(Dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2014

Processo de Licitação nº39/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

OBJETO: Fornecimento de alimentícios, materiais de limpeza e higiene para o Setor de Administração e Saúde, durante o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 4.196,20(Quatro mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2014

Processo de Licitação nº39/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: FABIANO PEREIRA DA SILVA MEI

OBJETO: Fornecimento de alimentícios, materiais de limpeza e higiene para o Setor de Administração e Saúde, durante o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 552,00(Quinhentos e cinquenta e dois reais)

VIGÊNCIA: 28/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2014

Processo de Licitação nº39/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PAULO SILVEIRA DE MATOS-ME

OBJETO: Fornecimento de alimentícios, materiais de limpeza e higiene para o Setor de Administração e Saúde, durante o exercício de 2014.

VALOR: R\$ 7.371,45(Três mil trezentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2014

Processo de Licitação nº 36/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ITUARA LTDA-ME

OBJETO: Aquisição de Trator Agrícola e Implementos Agrícolas.

VALOR: R\$ 99.500,00(Noventa e nove mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 até recebimento definitivo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2014

Processo de Licitação nº 36/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: META AGRÍCOLA LTDA

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.

VALOR: R\$ 41.499,00(Quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 até recebimento definitivo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 093/2014

Processo de Licitação nº 36/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: TRATOWEL COMERCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

OBJETO: Aquisição de Implementos Agrícolas.

VALOR: R\$ 128.900,00(Cento e vinte e oito mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 28/04/2014 até recebimento definitivo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2014

Processo de Licitação nº 41/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SUL GRÁFICA LTDA EPP

OBJETO: Fornecimento de Materiais Tipográficos para as Secretarias de Saúde e do Bem Estar Social e Administração e Finanças.

VALOR: R\$ 24.997,30(Vinte e quatro mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 29/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 095/2014

Processo de Licitação nº 41/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: GRÁFICA MAMPITUBA LTDA - ME

OBJETO: Fornecimento de Materiais Tipográficos para as Secretarias de Saúde e do Bem Estar Social e Administração e Finanças.

VALOR: R\$ 845,00(oitocentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 29/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 096/2014

Processo de Licitação nº 42/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços com Arbitragem, Apontador e Apoio Técnico no Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2014.

VALOR: R\$ 10.000,00(Dez mil reais).

VIGÊNCIA: 29/04/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 097/2014

Processo de Licitação 44/2014- Dispensa de Licitação 44/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: OILSON NICHELE PAULO

OBJETO: Arrendamento a CONTRATANTE uma área de terra com 1.575,00m², localizada na estrada geral peroba, neste município, para retirada de aproximadamente 5.000m³ (cinco mil metros cúbicos) de aterro para utilização nas estradas municipais.

VALOR: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 02/05/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 098/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

II - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos;

II - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

III - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 2.275,00(Di mil, duzentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 05/05/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 099/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: VOLNEI DE ASSIS BITENCOURT TOMAZ

OBJETO: Ministras aulas com treinamento de Taekwondo, ao Serviço de Convivência de Vínculos para Crianças e Adolescentes (PETI) objetivando incentivar os mesmos a terem uma vida mais saudável, voltada ao desenvolvimento físico e mental.

VALOR: R\$ 4.800(Quatro mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 05/05/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2014

Processo de Licitação nº 35/2014 - Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE ESTEIRAS NOVO, COM POTENCIA MÍNIMA DE 125HP, equipado com motor diesel, 6 cilindros, injeção eletrônica e turbo, sistema elétrico 24 CV, com no mínimo 2 baterias, transmissão com acionamento hidrostático, bomba e pistão axial variável, alavanca simples com controle direto eletrônico e contra-rotação, controle proporcional de avanço/recuo de 4 posições. Freio de estacionamento emergencial automático, sistema hidráulico para assessorio com bomba de engrenagem com visão de 132L/ mínimo, capacidade da Lâmina mínimo 3m³, cabine fechada com ar condicionado ripper traseiro mínimo 3 dentes, peso operacional mínimo 12.800kg.

VALOR: R\$ 519.000,00 (Quinhentos e dezenove mil reais)

VIGÊNCIA: 12/05/2014 até recebimento definitivo.

Ata Apreciação de Recursos

ATA DE APRECIÇÃO DE RECURSOS

Licitação nº28/2014 - Tomada de Preços

Faze análise de Proposta de Preços

Às nove horas do dia treze de maio de dois mil e quatorze, após fase recursal, a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, designada pelo decreto Nº 02/2014 de 02 de janeiro de 2014, reuniu-se com o objetivo de analisar os termos do recurso apresentado às folhas 525/528, manifestando-se nos seguintes termos:

1-A comissão permanente de licitação mantém a decisão publicada no Diário oficial municipal na Internet(FECAM) no dia 28/04/2014, sob o nº 1475, página 227, uma vez que a proposta apresentada pela Empresa Camilo & Ghise Ltda está em desacordo com os valores constantes na tabela de folha 25/32, tornando a obra Inexequível, impossibilitando a prestação de contas junto ao FNDE.

2- Informa-se para tanto, que será aberto novo procedimento licitatório para o mesmo objeto, oportunidade em que as empresas poderão novamente habilitar-se.

3-Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e representantes das Licitantes presentes.

Santa Rosa do Sul,
13 de maio de 2014.
Joelson Farias Pereira
Presidente

Ana Regina Paulo de Borba
Membro

Wilfried Hemmer
Membro

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 550/2014

DECRETO Nº 0550, DE 09 DE MAIO DE 2014

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL - CMMI

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI de São Bento do Sul.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL - CMMI

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Saúde regulamenta o Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI de São Bento do Sul, de acordo com as prerrogativas conferidas pelos artigos deste Regimento Interno.

Art. 2º - O Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI é um comitê institucional com o objetivo de obter informações confidenciais sobre mortes maternas e infantis ocorridas no município de São Bento do Sul, definindo medidas de intervenção para reduzi-las e possibilitando o acompanhamento e avaliação permanente da assistência à saúde da mulher e à saúde da criança.

CAPÍTULO II Das Finalidades

Art. 3º - São finalidades do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI:

I - proceder à investigação domiciliar, hospitalar e das UBS's envolvidas em todos os casos de morte de crianças menores de 1 (um) ano, natimortos, mulheres em idade fértil de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) anos e mortes maternas, que ocorrerem em São Bento do Sul;

II - proceder à investigação hospitalar de crianças menores de 1 (um) anos, natimortos, mulheres em idade fértil de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) anos e de mortes maternas de pacientes residentes em outros municípios, mas que ocorrerem em São Bento do Sul;

III - sugerir, ao final de cada caso investigado, ações preventivas para evitar as recidivas de outros casos de morte semelhante;

IV - nos casos de morte materna, após a montagem do caso, discutir o caso investigado, avaliar as condutas efetuadas, criticar as falhas encontradas, e apresentar sugestões para a prevenção de ocorrência de outros casos semelhantes;

V - elaborar relatórios anuais com a conclusão das causas mais

frequentes de óbitos em natimortos, crianças menores de um ano e mulheres em idade fértil, apontando as dificuldades e as intercorrências, sugerindo as medidas de intervenção para a redução dos óbitos e a recorrência das causas que levaram a morte, encaminhando-os às autoridades competentes para que se efetivem essas ações; e

VI - monitorar as ações sugeridas.

CAPÍTULO III Da Composição

Art. 4º - O Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI será composto por representantes e respectivos suplentes indicados pelas seguintes instituições:

I - Rede Feminina de Combate ao Câncer do Município;

II - Associação de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores de São Bento do Sul - ADOCON/SBS;

III - Casa da Amizade (Rotary Clube);

IV - Estratégia Saúde da Família (ESF);

V - Hospital e Maternidade Sagrada Família;

VI - Conselho Municipal de Saúde;

VII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário;

VIII - Pastoral da Criança;

IX - APAE;

X - Associação Catarinense de Medicina;

XI - Conselho Regional de Enfermagem;

XII - Secretaria Municipal de Saúde, sendo um da Divisão de Vigilância à Saúde, um da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria e um da Divisão de Atenção Primária à Saúde.

Art. 5º - Os membros titulares do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI e seus suplentes terão suas indicações formalizadas por meio de ato próprio do Prefeito Municipal, publicada no Diário Oficial.

Art. 6º - A alteração de membro do CMMI será realizada pela entidade ou instituição representada e ocorrerá por indicação das respectivas diretorias, encaminhadas ao Coordenador do Comitê, seguindo, para isso, os mesmos critérios quando da indicação do membro substituído.

Art. 7º - Em função de necessidade, o Coordenador do CMMI poderá convidar outros profissionais para colaborar com os trabalhos do Comitê.

Parágrafo único - Os membros convidados terão direito a voz, porém não a voto.

Art. 8º - Os membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI terão mandato de 2 (dois) anos, permitindo-se a recondução, iniciando-se e encerrando-se a cada mandato do Comitê.

Art. 9º - A função de membro do CMMI não será remunerada, sendo considerada como relevante serviço prestado à coletividade.

CAPÍTULO IV

Do Funcionamento

Art. 10 - O Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI receberá apoio administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Departamento de Vigilância Epidemiológica.

Art. 11 - O Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses, conforme cronograma estabelecido no início do ano e, extraordinariamente, caso haja necessidade.

§ 1º - A data e periodicidade das reuniões poderão ser alteradas por decisão dos membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI.

Art. 12 - Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião serão registrados em ata, a qual será lida e aprovada na reunião subsequente.

§ 1º - A cada reunião, a lavratura da ata ficará sob a responsabilidade do Secretário, nomeado pelo Coordenador dentre os membros do CMMI.

§ 2º - A ata, após aprovada, deverá ser assinada pelos membros presentes à reunião.

Art. 13 Os representantes do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI deverão assinar lista de presença a cada reunião que ficará sob a guarda do seu Coordenador.

Art. 14 As reuniões do Comitê ocorrerão com a tolerância de espera para início das reuniões de 15 minutos, após o que, iniciará com os membros presentes.

Art. 15 Cada representante poderá faltar por até 02 (duas) reuniões, desde que justificadamente, sob pena de desligamento do Comitê.

Art. 16 As reuniões serão iniciadas com a presença mínima de metade mais um de seus membros.

Art. 17 As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 18 A quebra do sigilo das investigações, por qualquer meio, realizada por membro do Comitê implicará, a qualquer tempo, no seu desligamento automático, bem como as demais medidas legais que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO V Da Competência

Art. 19 - Ao Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI compete:

I - investigar as mortes de crianças menos de 1 (um) ano de idade de São Bento do Sul ou de outros municípios que aqui ocorrerem;

II - investigar os natimortos de São Bento do Sul e de outros municípios que aqui ocorrerem;

III - investigar as mortes de mulheres em idade fértil, isto é, aquelas que se encontram na faixa etária de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) anos de idade, de São Bento do Sul e de outros municípios que aqui ocorrerem;

IV - investigar as mortes maternas que ocorrerem em São Bento do Sul; e

V - sugerir, após estudo detalhado de cada caso, ações, apontar falhas e emitir parecer visando melhorar os coeficientes de mortalidade do Município.

Parágrafo Único - Nos casos de mortes de outros municípios serão feitas somente as investigações hospitalares.

Art. 20 - Compete, exclusivamente, ao Coordenador do Comitê Municipal de Mortalidade Materna e Infantil - CMMI:

I - a divulgação dos dados coletados e medidas propostas;

II - a designação de membros do Comitê que procederão às investigações das mortes maternas e infantis.

Parágrafo Único - Membros representantes de entidade de mulheres e de crianças que não sejam profissionais de saúde não deverão ser destacados para funções investigativas.

CAPÍTULO VI

Do Comitê Municipal

Art. 21 - É fundamental que os Comitê Municipal seja constituído por representantes das diversas instituições relacionadas com a assistência à saúde da mulher e à saúde da criança e o registro de eventos vitais ou, ainda, que tenham capacidade técnica para desempenhar a referida função, tendo como base para esta composição o Decreto nº 2070, de 7 de maio de 2004.

Art. 22 - A atuação do Comitê Municipal dar-se-á conforme o seguinte fluxo, obedecendo às determinações legais e vigentes e padronização dos instrumentos propostos para essa finalidade:

I - em relação à investigação dos óbitos femininos em idade fértil:

a) mensalmente, o Articulador Municipal irá recolher todas as declarações de óbitos femininos em idade fértil da instituição hospitalar e do IML.

b) de posse de todas as Declarações de Óbito feminino em idade fértil, o Articulador Municipal realizará a investigação mediante busca de informações em prontuários ambulatoriais, registros hospitalares, entrevista domiciliar, registros do atendimento de urgência/emergência para o preenchimento da ficha Anexo 1 (Ficha de Investigação de Óbito de Mulher em Idade Fértil).

c) descartado o óbito materno, deverá ser encerrada a investigação;

d) confirmado o óbito materno, deverá dar-se-á sequência à investigação, preenchendo os documentos Anexo 2 (Ficha de Investigação de Óbito Materno - Serviço de Saúde Ambulatorial) Anexo 3 (Ficha de Investigação de Óbito Materno - Serviço de Saúde Hospitalar) Anexo 4 (Ficha de Investigação de Óbito Materno - Entrevista domiciliar) e Anexo 5 (Ficha de Investigação de Óbito Materno - Síntese, conclusão e recomendações).

e) caso o respectivo município conte com o Comitê de Mortalidade Materna, deverá estes dados coletados pelo Articulador Municipal serem repassados ao mesmo para análise, e encerramento da investigação.

II - em relação à investigação dos óbitos de menores de 1 (um) ano de idade:

a) mensalmente, o Articulador Municipal irá recolher todas as declarações de óbitos femininos em idade fértil da instituição hospitalar e do IML.

b) de posse de todas as Declarações de Óbito de menores de 1

(um) ano de idade, o Articulador Municipal realizará a investigação mediante busca de informações em prontuários ambulatoriais, registros hospitalares, entrevista domiciliar, registros do atendimento de urgência/emergência para o preenchimento da ficha Anexo 6 (Ficha de Investigação de Óbito Infantil e Fetal - síntese, conclusão e recomendações) além da construção de um relatório descritivo contendo os dados coletados.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 23 - Os casos omissos deste Regimento serão discutidos e resolvidos pelo CMMI.

Art. 24 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Decreto Nº 551/2014

DECRETO Nº 0551, DE 09 DE MAIO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 060/2001, art.7º, inciso V,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 02, de 29 de abril de 2014, do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º 002/2014

São Bento do Sul, 29 de Abril de 2014

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório de Gestão/2013 e Aprovação da Pactuação dos Indicadores do COAP 2014-2015.

O Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária realizada em 28 de Abril de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar Relatório de Gestão 2013.

Art. 2º Aprovar a Pactuação dos indicadores do COAP 2014-2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

Decreto Nº 558/2014

DECRETO Nº 0558, DE 12 DE MAIO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB
(202) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 35.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS
(238) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 5.500,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
(325) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR
(358) 3.3.90.31.00.00.00 100 - Prem., Cult., Artist. Cientif. Deport. R\$ 2.500,00

(368) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente. R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB
(201) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 35.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS
(241) 3.3.90.32.00.00.00 100 - Material de Distrib. Gratuita R\$ 5.500,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
(336) 4.5.90.61.00.00.00 100 - Aquisição de Imóveis R\$ 1.000,00

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 - Departamento de Turismo - DETUR
(361) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 4.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul,
12 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5421/2014

PORTARIA Nº 5421, DE 07 DE MAIO DE 2014
Autoriza Assinar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Designar HÉLCIO CARLOS LIEBL, CLÁUDIA MOREIRA DE SOUZA e MARCOS POLLUM, para assinarem documentos e cheques da Fundação Municipal de Desportos - FMD, os quais deverão conter 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 4411, de 24 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul,
07 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5422/2014

PORTARIA Nº 5422, DE 09 DE MAIO DE 2014
Nomeia Coordenador de Setor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 12 de maio de 2014, FRANCIELE FUNKA, no cargo de Coordenador de Setor de Convênios, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul,
09 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 5423/2014

PORTARIA Nº 5423, DE 09 DE MAIO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 08 de maio de 2014, MONICA LIEBL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul,
09 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:**Portaria Nº 5424/2014**

PORTARIA Nº 5424, DE 09 DE MAIO DE 2014.

Nomeia os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul - CONCIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1680 de 10 de outubro de 2006 e do Decreto nº 304/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul, como segue:

I - Representantes do Poder Público:

a) representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Geraldo Weihermann - Titular e Roberto Correa da Silva - Suplente;

b) representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:

1. Cassio Luiz Zschoerper - Titular e Chiara Mariele Gurgacz Destro- suplente; e

2. Ricardo Callado - Titular e Anderson Hinke - Suplente

c) representantes da Secretaria Municipal de Educação: Daniela Garcia Pscheidt - Titular e Roseli Rosenscheck Schlogl- Suplente;

d) representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Etiane Ploszai Linzmeyer - Titular e Miriam Roik Lott - Suplente;

e) representantes do SAMAE: Osni Paulo Langa - Titular e Valdecir

Ribeiro - Suplente;

f) representantes da EMHAB: Oswaldo José Candatten - Titular e Rogério Fossati Pinto - Suplente;

g) representantes da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR: Maralu Clemente Tureck - Titular e Clarice Ruda - Suplente;

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL: Marilu do Roccio Melo - Titular e Sandro Antonio Adriano- Suplente;

b) representantes da Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul -ACISBS: Uwe Stortz - Titular e não indicado - Suplente;

c) representantes de sindicatos patronais: Kassio Alexandre Costa - Titular e José Antonio Franzoni - Suplente;

d) representantes de sindicatos laborais:

1. Everaldo de Souza - Titular e José Carlos de Oliveira - Suplente; e

2. Airton Nogueira- Titular e Cristiano Nisgoski - Suplente;

e) representantes de clubes de serviços:

1. Representantes do Rotary Clube Cidade dos Móveis: Alvaro Guesser - Titular e Marisa do Amaral - Suplente;

2. Rotary Club São Bento do Sul: Gerson Luiz Tureck - Titular e não indicado - Suplente;

3. Lions Clube SBS: Juracy Hofmann - Titular e Vladimir Weiss- Suplente;

f) representantes de conselhos municipais: Ricardo Zorzo Paim - Titular e Charles Costi - Suplente;

g) representantes de Associações de Moradores:

1. Osni Suominsky - Titular e João Roberto Lisboa - Suplente;

2. Jonas Lopes de Oliveira - Titular e Ivo Weinheimer - Suplente;

h) representantes de organizações não-governamentais:

1. Daguiomar Nogueira - Titular e Alenir Koaski - Suplente;

2. não indicado - Titular e não indicado - Suplente;

i) representantes da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE: Márcia Viviane Nenevê Cordeiro - Titular e Gean Cardoso de Medeiros - Suplente;

j) representantes da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC: Luiz Claudio Dalmolin - Titular e Agnaldo Vanderlei Arnold - Suplente;

k) representantes da Sociedade Educacional de São Bento do Sul - SOCIESBS: Claudinei José Cristofolini - Titular e Juliane Glowacki Braga - Suplente;

l) representantes de escolas particulares: não indicado - Titular e não indicado - Suplente;

m) representantes do Serviço de Aprendizagem Industrial - SENAI:

Adriana Cidral de Carvalho Dias - Titular e Camila Rafaela Luiz - Suplente;

n) representantes do Serviço de Aprendizagem Comercial - SE-NAC: Simone Rodrigues - Titular e Suelin Barboza - Suplente;

o) representantes da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Planalto Norte - AEAPLAN: Marcelo Luiz Bork Roesler - Titular e Roberto Schweitzer de Albuquerque - Suplente;

p) representantes de outras entidades ou associações profissionais:

1. Edmilson Fernandes - Titular e Flavio Wacholsky - Suplente;

2. Jaqueline Schvetler - Titular e Wender K. Correa - Suplente;

q) representantes do Consórcio Ambiental Quiriri: Mauro Fernandes Bacsfalusi - Titular e Luciano Planca - Suplente.

Art. 2º. O mandato do Conselho nomeado pela presente é de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 03 de abril de 2014 a 03 de abril de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul,
09 de maio de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Errata Portaria Nº 001/2014 - Fmd

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1480, de 07 de maio de 2014, página 408, na publicação da Portaria nº 001/2014- FMD, no local que se lê "Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2014" leia-se "Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 002/2014".

SAMAE

Extrato de Contrato Nº 36/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 36/2014

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: BSA - BUREAU DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

Valor.: R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais)

Vigência: Início: 14/04/2014 - Término: 14/06/2015

Licitação: 19/2014

Recursos: Dotação: (81) 3.3.90.39.05 - Saneamento Geral.

Objeto: Contratação de Empresa para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico Existente nos itens água e esgoto e elaboração do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de São Bento do Sul - PMISB-SBS, CUJA ELABORAÇÃO DEVERÁ ATENDER OS REQUISITOS DA Lei Federal nº 11.445/07 e seu Decreto Regulamentador 7.217/10, o PMISB-SBS deverá definir as diretrizes da gestão do saneamento básico do Município de São Bento do Sul, compreendendo os segmentos

abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos para a melhoria das condições sanitárias, ambientais e de qualidade de vida da população, considerando um horizonte de planejamento de 20 anos.

São Bento do Sul,
14 de maio de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Extrato de Contrato Nº 40/2014

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº.: 40/2014

Contratante.: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada.: BSA - BUREAU DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

Valor.: R\$ 150,23 (cento e cinquenta e três reais e vinte e três centavos) por hora.

Vigência: Início: 14/04/2014 - Término: 14/06/2015

Licitação: 19/2014

Recursos: Dotação: (81) 3.3.90.39.05 - Saneamento Geral.

Objeto: Aditivo ao Contrato nº 33/2013, para prestação de serviços de assessoria técnica na área de Engenharia Sanitária e Ambiental.

São Bento do Sul,
14 de maio de 2014
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Aviso de Licitação - Pregão Nº 34/2014

Pregão Presencial nº 34/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 34/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 27 de maio de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de Soprador de ar de canal lateral e Difusor de membrana circular para instalação de sistema de aeração em estação de tratamento de esgoto.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul,
13 de maio de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Quinto Chamamento Para Magis Proc. Sel. 003 13

QUINTO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

REALIZA CHAMAMENTO:

De candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2013, de 26 de dezembro de 2013, do Magistério Público do Município de São Domingos (SC) e o edital de homologação do resultado de classificação nº 007, de 07/02/14, sendo:

Chamamento: Conforme ordem de classificação;

Dia da Chamada: 20 de maio de 2014 - terça - feira;

Horário da Chamada: 08:30 horas;

Vencimento: Conforme lei municipal;

Local da Chamada: na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de São Domingos;

fica aberta para a admissão de professor em caráter temporário (ACT), no cargo de Professor de Educação Infantil (40 horas) durante o ano letivo de 2014.

São domingos (SC),
13 de maio de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

por 1603 de 02 05 14 Designa Patricia Responsável Pelas Programa de Alimentação Escolar

PORTARIA Nº 1603, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Designa servidora pública municipal como Coordenadora do Programa de Alimentação Escolar bem como coordenar os trabalhos realizados pela nutricionista no município e dá outras providências. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e:

- Considerando a necessidade de controle na aquisição e na distribuição da alimentação escolar;
- Considerando a necessidade de controle na qualidade dos produtos da alimentação escolar;
- Considerando a necessidade de proceder à capacitação das servidoras responsáveis pela elaboração da alimentação escolar;
- Considerando a necessidade de realizar visitas às propriedades para a verificação da qualidade, bem como a forma de manipulação e embalagem dos produtos, pelos agricultores familiares participantes dos programas PNAE e PAA;
- Considerando a necessidade de orientação na alimentação dos alunos da rede municipal de ensino;
- Considerando a necessidade de coordenar os trabalhos realizados pela nutricionista do município;
- Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Patricia Merlin, ocupante do cargo público de Consultor Técnico, como Coordenadora do Programa de Alimentação Escolar do município de São Domingos - SC,

bem como para coordenar os trabalhos realizados pela nutricionista do município junto a Secretaria de Educação Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de maio de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Dec 1614 de 09 05 14 Exonera Marione Lammel

DECRETO Nº 1614, DE 09 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

DECRETA

Art. 1º Fica exonera da servidora Marioni Lammel, do cargo de Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1517, de 06 de novembro de 2013.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC),
09 de maio de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1614 de 09 05 14 Exonera Marione Lammel

DECRETO Nº 1615, DE 10 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Marioni Lammel, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, deste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, ficando lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC),
10 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Aviso de Retificação E Prorrogação do Edital do Processo Licitatório FMS N. 014/2014

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 014/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 006/2014.

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL. 006/2014, o qual se realizará em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; e demais normas pertinentes.

OBJETO: AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ELETRÔNICOS, DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIOS SOB MEDIDA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC.

MOTIVO: Alteração no objeto do edital FMS n. 006/2014.

Entrega dos envelopes: Em razão da retificação do Edital do Processo Licitatório FMS 014/2014, Modalidade Pregão Presencial FMS 006/2014, prorroga-se o prazo para abertura das propostas para as 08:30 horas do dia 27 de maio de 2014.

Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC,
13 de maio de 2014.
Flávio Celeste Lorenzi
Pregoeiro Oficial do Município.

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº. 17 de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº. 17 DE 05 DE MARÇO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 15.680,00 (quinze mil, seiscentos e oitenta reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2031 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
12.365.0128.2032 - Manutenção do Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
12.361.0128.2036 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

04.121.0123.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

06.181.0124.2009 - Convênio Manutenção Radiopatrulha
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.680,00

TOTAL R\$ 15.680,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2031 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
12.365.0128.2032 - Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
12.361.0128.2036 - Manutenção do Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

04.121.0123.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

06.181.0124.2009 - Convênio Manutenção Radiopatrulha
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.680,00

TOTAL R\$ 15.680,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
05 de março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 18 de 05 de Março de 2014

DECRETO Nº 18 DE 05 DE MARÇO DE 2014

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme seguem:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0123.2004 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados de excesso de arrecadação do convênio nº 32/2013, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o Município de São João do Sul, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
05 de março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 20 de 17 de Março de 2014

DECRETO Nº 20 DE 17 DE MARÇO DE 2014

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme

seguem:

0501 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0128.2032 - Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00.00.3118 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

1001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

20.606.0133.1047 - Aquisição de Veículos e Patrulhas Agrícolas Mecanizadas

4.4.90.00.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão utilizados recursos de superávit financeiro, verificados no exercício anterior, conforme seguem:

I - Vinculados - Outras Transf. Dir. FNDE - Apoio a Creches, no valor de R\$ 20.000,00, e;

II - Ordinários, no valor de R\$ 15.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
17 de março de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de março ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São José

PREFEITURA

Portaria Nº 13/2014 de 12 de Maio de 2014

PORTARIA nº 13/2014, de 12 de maio de 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das suas atribuições legais e com suporte na Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

CONSIDERANDO que:

1 - o grande volume de documentos relacionados a Tomada de Contas, a serem analisados ;

2 - o grande volume de trabalho dos integrantes da comissão;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por igual período o prazo para conclusão dos trabalhos.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

Resultado da Carta Convite Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 005/2014 - Processo nº 085/2014. Objeto: Contratação de empresa para execução de drenagem da Rua Hamilton Ferreira, no bairro Areias, São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; EMPREITEIRA ARRUDA LTDA; DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; EMPREITEIRA PAVICON LTDA; e SATÉLITE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA. EMPRESA INABILITADA: TRANSPEREIRA CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

Ata de Registro de Preços Nº 061/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2014 - PR 135/2013 - Processo 358/2013 - Fornecedores: I - S.D.M. COMÉRCIO E MONTAGEM DE COMPONENTES ELETRÔNICOS EIRELI - EPP; II - DIGICOM S/A CONTROLE ELETRÔNICO PARA MECÂNICA; e III - SINACOM - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa de engenharia para o eventual fornecimento de equipamentos de sinalização semafórica para veículos e pedestres do sistema viário do Município de São José/SC. Valor por fornecedor: I - R\$412.650,00 - quatrocentos e doze mil, seiscentos e cinquenta reais; II - R\$276.208,00 - duzentos e setenta e seis mil, duzentos

e oito reais; e III - R\$407.900,00 - quatrocentos e sete mil, e novecentos reais. Valor Global: R\$1.096.758,00 - um milhão, noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 04 de abril de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 053/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2013 - Processo nº 308/2013. Contratados: MARCONI KIRCH - EPP; HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPEL LTDA; MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME; ELISVANDIA MATOS DONINI ME; ALEXANDRA DOS PASSOS; e MAYCON WILL - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de consumo, expediente, higiene e limpeza para atender as Secretárias, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de São José, incluindo os itens revogados no Pregão Eletrônico nº 004/2013. Valor Total: R\$433.906,96 - quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e seis reais e noventa e seis centavos.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Edital Nº. 016/2014/Fundesj

EDITAL Nº. 016/2014/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ, no uso de suas atribuições regimentais, torna pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, nos termos da Lei nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e da Lei nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 12/05/14 a 15/05/2014. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição ficará automaticamente prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 18h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 - Kobrasol - São José - Cep: 88102-430, Setor de Protocolo.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José - CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2. Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas no período entre os dias 12/05/2014 a 14/05/2014, e

preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ - www.cnpq.br - deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de julho de 2014. Após essa data o material será incinerado.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$$NFPT = PBC \times 10 / PB$$

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
12/05/2014 a 15/05/2014	Inscrições.
12/05/2014 a 14/05/2014	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
15/05/2014	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo (a partir das 21h00min).
16/05/2014	Período de Recursos.
16/05/2014	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo (a partir das 21h00min).
16/05/2014 a 19/05/2014	Período de Análise dos Currículos.

19/05/2014	Publicação do Edital com a divulgação dos(as) classificados(as) na Prova de Títulos (a partir das 21h00min).
20/05/2014	Período de recursos.
20/05/2014	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo (a partir das 21h00min).

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado até 24 horas após a publicação dos mesmos, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 416,26 / Mestrado: R\$ 488,63; Doutorado: R\$ 712,70.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 4.955/2010 e da Lei 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06(seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02 (dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. O(A) candidato(a) será contratado(a) pela carga horária prevista para cada vaga, sendo possível a ampliação de carga horária para até 40 horas, de acordo com a necessidade do USJ.

São José,

12 de maio de 2014.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

ANEXO I

(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição

Edital nº 016/2014/FUNDESJ - Processo Seletivo Simplificado

Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome Completo:

Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:

Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. () Fem.

Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não

Endereço Residencial (Rua / Av.):

Bairro: CEP: Cidade: UF:

País: DDD: Tel: Cel:

E-mail:

ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ()

Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95	
1.2	Doutorado	85	
1.3	Mestrado	50	
1.4	Especialização	30	
1.5.	Graduação	20	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	3,0 /ano	
	Exercício do Magistério na Educação Básica	1,0 /ano	
Total			

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20	
3.3	Organização de livro	15	

3.4	Capítulo de livro	10	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10	
3.6	Artigo publicado em periódico não indexado:		
	Revista	02	
	Jornal	01	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	05	
3.8	Tradução de livro publicado	10	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	05	
Total			

4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica - por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
Total			

5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
Total			

6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA ÁREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na área de conhecimento, executando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
Total			

Total de Pontos do Candidato

ANEXO III

Das Vagas do Processo Seletivo:

Área: Direito (01 vaga)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVIS-TAS / CARGA HORÁ-RIA	CURSO	DIA DA SEMANA	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁ-RIA SE-MANAL
DIREITO	Gradua-ção em Direito e Especialização nas áreas do Direito e/ou Administração e/ou Ciências Contábeis.	Institui-ções de Direito Público e Privado / 05 (cinco) horas semanais nos meses de maio, junho e julho de 2014)	Administra-ção	Terça-Feira 18h30min às 22h00min	01	1.1	05hs.

Errata Nº 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA Nº 01

Edital de Credenciamento Nº 001/2013 - Grupo 02 - Procedimen-
tos com finalidade diagnóstica - Subgrupo 05 - Diagnóstico por
Ultra-Sonografia.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - ÍTEM 4.1 LETRA B

Onde se lê: "Estar localizados no município de São José".

Leia-se: "Estar localizados na Região da Grande Florianópolis".

DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DA COMISSÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO DE PRESTADORES - CCP - DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ÍTEM 7.7 LETRA D

Onde se lê: "Que não estiverem estabelecidas, para a prestação
dos serviços, no município de São José".

Leia-se: "Que não estiverem estabelecidas, para a prestação dos
serviços, na Região da Grande Florianópolis".

Luis Antônio Silva
Secretario de Saúde

SJPREV

Decreto Nº 2626/2014

DECRETO Nº 2626/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribui-
ções concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei
Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto
dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta
no Processo nº 9288/2014 e com base no artigo 40, parágrafo 1º,
inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para o
servidor LUIZ LORENZETTI, matrícula 13.983, ocupante do cargo
de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com
proventos integrais, calculados com base na média das contribui-
ções, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma
data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
produzindo efeitos a partir de 02 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
05 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2627/2014

DECRETO Nº 2627/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribui-
ções concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei
Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto
dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta
no Processo nº 4444/2014, e com base no artigo 6º, da Emenda
Constitucional nº 41/2003, c/c art. 40, parágrafo 5º, da Constitui-
ção Federal.

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a ser-
vidora MARIA APARECIDA MENDES, matrícula 2744, ocupante do
cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação,
com proventos integrais, com base na última remuneração em
atividade, composto de vencimento, quinquênio e 40% da regên-
cia de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na
mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma
direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
produzindo efeitos a partir de 06 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
05 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2628/2014

DECRETO Nº 2628/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8672/2014, e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 40, parágrafo 5º, da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora NEUSA MARIA DE SOUZA, matrícula 2759, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, composto de vencimento, quinquênio e 40% da regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
05 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2672/2014

DECRETO Nº 2672/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 1927/2014 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor ARI CESAR LENTZ, matrícula 1090, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
09 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2568/2014

DECRETO Nº 2568 /2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 6635/2014 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora ANA AGASSI FABIU, matrícula 987, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria da Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, regência de classe 40% e insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
23 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2521/2014

DECRETO Nº 2521/2014

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8007/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 34.411/2012, que aposentou a servidora Srª Rosângela de Andrade Shmidt, matrícula 199, no que se refere ao seu reenquadramento, passando para classe 6, nível I, referência "K", conforme determina a Lei Complementar nº 053/2011, sendo seus proventos com base na última remuneração, composto de vencimento e quinquênio, totalizando R\$ 3.219,71 (três mil, duzentos e dezenove reais e setenta e um centavos), em 01 de setembro de 2012.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de setembro de 2012.

Paço Municipal em São José (SC),
10 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2539/2014

DECRETO Nº 2539/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 6210/2014 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora TELMA THIBES RODRIGUES, matrícula 1693, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, quinquênio, insalubridade e promoção vertical, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
15 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2516/2014

DECRETO Nº 2516/2014

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 22726/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 32.989/2011, que aposentou o servidor Sr. Isac Lino Vieira, matrícula 184, no que se refere ao seu reenquadramento, passando do nível "H", para, classe 3, nível I, referência "G", conforme determina a Lei Complementar nº 053/2011, sendo seus proventos com base na última remuneração, composto de vencimento, quinquênio e insalubridade, totalizando R\$ 1.958,27 (um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), em 01 de setembro de 2012.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de setembro de 2012.

Paço Municipal em São José (SC),
09 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Decreto Nº 2671/2014

DECRETO Nº 2671/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8669/2014 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor LOURIVALDO SANTOS, matrícula 21-3, ocupante do cargo de Agente administrativo, lotado na Câmara Municipal de São José, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
09 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI
Presidente da São José Previdência e.e.

Decreto Nº 2578/2014

DECRETO Nº 2578/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8758/2014 e com base no artigo 40, §7º, I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão Vitalícia a PAULO PEDRO MEDEIROS, viúvo da servidora Vera Lúcia Medeiros, matrícula 11672, falecida em 20/04/2014, no valor correspondente a totalidade dos proventos da servidora, sendo 100% (cem por cento) de pensão vitalícia, a contar de 20/04/2014, com o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
25 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

CÂMARA MUNICIPAL**Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.**

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almeci de Jesus - PMDB
1º Secretário Ad Hoc : Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, às dezenove horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular, tendo na Primeira e Segunda Secretarias, os Titulares. Pelo Livro de Registro de Presença, foi constatada a presença de todos os Senhores Edis. A seguir foi proferida a leitura das Ata da 25ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada unanimidade, sem restrições. Dando continuidade o Senhor Presidente convidou a compor a Mesa, o Senhor Cesar Farias, Presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis e o Vereador daquela cidade Tiago Silva. A seguir solicitou que fosse feita a Leitura do Ofício do Vereador Wallace Avanir de Souza - PDT, que solicita Licença desta Casa, para tratar de assuntos particulares. Em continuidade, foi lido o expediente convocando o Primeiro Suplente do Partido, Sílvio Odair de Souza, da Coligação PDT/PMN, para assumir a vaga, tendo este prestado juramento e tomado posse. A seguir o vereador empossado usou a tribuna, agradecendo aos Vereadores desta Casa, a seus familiares, amigos e eleitores por a oportunidade que está tendo. Disse ser um homem privilegiado e relatou sua trajetória profissional, com trinta anos de polícia militar, vinte deles trabalhados em São José, cidade que acompanhou todo o desenvolvimento. Agradeceu aos Policiais Militares presentes, citando o Coronel Newton e o Coronel Elieser e ao Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis. Destacou os cento e oitenta e um anos da Polícia Militar e parabenizou aos militares que dignificam a corporação. Finalizou dizendo que irá fazer tudo para honrar os votos que recebeu. A seguir foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Neri Osvaldo do Amaral - PMDB, dizendo ter participado da Cerimônia que homenageou na Assembleia Legislativa, o Empresário Dimas Arnaldo da Silva e na oportunidade o que mais chamou sua atenção, foi o fato de São José não ter um representante naquele parlamento, uma vez que o josefense foi homenageado pelo Deputado Ciro Rosa. Continuando disse que a Prefeitura tem urgentemente que elaborar o Projeto do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, que legalize e torne mais eficiente e rápido o deslocamento das pessoas na cidade. Continuando disse ter visitado as agências bancárias locais para constatar a existência de banheiros para uso dos clientes. Em todas, a resposta foi a mesma, teria que ir até o guarda e a seguir pegar uma chave com o gerente. Disse que além de estabelecer a obrigatoriedade, a lei tem que estabelecer penalidades aos que não cumprirem. Disse também ter constatado que o tempo de permanência na fila também não está sendo respeitado. A seguir o orador alertou para a necessidade de se definir com clareza o que é trabalho escravo e lembrou que as empresas obrigarem os funcionários a trabalhar no dia das mães é um tipo de trabalho escravo, pois este é um dia em todos deveriam estar em suas casas. Ressaltou que o trabalho do jovem para melhorar a redá da família, família não pode ser assim qualificado, desde que este tenha tempo para estudar e para o lazer. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almeci de Jesus - PMDB, dizendo não pode deixar de registrar que a cidade está passando por um colapso no descarte irregular de lixo, especialmente no Loteamento Ana Clara e na Rua Gerônimo Thieves, onde as patrulhas da prefeitura não conseguem controlar a ignorância das pessoas que descartam

lixo a céu aberto durante o dia, o que faz com que a cidade fique depreciada, e desorganizada. Disse que na próxima sessão irá apresentar fotos de dezoito pontos de descarte irregular de lixo o que é inaceitável. Continuou dizendo já ter sido secretário da Infraestrutura e saber da dificuldade de controle desta situação. Lembrou que não mais viu o caminhão do programa Destino Certo, que coletava móveis utensílios e equipamentos. Disse que a comunidade deve participar denunciando e registrando a placa dos carros que fazem descarte irregular. Em aparte o Vereador Francisco Bento da Costa Silvy - PT, perguntou se o descarte irregular não se deve a necessidade de mais regularidade na coleta. Retomando a palavra o Vereador alertou que o descarte mais frequente e preocupante é de restos da construção civil, móveis e equipamentos. Finalizou dizendo que esta é uma realidade que precisa ser enfrentada, através de um plano estratégico que penalize os infratores. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Geraldo Swiech - PT, comentando sobre o Transporte Coletivo da cidade, dizendo que muitas questões locais são resolvidas em reuniões em Florianópolis, que faz com que o povo pague muito caro por um serviço deficiente. Quanto a questão do Lixo urbano, novamente alertou para a urgência de que o executivo encaminhe o Plano e Coleta de destinação de lixo urbano, cujo prazo final é este ano, e a cidade que não cumprir o prazo, perderá o acesso à verbas públicas. Sobre a segurança pública disse que há uma banalização da questão da violência e registrou o linchamento bárbaro de uma mulher, suspeita de sequestrar crianças para utilizar em rituais de magia negra. Disse que o Governo do Estado deve muito a São José, que paga um passivo muito grande, e se não tomarmos providências, a cidade irá receber o cadeião da região. Continuou citando o grande passivo que é a lagoa de estabilização e, que a maior obra do governo do Estado foi a construção do Instituto São Lucas. Estando esgotado o tempo do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. Em Discussão Única, foram deliberadas as seguintes matérias, como segue: 1) Aprovado por dez votos favoráveis o Ofício nº 210/2013, da Prefeita Municipal, ao Presidente desta Casa, solicitando dilação, por mais 30 dias, do prazo para resposta ao Requerimento nº 019/2014, que solicita informações sobre a regulamentação da Lei nº 5.099, que institui a Campanha permanente de incentivo à prática de esportes olímpicos no Município de São José. 2) Aprovado por dez votos favoráveis o Ofício nº 211/2013, da Prefeita Municipal, ao Presidente desta Casa, solicitando dilação, por mais 30 dias, do prazo para resposta ao Requerimento nº 009/2014, que solicita providências quanto ao esgoto que vem sendo despejado na bacia de Barreiros. 3) Aprovado por dez votos favoráveis e um voto contrário do Vereador Francisco Bento da Costa Silvy, o pedido de vistas da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins, ao Requerimento nº 28/2014 do Vereador Telmo Pedro Vieira, para a realização de uma Audiência Pública no dia 10 de Junho do decorrente ano, em horário regimental, para tratar e debater, junto aos munícipes, o Projeto de Lei que institui política municipal de prevenção, tratamento e reinserção social para pessoas portadoras de dependência química. 4) retirado de Pauta pelo autor, o Requerimento nº 29/2014 do Vereador Sanderson Almeci de Jesus, à Chefe do Executivo para que encaminhe à esta Casa, no prazo estabelecido no art. 32, § 2º da Lei Orgânica Municipal, relatório contendo os quantitativos relacionados às reclamações recebidas pela Ouvidoria do Município de 22 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013. Em Segunda Discussão, foi aprovado por onze votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 035/2014, do Vereador Sanderson Almeci de Jesus, que altera a Lei nº 5.000, de 13 de setembro de 2010, que obriga a fixação de placa informativa do direito a meia entrada nos estabelecimentos exibidores de espetáculos teatrais, musicais, cinematográficos, circenses, de artes plásticas e artísticos em geral. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Adriano de Brito - PR, que comentou sobre o

depósito de lixo no bairro Santos Dumont, que causa represamento de águas pluviais e alagamentos. Citou o depósito de lixo que ocorre também nos bairros Campinas e Kobrasol, sendo preocupante o lançamento de restos de cimento na tubulação pluvial, que é feito pelos caminhões das empresas concretreiras. Continuando o orador disse ter recebido o Presidente do Conselho Municipal da Saúde, que está preparando a pré-conferência, que irá eleger os membros daquele conselho. A seguir o orador comentou sobre a formação do Conselho e manifestou sua preocupação com não participação das associações de bairros, necessárias para a formação do conselho. Em aparte o Vereador Geraldo Swiech ☐ PT, disse que o funcionamento do Conselho é condição para que o município possa receber recursos do Fundo Municipal de Saúde. Disse ter participado por dois mandatos do Conselho Municipal de Saúde do Estado e por isto sabe as dificuldades. Retomando a palavra o Vereador Adriano disse ter feito um levantamento das sessenta indicações que propôs nesta Casa e das quais quarenta e uma foram atendidas, e as que não foram ainda totalmente resolvidas, recebeu o retorno do Secretário do Secretário da Infraestrutura José Natal Pereira. Em aparte o Vereador Orvino Coelho de Ávila destacou a importância do reconhecimento do vereador pelo trabalho do Executivo. Estando esgotado o tempo regimental da presente Sessão o Senhor Presidente encerrou os trabalhos em nome de Deus, convocando a todos para uma próxima, ordinária, segunda feira, em horário regimental.

São José (SC),
07 de maio de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice-Presidente

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Primeira Secretária

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Segundo Secretário

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital Notificação IPTU - 046/2014

EDITAL Nº 046/2014 - NOTIFICAÇÃO

O Município de São José do Cedro, faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, do Lançamento do IPTU (IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO), Referente ao exercício de 2.014, conforme Art. 31, da Lei Complementar nº 009/2005, cujos valores são expressos em Reais.

NOME	Nº CAD.	REAIS	NOME	Nº CAD.	REAIS
ALDIR ANGELO DE OLIVEIRA	3870	551,76	CELESTINO LUDWIG	30470	234,74
ALDOIR FRANCISCO DE OLIVEIRA	37310	201,28	CESAR WEBER	10610	348,73
ALDOIR JOSÉ KRAEMER	34000	340,23	CHARLINE PAULA TERNUS	35410	189,22
ALTAMIR GERELLI	4100	386,52	CIRO LAUSCHNER	11730	419,60
ANA PAULA BECKENKAMP	26520	279,52	CIRO LAUSCHNER	28300	277,99
ANTONIO CESAR SILVA VENCATO	33230	359,43	CLADI MARIA GRISA ARTIFON E OUTROS	17810	403,01
ANTONIO CESAR SILVA VENCATO	3060	488,26	CLARICE TEREZINHA JAGNON	13780	44,09
ALCINDO FERREIRA	9710	426,18	CLAUDIR KIELING	38630	234,04
ALBINA MARIETTA ANZOLIN	16150	437,80	CLAUDIR KIELING	10790	174,81
ARTEMIO REICHERT	37240	47,00	CLAUDIR P. MARTINI	100460	82,57
ANDERSON PASOLINI	15820	470,22	CLEO KIPPER	37130	76,29
ANDRÉA RECKTENVALD	31270	189,22	CLEO KIPPER	36950	179,79
ANDRÉIA BRUSTOLIN ZULIANI	5490	790,28	CLECI BREMM	32410	209,73
ANDRÉIA BRUSTOLIN ZULIANI	22230	159,28	CLOVIS ROBERTO NEUMANN	8970	389,18
ANDRÉIA BRUSTOLIN ZULIANI	29020	423,27	DALVA TEREZINHA SOCOL	13100	273,66
ANDRÉIA BRUSTOLIN ZULIANI	5500	352,40	DARCI GHELLER	17390	621,63
ANDRÉIA BRUSTOLIN ZULIANI	5480	568,94	DARCI GHELLER	17400	317,58

ANDREIA LEMES DE ABREU	35120	333,78	DECORAL MAT. DE COSNTRUÇÃO LTDA	2730	54,41
ANGELO SEVERINO VON DENTZ	9020	410,39	DECORAL MAT. DE COSNTRUÇÃO LTDA	3740	405,55
ASTOR MARIO KONZEN	16030	183,98	DOMINGOS BENIN	24190	363,73
AVIRLEI MALVESSI	22370	243,39	EDEMAR MANTOVANI E JULIANA SBARDELOTTO	27800	228,02
ANTONIO O. ROSSETI E BONFANTE	8730	374,54	EDERSON LUIZ FOQUESATTO	6000	393,26
ANTONIO O. ROSSETI	6810	345,41	EDIVANE TEREZINHA CHAVES	31420	187,98
ADRIANO FURTIM	6430	362,73	ELDAN JOSE FELZMANN	17710	252,67
ADEMIR JOSE DEICKE	12550	480,46	ELIANA STRAUB OLDRA	11540	338,32
ADEMAR JOSÉ SCHNEIDER	30920	192,10	ELIANA STRAUB OLDRA	41400	330,28
BRASIL TELECOM S/A	15330	858,32	ELIANE LASSING	35390	205,08
BANCO DO BRASIL S/A.	2070	1861,00	ELISABETE INEZ MACHRY	38680	914,53
BRUALIO CAVALHEIRO DOS SANTOS	25270	460,45	ELISEO A. ETGES E SULEIDE F. SCHEIN	27630	296,47
BRASESCO S/A	1820	927,67	ELISEO A. ETGES E SULEIDE F. SCHEIN	41760	261,56
COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	21290	289,39	ELISABETE KERTISCHKA BATISTA DE LIMA	39840	45,91
COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	21760	347,42	ELTON JOSÉ FINCKLER	13980	230,41
COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	38060	219,62	ELTON JOSÉ SCHMITT	34990	189,22
COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	41340	251,30	ELZA A. GONÇALVES E IVANIR DE LIMA	31360	189,14
COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	32750	44,14	ERICA KAPPES	3360	386,98

COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	24750	231,72	ERNANI AVELINO ZANARDI	8230	1038,98
COOPERATIVA HAB. S.J.CEDRO	24760	247,20	ERNANI AVELINO ZANARDI	40680	652,37
CARMELITA LOURDES REBELATTO	11250	239,16	ERONILDE SANTINA DA CRUZ E OUTRAS	5860	257,47
CELESTINO LUDWIG	22100	233,85	ESPÓLIO DE ELIO SCHMITZ	31970	304,77
CELESTINO LUDWIG	22090	202,33	EVANDRO LUIZ NEINAS ME	34540	479,90
CELESTINO LUDWIG	30480	221,16	FABIO MACHADO SANT'ANNA	19720	537,29
FERNANDA HENTZ	39890	50,37	KAIBER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA ME	32810	886,93
FLAVIO LUIZ DOS SANTOS	7880	1017,49	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	3110	378,49
FLAVIO LUIZ DOS SANTOS	17990	916,50	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41000	392,90
FRANCIELLI E EDSON BACKES	20360	275,24	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41010	936,69
FRANCISCO LUIS SEVERNGINI	24930	381,27	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41020	392,27
GENOIR DEBORTOLI	22850	331,09	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41030	426,63
GERMANO JORGE SMANIOTTO	17205	458,43	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41040	386,29
GILBERTO BERGAMASCHI	24080	314,78	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41050	338,80
HERMES PEDERSINI	8290	183,80	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41060	328,11
IDETE MARIA CAROSI E ANA LUIZA CADORE	28150	575,09	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41070	383,68
IGREJA EVANGÉLICA ASS. DE DEUS	36120	616,32	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41080	359,46
INÁCIO DOS SANTOS	6040	302,95	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41090	412,94
IND. DE MÓVEIS COUTRY LTDA ME	33140	1264,77	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41100	302,20

INDUSTRIA DE MÓVEIS TRES FIGUEIRAS EIRELI - ME	33160	1288,17	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41110	401,38
INDUSTRIA DE MÓVEIS TRES FIGUEIRAS EIRELI - ME	37900	468,84	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41120	363,49
IRIA T./ LAURI ANTONIO JUNGES	10460	222,21	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41130	323,39
ISMA-IND. COM.DE MAQ.AGR. LTDA	10	519,05	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41140	324,28
ITACIR TONIAL	5130	239,25	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41150	401,38
ITACIR TONIAL	41660	285,45	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41160	363,49
IVANIR MIGUEL LAVANDOSKI	13520	229,66	KHARMON CRISTIAN ZIMMER	41170	801,37
IVANIR MIGUEL LAVANDOSKI	33400	272,74	DELCE MARIA ZIMMER	29930	328,29
IVANOR RAUBER	32540	350,23	DELCE MARIA ZIMMER	3100	296,63
IVETE AMANN	35210	382,72	LAURO SCHOENBERGER	10960	376,54
IVO WAGNER	41600	275,72	LEILA CRISTINA SILVA	35420	189,22
IVO WAGNER	41610	275,72	LEONIR BRIZOLA	32000	82,57
IVO WAGNER	41620	275,72	LEIDIMAR GARCIAS	24970	84,68
IVO WAGNER	41630	275,72	LEONOR JOSÉ VOLKWEIS	3660	439,83
IVO WAGNER	41640	275,72	LORECI FATIMA DELAZARI	15760	283,19
IVO WAGNER	26450	275,72	LUIS ALBONICO	6240	309,47
IVONE DE SOUZA MOURA	32440	208,71	LUIZ CARLOS GNOATTO	25390	537,76
IVONE PEDROSO	31380	213,94	LUIZ CARLOS GNOATTO	930	429,54
JANETE RAUBER ME	32820	809,05	MAICON ENGELMANN	31000	168,84
JOÃO MARIA CORDEIRO	25600	233,92	MAICON ENGELMANN	18590	651,69
JOAO ME-NEGHINI	5620	911,55	MARCIO JOSÉ CORREIA	12060	214,90

JOÃO ODACIR DE MELLO	5680	88,35	MARIA ACE-LIA SEHN	6680	337,57
JOLMAR ZANCHETT	5470	104,61	MARILDE FÁVERO DA SILVA	26980	542,39
JORGE H. BECKENKAMP	14780	434,71	MARISA FAVERO SCHMIDT	12870	434,86
JORGE LUIZ JACOSKI	34410	451,33	MARIVÂNIA BOROWICC FAVRETTO	32090	484,94
JOSÉ ANZOLIN	17720	259,20	MARIVÂNIA BOROWICC FAVRETTO	37720	271,86
JOSELI ANTONIO CORÁ	37920	279,48	MARISTELA CASA-GRANDA MACHADO	12950	454,15
JOVENCIO FERNANDES	16280	319,32	MARIVONE DAPONTE	34210	205,12
JOVINO DIAS LIRIA	26260	275,08	MILTON CESAR JACOSKI	34430	253,95
JUARES LORENZON	25850	84,97	MOACIR DE PELELGRIN	21080	390,39
JULIANO SCHIEFER-DECKER	31590	259,97	MOACIR MARKUS	27440	243,08
JURACI MARCOS MATTE	34760	203,12	NADIR BECKER	1250	632,05
NERI JOSE REOLON E OUTROS	13690	465,31	SERGIO BLASI E ELIZABETE T. V. BLASI	30580	364,27
NEUSA CATARINA BUENO	25370	260,91	SERGIO BLASI E ELIZABETE T. V. BLASI	14390	387,28
NEUSA FRANCESCHINI E OUTROS	16320	240,11	SERGIO PAGNO	18600	279,93
NEUSA MIERES FERMIANO	10550	456,88	SERGIO PAULO MANTOVANI	26730	403,40
NILSON DE OLIVEIRA	26480	229,71	SILMAR KLEIN	22650	435,31
NORMELIA JAEGER/ JULIANO WEHNER	14550	353,88	SILVANO LAZZARI	36250	286,28
NORMÉLIO ANTÔNIO PICOLOTTO	21950	356,48	SILVIO DE SOUZA ANDRADE	12630	377,65
OLMAR BESUTTI	8270	183,80	SOC. EDUC. SOCIAL CULT. BETA-NIA	7620	271,90
OSAIR DA SILVA CAVALHEIRO	22620	243,39	STRAUB IND. E COMÉRCIO	32830	1.619,46
PASCOAL ALBERTI	11750	212,30	TAMBO MÓVEIS LTDA - ME	33120	434,02

PAULO CESAR BANDEIRA	31580	205,08	TIAGO LUDWIG	34970	50,74
PAULO MORAIS	12710	265,50	TERESINHA BOTTEGA	34710	189,22
PAULO MORAIS	19230	490,37	ROMARIO FERRAZ DOS SANTOS	24350	444,84
PAULO MORAIS	30100	187,27	RONEI RISSON	18710	409,06
PAULO MORAIS	38450	452,92	ROQUE A. MACHRY - JANETE MACHADO	31150	244,54
PEDRO ANTONIO VOLKWEIS	24290	444,84	ROQUE A. MACHRY - JANETE MACHADO	31160	219,93
PEDRO ANTONIO VOLWEIS E OUTRA	32840	577,76	VALDECI MIERES	35140	189,22
PEDRO FLAVIO MALDANER	24500	210,47	VALDEMAR REICHERT	30070	339,26
RAFAEL ANTONIO SCHUTZ	13770	338,53	VALDEMAR REICHERT	1530	333,62
RENANI ZANINI KLAINE OUTRA	22540	243,45	VALDIR ANTONIO GESSINGER	22590	300,86
RENÊ DELAZERI	18220	315,95	VALDIR AS S. FIGUEIRO E REJANE AIRES	13180	244,62
RENÊ DELAZERI E OUTROS	13610	285,12	VALDIR SCHMITZ	11060	213,90
ROBERTO CASARIN	38650	161,89	VALMIRO RIBEIRO	34060	240,10
ROBSON DA COSTA	27920	281,08	VALMIRO RIBEIRO	36750	278,30
RODRIGO BALEN-SIEFER E SALETE	38110	221,78	VALMOR MAROLLI	31540	205,08
RODRIGO BALEN-SIEFER E SALETE	27570	334,35	VANDA MARIA JUSTEN	12400	326,47
ROGÉRIO FREITAG	6050	224,57	VANDERLEI PAULO MALDANER	23270	90,62
ROMANO JOÃO SBARDELOTTO	8240	890,80	VANDERLEIA DA SILVA	20810	435,45
ROMANO JOÃO SBARDELOTTO	8250	938,18	VÂNIA BESUTTI	6610	449,11
ROQUE BELÉ	40340	45,81	VANUSA FÁTIMA PRIMMAZ	14500	678,11

ROSA M. ANZOLIN/ CLAUDIO ANZOLIN	16530	540,83	VARDELINO FERREIRA DA SILVA	6740	268,42
ROSELI M. B. E ELISEU A. WAGNER	22550	243,39	VARDELINO FERREIRA DA SILVA	28060	212,16
SALETE ELZIRA CERVINSKI	7780	528,62	VARDELINO FERREIRA DA SILVA	28070	182,60
SALETE ELZIRA CERVINSKI	28910	718,23	VITORINO PINHEIRO	6730	229,46
SALOME VANDA JACKOSVKI	17030	376,63	ZAMAD - ZAVALLA COM. IMP E EXP. DE	33100	635,54
SALOME VANDA JACKOSVKI	17040	339,79	ZANARDI E ZANARDI LTDA	33020	377,50
SANDRA CLAUDETE KUNZLER	14110	213,19	ZANCHI - IND. E COM. DE MADEIRAS	18760	1.237,98
SANTO BELLE	5780	209,83	ZENAIR TONEZER	4960	351,99

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, SC,
12 de maio de 2014.

Antonio Plínio de Castro Silva,
Prefeito Municipal.

O Presente edital foi registrado e publicado em 12 de maio de 2014.

Segunda Retificação da Data de Abertura da Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº46/2014

Segunda Retificação da Data de Abertura da Licitação
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, justifica a alteração da data de recebimento, abertura e julgamento da habilitação e proposta dos proponentes interessados, devido a necessidade de alterar os quantitativos dos itens e efetuar a correção do descritivo de alguns itens. A presente alteração da data constante no item 1.1 do referido edital, esta em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, Art. 21. Inciso § 4o. Desta forma, o presente Processo Licitatório nº 46/2014, Edital de Pregão Nº 46/2014 para REGISTRO DE PREÇO, que tem como objeto: A aquisição de produtos químicos diversos para uso no tratamento da água potável na "ETA" e materiais hidráulicos para uso e manutenção da rede de água do município "SEMAE", fica com a data estabelecida para recebimento dos envelopes das propostas e habilitação, até às 08:00 horas do dia 27/05/2014 e julgamento na mesma data e horário, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, na Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.
Antonio Plínio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

Edital de Concorrência Nº56/2014

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº56/2014

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 56/2014, Edital de Concorrência Nº 56/2014, Objeto: A presente licitação tem por objeto a concessão de incentivos econômicos, com encargos e cláusula de reversão, para indústrias do ramo de extração de minerais não metálicos - fabricação de água envasadas e fabricação de refrigerantes, que pretendem ampliar sua capacidade produtiva ou se instalar na zona rural do município de São José do Cedro. Recebimento das propostas até às 16:00 horas do dia 16/06/2014. Abertura dos envelopes às 16:00 horas do dia 16/06/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, e-mail - compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 064/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 064/2014 - Pregão Presencial Nº 042/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARROCERIA PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: INDUMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS LTDA - CNPJ: 13.109.982/0001-04.

VALOR: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

TOTAL: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/05/2014.

VIGÊNCIA: 12/05/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 065/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 065/2014 - Pregão Presencial Nº 043/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELAS EM FIBRA DE VIDRO, PARA INSTALAÇÃO EM PORTAS E JANELAS DAS COZINHAS DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS.

FORNECEDOR: JANDIR BORTOLUZZI EPP - CNPJ: 97.374.441/0001-95.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 13/05/2014.

VIGÊNCIA: 13/05/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Decreto Nº 4.867, de 13 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.867, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 101.427,22 (cento e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.1.059.4.4.90.00.00.00.00.01.0064	52	Aplicação Direta	R\$ 101.427,22

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em

conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.864, de 12 de maio de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,

13 de maio de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.868, de 13 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.868, DE 13 DE MAIO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 45.626,24 (quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.		
10.301.4506.1.059		Aplicações Diretas	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0064	51		R\$ 45.626,24

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.831, de 27 de março de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,

13 de maio de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2014 - FMS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2014

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE RAIO-X PARA MAMOGRAFIA, NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO

LOURENÇO, CONTEMPLADO PELO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058/2013 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA..

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 11.359.214/0001-75

CONTRATADA: SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS EIRELI - CNPJ: 03.135.637/0001-83

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 8. 666/93, art. 25, inciso I.

VALOR TOTAL: R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Orçamento do exercício financeiro de 2014, sob a seguinte rubrica:

D - 10/2014 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

VIGÊNCIA: Da data da assinatura do contrato até 11 de julho de 2014, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inc. II e § 4º, da Lei 8.666/1993.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 071/2014, PR Nº 047/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/05/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CRECHE PROINFANCIA TIPO C), LOCALIZADA NO LOTEAMENTO MENEGUETTI IV, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201400542, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 049/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 049/2014 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 002/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO, MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA SUBSTITUIÇÃO, ADEQUAÇÃO E MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS ERNESTO BEUTER, AGOSTINHO STEFANELLO, IRINEU BORNHAUSEN, LUIZA EBLING, FELIPE SCHIMITZ, LUIZ ZAMBONIN, FREI ANGELO VALENTINI, FREI ANTONIO COLLETTI, MAXIMILIANO NEGRI, ARMANDO PAGANI, GUILHERME HACK, BENEDITA LIBARDONI, ARMANDO GARBIN, INOCENTE PAGANI, SONIA GARBIM SOTILI, TRAVESSA WALDEMAR FERRO E AVENIDA BRASIL.

FORNECEDOR: EDMAR DA SILVA ME - CNPJ: 11.354.002/0001-03. VALOR: R\$ 141.457,02 (cento e quarenta e um mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e dois centavos).

TOTAL: R\$ 141.457,02 (cento e quarenta e um mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15/04/2014.

VIGÊNCIA: 15/04/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 072/2014, PR Nº 048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/05/2014, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA VIGENTE, CONFORME ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO PROCESSO LICITATÓRIO, QUE É PARTE INTEGRANTE DO OBJETO PARA TODOS OS FINS E EFEITOS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 09/05/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 09/05/2014 até 09/05/2014

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		-160.796,78
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	777.406,08
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	777.406,08
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	777.406,08
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	466.443,65
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	194.351,52
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	116.610,91
4.1.7.6.1.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	-782.721,65
4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	-782.721,65
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-155.481,21
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-155.481,21
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-155.481,21

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 13/05/2014

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPALLAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato 54.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 054/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA LOHN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 009.402.459-65, residente a Servidão Levi Guthia, nº. 543, Ariú, Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 13/05/2014, findando no dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Sueli Maria Stahelin, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC,
13 de maio de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

FABIANA LOHN
CONTRATADA
Testemunhas:

Contrato 55.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br
CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 055/2014

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANE MENDES DE MELO, brasileira, solteira,

inscrita no CPF sob nº 047.134.939-96, residente e domiciliada a Rua do Iano, nº. 2621 - Nossa Senhora do Rosário - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de ENFERMEIRA DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 13/05/2014, findando no dia do término da licença gestação da servidora titular Camila Albino Siegel, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:**5.2.2.1- Ato de improbidade;****5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;****5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;****5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;****5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;****5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;****5.2.2.7- Violação de segredo funcional;****5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;****5.2.2.9- Abandono de emprego;****5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;****5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;****5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;****5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.****5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.****CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA****6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.****CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO****7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.****CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO****8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.****8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:****8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;****8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.****8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.****CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO****9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.****CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO****10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.****CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:****11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.****Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.****São Pedro de Alcântara/SC,****13 de maio de 2014.****MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC****JUCÉLIO KREMER****Prefeito Municipal****FABIANE MENDES DE MELO****CONTRATADA****Testemunhas:****Decreto 70.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA****GABINETE DO PREFEITO****Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000****Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br****DECRETO n.º 070/2014****DESVINCULOS OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,****DECRETA:****Art. 1º - Ficam desvinculados os seguintes integrantes do Conselho Municipal do FUNDEB:****II - Representante dos Professores da Educação Básica Pública:
- Fabiana Hoffmann Prates - Titular****III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:
- Sueli Maria Stahelin - Titular**

- Lorenice Reitz Kuhn - Suplente

IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

- Gisele Matias Junckes - Titular.

VI - Representante do Poder Executivo Municipal:

- Valcir José Kretzer Junior - Titular

VIII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- Amarildo Nazareno Stahelin - Titular

- Jonas Souza - Suplente

IX - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública - Indicada pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

- Edilene da Silva - Titular

X - Representantes do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente:

- Fabiana de Andrade - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Decreto 71.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 071/2014

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal do FUNDEB, que terá a seguinte composição:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Maricélia Lohn da Silva - Titular.

Rosângela Maria Laurentino - Suplente.

II - Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Paulo Henrique Lohn - Titular.

Claricia Eliani Kniss - Suplente.

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Fabiana Hoffmann Prates - Titular

Francislene Kuhn Pavanati - Suplente

IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

Fabiana Hames - Titular.

Ariane Hames - Suplente

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

José Bruno Muller - Titular

Valdir Chiapinoto - Suplente

Vagner Edson Macagnan - Titular.

Benildes Kniss - Suplente

VI - Representante do Poder Executivo Municipal:

Viviane Junkes Lopes - Titular

Michelle Nalovaiko - Suplente

VII - Representante do Conselho Tutelar:

Eliane Gorete Martins - Titular

Ivone Constante Trierveiler - Suplente

VIII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Márcia Janice da Silva Lopes - Titular

Lorenice Reitz Kuhn - Suplente

IX - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública - Indicada pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

Rafael kuhn - Titular

Zenilva Pitz - Suplente

X - Representantes do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente:

Rosemari Reitz Francener - Titular

Karina Schmitt Lohn - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto nº. 032/2014.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,

12 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 234.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

**PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 234/2014

Retira temporariamente Função Gratificada da Servidora JANICE DE FREITAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar temporariamente no período de 12/05/2014 a 03/06/2014 da servidora JANICE DE FREITAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
12 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 236.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 236/2014

Concede férias a servidora MARCIA JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARCIA JUNCKES, ocupante do cargo de Telefonista, férias por 18 dias que gozará a partir de 13/05/2014 a 30/05/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto n.º 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
13 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 237.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 237/2014

Admite em Caráter Temporário FABIANA LOHN para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FABIANA LOHN para o cargo de Professora II, contrato de trabalho n.º. 054/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
13 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 238.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO**

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 238/2014

Admite em Caráter Temporário FABIANE MENDES DE MELO para o cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FABIANE MENDES DE MELO para o cargo de Enfermeira do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho n.º. 055/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,
13 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 239.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 239/2014

Concede Função Gratificada a Servidora FABIANE MENDES DE MELO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 635/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FABIANE MENDES DE MELO ocupante do cargo de enfermeira do Programa Estratégia Saúde da Família, a gratificação de R\$ 633,83 (seiscentos e trinta três reais e oitenta três centavos) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC,

13 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Decreto 72.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº072/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte sete mil reais) por conta do Superávit Financeiro da COSIP na dotação abaixo identificada:

0.01.15.452.10.2079 - Manutenção da Iluminação Pública R\$ 127.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0218- Aplicações Diretas R\$ 127.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara,

12 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto 73.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº073/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2015- Funcionamento e Manutenção do

Ensino Fundamental R\$ 15.000,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

04.01.12.365.4-2016- Funcionamento e Manutenção da

Educação Infantil R\$ 15.000,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara,

12 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

I Errata de Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 07/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2014-FMS

PROCESSO Nº. 35/2014-FMS

IPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata para de data e inclusão de itens referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 07/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidades de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 29 de maio de 2014.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

Inclui-se:

VII - DA HABILITAÇÃO

Os interessados em concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº. 02 - Documentação, os seguintes documentos:

[...]

7.1.15- Portaria de Funcionamento de Organização de Serviços de Guarda e Vigilância, expedido pelo Ministério da Justiça, de acordo com a Lei nº 7.102/83 e Portaria nº 881/DPF/95, devidamente revisada e atualizada;

Certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme MJ nº 262/84, art. 46 do Decreto nº 89.056/83;

Prova de regularidade, expedida pela Secretaria de Estado da

Segurança Pública, nos termos dos Decretos nº 89.056/83 e 1592/95;

- Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, através de apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho;

Comprovante que a empresa possui autorização de funcionamento de estação móvel de sistema de rádio de comunicação no Norte do Estado, que indique claramente a frequência autorizada, conforme artigo 10, inciso IV, da Portaria 992/95 do DPF;

Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa.

Certidão de Registro da empresa, constando o (s) responsável (eis) Técnico (s) no CREA.

As licitantes deverão apresentar declaração/atestado de vistoria dos locais de prestação de serviços, onde este tomará conhecimento de todas as peculiaridades dos serviços, bem como das dificuldades existentes para execução destes, devidamente assinado pelo responsável da empresa. A declaração/atestado será fornecida pela Senhora Adriana Steilein, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. As licitantes deverão entrar em contato para marcar a visita, ou quaisquer outras dúvidas com relação à visita pelo telefone (47) 3374 6418.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014-FMS

MODELO DE DECLARAÇÃO/ATESTADO DE VISTORIA

Declaramos que o(a) senhor(a)
....., portador(a) da cédula
de identidade nº. representante legal da
empresa
....., inscrita
no CNPJ sob o nº., com sede no
.....

.....
....., em

telefone, fax, compareceu
na data abaixo indicada e realizou vistoria nos locais do Termo
Referencia - Anexo IX, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em locação de equipamento e monitoramento eletrônico para as Unidades de Saúde e da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Certificamos, outrossim, que a pessoa acima identificada recebeu todas as informações pertinentes aos serviços, estando ciente do grau de dificuldade relativo ao objeto da presente licitação, não podendo alegar dúvidas futuras que possam prejudicar a execução dos mesmos.

Schroeder/SC, de de 2014.

Adriana Steilein

Responsável da empresa:

1) _____

Nome Completo, C.I e CPF

Schroeder,
13 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 97/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 97/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 41/2014-PMS - Processo nº. 83/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS ICLÉIA DELLAGIUSTINA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 79.948.634/0001-20 e inscrição Estadual nº 253.471.630, estabelecida na Rua Ângelo Schiochet, 55, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-520.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de material de manutenção para instrumentos musicais "Projeto Violão", da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	JOGOS TARRACHAS PARA VIOLÃO	08	Unid.	25,00	200,00
02	AFINADOR E METRONOMO	04	Unid.	90,00	360,00
03	JOGOS DE CORDAS NYLON	54	Unid.	12,50	675,00
TOTAL R\$					1.235,00

Valor do contrato R\$ 1.235,00 (um mil duzentos trinta e cinco reais),
Data da Assinatura: 13/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 5.568/2014, de 12 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 5.568/2014, de 12 de maio de 2013.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Valerio de Oliveira Onofre, do cargo comissionado de Diretor de Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.569/2014, de 12 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.569/2014, de 12 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Valerio de Oliveira Onofre, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Planejamento Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC),
12 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.570/2014, de 12 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº. 5.570/2014, de 12 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Edite Helena Hang, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Esporte e Lazer, percebendo o nível salarial nº 002 Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC),
12 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação,
Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.572/2014, de 13 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.572/2014, de 13 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Odette Jaqueline Sadzinski, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC),
13 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação,
Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

I Errata do Termo Aditivo Nº. A18/2014 - PMS

I ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº. A18/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 238/2013 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13, inscrita no CNPJ sob o nº 83.488.882/0014-28, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco nº. 3490, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada

legalmente pelo Senhor Angelo Alberto Chiodini inscrito no CPF sob o nº 781.474.178-53, portador da Carteira de Identidade nº 4.767.959-0 - SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 238/2013-PMS, celebrado em 14 de novembro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 189/2013 - PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 83/2013-PMS, para o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de combustíveis para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 69, inciso II, alínea "d", conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13ME, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 46.886,813 litros do item 01, e que resta a Administração 3.113,187 litros, até o termino desde contrato.

Considerando que a solicitação realizada pela empresa passando o valor do litro que é de R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) para o valor de R\$ 3,00 (três reais), na quantidade existente de 3.113,187 litros, totalizando o do aditivo de R\$ 529,242 (quinhentos e vinte e nove reais e vinte e quatro dois centésimos de real).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" para o item 01 para o valor de R\$ 3,00 (três reais), na quantidade existente de 3.113,187 litros, totalizando o valor de R\$ 9.339,561 (nove mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis um centésimo de real), conforme segue:

ITEM	DESCRI- ÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICITA- ÇÃO	VALOR REAJUS- TADO
01	Gasolina Comum	50.000	2,83	Litros	3.113,187	3,00

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 529,242 (quinhentos e vinte e nove reais e vinte e quatro dois centésimos de real), passando a ser o valor do contrato R\$ 147.954,242 (cento e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro dois centésimos de real).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 238/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor

e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 13 de maio de 2014.
CONTRATADA:

POSTO AGRICOPEL LTDA FILIAL 13
Angelo Alberto Chiodini
CPF nº 781.474.178-53

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

Resolução Nº. 004/2014-Cms

RESOLUÇÃO Nº. 004/2014-CMS

APROVAÇÃO DOS CUSTOS COM PROCESSO SELETIVO

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 30 de abril de 2014 RESOLVE APROVAR os custos com a realização do Processo Seletivo.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC,
30 de abril de 2014.
Valmor Heins Stricker
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Portaria Nº 5.573/2014, de 13 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº 5.573/2014, de 13 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Helaine Herrmann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC),
13 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação,
Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.947/2014 de 12 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2.947/2014 de 12 de maio de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0022 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0022 R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder,
12 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.948/2014, de 13 de Maio de 2014

DECRETO Nº 2.948/2014, de 13 de maio de 2014

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL Nº 002/2014 - SECEL/PMS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista classificatória referente ao Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 002/2014 - SECEL/PMS, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1483, de 12 de maio de 2014, p. 324 a 325 e seguintes.

Art. 2º O prazo de validade do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, contados a partir da data de homologação, conforme disposto nos Itens 1.3 e 1.4 do Edital n.º 002/2014 - Edital de Abertura do Processo Seletivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder,
13 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JUMARA DA SILVA FRANCA DIOGO inscrita no CPF sob nº. 348.199.478-85, aprovada em 14º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 23 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC),
13 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Dispensa 41/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 41/2014 - DL**Processo Nr.: 83/2014
Data: 13/05/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: COM. DE INSTR. MÚSICAIS ICLÉIA DELLAGIUSTINA LTDA

Código: 10125

Endereço: RUA ANGELO SCHIOCHET, 55 - TÉRREO

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 79.948.634/0001-20

Inscrição Estadual: 253.471.630

Objeto da Compra: Aquisição de material de manutenção para instrumentos musicais "Projeto Violão", da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	JOGOS TARRACHAS PARA VIOLÃO	UN	25,00	200,00
2	4,00	AFINADOR E METRONOMO	UN	90,00	360,00
3	54,00	JOGOS DE CORDAS NYLON	UN	12,50	675,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA UTILIZAÇÃO COMO MATERIAL DE MANUTENÇÃO NOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS, OS QUAIS SÃO UTILIZADOS NO PROJETO MUNICIPAL DE VIOLÃO, DO SETOR DA CULTURA.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 13 de Maio de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 41/2014 - DL**

Processo Nr.: 83/2014
Data: 13/05/2014

Folha: 2/2

08/05/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Maio de 2014

Valor da Despesa: 1.235,00 (um mil duzentos e trinta e cinco reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta**PREFEITURA****Portaria Nº 073/2014**

PORTARIA Nº. 073/2014 DE 13 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARCIA ROSANE GAMBA MAGEDANZ PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	MARCIA ROSANE GAMBA MAGEDANZ
CPF:	033.452.259-56
RG:	3.983.765
CARGO:	PROFESSOR II
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VIII "admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Admissão de substituto para suprir as ausências decorrentes de exoneração ou demissão, falecimento e aposentadoria
VIGÊNCIA:	13/05/2014 a 30/05/2014.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
13 de Maio de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

54 2014 Pregão Hora Maquina

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 0054/2014
/ PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº 012/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 26/05/2014, às 09:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Contratação de empresa especializada em serviços de hora máquina para recuperação de estradas e ruas do município de Siderópolis conforme proposta de transferência nº 0000012566, entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, o edital já está disponível na Secretaria de Administração do Município ou através de solicitação no e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: (48) 3435 3188.

Siderópolis,
13 de maio de 2014.
Fabiola Cardoso Comin
Pregoeira

55 2014 TP Pavimentação Rua Renato Melilo

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Processo de Licitação PMS nº 55/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PMS Nº 08/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 29/05/2014, às 14h:00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na Rua Renato Melilo, numa extensão de 270,17m no município de Siderópolis/SC, conforme proposta de transferência nº 0000012554, entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188 (Fabiola C. Comin).

Siderópolis,
13 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA.
Prefeito Municipal.

56 2014 TP Pavimentação 18 Ruas

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Processo de Licitação PMS nº 56/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PMS Nº 09/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 29/05/2014, às 09h:00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica em 18 ruas, do município de Siderópolis/SC, numa extensão de 2.609,88 m., conforme convênio entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Siderópolis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188 (Fabiola C. Comin).

Siderópolis,
13 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA.
Prefeito Municipal.

30 2014 Aviso de Dispensa Exames

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO PMS Nº 30/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS 05/2014

O Município de Siderópolis, por meio do parecer da procuradoria do município em conformidade com o art. 24, inciso XXVI da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e Lei 8.245/91 e legislação subsequente, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Contratação de exames especializados para auxílio e custeio das ações de saúde do município de Siderópolis /SC, conforme Convênio nº 2014TR00725 que entre si fazem o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Criciúma e a Prefeitura Municipal de Siderópolis referente ao processo nº SDR21 00001798/2014.

CONTRATADO: CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC.

CNPJ nº.: 13.791.885/0001-36

VALOR ESTIMADO: Até R\$ 35.714,29 (trinta e cinco mil setecentos quatorze reais e vinte e nove centavos).

VIGÊNCIA: até 31/12/2014, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/91.

Siderópolis, 13 de maio de 2014.
Hélio Roberto Cesa.
Prefeito Municipal

31 2014 Aviso de Dispensa Locação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO PMS Nº 31/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS 06/2014

O Município de Siderópolis, por meio do parecer da procuradoria do município, em conformidade com o art. 24, inciso X da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e Lei 8.245/91 e legislação subsequente comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Locação de imóvel destinado à instalação provisória da Unidade de Saúde São Lucas em virtude da reforma nas instalações (conforme

processo de licitação n. 21/2014), sendo que a proposta mais vantajosa foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado e verificação quanto à regularidade da documentação:

CONTRATADO: CLAUDETE FLORENTINO SILVESTRE

CPF Nº: 686.390.749-68

VALOR ESTIMADO: Até R\$ 800,00 mensais.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2014 contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/91.

Siderópolis,
13 de maio de 2014.
Hélio Roberto Cesa.
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

Resultado Final Lic 30/2014 TP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

RESULTADO DO JULGAMENTO DE

HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2014 - TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de pavimentação de 07 (sete) vias urbanas com lajotas de concreto, no município de Timbé do Sul/SC.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas do Processo Licitatório nº 30/2014 - Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante, HERAMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, com o valor global de R\$ 1.070.089,92 (um milhão, setenta mil, oitenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Timbé do Sul,
13 de maio de 2014.
Elaine da Rocha Lisowski Velho
Presidente da Comissão de Licitação

Timbó

PREFEITURA

Certidão de Aprovação Nº 006 de 12 de Maio de 2014.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 006 DE 12 DE MAIO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "VILFRID LEITZKE", situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 159,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske, com a área de 6.053,49m² (Seis mil, cinqüenta e três metros e quarenta e nove décímetros quadrados) processo D-004/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente VILFRID LEITZKE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 2.704, datado de 14 de abril de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.776, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.033.0677.001, sendo constituído:

De 10 (dez) lotes, abaixo transcritos:

Lote 01 (um) - com área de 601,21m² (seiscentos e um metros e vinte e um décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 159,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Áustria; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 10; lado direito estrema em 30,15 metros com o lote nº 02; e, lado esquerdo estrema em 30,17 metros com o Residencial Áustria de propriedade de Mikasa Incorporadora Ltda-ME, matrícula nº 16.309, livro 2;

Lote 02 (dois) - com área de 631,77m² (seiscentos e trinta e um metros e setenta e sete décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 179,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; estremando na frente em 21,38 metros com lado par da Rua Áustria; fundos estrema em 20,70 metros com o lote nº 09; lado direito estrema em 30,18 metros com o lote nº 03; e, lado esquerdo estrema em 30,15 metros com o lote nº 01;

Lote 03 (três) - com área de 600,13m² (seiscentos metros e treze décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 200,78 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Áustria; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 08; lado direito estrema em 30,15 metros com o lote nº 04; e, lado esquerdo estrema em 30,18 metros com o lote nº 02;

Continuação da Certidão n.º 006/2014, fls. 02.

Lote 04 (quatro) - com área de 599,61m² (quinhentos e noventa e nove metros e sessenta e um décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 220,78 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da

Rua Áustria; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 07; lado direito estrema em 30,12 metros com o lote nº 05; e, lado esquerdo estrema em 30,15 metros com o lote nº 03;

Lote 05 (cinco) - com área de 599,13m² (quinhentos e noventa e nove metros e treze décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Áustria, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 240,78 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Áustria; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 06; lado direito estrema em 30,10 metros com terras de Ehremfrit Hoe, matrícula nº 6.678, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,12 metros com o lote nº 04;

Lote 06 (seis) - com área de 602,91m² (Seiscentos e dois metros e noventa e um décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Dinamarca, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 52,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Polônia; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Dinamarca; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 05; lado direito estrema em 30,30 metros com o lote nº 07; e, lado esquerdo estrema em 30,31 metros com terras de Ehremfrit Hoe, matrícula nº 6.679, livro 2;

Lote 07 (sete) - com área de 602,57m² (Seiscentos e dois metros e cinqüenta e sete décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Dinamarca, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 72,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Polônia; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Dinamarca; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 30,28 metros com o lote nº 08; e, lado esquerdo estrema em 30,30 metros com o lote nº 06;

Lote 08 (oito) - com área de 602,25m² (Seiscentos e dois metros e vinte e cinco décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Dinamarca, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 92,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Polônia; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Dinamarca; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 03; lado direito estrema em 30,22 metros com o lote nº 09; e, lado esquerdo estrema em 30,28 metros com o lote nº 07;

Lote 09 (nove) - com área de 612,32m² (Seiscentos e doze metros e trinta e dois décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Dinamarca, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 112,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Polônia; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Dinamarca; fundos estrema em 20,70 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 30,18 metros com o lote nº 10; e, lado esquerdo estrema em 30,22 metros com o lote nº 08;

Continuação da Certidão n.º 006/2014, fls. 03.

Lote 10 (dez) - com área de 601,59m² (Seiscentos e um metros e cinqüenta e nove décímetros quadrados), situado no lado par da Rua Dinamarca, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 132,00 metros da esquina formada com o lado par da Rua Polônia; estremando na frente em 20,00 metros com lado par da Rua Dinamarca; fundos estrema em 20,00 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em 30,17 metros com o Residencial Áustria de propriedade de Mikasa Incorporadora Ltda-ME, matrícula nº 16.309, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 30,18 metros com o lote nº 09;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a

espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó,
12 de maio de 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.
Município de Timbó

Extrato Contrato 2014.063 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/063
AUTORIZANTE: Município de Timbó.
AUTORIZADO: Floriano Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de pavimentação de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) com lajota (tipo tijolo) e com fornecimento de meio fio na Rua Seara, por meio do edital de Credenciamento nº. 61/2013.

VALOR: R\$ 25.173,00 (vinte e cinco mil cento e setenta e três) sendo que o valor será pago pelos moradores aderentes ao regime de Mutirão.

DATA DA ASSINATURA: 09/05/2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretario de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Contrato 2014.064 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/064
AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
AUTORIZADO: Engetab Laboratório e Engenharia LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises laboratoriais de água bruta e tratada para Estação de Tratamento de Água - ETA e Aterro Sanitário.

VALOR: R\$ 15.350,00 (quinze mil trezentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/05/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 509/2014; Nº 098 1675/2014; Nº 098 1676/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1675/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLM0781	54573501E	6599/2	12/04/2014	230 * V
CMD2116	54722437E	6912/0	16/04/2014	232
DRK1297	54571984E	6700/0	16/04/2014	230 * XVI
ICF7983	54573503E	6637/2	14/04/2014	230 * IX
MAK3482	54571975E	6700/0	16/04/2014	230 * XVI
MCK1522	54571983E	6700/0	16/04/2014	230 * XVI
MEH2245	55371649D	6599/2	16/04/2014	230 * V
MIF6426	54571919E	6599/2	10/04/2014	230 * V
MIF6426	54571920E	6556/1	10/04/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE MAIO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 509/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABH2513	8756043660	7455/0	14/04/2014	218 * I
AGK6834	8756042475	7455/0	20/03/2014	218 * I
ALI5371	8756043209	5673/2	08/04/2014	183
ALK3469	8756043150	7455/0	05/04/2014	218 * I
ANG1252	8756043529	6050/3	20/04/2014	208
AOP1943	8756043210	5673/2	12/04/2014	183
APN4711	8756043589	7455/0	14/04/2014	218 * I
AVB5851	8756043424	7455/0	14/04/2014	218 * I
AYF1515	8756043563	7455/0	16/04/2014	218 * I
BOX4069	8756042983	7455/0	31/03/2014	218 * I
CSE6041	8756043026	5673/2	04/04/2014	183
DBO7794	8756043504	7455/0	16/04/2014	218 * I
DEA1785	8756043273	7455/0	13/04/2014	218 * I
DHY4176	8756043040	5673/2	05/04/2014	183
DNE7983	8756043431	7455/0	14/04/2014	218 * I
EAF1717	8756042621	7463/0	22/03/2014	218 * II
ICM2458	8756043267	7455/0	13/04/2014	218 * I
ICY0598	8756043197	7455/0	05/04/2014	218 * I
JPN0385	8756043305	7455/0	11/04/2014	218 * I
JPR9072	8756043208	5673/2	07/04/2014	183
JZA4042	8756043031	5673/2	31/03/2014	183
KJT7330	8756043278	7455/0	13/04/2014	218 * I
LWY6145	8756043329	7455/0	11/04/2014	218 * I
LXE9456	8756042526	7455/0	22/03/2014	218 * I
LXJ3369	8756043096	7455/0	31/03/2014	218 * I
LXR9884	8756043354	7455/0	07/04/2014	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXY9147	8756043545	7455/0	17/04/2014	218 * I
LXZ2801	8756042327	7455/0	15/03/2014	218 * I
LYE4480	8756043238	7455/0	11/04/2014	218 * I
LYK3262	8756043317	6050/3	12/04/2014	208
LYV4667	8756043678	7455/0	18/04/2014	218 * I
LYW1301	8756043259	7455/0	10/04/2014	218 * I
LYX4408	8756043067	7455/0	01/04/2014	218 * I
LYY0877	8756043614	7455/0	19/04/2014	218 * I
LYZ8923	8756042977	7455/0	31/03/2014	218 * I
LZQ3423	8756043198	7455/0	06/04/2014	218 * I
LZQ5384	8756043675	7455/0	17/04/2014	218 * I
MAB9506	8756043075	7455/0	06/04/2014	218 * I
MAE6935	8756043362	7463/0	11/04/2014	218 * II
MAT1269	8756042622	7455/0	22/03/2014	218 * I
MAT7210	8756043251	7455/0	08/04/2014	218 * I
MAW8193	8756043246	7455/0	07/04/2014	218 * I
MAY7555	8756043319	7455/0	07/04/2014	218 * I
MBB2432	8756043218	7455/0	13/04/2014	218 * I
MBD6822	8756043180	7455/0	05/04/2014	218 * I
MBH6326	8756043331	7455/0	11/04/2014	218 * I
MBI1349	8756043160	7455/0	06/04/2014	218 * I
MBI1931	8756042493	5673/2	22/03/2014	183
MBX5407	8756043382	7455/0	12/04/2014	218 * I
MCB3454	8756043078	7455/0	06/04/2014	218 * I
MCI6084	8756042605	7463/0	18/03/2014	218 * II
MCP1329	8756043625	7455/0	14/04/2014	218 * I
MCR2545	8756043042	7463/0	05/04/2014	218 * II
MDF4528	8756043413	7455/0	14/04/2014	218 * I
MDN7027	8756043422	7463/0	14/04/2014	218 * II
MDP7711	8756043268	7455/0	13/04/2014	218 * I
MDT3275	8756043687	7455/0	20/04/2014	218 * I
MDY2557	8756043315	7455/0	13/04/2014	218 * I
MEE9639	8756043390	7455/0	12/04/2014	218 * I
MEO7646	8756042996	7455/0	01/04/2014	218 * I
MEX4954	8756043018	5673/2	06/04/2014	183
MFA2863	8756042577	6050/3	18/03/2014	208
MFB3613	8756043272	7455/0	13/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFM4471	8756042484	6050/3	18/03/2014	208
MFW1627	8756043226	6050/3	13/04/2014	208
MGA9101	8756043257	7455/0	10/04/2014	218 * I
MGD9771	8756043542	7455/0	17/04/2014	218 * I
MGF2606	8756042733	7455/0	19/03/2014	218 * I
MGJ0189	8756043537	7455/0	17/04/2014	218 * I
MGL8162	8756043375	7455/0	07/04/2014	218 * I
MGM5706	8756043154	7455/0	05/04/2014	218 * I
MGW3017	8756043467	7455/0	16/04/2014	218 * I
MGZ3924	8756043556	7455/0	14/04/2014	218 * I
MHC0246	8756042497	5673/2	18/03/2014	183
MHX0437	8756043499	7455/0	16/04/2014	218 * I
MIM5407	8756043608	7455/0	18/04/2014	218 * I
MIT8623	8756043653	7455/0	19/04/2014	218 * I
MIX8911	8756043153	6050/3	05/04/2014	208
MJA1318	8756042726	7455/0	19/03/2014	218 * I
MJC9843	8756042478	7455/0	22/03/2014	218 * I
MJF1558	8756042440	7455/0	15/03/2014	218 * I
MJG0006	8756043039	5673/2	05/04/2014	183
MJR6001	8756042772	5673/2	24/03/2014	183
MJR6743	8756043344	7455/0	13/04/2014	218 * I
MKS9032	8756043681	7455/0	19/04/2014	218 * I
MLM8855	8756043181	7455/0	05/04/2014	218 * I
MLN8459	8756043495	7455/0	16/04/2014	218 * I
MLP1721	8756043061	7455/0	31/03/2014	218 * I
MMA2584	8756043035	5673/2	04/04/2014	183
MMK5763	8756043520	6050/3	16/04/2014	208
MML2502	8756043119	7455/0	05/04/2014	218 * I
MOP7949	8756043398	7455/0	08/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1676/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLM0781	54573502E	5347/0	12/04/2014	178
DQR9403	54571970E	5185/2	25/03/2014	167
LXR9879	55371645D	7234/0	09/04/2014	250 * I * a
MFR7580	55371644D	7234/0	09/04/2014	250 * I * a
MIP5456	54722441E	5541/5	17/04/2014	181 * XVII
MJO1822	54573504E	7030/2	18/04/2014	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 510/2014; Nº 098 1677/2014; Nº 098 1678/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 510/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEO8692	8756040774	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGH2175	8756041084	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGR8011	8756041304	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHB1969	8756041076	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
AHB1969	8756041318	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASA2246	8756041979	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BKO4453	8756041310	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOX8222	8756040810	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CAP8207	8756041150	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CCH0127	8756041325	6050/3	09/02/2014	R\$ 191,53	208
COQ1305	8756041768	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DBO7794	8756041137	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEA1785	8756041165	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLA6107	8756040133	5673/2	04/01/2014	R\$ 85,12	183
FJA6155	8756040001	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
FNU2000	8756041025	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
GMV8984	8756039366	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IIZ8035	8756040079	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IJS7862	8756041698	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJS7862	8756041701	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IMY3788	8756033767	6050/3	01/07/2013	R\$ 191,53	208
IPQ2448	8756041365	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
ITM6150	8756041511	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXF8948	8756041196	5673/2	05/02/2014	R\$ 85,12	183
LXI1896	8756041414	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI3979	8756041694	5673/2	23/02/2014	R\$ 85,12	183

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS2839	8756041054	7463/0	31/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXY3136	8756041266	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYH2971	8756040974	5673/2	29/01/2014	R\$ 85,12	183
LYL3761	8756041298	6050/3	07/02/2014	R\$ 191,53	208
LYL3761	8756041407	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM3733	8756041159	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYS9315	8756039984	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYV9183	8756041363	6050/3	07/02/2014	R\$ 191,53	208
LYX7397	8756041323	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZC0306	8756041030	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZD3370	8756039751	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZE4798	8756041209	6050/3	07/02/2014	R\$ 191,53	208
LZH9348	8756041180	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV1891	8756039903	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZX7043	8756041425	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZZ4527	8756039939	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAL7563	8756041745	7463/0	22/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAO7735	8756041113	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ5812	8756040861	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR8574	8756040048	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAR8648	8756041367	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX4642	8756039831	6050/3	21/12/2013	R\$ 191,53	208
MBB2928	8756041252	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBB3312	8756041228	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH5893	8756041296	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBH5893	8756041421	7471/0	08/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MBH9661	8756041091	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ8935	8756039991	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBK8650	8756041215	6050/3	09/02/2014	R\$ 191,53	208
MBR9697	8756041213	6050/3	09/02/2014	R\$ 191,53	208
MBW8884	8756040985	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX6996	8756040805	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY0031	8756041240	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA9149	8756041347	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB0169	8756039901	7463/0	20/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCC4782	8756041001	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO6697	8756041048	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCR7907	8756041394	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS3691	8756040116	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCT2915	8756041255	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDC4794	8756041192	5673/2	08/02/2014	R\$ 85,12	183
MDD1087	8756041434	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE6314	8756041423	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF4078	8756041267	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH2376	8756039941	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDH5158	8756039772	6050/3	17/12/2013	R\$ 191,53	208
MDX5899	8756041128	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDX9253	8756041010	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH1243	8756041950	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL5190	8756041195	5673/2	09/02/2014	R\$ 85,12	183
MEM3263	8756041349	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN3382	8756039723	7463/0	21/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEU6314	8756041121	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC6262	8756041026	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG3939	8756041208	5673/2	06/02/2014	R\$ 85,12	183
MFH6829	8756040915	7471/0	24/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFR1776	8756041005	7463/0	29/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFR7580	8756041009	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS9741	8756039876	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY2592	8756041093	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA2841	8756039852	7455/0	17/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGB2967	8756041370	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB4154	8756041391	7463/0	03/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGH1546	8756039351	7463/0	17/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MGL0107	8756039328	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGL0711	8756041218	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR8669	8756041059	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT1818	8756041887	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU0892	8756039963	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGV1185	8756041002	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW3150	8756041308	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY8093	8756041908	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN8882	8756039602	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN8882	8756039621	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHQ8080	8756041264	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHS1801	8756041094	7455/0	28/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV8573	8756041226	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHX8249	8756040971	5673/2	01/02/2014	R\$ 85,12	183
MIF4800	8756041011	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII8668	8756039122	6050/3	06/12/2013	R\$ 191,53	208
MIL1737	8756041315	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIP4084	8756041282	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR5162	8756041153	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY1525	8756041261	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB5940	8756041088	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG4330	8756041399	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH0411	8756041164	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI2843	8756041729	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI8327	8756041396	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ8434	8756039871	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJQ7127	8756040000	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJS7085	8756041778	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS8360	8756041373	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT9043	8756041360	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV7358	8756041090	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW9450	8756041300	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX0206	8756041437	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY2451	8756041398	7463/0	04/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKA2149	8756040982	5673/2	01/02/2014	R\$ 85,12	183
MKD4317	8756041289	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM7083	8756040950	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ4384	8756041866	5673/2	28/02/2014	R\$ 85,12	183
MKR2527	8756039907	6050/3	23/12/2013	R\$ 191,53	208
MKS1322	8756041337	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX7767	8756039339	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKZ9817	8756034045	7455/0	14/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKZ9926	8756040039	7455/0	23/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLC7946	8756041139	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD9746	8756041316	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI9870	8756041206	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ3773	8756041381	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLM8855	8756042018	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN2624	8756041385	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMA0588	8756040747	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMJ9290	8756040995	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1677/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADZ5480	54722375E	6599/2	07/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
GYZ8475	54571836E	6637/2	28/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
GYZ8475	54571837E	5118/0	28/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
GYZ8475	55371750D	5010/0	28/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXS2596	54571569E	6599/2	30/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXS2596	54571570E	5010/0	30/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEX0823	55371635D	6637/2	20/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIO6235	54571720E	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIO6235	54571721E	6912/0	08/02/2014	R\$ 53,20	232
MKG2467	54571441E	5010/0	05/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKG2467	54571442E	5118/0	05/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE MAIO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1678/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCZ9530	54571419E	5452/1	19/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MHK3152	54722150E	5967/0	07/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MJB7119	54722243E	5452/3	18/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 13 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE**Portaria N. SAMAE- 067, de 05 de Maio de 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 067, DE 05 DE MAIO DE 2014

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Graziela Largura.

A Diretora Presidente em exercício do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora GRAZIELA LARGURA, ocupante do cargo efetivo de Técnica Laboratorista, por sessenta e dois (62) dias, a contar de 25/04/2014, conforme Processo RH 81/2014, sendo:

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 10/04/2014 a 11/04/2014 (2 dias) e 12/04/2014 a 24/04/2014 (13 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 25/04 a 25/06/2014 (62 dias)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2014;
144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

CARLA T. R. GEISLER

Diretora Presidente em exercício

Portaria N. SAMAE- 068, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 068, DE 05 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Auxiliar Operacional I

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
TIMBERLI TATIANE WEIZENMANN (Substituição da servidora Tânia C. B. Zumach no período de férias e licença maternidade)	23/08/1995	086.821.039-07	44 horas	05/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2014;
144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

CARLA T. R. GEISLER

Diretora Presidente em exercício

Portaria N. SAMAE- 069, de 06 de Maio de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 069, DE 06 DE MAIO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ERACI STEINERT (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	24/04/1979	003.561.049-23	44 horas	13/05/2014 a 30/06/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2014;
144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
CARLA T. R. GEISLER
Diretora Presidente em exercício

Três Barras

PREFEITURA

Decreto Nº 4.381 de 12 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.381 DE 12 DE MAIO DE 2014.

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO - REGULADO PELO EDITAL Nº 002/2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado do Concurso Público para Emprego Público regulado pelo Edital nº 002/2014, conforme Anexo único.

Art. 2º. Deverá o Setor Pessoal tomar as providências necessárias a convocação dos candidatos obedecida a ordem de classificação e demais disposições constante do respectivo edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de maio de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

ANEXO ÚNICO

EDITAL 02/2014 - CONCURSO PÚBLICO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

COD: 01 - Medico Clinico Geral

Nº Inscrição	Nome:	CPF	Resultado	Situação
037	Ademir Aduci Pereira	37793888987	7,20	Aprovado
051	Geancarlo Casagrande da Silva	89873050906	7,10	Aprovado
060	Iomar Revoredo Fonseca	54409055704	7,00	Aprovado
054	Antonio Elieuton Azevedo	27129090200	6,00	Aprovado

COD: 02 - Médico Especialista Saúde da Mulher

Nº Inscrição	Nome:	CPF	Resultado	Situação
021	Celize Maria Weinert	04405197997	7,9	Aprovado

COD: 03 -Técnico de Enfermagem ESF

Nº Inscrição	Nome:	CPF	Resultado	Situação
063	Sandrieli Cecilia Pires de Lima	04807462903	7,20	Aprovado
050	Anestor Lins	18327214934	6,00	Aprovado

064	Roseli de Fátima Bachmann Padilha	86884190949	5,80	Aprovado
043	Silvana Aparecida Lescovitz de Souza	00368404919	5,40	Aprovado
065	Kamila Bento dos Santos	07011765980	5,20	Aprovado
011	Elizangela Screpec Izidio	64038629902	5,00	Aprovado
049	Francieli Daiane Teixeira Muller	06364391940	4,60	Reprovado
068	Claudia Borges Mathias	05078341943	4,40	Reprovado
020	Franklin de Brito	08836581943	4,00	Reprovado
007	Iracema Nunes Ferreira	04344310960	3,80	Reprovado
038	Goreti Leme Maciel	42448560957	3,80	Reprovado
066	Marcia do Rosario Walter	02351512979	3,40	Reprovado
042	Rosider Aparecida Caetano da Silva	92120105987	-	Não compareceu
067	Rosimari Padilha	00919861982	-	Não compareceu

COD: 04 - Técnico de Enfermagem CAPS

Nº Inscrição	Nome:	CPF	Resultado Prova Escrita	Situação
035	Luciane de Almeida	36066680986	6,20	Aprovado
041	Ana Claudia Jungles Batista	09681780906	5,60	Aprovado
057	Sonia Maria Gonçalves de Oliveira	77032527949	5,20	Aprovado
028	Soeli Terezinha Rezende	01468999974	5,20	Aprovado
025	Maria Cirleia Nepomuceno Pinto	00499775988	4,20	Reprovado

COD: 05 - Farmacêutico

Nº Inscrição	Nome:	CPF:	Resultado	Situação
022	Suraia El-Kouba	66452260987	5,00	Aprovado
033	Thaline Dirschnabel	07432426961	5,00	Aprovado

COD: 06 - Terapeuta Ocupacional

Nº Inscrição	Nome:	CPF:	Resultado	Situação
034	Silvana Terezinha Krachinski	02926269919	3,40	Reprovado

COD: 07 - Auxiliar Administrativo

Nº Inscrição	Nome:	CPF:	Resultado	Situação
052	Rafael Veiga	07804600909	7,00	Aprovado
055	Simone Neuburger Langer	95059237915	6,80	Aprovado
023	Elaine Aparecida R. da Silva Bornat	05700879964	6,00	Aprovado
004	Jaqueline Gonçalves de Almeida	09512333945	5,80	Aprovado
032	Jaqueline Fontes	08086367908	5,60	Aprovado
026	Jailson Stawas Zvares	09530461925	5,40	Aprovado
036	Sirley Pereira Rozental	82049971915	5,00	Aprovado
056	Marileia Aparecida da Silva Farias	08511618988	5,00	Aprovado
008	Roseli Aparecida Zaionz	84573600949	4,40	Reprovado
053	Alderli Conceição S Tobias	05002612962	4,20	Reprovado
006	Leoni Turkiv	03542441910	3,60	Reprovado
047	Jaine Maria Alves Weklak	08570336977	-	Não compareceu
059	Ligia Ferreira Pauluka	09654182947	-	Não compareceu

COD: 08 - Agente de Endemias

Nº Inscrição	Nome:	CPF	Resultado	Situação
031	Marcelo Moreira	07736920966	6,60	Aprovado
005	Ana Paula dos Santos	01209196999	5,40	Aprovado
040	Marivone Lavandowski	07214757958	5,40	Aprovado
019	Clevertton Ferreira da Rocha	07728293907	4,40	Reprovado

COD: 09 - Auxiliar Odontológico

Nº Inscrição	Nome:	CPF:	Resultado	Situação
030	Adriana Aparecida Portella	03992332969	5,40	Aprovado
018	Emanueli Caldas Correa	08109607969	5,40	Aprovado
016	Andrieli Cordeiro	02150713950	5,20	Aprovado
014	Roseli Chaves Wurzer	00381107922	5,00	Aprovado
015	Joselaine dos Reis	07277758986	5,00	Aprovado
003	Maria Aparecida Dumas Kotarski	84573562915	5,00	Aprovado
029	Zeni Zadroieski Soares	03172849910	4,00	Reprovado

062	Patricia da Silveira	09151236907	3,80	Reprovado
027	Sabrina Lino de Oliveira	08862582943	3,60	Reprovado

COD: 10 - Agente Comunitário de Saúde

Nº Inscrição	Nome:	CPF:	Resultado	
058	Magali de Fatima Stuber da Silva	07855751971	5,80	Aprovado
044	Catia Leite	08939690958	5,80	Aprovado
010	Silvana de Fa- tima Carvalho Bueno	05523119900	5,60	Aprovado
009	Rosilene Apa- recida Pereira da Cruz	05507951977	5,00	Aprovado
024	Angelina Bue- no Back	06321558923	5,00	Aprovado
046	Daiane Fran- ciele Wendt	04170613902	5,00	Aprovado
045	Roselis Maria Rodachinski	43710565987	4,80	Reprovado
017	Julio Cesar Ribeiro Hauth	05896166923	4,60	Reprovado
001	Stela Geslina Greffin Faria	08858697960	4,40	Reprovado
048	Andriele Gon- çalves	06483494971	4,20	Reprovado
013	Francieli do Prado Portella	09013817998	4,00	Reprovado
012	Rosangela Pe- reira da Cruz Vielevski	86678973958	3,20	Reprovado
061	Angelica Aparecida Piovesan	06670862938	3,20	Reprovado
039	Jurema de Lima Gonçal- ves	05615965908	2,60	Reprovado
002	Roselis Catari- na Claus	42146496991	2,00	Reprovado

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),
em 6 de maio de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Decreto Nº 4.379 de 6 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.379 DE 6 DE MAIO DE 2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS NO MUNICÍPIO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de expediente dos serviços administrativos de todas as Secretarias Municipais e Intendência Distrital das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:15 horas às 17:00 horas de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º. O horário estabelecido no art. 1º se aplica exclusivamente às atividades administrativas, excetuada aquelas atinentes aos serviços de educação, saúde e obras.

Treze Tílias

PREFEITURA

Aviso de Licitação 05/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 05/2014 FMS - PREGÃO PRESENCIAL.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos/materiais permanentes novos para atender a Unidade Básica de Saúde de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 26/05/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.trezetiltias.sc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Aviso de Licitação 06/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 06/2014 FMS - PREGÃO PRESENCIAL.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria especializada no Sistema Unico de Saúde - SUS, para assessoramento da Secretaria Municipal de Saúde de Treze Tílias, conforme Termo de Referência constante no (Anexo VII) do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 27/05/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.trezetiltias.sc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Aviso de Licitação 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 39/2014 - TOMADA DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica C.A.U.Q em diversas ruas no perímetro urbano do município de Treze Tílias - SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 30/05/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP

89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Decreto Nº 1.883 Suplementa Assistência Social

DECRETO Nº 1.883/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALOR DE R\$ 27.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

10- Secretaria de Assistência Social

01 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.304- Manutenção da Secretaria.

Suplementa

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.000 R\$ 27.000,00

Anula

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.608 R\$ 27.000,00

Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 05/05/2014

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1.884 Suplementa Garagem

DECRETO Nº 1.884/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05- Secretaria de Transportes e Obras

01 - Serviços de Transportes

Atividade: 2.005- Manutenção da Secretaria.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 100.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificado no período e/ou sua tendência.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 06/05/2014

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos
Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Turvo

PREFEITURA

Leilao PMT 51/2014

Aviso de Licitação - Modalidade de Leilão
A Prefeitura Municipal de Turvo - SC, através de sua Leiloeira torna
a publico que fará realizar processo licitatório Modalidade de Leilão
Publico a quem se fizer interessado.

Processo de Licitação nº 51/2014 - Modalidade - LEILÃO nº
51/2014 - Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: Alienação Bens móveis Inservíveis a Administração Publica
do Município de Turvo - SC.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida
abertura para lances: a partir das 09:00 horas do dia 27/05/2014.
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Lici-
tações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos,
588 - Centro - Turvo - SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das
13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48)
3525-0186.

Turvo - SC,
em 13 de maio de 2014.
Soeli Fatima Fernandes
Leiloeira

Vargeão**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 105/2014.**

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: KADOBIT INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços técnicos de informática a serem prestados diretamente nas repartições públicas municipais de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), pelo período de 8 (oito) meses, totalizando o valor global de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 23/2014 e Contrato nº 105/2014.

Vargeão, SC, 13 de maio de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 57/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 57/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 02/06/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Maio de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Rescisão N. 0013/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0013/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0641/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CAROLINA LUCHESI MACIEL
CPF: 090.722.109-21
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 07 de fevereiro de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0047/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0047/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0643/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JÉSSICA MARIA CERON
CPF: 079.554.009-41
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 30 de abril de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0048/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0048/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0099/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARCIA SANGALETTI
CPF: 004.566.289-40
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 09 de abril de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0049/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0049/14
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0524/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MÁRCIA SABRINA RUBINI

CPF: 007.931.809-61

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 30 de abril de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0051/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0051/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0507/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RICARDO BURATTO

CPF: 069.963.199-86

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 30 de abril de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0054/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0054/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0646/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIAN BRINIAK MOREIRA

CPF: 004.767.449-03

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 05 de maio de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0055/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0055/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0346/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA LAMONATTO

CPF: 076.580.049-79

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 03 de maio de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0057/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0057/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0412/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SARA MEZAROBIA

CPF: 006.839.849-26

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 12 de maio de 2014.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0046/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0046/14

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0018/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ZENAIR SPETIT

CPF: 074.912.779-18

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 03 de abril de 2014.

Pregão Presencial Nº 58/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 58/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE TÁBUAS, PORTÕES, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CARRINHO

PARA TRANSPORTE EM ARMAZÉM PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 04/06/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 12 de Maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 086/2014

PORTARIANº 086/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: PATRICIA TILLMANN

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 020/2014, de 11 de fevereiro de 2014, passando para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de maio de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE MAIO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 087/2014

PORTARIANº 087/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MONICA DE OLIVEIRA

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na E.M. Victor Meirelles, a partir do dia 12 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 12 de maio de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 13 DE MAIO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Ata de Registro de Preços 005/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 12 de Maio de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 5/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 12/05/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NO DEPARTAMENTO DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

4162.9 - CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	TUBO DE CONCRETO D=15 SIMPLES C-2		50,00	15,00	750,00
00002	UN	TUBO DE CONCRETO D=20 SIMPLES C2		100,00	14,90	1.490,00
00003	UN	TUBO DE CONCRETO D=30 SIMPLES C2		500,00	15,95	7.975,00
00004	UN	TUBO DE CONCRETO D=40 SIMPLES C-2		500,00	24,95	12.475,00
00005	UN	TUBO DE CONCRETO D=50 SIMPLES C-3		100,00	34,95	3.495,00

00006	UN	TUBO DE CONCRETO D=60 SIMPLES C2		200,00	46,90	9.380,00
00007	UN	TUBO DE CONCRETO D=80 PA-1		30,00	129,50	3.885,00
00008	UN	TUBO DE CONCRETO D=100 PA-01		50,00	199,00	9.950,00
00009	UN	TUBO DE CONCRETO D=120 PA-01		35,00	244,00	8.540,00
Total do Fornecedor: 57.940,00 (CINQUENTA E SETE MIL E NOVECEN- TOS E QUARENTA REAIS)						
Total da Licitação: 57.940,00 (CINQUENTA E SETE MIL E NOVECEN- TOS E QUARENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 5/2014 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos

produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão

do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC,
em 12 de Maio de 2014.
COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

CIMEDIANA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
EDSON AURELIO FISTAROL
Contratada

Aviso de Licitação 016/2014

Processo de Licitação 016/2014
Modalidade: Concorrência Pública 001/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Concorrência Pública

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Concorrência Pública, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO INTEGRADO DO DESPORTO E LAZER - GINÁSIO. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 13 de junho de 2014, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Sandro Lunelli, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC),
em 14 de maio de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

Ata CC 01-2014 Pmxv - Sessão 01 - 1ª Ata

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010. SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº 1, 2, 3 e 4, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às as oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina/SC, reuniu-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 005/2014, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes Nº 01 - PROPOSTA TÉCNICA-PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via não identificada; Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA-PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via identificada; Nº 03 - CONJUNTO DE INFORMAÇÕES - via identificada; Nº 04 - PROPOSTA DE PREÇOS; Apresentaram-se para participar do certame as empresas: FOCO PROPAGANDA LTDA, representada pelo Sr. OSMAR WILHNER, CPF nº 629.830.249-20; AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, representada pelo Sr. ANDERSON SULCHINSKI, CPF nº 082.584.059-77; AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA representada pela Sra. ELIZABETH APARECIDA SCHIZZI TIEPO, CPF nº 763.590.269-53, e DOSS PROPAGANDA LTDA, representada pelo Sr. LUCAS FRANCIS ALVES DA CRUZ, CPF nº 050.484.729-50. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo, ou seja, até às 16 horas do dia doze de maio do ano de dois mil e quatorze. Foram recebidos os Envelopes nº 1, conforme determina o item 1.3 do edital. Os Envelopes Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA-PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via identificada e Nº 04 - PROPOSTAS DE PREÇOS foram devidamente rubricados no fecho pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais das licitantes sendo que permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação, conforme dispõe o item 13.2.2 "a" do Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA TÉCNICA-PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via não identificada e do ENVELOPE Nº 03 - CONJUNTO DE INFORMAÇÕES - via identificada, os quais tiveram suas documentações devidamente rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações. Em conformidade com o disposto no item 13.2.2, "d" do Edital, os envelopes Nº 01 - PROPOSTA TÉCNICA-PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - via não identificada e Nº 03 - CONJUNTO DE INFORMAÇÕES - via identificada foram colocados à disposição dos representantes das licitantes para exame e rubrica dos representantes presentes. Um representante colocou que uma das empresas não apresentou os valores de terceiros no envelope não identificado, conforme previa o item 5.3.4.2 do edital e uma das empresas não informou o percentual alocado de cada meio de comunicação. Indagados da intenção de recorrer do julgamento ora consignado, os mesmos renunciaram à intenção de recorrer, o Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento desta primeira sessão que será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

(www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93. Assim e de acordo com o item 13.2.5 do edital, a licitação terá sua continuidade seguindo o que estipula o item 13.2.6 do edital. Fica marcado a SESSÃO PÚBLICA PARA ENCAMINHAMENTO DOS ENVELOPES Nº 1 e 3 À SUBCOMISSÃO TÉCNICA, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMXV para o dia 14 de maio de 2014 as 14:00 horas na sala de licitações da Sede Administrativa do Município de Xavantina. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais presentes.

Joselino Luiz Naissinger
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo
Membro da Equipe de Apoio

Soraia Ellis Budke
Membro da Equipe de Apoio

FOCO PROPAGANDA LTDA
Osmar Wilhner

AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME
Anderson Sulchinski

DOSS PROPAGANDA LTDA
Lucas Francis Alves Da Cruz

AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA
Elizabeth Aparecida Schizzi Tiepo

PP 34/2014 Pmxv
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 - PMXV

Objeto: Aquisição de Uniformes de Inverno para Alunos da Rede Municipal de Ensino, Educação Infantil e Anos Iniciais, conforme relação especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.
Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 27/05/2014.

Abertura: dia 27/05/2014, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC,
em 14 de maio de 2014.
JOSÉ DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Xaxim

PREFEITURA

Decretos 01

DECRETO Nº. 259/2014.

Exonera secretária municipal de assistência social e habitação e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 05 de maio de 2014, a servidora municipal ARLEI SANTINA BARRIONUEVO ANDOLFATTO, do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deste Município de Xaxim - SC, retornando ao cargo de provimento efetivo de Professora.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 05 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurado Geral do município

DECRETO Nº. 260/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal MARINEZ GEREMIA, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5245, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 02 de maio de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
05 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 262/2014.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, SARA ROLIM DAGA, CPF: 047.763.469-00, para exercer o cargo de MÉDICO, código 047, categoria ATC (ATIVIDADES TÉCNICO CIENTÍFICO), nível 052, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 12 de maio de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 263/2014.

Constitui a função de Coordenação Municipal de Programas Cisternas e dá outras providências

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim-Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, e de acordo com a lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a função de Coordenação Municipal de Cisternas.

Art. 2º São atribuições da Coordenação Municipal:

I - Fornecimento de informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos ora propostos.

II - Utilizar de suas prerrogativas e exercer articulação perante

órgãos, departamentos, ou demais que se faça necessário para a realização objetiva dos trabalhos de cadastramento das famílias beneficiárias.

III - Viabilizar a realização das reuniões explicativas dos termos do Programa de Cisternas do Governo Estadual.

IV - Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto, apoiando e participando de todas as ações dos partícipes integrantes do Programa de Cisternas do Governo Estadual.

Art. 3º Fica designado o servidor Luiz Alberto Brunetto - Diretor de Meio Ambiente para função desta Coordenação Municipal:

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 392/2013, de 13 de agosto de 2013.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 12 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

ARIS

Ata da 33ª Reunião do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS)

ATA DA 33ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e quatro dias do mês de abril, do ano de dois mil e quatorze (24/04/2014), às 13 horas e 30 minutos, estiveram reunidos em Florianópolis, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs(as). Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação Sr. Ricardo Martins, o Coordenador de Normatização Sr. Ciro Loureiro Rocha, Coordenador de RH/Jurídico Sr. Magnus Caramori e o Ouvidor Ernani Matos. Não compareceu a reunião o Sr. Gilberto Valente Canali por motivos justificados. Os trabalhos da 33ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados com a seguinte pauta: 1 Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada; 2 Relatório de Ouvidoria; 3 Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 4 Assuntos Gerais. O Sr. Afonso Veiga Filho fez a abertura e agradeceu a presença de todos os presentes e passou a palavra ao Sr. André Miquelante para que fizesse a leitura da ata da 32ª reunião do Conselho de Regulação. Colocada em apreciação, esta foi aprovada. Em seguida, o Sr. Ernani Matos fez a apresentação das manifestações registradas na ouvidoria da ARIS entre os meses de março e abril. Relatou que neste período houve 13 manifestações. O Sr. Ricardo Martins informou que o município de São José do Cedro já possui regimento interno e estrutura montada da autarquia (SAMA). O Sr. Ricardo Martins comunicou que a ARIS foi convidada a fazer parte da diretoria da ABAR e que entre os meses de março e abril a ARIS participou dos seguintes eventos: I Encontro Regional, que buscou a aproximação entre os prefeitos catarinenses e os promotores de justiça das comarcas regionais; II encontro Catarinense de Saúde Ambiental promovido pela FUNASA; II Congresso Brasileiro de Consórcios Intermunicipais em São Luís no Maranhão; e X Fórum Brasileiro sobre Agências Reguladoras. O Sr. Ricardo Martins comunicou que a revisão tarifária no município de São Bento do Sul e Fraiburgo está sob análise técnica da Diretoria. Comunicou também que entre os meses de março e abril foram realizadas 38 fiscalizações e 2 visitas técnicas em sistemas de abastecimento de água; 32 análises de processos; foram emitidos 49 pareceres; aplicados 05 autos de infração; 10 termos de notificação; e 02 reuniões com prefeitos municipais na sede da ARIS. Posteriormente, o Sr. Ricardo Martins informou que a ARIS está em tratativas com o FUNASA para estabelecerem um termo de cooperação técnica para utilização conjunta do laboratório móvel, capacitação dos responsáveis nos municípios para controle da qualidade da água e atualização da legislação. Foi informado que a ARIS fez uma análise técnica das metas e investimentos de 102 planos de saneamento básico dos 139 existentes, entre dos municípios consorciados a ARIS. Informou do acordo sobre a metodologia de atualização das metas e investimentos incluso nos planos municipais de saneamento básico, especificamente para área de abastecimento de água e esgotamento sanitário, dos municípios pertencentes ao CISAMA. Posteriormente, o Sr. Ciro Loureiro informou que estão em elaboração seis minutas de norma de regulação, sendo uma relacionada a condições gerais de prestação de serviços; a fiscalização e penalização, relacionadas a resíduos sólidos. As outras três minutas de normas são referente à revisão tarifária de SAMAs, plano de contas regulatório

e de levantamento de ativos. Em assuntos gerais, o Conselheiro Willian Carlos Narzetti apresentou seu relatório e voto relacionado ao Processo Administrativo ARIS nº 01/2014 – Auto de Infração nº 001/2014, mantendo a aplicação da penalidade de advertência. Posteriormente, houve o sorteio do Processo Administrativo Punitivo 01/2014 – Auto de Infração 04/2014. Feito o sorteio, ficou a cargo da Conselheira Michele Batista elaborar o relatório e voto referente ao Processo Administrativo Punitivo 01/2014 – Auto de Infração 04/2014, dentro dos prazos estipulados na Resolução Normativa 03/2011. Diante da demanda de processos, ficou agendada a reunião extraordinária, com pauta única de análises de processos administrativos para o dia 09 de maio de 2014. Ficou agendada, também, a próxima reunião ordinária do Conselho de Regulação para o dia 30 de maio de 2014. O Sr. Marcos Fernando Zanella propõe que a Diretoria estude a possibilidade de remuneração para análise destes processos, uma vez que a demanda tenderá ser grande. Sem mais nada a tratar, o Presidente Interino do Conselho de Regulação, Sr. Afonso Veiga Filho, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, membro do Conselho de Regulação da ARIS, lavrei a presente ata, da qual dou fé pública.

Gilberto Valente Canali (Presidente do Conselho da ARIS)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Marcos Fernando Zanella (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

CIGA

Extrato Contrato 231 - PGT - Campo Erê

Extrato de Contrato nº 231/2014

Programa de Gestão Tributária - Campo Erê

CONTRATANTE: Município de Campo Erê

CNPJ: 83.026.765/0001-28

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores

Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 05 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Arroio Trinta e Hospital Municipal Frei Rogério, durante o período de 09 de maio a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDOR:

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CINCO1132;

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT14CINCO1133.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.05.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC),
13 de maio de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014 - Adesão Frei Rogério

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Frei Rogério, durante o período de 09 de maio a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT14CINCO1134;

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT14CINCO1135;

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME- Ata nº AT14CINCO1136;

MARCOFARMA DIST. DE PROD. FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT14CINCO1137;

LICIMED DIST.MED.CORRELATOS E PROD.MED E HOSPIT.L - - Ata nº AT14CINCO1139.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.05.2014

à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC),
13 de maio de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0003/2014

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município Rio das Antas durante o período de 09 de maio a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDORES:

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - Ata nº AT14CINCO1138.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 09.05.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC),
13 de maio de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CINCO

Aa0035_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Materiais de Expediente Edital Ch. 0004_2014 - 3S

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0004/2014

MATERIAIS DE EXPEDIENTE

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0035/2014, TERMO DE ANÁLISE 0036/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentado pela empresa:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCAS/MODELO
38	Caixa	Clips de aço nº 0/0, caixa de 500gr.	RG
39	Caixa	Clips de aço nº 2/0, caixa de 500gr.	RG
40	Caixa	Clips de aço nº 3/0, caixa de 500gr.	RG
41	Caixa	Clips de aço nº 4/0, caixa de 500gr.	RG
42	Caixa	Clips de aço nº 6/0, caixa de 500gr.	RG
43	Caixa	Clips de aço nº 8/0, caixa de 500gr.	RG

50	Unid.	Cola instantânea (supercola), composta de cianocrilato, tubo com 20gr.	TECK BOND
62	Caixa	Etiqueta adesiva, 138,11x106,36mm, caixa com 100 unidades.	POLIFIX
63	Caixa	Etiqueta adesiva, 21,1x38,2mm, caixa com 6500 unidades.	POLIFIX
64	Caixa	Etiqueta adesiva, 25,4x101,6mm, caixa com 2.000 unidades.	POLIFIX
65	Caixa	Etiqueta adesiva, 25,4x66,7mm, caixa com 3.000 unidades.	POLIFIX
66	Caixa	Etiqueta adesiva, 33,9x101,6mm, caixa com 1.400 unidades.	POLIFIX
67	Caixa	Etiqueta adesiva, 38,1x63,5mm, caixa com 2100 unidades.	POLIFIX
68	Caixa	Etiqueta adesiva, 50,8x101,6mm, caixa com 1.000 unidades.	POLIFIX

Fraiburgo SC,
09 de maio de 2014.

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0004/2014

CLAUDINEI MÁRCIO MORSOLETTI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0004/2014

DEJAIR CONSTANTE RIBEIRO

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0004/2014